

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E
REGIONAL
LINHA DE PESQUISA PLANEJAMENTO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL

Carolina Rezende Faccin

Divisão Territorial do Trabalho e Rede Urbana:
as cadeias produtivas do tabaco e da carne de frango na região dos Vales - RS

Porto Alegre

2020

Carolina Rezende Faccin

**Divisão Territorial do Trabalho e Rede Urbana:
as cadeias produtivas do tabaco e da carne de frango na região dos Vales - RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – Mestrado e Doutorado, linha de pesquisa Planejamento do Espaço Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Heleniza Ávila Campos.

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Faccin, Carolina Rezende

Divisão Territorial do Trabalho e Rede Urbana: as cadeias produtivas do tabaco e da carne de frango na região dos Vales - RS / Carolina Rezende Faccin. -- 2020.

197 f.

Orientadora: Heleniza Ávila Campos.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Divisão territorial do trabalho. 2. Redes urbanas regionais. 3. tabaco. 4. carne de frango. 5. região dos Vales-RS. I. Campos, Heleniza Ávila, orient. II. Título.

Carolina Rezende Faccin

**Divisão Territorial do Trabalho e Rede Urbana:
as cadeias produtivas do tabaco e da carne de frango na região dos Vales - RS**

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Prof^a. Dr^a. Heleniza Ávila Campos
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - UFRGS

Prof^a. Dr^a. Livia Teresinha Salomão Piccinini
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - UFRGS

Prof. Dr. Antônio Paulo Carginin
Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFRGS

Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - UNISC

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pelo ensino público e gratuito de qualidade. Ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), por fornecer ensino humanizado, crítico e cidadão, por oportunizar o desenvolvimento desse estudo e por todo acolhimento durante o período de mestrado. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa durante o período de estudo.

À minha orientadora do mestrado, Heleniza, por acreditar e confiar em mim; por ter sido minha casa em Porto Alegre; pelas conversas compreensivas e risadas; e por ter me feito ver que a metrópole não é tão cinza assim. Ao Rogério, que me orientou durante a bolsa de iniciação científica, por me apresentar ao “mundo da pesquisa”, e seguir me ajudando, incentivando, acreditando em mim e no meu trabalho.

Às discussões no âmbito do Grupo de Pesquisa e Estudos Urbanos e Regionais – GEPEUR e da pesquisa sobre Policentrismo, rede urbana e desenvolvimento regional no RS, pelas discussões de ideias e partilha do conhecimento. À Grazielle, Rosmari, Clarice, Lenize, Patrícia, Juçara, Erika, Geisa, Ghissia, Giovana, Paloma, Lucas e a tantos outros que passaram nas reuniões do grupo de pesquisa, em Santa Cruz do Sul, e nas reuniões do projeto de pesquisa, em Porto Alegre. Todo amor e prazer que tive desde o período como bolsista de iniciação científica, ao longo do mestrado e nas pesquisas que estamos desenvolvendo coletivamente, é porque encontrei pessoas muito especiais com quem adoro trabalhar.

Aos colegas da turma de mestrado, à turma M19. Pelas discussões filosóficas, leituras de mapa astral, almoços e encontros espontâneos. Em especial, à Nicole e a Manu, pela amizade, passeios de barco, visitas à museus e risadas sinceras. Ao Gian, por ter me recebido tão bem no RUA (Refletir Urbanidades na Ação) e por tantas conversas cheias de ideias. À Letícia, pelo carinho, escuta atenta e coração generoso. Ao João, pelas visitas e churrascos no Vila Flores e pelas cervejas na sacada. A todos os colegas da turma, dos quais infelizmente não tive tanta oportunidade de me aproximar mais: se quero voltar para Porto Alegre, é porque quero voltar pra perto de vocês.

Ao Nicolas, pela amizade de longa data e por ser minha dupla na vida acadêmica. À Débora, por sempre demonstrar tanto carinho e zelar por mim, mesmo

à distância. À Mariana, minha musa inspiradora, por todas as dicas, sugestões e leituras, que foram fundamentais durante a escrita da dissertação. Ao Vitor, à Marina e à Julia, pelos muitos pores do sol no mirante, tantas conversas e gargalhadas, e por terem me salvado semanalmente do trabalho solitário em meio à quarentena. À Natalia, por ser uma borboleta no meu jardim, ter me alegrado em tanto momentos e, ainda, viajado comigo para conhecer a cadeia de produção da carne no Vale do Taquari. Ao Richard, que sempre me recebia com um grande abraço em Porto Alegre.

Ao meu irmão, Giuseppe, pelo carinho, pelas dicas sinceras, e por ser meu amigo. Ao meu pai, Luiz, pela confiança e por me incentivar (e, às vezes, propor) as ideias mais malucas. À minha mãe, Maristela, pelo amor que soube demonstrar em momentos delicados desta caminhada e por entender a minha ausência. Todo dia agradeço por poder dividir a vida com vocês.

RESUMO

Esta dissertação se insere na temática sobre a dinâmica relacional entre divisão territorial do trabalho de corporações multinacionais e redes urbanas regionais. O objeto de estudo compreende as duas cadeias de produção do tabaco e da carne de frango, no contexto da região dos Vales (RS) e das suas sub-regiões do Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari. Tendo em vista que a rede urbana é reflexo da e condição para a divisão territorial do trabalho, busca-se, como objetivo geral, analisar a relação entre a divisão territorial do trabalho, das empresas multinacionais nos setores de produção do tabaco e da carne de frango, e a rede urbana regional da região dos Vales. Os procedimentos metodológicos apoiam-se principalmente na pesquisa documental, utilizando dados dos CNPJ das empresas existentes na região, a partir da Receita Federal e do registro de estabelecimentos do MAPA, coletados em 2020, além de dados secundários de órgãos nacionais e estaduais, como o IBGE (2010, 2014 e 2018), COMEX/STAT (2018), RAIS (2018), CAGED (2018) e SES-RS (2020). As análises confirmam a relação entre a rede urbana e divisão territorial do trabalho – notadamente dos setores do tabaco e da carne de frango – na região dos Vales, o que fica ainda mais evidente ao compararmos as sub-regiões do Vale do Rio Pardo e do Vale do Taquari. No Vale do Rio Pardo, a divisão territorial do trabalho das empresas multinacionais do setor produtivo do tabaco, por ser altamente centralizada em Santa Cruz do Sul, conforma uma rede urbana mais simplificada. Já no Vale do Taquari, a maior descentralização das atividades das empresas multilocalizadas do setor produtivo da carne de frango em diversos municípios, gera uma rede urbana com maior densidade de interações espaciais.

Palavras-chave: Divisão territorial do trabalho, redes urbanas regionais, tabaco, carne de frango, região dos Vales-RS.

ABSTRACT

This thesis explores the relational dynamics between the territorial division of labor of multinational corporations and regional urban networks. The object of study comprises the two supply chains of tobacco and chicken meat, in the context of the Vales region (RS, Brazil) and its sub-regions of Vale do Rio Pardo and Vale do Taquari. Based on the assumption that the urban network is a reflection of and condition for the territorial division of labor, the general objective is to analyze the relationship between the territorial division of labor, of multinational companies in the tobacco and chicken meat production sectors, and the regional urban network of the Vales region. The methodological procedures are based mainly on desk research, using data from the CNPJ of existing companies in the region, from the Federal Revenue and the establishments registry of MAPA, collected in 2020, in addition to secondary data from national and state agencies, such as IBGE (2010, 2014 and 2018), COMEX / STAT (2018), RAIS (2018), CAGED (2018) and SES-RS (2020). The analyzes confirm the relationship between the urban network and the territorial division of labor - notably in the tobacco and chicken meat production sectors - in the Vales region, which is even more evident when comparing the sub-regions of Vale do Rio Pardo and Vale do Taquari. In the Vale do Rio Pardo region, as the territorial division of labor of multinational companies of the tobacco production sector are highly centralized in Santa Cruz do Sul, it results in a more simplified urban network. And in the Vale do Taquari region, the greater decentralization of the activities of the multi-localized companies of the chicken meat production sector in several municipalities, generates an urban network with a higher density of spatial interactions.

Keywords: Territorial division of labor, regional urban networks, tobacco, chicken meat, Vales region-RS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Roteiro da primeira saída de campo: principais empresas do setor de produção da carne de frango na região do Vale do Taquari	55
Figura 2 - Roteiro da segunda saída de campo: principais empresas do setor de produção do tabaco no Vale do Rio Pardo.....	56
Figura 3 – Localização da região dos Vales (RF 2) e COREDEs Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari no Rio Grande do Sul.....	60
Figura 4 – Os municípios pertencentes à região dos Vales – RS	61
Figura 5 – Sistema viário, ferroviário e hidroviário e densidade populacional	63
Figura 6 – Região de influência e centralidade dos centros urbanos – 2018	66
Figura 7 – Genealogia dos municípios e faixas de ano de emancipação.....	69
Figura 8 – PIB <i>per capita</i> dos municípios – 2017	71
Figura 9 – Renda média <i>per capita</i> dos municípios – 2010	72
Figura 10 – IDHM dos municípios – 2010	74
Figura 11 – VAB setorial dos municípios – 2017.....	76
Figura 12 – Principais produtos do VAB Agropecuária – 2012	77
Figura 13 – Número de empregos formais da Indústria da Transformação, por setor CNAE 2.0, por município na região dos Vales – 2018	80
Figura 14 - Produção mundial de carnes nos últimos 50 anos, milhões de toneladas	83
Figura 15 – Percentual da População Economicamente Ativa (PEA) que se desloca para trabalho e estudo – 2010	87
Figura 16 – Fluxos de gestão pública federal (2014) e centros de gestão estadual (2019).....	91
Figura 17 – Fluxos de gestão do território empresarial – 2014	94
Figura 18 – Circuito espacial produtivo do tabaco na região dos Vales-RS.....	98
Figura 19 - Número de estabelecimentos agropecuários com produção de tabaco em folha e quantidade produzida de tabaco em folha, por município - 2017	101
Figura 20 – Produção de lenha por município no Rio Grande do Sul – 1990, 2000, 2010 e 2018	104
Figura 21 – Localização das usinas de processamento de tabaco, fábricas de cigarro e sedes das empresas tabaqueiras multinacionais - 2020.....	104

Figura 22 - Número de trabalhadores permanentes e temporários no setor de processamento industrial do tabaco e demissões e admissões por mês - 2018.....	109
Figura 23 - Perfil dos trabalhadores temporários e permanentes do setor de processamento industrial do tabaco - 2018.....	111
Figura 24 - Número de trabalhadores permanentes e temporários no setor de fabricação de cigarros – 2018	113
Figura 25 – Divisão territorial do trabalho no Brasil das multinacionais tabaqueiras - 2020	115
Figura 26 – Distribuição espacial da Philip Morris pelo mundo - 2014.....	119
Figura 27 - Total exportado por setor para os municípios da região dos Vales (valor FOB, em dólares) - 2018.....	122
Figura 28 - Total da exportação de tabaco na região dos Vales e destino das exportações - 2018.....	123
Figura 29 – Produção do tabaco nos municípios do Rio Grande do Sul – 1975, 1995 e 2015	125
Figura 30 – Circuito espacial produtivo da carne de frango na região dos Vales-RS	132
Figura 31 - Número de estabelecimentos agropecuários com produção de frango e quantidade de cabeças de frango para engorda, por município - 2017	137
Figura 32 - Localização das plantas industriais da cadeia produtiva da carne de frango e sedes das empresas multinacionais - 2020	145
Figura 33 – Número de trabalhadores nos setores de abate de aves, fabricação de produtos da carne e admissões e demissões por mês – 2018	147
Figura 34 – Perfil dos trabalhadores industriais do setor de abate de aves - 2018.	149
Figura 35 – Divisão territorial do trabalho da cadeia avícola das cooperativas Languiru e Dália - 2020.....	155
Figura 36 – Divisão territorial do trabalho da Companhia Minuano de Alimentos - 2020	158
Figura 37 – Divisão territorial do trabalho do setor de produção da carne de frango no Brasil da JBS e BRF - 2020	159
Figura 38 – Total da exportação de frango, suínos e reciclagem animal na região dos Vales e destino das exportações - 2018	163
Figura 39 – Efetivo de rebanhos de galináceos, por município, no Rio Grande do Sul – 1975, 1995 e 2015	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Roteiro da primeira saída de campo: principais empresas do setor de produção da carne de frango na região do Vale do Taquari	55
Tabela 2 - Roteiro da segunda saída de campo: principais empresas do setor de produção do tabaco no Vale do Rio Pardo.....	56
Tabela 3 – Estrutura da rede urbana da região dos Vales: número de cidades por faixa de população urbana - 2010	67
Tabela 4 – IDHM regional, estadual e nacional – 2010.....	73
Tabela 5 – Estrutura industrial (%) a partir do VAB Indústria – 2012	78
Tabela 6 – Estrutura do VAB Indústria da Transformação – VRP – 2012.....	78
Tabela 7 – Estrutura do VAB da Indústria da Transformação – VT – 2012.....	79
Tabela 8 – Percentual da População Economicamente Ativa (PEA) que se desloca para trabalho e estudo (acima de 10%) - 2010	87
Tabela 9 – Municípios da Região dos Vales-RS: Unidades e escritórios regionais de órgãos e instituições públicas estaduais – 2019	92
Tabela 10 – Número de trabalhadores permanentes nos setores de processamento de tabaco em folha e fabricação de cigarros na região dos Vales - 2018.....	111
Tabela 11 – Produção de tabaco em folha (1980-2018)	128
Tabela 12 – Localização dos fornecedores de produtos para a etapa de engorda do frango	138
Tabela 13 – Localização dos fornecedores de produtos para o abate e transformação industrial do frango.....	144
Tabela 14 - Número de trabalhadores nas principais empresas do setor de abate de aves na região dos Vales - 2018.....	148
Tabela 15 – Semelhanças e particularidades entre as cadeias produtivas e a divisão territorial do trabalho do tabaco e da carne de frango na região dos Vales	173

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produção de tabaco em folha na região dos Vales e no Brasil - 2018 ...	81
Gráfico 2 – Valor total dos rebanhos de suínos, bovinos e galináceos – VT – 2018.	84
Gráfico 3 – Produção de tabaco em folha no Vale do Rio Pardo (em toneladas) – 1974 a 2018	129
Gráfico 4 – Valor da carne de frango (1 kg) em reais, por dia, no Estado de São Paulo – 08/2018 a 08/2020	170
Gráfico 5 – Variação do valor do dólar (EUA) em reais, por mês – 08/2018 a 08/2020	172

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BME - Banco Multidimensional de Estatísticas
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAI – Complexo Agroindustrial
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEMPRE - Cadastro Central de Empresas
CEP – Comitê de Ética e Pesquisa
COREDEs – Conselhos Regionais de Desenvolvimento
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DEPLAN – Departamento de Administração e de Planejamento
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAPERGS – Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do RS
FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental
GEPEUR – Grupo de Pesquisas e Estudos Urbanos e Regionais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPE - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JTI – Japan Tobacco International
JUCERGS - Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
MAPA – Ministério da Agricultura e Abastecimento
METROPLAN – Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
OBSERVADR – Observatório de Desenvolvimento Regional
PEA – População Economicamente Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PROPUR – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
PPGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RFs – Regiões Funcionais de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul
REGIC – Regiões de Influência das Cidades
RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre

RMSG – Região Metropolitana da Serra Gaúcha

RS – Rio Grande do Sul

SEPLAG – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão

SES-RS – Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul

UCS – Universidade de Caxias do Sul

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

UNIVATES – Universidade do Vale do Taquari

VAB – Valor Adicionado Bruto

VRP – Vale do Rio Pardo

VT – Vale do Taquari

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	27
2.1 Redes urbanas e território usado	27
2.2 Interações espaciais e corporações	36
2.3 Divisão territorial do trabalho e circuito espacial produtivo	44
2.4 Método e procedimentos metodológicos	50
2.4.1 Pesquisa bibliográfica	51
2.4.2 Pesquisa documental e coleta de dados secundários	51
2.4.3 Observação não-participante	54
2.4.4 Entrevistas semiestruturadas (não realizadas)	56
2.4.5 Finalização da pesquisa	58
3 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DOS VALES E DA SUA REDE URBANA	59
3.1 Caracterização político-administrativa da região	59
3.2 A organização atual da rede urbana regional	64
3.3 Caracterização socioeconômica regional	70
3.4 Caracterização das atividades produtivas da região	74
3.4.1 O setor produtivo do tabaco e o Vale do Rio Pardo	81
3.4.2 O setor produtivo da carne de frango e o Vale do Taquari	82
3.5 Fluxos de deslocamentos pendulares para trabalho e estudo	86
3.6 Fluxos de gestão pública e empresarial do território	89
3.6.1 Fluxos de gestão pública federal e estadual	90
3.6.1 Fluxos de gestão empresarial	93
3.7 Uma breve síntese	95
4 DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO TABACO E DA CARNE DE FRANGO NA REGIÃO DOS VALES	97
4.1 Divisão territorial do trabalho e circuito espacial produtivo do tabaco	97
4.1.1 Etapa inicial da produção	99
4.1.2 Classificação e comercialização do tabaco	105
4.1.3 Processamento industrial do tabaco	106
4.1.4 Fabricação de cigarros	112
4.1.5 As multinacionais tabaqueiras no Brasil	114
4.1.6 Distribuição, comercialização e exportação	121

4.1.7 A formação do setor do tabaco no contexto da rede urbana regional.....	124
4.1.8 Mudanças recentes na produção de tabaco.....	128
4.2 Divisão territorial do trabalho e circuito espacial produtivo da carne de frango.	132
4.2.1 Etapa inicial da produção	133
4.2.2 Entrega do frango de corte para as agroindústrias.....	141
4.2.3 Frigoríficos abatedouros e fábricas de embutidos	142
4.2.4 As cooperativas Dália e Languiru	151
4.2.5 As multinacionais BRF e JBS.....	157
4.2.6 Distribuição, comercialização e exportações.....	161
4.2.7 A formação do setor da carne de frango no contexto da rede urbana regional...	164
4.2.8 Mudanças recentes na produção da carne de frango.....	168
4.3 Semelhanças e particularidades entre as cadeias produtivas e a divisão territorial do trabalho do tabaco e da carne de frango na região dos Vales	172
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	185

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação se insere na temática sobre a dinâmica relacional entre divisão territorial do trabalho de corporações multinacionais e redes urbanas regionais. O objeto de estudo compreende os dois setores de produção do tabaco e da carne de frango, no contexto da região dos Vales do Rio Pardo e Taquari (a partir de agora denominadas de região dos Vales) no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tendo em vista que a rede urbana é reflexo **da** e condição **para** a divisão territorial do trabalho, busca-se, como objetivo geral, analisar a dinâmica relacional entre a divisão territorial do trabalho, das empresas multinacionais nos setores de produção do tabaco e da carne de frango, e a rede urbana regional da região dos Vales (RS).

Entendemos a rede urbana como o conjunto articulado e hierárquico de centros urbanos, integrados em escalas mundial, regional e local por diversos fluxos. Uma rede urbana implica na existência de: uma economia de mercado, cuja produção é negociada por empresas não necessariamente vinculadas ao contexto regional em que atuam, o que pressupõe um grau de divisão territorial do trabalho; de pontos fixos no território onde esses negócios são realizados e de um mínimo de articulação entre estes núcleos, etapa necessária para que a produção exportada e importada se realize plenamente, atingindo os mercados consumidores (CORRÊA, 2006).

Assim, a rede urbana é simultaneamente um **reflexo da** e **condição para** a divisão territorial do trabalho. Um reflexo, na medida em que, devido às vantagens locacionais diferenciadas, verifica-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional entre os centros urbanos. É também reflexo da dinâmica econômica regional, da estrutura viária existente, das atividades produtivas rurais e urbanas e da sua articulação no território regional. É uma condição, na medida em que, por meio dela e através das funções articuladas de suas cidades, tornam-se viáveis a produção rural e industrial, a circulação entre as cidades e o consumo. Ela também é condição para o desenvolvimento regional e precisa ser considerada em e para o seu planejamento territorial (CORRÊA, 2006).

Dessa forma, a rede urbana é reflexo das diferentes divisões territoriais do trabalho existentes historicamente em um dado território, bem como reflexo dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais – sobretudo as grandes corporações multinacionais. A atuação dessas corporações gera diferenciações entre os centros urbanos e, por sua vez, essas diferenciações condicionam novas ações

(CORRÊA, 2006).

O estudo sobre as redes urbanas destaca o caráter sistêmico da relação entre cidades já que, ao estudá-las, resgata-se a ideia de que as cidades perdem o sentido se isoladas ou desconectadas de outras, por mais que cultivem sólidas relações circunscritas aos seus próprios limites (MOURA, 2009). Também destaca a relação entre as cidades e as regiões, em diferentes escalas espaciais, pela diferente natureza, abrangência e intensidade dos fluxos. Os diferentes atores sociais (empresas e instituições) usam o espaço em diferentes escalas espaciais, articulando diferentes lugares no contexto da sua atividade produtiva.

Assim, entende-se que no âmbito do isolamento, como centros urbanos analisados de forma individual sem o respectivo contexto da rede urbana em que estão inseridos, não será possível interpretar toda a sua complexidade em relação às suas relações econômicas, políticas e sociais (CANTARIM, 2015).

Buscar descrever a rede urbana, entender sua lógica de funcionamento e suas propriedades é uma feição central para a compreensão do território, que passa a ter reforçadas as conexões entre as cidades e a articulação entre espaços. No atual cenário, a globalização tem sido responsável por uma ampliação das interações, contribuindo para a configuração de complexos globais movidos pela distribuição espacial e pelas estratégias das grandes corporações internacionais. A exigência permanente por parte dessas corporações em garantir fluidez cada vez maior no espaço de seus fluxos tem resultado na ampliação e na complexificação da divisão territorial do trabalho e das diversas formas de circulação (CORRÊA, 1997, 2006; SANTOS, 1996, 2000).

Na perspectiva das grandes corporações, o espaço é pensado como algo a ser ultrapassado através de investimentos em novas tecnologias e em elementos tais como transporte e comunicação. Assim, através da compressão do espaço-tempo, ou seja, da superação das distâncias físicas através da alteração das relações entre espaço e tempo (HARVEY, 2005) e da constituição de redes verticalizadas, as corporações multinacionais desempenham papel fundamental na organização espacial, exercendo determinado controle sobre amplo e diferenciado território. Este controle é um dos meios através do qual a corporação garante, com máxima eficiência, a acumulação de capital e a reprodução de suas condições de produção (CORRÊA, 1997, 2006; SANTOS, 1996, 2000).

O estudo deste fenômeno na região dos Vales (RS) merece destaque, tendo

em vista a forte presença de empresas subsidiárias de multinacionais, no contexto dos seus setores produtivos predominantes, enquanto no Vale do Rio Pardo a economia estrutura-se predominantemente através do beneficiamento agroindustrial do tabaco, no Vale do Taquari, destacando-se o abate e a fabricação de produtos da carne de frango, carne de suínos e a produção de laticínios. Neste trabalho, optou-se por trabalhar somente com os setores produtivos de maior destaque de cada uma das sub-regiões: o do tabaco e o da carne de frango, como mostraremos no Capítulo 3. A divisão territorial do trabalho em cada uma dessas cadeias nos Vales apresenta semelhanças e particularidades, e se realiza articulando diferentes lugares e cidades internas e externas à região, promovendo uma dinâmica desigual de fluxos de pessoas, capital, produtos e informações na rede urbana regional, sob o comando das empresas multinacionais que ali atuam.

Assim, considerando o cenário aqui apresentado, levantamos, por fim, a seguinte questão: **como se apresenta a dinâmica relacional entre a divisão territorial do trabalho, das empresas multinacionais nas cadeias produtivas do tabaco e da carne de frango, e a rede urbana regional na região dos Vales-RS?**

Partindo-se desse questionamento, o objetivo geral estabelecido foi o de analisar a dinâmica relacional entre a divisão territorial do trabalho, das empresas multinacionais nas cadeias produtivas do tabaco e da carne de frango, e a rede urbana regional na região dos Vales-RS. Por sua vez, foram definidos os seguintes objetivos específicos para orientar a pesquisa:

- a) Descrever de maneira sistemática a estrutura, organização e funcionamento da rede urbana regional.
- b) Analisar o circuito espacial das cadeias produtivas e sua relação com a divisão territorial do trabalho e a rede urbana nas regiões de estudo.
- c) Descrever, a partir do contexto presente, a articulação entre empresas multinacionais e suas interações espaciais e apontar a distribuição de seus empregados, produtores e fornecedores na região.

Uma ressalva deve ser feita. Inicialmente, nos propusemos a analisar a atuação das empresas multinacionais na região dos Vales. Porém, no caso da produção de carne de frango no Vale do Taquari foi necessário incluir uma empresa regional, a Minuano Alimentos, e duas cooperativas presentes na região, as cooperativas Dália e Languiru, como parte da análise. Os dados coletados ao longo da pesquisa demonstraram que elas representam parte importante da cadeia produtiva no contexto

regional, seja pelo significativo número de trabalhadores industriais empregados, ou ainda pelo alto montante exportado, seja pela quantidade de unidades produtivas dispostas e presentes na região.

Esperamos que esta pesquisa possa contribuir através do aprofundamento do debate teórico e metodológico sobre redes urbanas e divisão territorial do trabalho no campo do planejamento urbano e regional. Mais especificamente, contribuir na compreensão da dinâmica relacional entre a divisão territorial do trabalho e a rede urbana regional. A análise e compreensão da rede urbana constituem-se em uma importante dimensão do processo de planejamento urbano e regional e é essencial para a compreensão das relações econômicas, de dependência e articulação interna e externa ao país. Por conta disso, a rede urbana é considerada importante na formulação de diagnósticos e proposições de políticas, planos e programas de nível regional, estadual e nacional (CANTARIM, 2015), o que justifica o estudo em questão.

Esperamos que este trabalho contribua para o desenvolvimento dos estudos sobre a região dos Vales, especialmente em relação à rede urbana regional e à divisão territorial do trabalho das cadeias produtivas do tabaco e da carne de frango. Ao utilizar as regionalizações político-administrativas já existentes em nível estadual, notadamente a dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs)¹ do Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari, espera-se aprimorar o diagnóstico acerca da dinâmica territorial e subsidiar futuras estratégias de desenvolvimento na escala regional, considerando a rede urbana regional e os reflexos da atuação de grandes grupos industriais instalados no território.

Assim, com a utilização desse recorte regional, busca-se contribuir para o estudo do planejamento regional no âmbito dos COREDEs e das RFs do Rio Grande do Sul, reconhecendo esta forma de regionalização como sistemática para a reflexão sobre as dinâmicas territoriais em realidades não metropolitanas. Os entendimentos

¹ Os COREDEs, estabelecidos sob critérios político-administrativos e utilizados como instrumento de planejamento pelo Governo estadual, correspondem às escalas utilizadas como referência para elaboração de instrumentos de planejamento como o Plano Plurianual – PPA, o Orçamento do Estado – LOA e os diagnósticos e estudos prospectivos, bem como, para a produção dos planos estratégicos regionais. Originados a partir de 1991, e reconhecidos legalmente em 1994, são estruturados a partir da aproximação entre governo estadual e instituições regionais, em especial as universidades. Eles se constituem em um fórum permanente e autônomo de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional (RIO GRANDE DO SUL, 2015c). Atualmente, o Rio Grande do Sul é dividido em 28 COREDEs, agrupados em 9 Regiões Funcionais de Planejamento (RFs). As RFs, por sua vez, são regionalizações utilizadas como escala complementar para o planejamento territorial, propostas pela Secretaria Estadual de Planejamento, através do Estudo RUMOS 2015 (RIO GRANDE DO SUL, 2006).

do processo de divisão territorial do trabalho e de distribuição das atividades econômicas são informações importantes para o planejamento regional e para o desenvolvimento de planos estratégicos regionais, já que, por vezes, o processo de planejamento oficial desconhece e/ou não leva em consideração os possíveis reflexos da atuação dos grandes grupos industriais no território.

Considera-se relevante a escolha do objeto empírico, tendo em vista que a região dos Vales é importante, seja em nível estadual, seja do ponto de vista econômico, demográfico, locacional ou industrial. Economicamente, o PIB da região dos Vales correspondia, em 2012, a 7% do PIB estadual, destacando-se os municípios de Santa Cruz do Sul (10º lugar) e Lajeado (19º lugar) no ranking do Estado, com os maiores PIBs da região. Esta região, do ponto de vista demográfico, concentra 7% da população gaúcha, sendo que, entre 2000 e 2010, foi a terceira região com maior crescimento populacional do Estado, com 0,68% ao ano. Do ponto de vista locacional e industrial, a região é o espaço de transição entre as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de Caxias do Sul. As relações ocorrem ora ligando-se fortemente com as metrópoles, ora polarizando no próprio território (RIO GRANDE DO SUL, 2015c).

Os setores produtivos do tabaco e de carne de frango, na região, têm se destacado nos âmbitos estadual e nacional. O Vale do Taquari, em 2018, representou 24% e 2,6% de concentração dos rebanhos de galináceos estadual e nacionalmente respectivamente (IBGE, 2018b). Já o Vale do Rio Pardo, no mesmo ano, contribuiu com a produção de folha de tabaco, respectivamente, em 40% e 19% estadual e nacionalmente (IBGE, 2018c). Esses expressivos valores atraem empresas multinacionais referentes a estes setores de produção. É nesse contexto que localizamos a lacuna do conhecimento da presente pesquisa.

Existem uma variedade de estudos que caracterizam social, econômica e geograficamente a região dos Vales, tais como os planos estratégicos de desenvolvimento regional dos COREDEs Vale do Rio Pardo (VRT) e Vale do Taquari (VT) (AGOSTINI, 2017; PETRY; SILVEIRA, 2018) e os perfis socioeconômicos referentes à Região Funcional 2 e aos COREDEs VRP e VT, elaborados pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do RS (SEPLAG) e pelo Departamento de Planejamento Governamental do RS (DEPLAN) (RIO GRANDE DO SUL, 2015c, a, b, d). Há também o recente estudo sobre a genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul, que auxilia no entendimento da formação regional e de suas emancipações municipais (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

Quanto à formação histórica da região do Vale do Rio Pardo e à produção do tabaco no contexto regional, são referências os trabalhos de Vogt (1997), sobre formação da produção do tabaco em Santa Cruz do Sul; o de Silveira (2007), sobre a dinâmica relacional entre a constituição e o funcionamento do complexo agroindustrial do tabaco e a produção do espaço urbano e regional do Vale do Rio Pardo; o de Dornelles (2016), sobre o circuito espacial e círculos de cooperação da produção de cigarros no território da região de Santa Cruz do Sul. Outros trabalhos podem ser citados, em grande parte produzidos no âmbito do PPGDR-UNISC, como os de Vogt e Silveira (2001) e Silveira (2003), que auxiliam a compreender e a (re) conhecer a região e sua formação histórica. Sobre a produção de tabaco, também podemos citar o trabalho de Buainain e Souza Filho (2009), no âmbito na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sobre a organização e funcionamento do mercado de tabaco no sul do Brasil e, mais recentemente, a investigação jornalística sobre a indústria do cigarro, com foco na região do Vale do Rio Pardo, dos jornalistas Peres e Moriti Neto (2018). No entanto, inexitem trabalhos que apresentem dados mais recentes sobre a produção de tabaco, a divisão do trabalho e sua relação com a rede urbana atual.

Quanto ao Vale do Taquari, podemos citar o trabalho de Kreutz e Machado (2017), sobre as primeiras povoações da região, e os trabalhos de Ahlert e Gedoz (2001), Barden *et al.* (2001) e Barden *et al.* (2018), sobre a formação histórica e econômica regional. Quanto à rede urbana regional especificamente, foi encontrado apenas o artigo de Agostini (2014), que trata do papel de Lajeado na rede urbana. Em relação à formação dos setores de produção de carne avícola, no âmbito do Vale do Taquari, foram encontrados poucos trabalhos e estudos recentes. Esses, abordam o tema sob outra perspectiva, ligada ao campo da administração, agronegócios ou engenharia ambiental, como o trabalho de Andrade (2015), sobre cadeia de valor e vantagens competitivas da cadeia avícola do Vale do Taquari. Por outro lado, o trabalho de Mallmann (2017), sobre as relações entre agricultores familiares e cooperativas, no contexto da cadeia produtiva do leite do Vale do Taquari, nos auxiliou a compreender a formação e a participação das cooperativas existentes na região, no contexto da cadeia avícola.

A presente pesquisa parte de estudos já realizados sobre cada uma das respectivas sub-regiões do Vale do Rio Pardo e do Vale do Taquari – e, principalmente, da tese de doutorado de Silveira (2007), que aborda a divisão territorial do trabalho do complexo agroindustrial do tabaco, a estruturação do espaço

urbano regional e a rede urbana do Vale do Rio Pardo –, com o intuito de responder às lacunas do conhecimento identificadas e relativas; às implicações recentes das empresas multinacionais no território da região dos Vales e sua influência sobre a rede urbana regional; ao complexo de produção industrial da carne de frango, no âmbito do Vale do Taquari; e da divisão territorial do trabalho atual do tabaco e da produção de carne de frango na região dos Vales.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, a pesquisa constitui-se em um estudo de caso, de modo que a ênfase dada através desse formato permitiu uma investigação empírica sobre um fenômeno contemporâneo e o entendimento de suas particularidades segundo o contexto estudado. Como objeto empírico de estudo, foi selecionada a região dos Vales (RS), cuja realidade configura o problema de pesquisa apresentado anteriormente. Do ponto de vista da abordagem do problema, pode-se identificá-la como uma pesquisa qualitativa, apoiando-se predominantemente na pesquisa documental, com coleta e análise de dados feita através de dados secundários. Para compreender a realidade regional, foram utilizados estudos e tabelas estatísticas organizadas pelo IBGE, MAPA, RAIS e órgãos governamentais estaduais e federais.

Complementarmente, foram feitas consultas junto a jornais locais, como a Gazeta do Sul, de Santa Cruz do Sul, o Informativo do Vale e o Grupo Independente, de Lajeado e aos sites institucionais e relatórios anuais das empresas estudadas e dos sindicatos ligados às duas cadeias produtivas – principalmente no que se refere à obtenção de dados atuais, relativos aos anos de 2018 e 2020. Essas fontes de dados foram fundamentais para obtenção de informações adicionais que nos auxiliassem no entendimento do funcionamento das cadeias produtivas no contexto regional, político, econômico e pandêmico atual.

Estava prevista, no projeto de pesquisa, a realização de entrevistas semiestruturadas com representantes sindicais de trabalhadores industriais e produtores rurais, e representantes de empresas. Porém, optou-se por não realizá-las, em primeiro lugar, por não ter encontrado espaço de diálogo entre os representantes de entidades e empresas previamente selecionadas para realização das entrevistas (alguns não deram retorno e outros negaram a participação, sem muitas justificativas) – o que será explicado em maiores detalhes no 2º Capítulo, item 2.4. Outra dificuldade encontrada foi o encaminhamento do projeto para o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP). Em síntese, o projeto de dissertação não foi avaliado pelo

CEP responsável, por conta da suspensão e redução de trabalhadores em função da pandemia da Covid-19. Assim, optamos pela não realização das entrevistas e pela preferência no uso de dados secundários, documentos, bibliografia disponível na internet e livros disponíveis de lojas online.

Vale ressaltar que a pesquisa foi desenvolvida no contexto de pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-CoV-2) ao longo do ano de 2020. O trabalho realizado em meio à quarentena precisou passar por alguns ajustes e adaptações – como reuniões com grupos de estudo e orientações estritamente em formato *online*, prioridade na obtenção de dados disponíveis na internet e saída de campo para reconhecimento da área de estudo realizada com veículo particular, de modo superficial, sem contato com outras pessoas e sem sair do veículo.

Vale ressaltar que a dissertação também resulta de estudos e atividades de discussão teórica e metodológica desenvolvidas desde 2016, em atuação ligada à iniciação científica no âmbito do Grupo de Pesquisa e Estudos Urbanos e Regionais – Cnpq (GEPEUR). Logo, esta dissertação pretende contribuir com duas pesquisas em andamento. A primeira intitula-se **Policentrismo, rede urbana e desenvolvimento regional no RS: uma análise a partir de aglomerações urbanas selecionadas**, que está em andamento desde 2018 e conta com apoio financeiro da FAPERGS. Tem como objetivo aprofundar a reflexão teórica e metodológica sobre a importância e o papel do policentrismo, através da constituição de áreas urbanas funcionais e redes urbanas regionais na dinâmica do desenvolvimento territorial. É coordenada pela Dr^a. Heleniza Ávila Campos, professora e pesquisadora no PROPUR-UFRGS e envolve pesquisadores de diversas instituições do Rio Grande do Sul (UNISC, UFRGS, UFPEL, UFFS, UNIVATES, UCS, METROPLAN e IFES).

A segunda pesquisa, intitulada **Policentrismo e desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: uma análise do papel das cidades médias e da rede urbana nos processos de coesão e desenvolvimento territorial**, sob coordenação do Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira, professor e pesquisador no PPGDR-UNISC e pesquisador CNPq. Esta pesquisa também está em andamento desde 2018 com apoio financeiro do CPNq e tem como objetivo aprofundar a reflexão teórica e metodológica sobre a importância do policentrismo na análise da rede urbana e dinâmica da coesão territorial, na escala regional.

Ainda destacamos a participação voluntária no projeto de pesquisa **Observando a difusão territorial da Pandemia da Covid-19 na Região dos Vales-**

RS - Observa-DR/Covid-19, ligado ao Observatório de Desenvolvimento Regional (OBSERVADR), que buscou disponibilizar dados secundários oficiais e mapas temáticos regionais sobre variáveis demográficas, sociais, de infraestrutura e de saúde para os municípios da região dos Vales. A atuação neste projeto auxiliou na análise e na compreensão da difusão do vírus no território regional, no âmbito das cadeias produtivas em estudo.

Por fim, este trabalho parte da leitura crítica da realidade regional vivenciada através da experiência da autora, natural de Santa Cruz do Sul, município integrante da região dos Vales, e graduada em arquitetura e urbanismo na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Nesse contexto, participou das pesquisas anteriormente citadas como bolsista de iniciação científica, desde 2016, no âmbito do GEPEUR, ocasião em que pode acompanhar as discussões teóricas e metodológicas iniciais, além de auxiliar e participar da coleta de dados, representações cartográficas, saídas de campo e discussões em grupo.

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo esta introdução o primeiro. No segundo capítulo, **Fundamentos teórico-metodológicos**, construímos a base teórica para compreensão da dinâmica relacional entre a rede urbana e a divisão territorial do trabalho de corporações multinacionais. Para tanto, no primeiro tópico, apresentaremos o conceito de redes urbanas e de território. No segundo, abordamos o conceito de interações espaciais e corporações multinacionais. No terceiro, discutimos os conceitos de divisão territorial do trabalho e circuito espacial produtivo. O capítulo é encerrado com descrição detalhada do método e dos procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho.

No terceiro capítulo, **Caracterização da região dos Vales e da sua rede urbana**, apresentaremos a região dos Vales, objeto de estudo desta pesquisa, através de dados político-administrativos, em uma primeira parte. Na sequência, analisaremos a organização da sua rede urbana atual, seguida pela caracterização socioeconômica regional. Após, a região será caracterizada do ponto de vista da sua economia e produção agroindustrial, introduzindo informações sobre os dois principais setores produtivos da região: o do tabaco e o da carne de frango. Por fim, complementaremos com dados relativos aos fluxos de deslocamentos pendulares e de gestão do território, que ocorrem entre os municípios da região e, enfim, é feita uma breve síntese.

O quarto capítulo, **Divisão territorial do trabalho das cadeias produtivas do tabaco e da carne de frango na região dos Vales**, é dividido em quatro subtópicos,

assim como os outros dois capítulos. Os dois primeiros tópicos buscam apresentar um retrato da atual divisão territorial do trabalho e circuito espacial produtivo das cadeias do tabaco e da carne de frango, na região dos Vales. Em um terceiro tópico, são analisados os impactos da pandemia da Covid-19 na rede urbana da região dos Vales e nas duas cadeias produtivas em estudo. No quarto e último tópico, analisaremos as principais semelhanças e particularidades entre as cadeias do tabaco e da carne de frango e suas relações para com a rede urbana da região.

Por último, o quinto capítulo é referente às **Considerações finais**, onde são apresentados os resultados obtidos no decorrer do processo de pesquisa, suas limitações e novas possibilidades.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Neste capítulo, construímos a base teórica para compreensão da dinâmica relacional entre a rede urbana e a divisão territorial do trabalho de corporações multinacionais. Para tanto, no primeiro tópico, apresentamos o conceito de redes urbanas e de território, tendo em vista que os fluxos referentes às redes urbanas podem auxiliar a explicar o território. Com isso, no segundo tópico discutimos o conceito de interações espaciais e corporações multinacionais, levando em consideração que a internacionalização do capital produtivo e a constituição e consolidação de grandes corporações multinacionais ocorrem por meio das interações espaciais e da compressão espaço-tempo. No terceiro tópico, abordaremos os conceitos de divisão territorial do trabalho e circuito espacial produtivo, uma vez que, enquanto o primeiro permite dar uma visão mais ou menos estática de um dado espaço, o segundo auxilia a entender o funcionamento do território através da captura do movimento. O encerramento do capítulo traz uma descrição detalhada dos métodos e dos procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho.

2.1 Redes urbanas e território usado

Neste tópico, discutiremos os conceitos de rede urbana e território usado, principalmente a partir dos autores brasileiros Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos. Entendemos a rede urbana, conforme Corrêa (2006), como o conjunto articulado de centros urbanos, integrados em escalas mundial, regional e local por meio de fluxos de serviços, mercadorias, capitais, informações e de pessoas. Os centros dessa rede possuem diferentes hierarquias, funções e diversas dimensões demográficas, de modo que estabelecem relações de subordinação, influência e complementaridade entre si. Ainda conforme Corrêa (1989, p. 6–7), admite-se a existência de uma rede urbana quando, no mínimo, são satisfeitas as seguintes condições:

Primeiramente, haver uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra que não é produzida local ou regionalmente. Esta condição tem como pressuposto um grau mínimo de divisão territorial do trabalho. Em segundo lugar, verificar-se a existência de pontos fixos no território onde os negócios acima referidos são realizados, ainda que com certa periodicidade e não de modo contínuo. (...) A terceira condição refere-se ao fato da existência de um mínimo de articulação entre os núcleos anteriormente referidos, articulação que se verifica no âmbito da circulação,

etapa necessária para que a produção exportada e importada se realize plenamente, atingindo os mercados consumidores.

No bojo do processo de urbanização, a rede urbana passou a ser o meio, a partir do qual, produção, circulação e consumo se realizam efetivamente (CORRÊA, 2006).

No atual cenário econômico e financeiro internacional, a globalização tem sido responsável por um crescente aumento das interações entre as cidades e pela formação de novas redes urbanas, com o objetivo de tornar os territórios mais competitivos e complementares. Nesse contexto, a dinâmica de funcionamento da rede urbana permite a integração espacial e econômica, seja entre a cidade e o campo, seja entre cidades médias e metrópoles para com suas regiões de influência. Regiões essas, que podem ser definidas pela amplitude e complexidade dos fluxos que tais cidades atraem e comandam no território (FONSECA; RAMOS, 2011).

Em âmbito nacional, diversas pesquisas estudam o comportamento da rede urbana. Destacamos aquelas desenvolvidas pelo IBGE, denominadas de Região de Influência das Cidades (REGIC) – sendo o mais recente relativo ao ano de 2018. Em nível regional ou estadual, existem ainda outros estudos, como é o caso de alguns desenvolvidos pelo IPEA, como os da série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, do ano 2000. Estudos como os da REGIC ainda auxiliam a revelar arranjos territoriais distantes da narrativa metropolitana, especialmente em países com as dimensões territoriais do Brasil (ARRAIS, 2008).

No Brasil, Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos muito contribuíram na discussão sobre a temática acerca da rede urbana, sobretudo nos anos de 1960 até início de 1990, analisando a rede urbana brasileira e suas metamorfoses diante das transformações estruturais que ocorreram no país a partir de meados do século XX. (RODRIGUES; SILVA, 2007).

A partir de 1800, com a intensificação do processo de urbanização em virtude do surgimento das sociedades industriais, a rede urbana estabelecida entre esses centros urbanos recém-formados passou a ser o meio através do qual a produção, circulação e o consumo se realizavam efetivamente. Nesse contexto, “por meio da rede urbana e da crescente rede de comunicações a ela vinculada, distantes regiões puderam ser articuladas, estabelecendo-se uma economia mundial” (CORRÊA, 2006, p. 15).

Roberto Lobato Corrêa (2006), em artigo publicado originalmente em 1988, na

Revista Brasileira de Geografia, e republicado em seu livro *Estudos sobre a Rede Urbana*, de 2006, busca identificar a natureza e o significado da rede urbana, abordando o conceito sobre quatro diferentes ângulos: o da divisão territorial do trabalho; o dos ciclos de exploração; o da forma espacial; e, por fim, o do caráter mutável da rede urbana e da sua periodização.

Sob o primeiro ângulo, Corrêa (2006, p. 26) aponta que a rede urbana é um reflexo da divisão territorial do trabalho, “na medida em que, em razão de vantagens locais diferenciadas, verifica-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional” entre os centros urbanos. A rede urbana é uma condição (e, ao mesmo tempo, reflexo) para a divisão territorial do trabalho, pois, por meio dela e através das funções articuladas de suas cidades, torna-se viável a produção das diversas áreas agropastoris e a própria produção industrial, a circulação entre as cidades e o consumo nelas. Por conta disso, “é via rede urbana que o mundo pode tornar-se, simultaneamente, desigual e integrado” (CORRÊA, 2006, p. 26).

O autor (2006, p. 27) ainda destaca o papel das corporações multinacionais na rede urbana:

A rede urbana é um reflexo, na realidade, dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem, tanto na cidade como no campo, atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos. Diferenciações que, por sua vez, condicionam novas ações.

A rede urbana também pode servir de espaço de intermediação em decisões externas à rede. Por exemplo, de acordo com sua localização e posição no contexto espacial em que se insere ou do papel que assume na lógica de produção das grandes corporações, a rede urbana intermedia fluxos advindos das sedes dessas empresas nos países centrais, através da atuação de subsidiárias de multinacionais em países subdesenvolvidos, envolvendo formas diversas e hierarquicamente organizadas de postos de trabalho. Por meio disso, a rede urbana insere-se também na divisão internacional do trabalho (CORRÊA, 2006).

Exemplo disso, como veremos ao longo desta dissertação, é a instalação das multinacionais de produção de carne e, especialmente, das multinacionais produtoras

de tabaco² na região dos Vales. Por meio da implantação de subsidiárias dessas empresas, ou de filiais produtivas, a rede urbana regional conecta-se diretamente à divisão internacional do trabalho dessas empresas e ao mercado global desses produtos.

Sob o segundo ângulo, Corrêa também explica a rede urbana por meio dos ciclos de exploração. No âmbito do Capitalismo, torna-se necessário a existência de vários pontos – vários centros urbanos – interferindo no processo de circulação, produção e consumo de um dado produto. Nesses centros podem estar localizadas etapas da produção industrial ou agroindustrial, como as de decisão, produção, concentração, beneficiamento, armazenamento, venda no varejo e, por fim, o consumo final e alcance espacial máximo e mínimo dos consumidores e das empresas no território. Nesse contexto, conforme o autor (2006, p. 29), “parcela do valor excedente, ao circular, é apropriada nestes pontos e reinvestida, circulando de novo e gerando, assim, o aparecimento de novos fluxos”. Todo esse processo ocorre por meio da rede urbana, onde cada cidade participa de algum modo e intensidade desses processos.

Em síntese, Corrêa (2006, p. 30-31) comenta que a rede urbana traduz o relacionamento entre cidade e região por meio de dois ciclos de exploração comandados pela cidade:

No primeiro, a grande cidade, cabeça da rede urbana, extrai do campo força de trabalho, renda fundiária e produtos agrícolas, quer matérias-primas, quer produtos alimentares. No segundo, que realimenta o primeiro ciclo – trata-se, portanto, de um mesmo processo –, a cidade exporta para o campo capitais, novos usos de terra, força de trabalho, ideias e valores, bens e serviços.

Em ambos os ciclos há uma complexa organização e divisão do trabalho, que se diferencia através do(s) território(s) e acaba por influenciar nos processos de urbanização regionalmente estabelecidos, em um ciclo de reprodução do Capital fortemente vinculado à organização do trabalho. Podemos citar como exemplo o caso da cadeia produtiva do tabaco, no Vale do Rio Pardo. O primeiro ciclo de exploração do trabalho, em contexto regional, inicia-se com o processo migratório da população

² De início, cabe fazer uma distinção entre fumo e tabaco. Por vezes, os dois termos confundem-se como sinônimos, sendo difícil diferenciá-los. De modo geral, o primeiro está mais relacionado ao verbo fumar e à produção de fumaça. Já o segundo, o tabaco, está relacionado à planta da qual é extraída a nicotina, e aos produtos que resultam da preparação das folhas dessas plantas, como cigarros e charutos (FERREIRA, 2019).

rural dos pequenos municípios do entorno para a cidade de Santa Cruz do Sul, polo regional que concentra as principais sedes de empresas da agroindústria do tabaco, o que acaba por influenciar na ocupação das periferias na cidade. Silveira (2001) descreve a constituição das periferias urbanas em Santa Cruz do Sul a partir da migração da população do campo – população essa que se torna a força de trabalho das indústrias tabaqueiras, de onde é extraído o valor excedente, fonte de acumulação do Capital. Nessa cidade ocorre o processamento industrial do tabaco e a fabricação de cigarros, principalmente pelas empresas multinacionais. Essas empresas, de acordo com Silveira (2016, p. 919),

dominam direta ou indiretamente todas as etapas da cadeia produtiva do tabaco, e obtêm ganhos de capital importantes, pois combinam a extração do sobre trabalho das famílias dos fumicultores, no meio rural, com a extração da mais valia dos trabalhadores efetivos e temporários em suas usinas, postos de compra e fábricas de cigarro.

Santa Cruz do Sul, como principal centro urbano regional, também se configura como local de consumo da renda fundiária rural e da população urbana, além de centro de comercialização da produção agrícola, a partir da qual a maior parte dos produtos são exportados para mercados extrarregionais, inclusive internacionais.

O segundo ciclo de exploração da cadeia do tabaco no Vale do Rio Pardo caracteriza-se pela exportação da cidade para o campo. Através de financiamentos bancários intermediados pelas indústrias tabaqueiras, entre os produtores rurais e os bancos, os agricultores contraem uma dívida financeira para efetivar a compra de sementes, adubos, agrotóxicos e materiais de construção, fornecidos pelas indústrias. Assim, ocorre a drenagem de renda do campo para as agências bancárias, filiais dos grandes conglomerados financeiros metropolitanos, que extraem parte da renda produzida no campo sob forma de juros. Outra parte da renda é extraída através da compra de produtos e defensivos agrícolas (agrotóxicos) que serão utilizados para reproduzir o processo e dar continuidade ao ciclo da produção que alimenta a agroindústria do tabaco. Por meio desses dois ciclos de exploração, é estabelecida uma relação assimétrica e desigual entre cidade e campo. A partir da grande cidade, o modo de produção capitalista se propaga e, a partir da acumulação de excedentes, reinicia-se, via rede urbana, os ciclos de exploração do campo pela cidade (CORRÊA, 2006).

O terceiro ângulo diz respeito à manifestação espacial da rede urbana,

conforme nos explica Corrêa. Toda rede urbana é representada por uma forma espacial, que traduz processos sociais realizados no território, podendo assumir formas simples ou complexas: a “complexidade da forma espacial da rede urbana e sua complexidade funcional são correlatas” (CORRÊA, 2006, p. 38).

As redes simples são melhor representadas pela rede dendrítica – a forma espacial mais simples da rede urbana. Está vinculada à pouco diversificada participação na divisão territorial do trabalho, sendo que, segundo Corrêa (2006, p. 39), “a criação, apropriação e circulação do valor excedente implicam mediações e fluxos pouco complexos que culminam beneficiando a cidade primaz em detrimento de sua hinterlândia”. Já as redes urbanas com formas complexas apresentam centros urbanos que realizam diferentes papéis em um multivariado processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente, participando de modo variado da divisão territorial do trabalho e apresentando uma complexa tipologia de centros urbanos (CORRÊA, 2006).

Por fim, sob o quarto ângulo, Corrêa considera o caráter mutável da rede urbana e sua periodização. Conforme o autor, a periodização pode ser vista como a reconstrução do tempo espacial e cada rede pode ser apreendida como a reconstrução do tempo espacial, visto que as redes urbanas são influenciadas pelos avanços e transformações tecnológicas que alteram as formas de trabalho e o uso de recursos relativos a diferentes momentos do processo de desenvolvimento dos sistemas de produção. Ou seja, pode ser evidenciada a partir “dos momentos [históricos] que caracterizam o processo de elaboração da rede urbana, bem como das formas [espaciais] criadas em cada momento” (CORRÊA, 2006, p. 41).

Além disso, os diferentes segmentos de uma rede urbana podem apresentar diferentes tempos espaciais entre si, uma vez que “a ação dos processos gerais não se dá em cada segmento da rede urbana, no mesmo tempo, do mesmo modo, nem com a mesma intensidade” (CORRÊA, 2006, p. 41). Assim, a periodização pode ser tanto espacial como temporalmente desigual, podendo haver períodos longos e curtos dessas manifestações na rede urbana.

Os quatro ângulos apresentados por Roberto Lobato Corrêa tecem uma proposição de estudo de redes urbanas centrada não apenas na sua condição atual, mas na sua história, através das transformações do sistema de produção e seu papel. Inicialmente, o autor comenta que “a compreensão da singularidade de cada uma das redes urbanas, nacionais ou regionais, no processo de criação, apropriação e

circulação do valor excedente deve ser o objetivo dos estudos de casos” (CORRÊA, 2006, p. 45). Por fim, indica como proposta que a rede urbana seja analisada através da apreensão da gênese da rede urbana em estudo, da dinâmica social e sua tradução na rede urbana e, enfim, que se considere a rede urbana atual.

Podemos ainda considerar as reflexões feitas por Corrêa sobre a rede urbana e a formação espacial, no contexto brasileiro, no qual o autor destaca que “a cidade e a rede urbana (...) tendem a exibir (...) padrões de formas que contêm, ao menos parcialmente, fortes elementos gerados na formação espacial da qual surgiram.” Assim, “uma rede urbana pode exibir características associadas aos diversos momentos da formação em que está inscrita, ou das diversas formações espaciais a que esteve associada” (CORRÊA, 2006, p. 280).

Nesse sentido, pode-se entender, ainda conforme o autor (2006, p. 281), que

as características técnicas das atividades de produção envolvendo uma necessária relação com a natureza, a finalidade da produção, a estrutura de poder, os valores, crenças, mitos e utopias (...), são determinantes das densidades demográficas, da renda e sua distribuição, e dos padrões culturais dominantes e subordinados. Essas características modelam a densidade de centros, o tamanho deles, as funções urbanas e as relações espaciais derivadas.

Tomando o Rio Grande do Sul como exemplo, verifica-se duas formações espaciais distintas, que estruturaram dois diferentes tipos de rede urbana. A primeira, refere-se à formação espacial fundada na grande propriedade rural – associada ao sul do Estado, referente ao período histórico de ocupação luso-brasileira, principalmente em relação à fronteira Brasil Uruguai, em que ainda predomina a pecuária e a rede urbana caracteriza-se pelas longas distâncias e baixa interação espacial entre os centros urbanos. Já o segundo tipo de formação espacial, localizado ao norte do RS, associa-se à área de mata, pequena propriedade rural, agricultura familiar vinculada às populações de migrantes italianos e alemães, agroindústria e rede urbana mais densa. Essa segunda formação reflete uma rede urbana com uma mais nítida hierarquia de centros e está associada à presença da atividade industrial e agroindustrial, gestada no contexto da vida econômica e social dos imigrantes europeus – aqui, podemos citar o exemplo de Lajeado e do Vale do Taquari, cuja presença de abatedouros e frigoríficos remete à formação de cooperativas por estes migrantes. Aprofundaremos esse assunto no último capítulo desta dissertação (CORRÊA, 2006; SOARES, 2011).

Além disso, a atual interdependência entre centros urbanos, através da rede urbana, constitui a realidade presente do território, aqui entendido enquanto espaço apropriado, ocupado e usado, nos termos que nos apresenta Milton Santos. Nesse contexto, a discussão sobre território e, mais precisamente, sobre território usado, pode nos ajudar a reconhecer períodos históricos por meio de uma dada feição do território, ou seja, pela existência de uma base técnica e de uma organização da vida política, econômica e social (SILVEIRA, 2011). De acordo com Santos (2005, p. 137), “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto de análise social” e, ainda, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano” (SANTOS, 2005, p. 138). Assim, uma das principais categorias de análise desta pesquisa é o território usado. Segundo Santos (2000, p. 96), o território usado

não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi.

Reconhece-se, assim, que para analisar o território usado da região dos Vales devemos considerar os fixos (ou seja, os seus componentes físicos e construídos) e os fluxos (os movimentos alinhados aos circuitos proporcionados pela própria rede). Conforme Santos e Silveira (2001, p. 247), “os fixos são, geralmente, constituintes da ordem pública ou social, enquanto os fluxos são formados por elementos públicos e privados, em proporções que variam segundo os países, na medida em que estes são mais ou menos abertos às teses privatistas”.

Por meio dos fixos e dos fluxos, o território pode ser compreendido como uma mediação entre a ordem global e o local. Maria Adélia de Souza (2005, p. 254) explica que

a ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema, característica essencial do período técnico científico e informacional, produtor de verticalidades. Já a ordem local diz respeito a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e, como território, regidos pela interação, pela contiguidade, que Milton também vai denominar horizontalidades.

O território, do ponto de vista do seu uso, pode ser entendido como resultante

das relações sociais dos agentes, por meio das redes estabelecidas entre eles, principalmente no que se refere às redes estabelecidas pelos atores hegemônicos. De acordo com Santos (2006, p. 6),

Para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território.

A partir dessa realidade, é possível identificarmos na análise teórica o funcionamento do território expresso através das horizontalidades e verticalidades, definidas conforme a interação entre lógicas e agentes que atuam desde as escalas local e regional até as escalas nacional e internacional. Enquanto as horizontalidades estão mais atinentes ao plano territorial dos agentes locais, as verticalidades referem-se às articulações entre as lógicas econômicas e empresariais globalmente, a partir das conexões entre cidades na rede. Milton Santos (2005, p. 139) explica as horizontalidades como “os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial”. Já as verticalidades, são “formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais”.

Santos (2005, p. 143) ainda define como

Na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoísticas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades; enquanto as horizontalidades, hoje enfraquecidas, são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores.

Nesse sentido, a ideia sobre horizontalidade e verticalidade é uma forma de compreender o próprio território, a rede urbana e os fluxos. Destaca-se neste trabalho, as articulações multiescalares estabelecidas por grandes corporações a partir de cidades integradas através da rede urbana. Por meio dessas corporações organizadas no espaço global, a tendência atual é que as cidades se unam verticalmente, em toda parte. Ainda assim, essas cidades também podem unir-se horizontalmente, reconstruindo, conforme Santos (2005, p. 143)., “aquela base de vida comum susceptível de criar normas locais, normas regionais...”.

Ressalta-se que entender a lógica da rede urbana de um dado espaço geográfico pode auxiliar a compreender essa sociedade e seu território. E, para

entender a rede urbana, pode-se partir dos fluxos estabelecidos nesse território. Conforme Catelan (2013, p. 68):

Os fluxos revelam e determinam a *fluidez*, a *porosidade*, a *centralidade* e a *concentração espacial e econômica*, e as *interações espaciais* são elementos importantes que, em análise, podem mostrar a complexidade existente nas redes geográficas, para além da estrutura rígida dos níveis hierárquicos. A rede urbana, todavia, existe de fato no momento em que se dão os fluxos, movimento que só é compreendido no tempo e no espaço, que interconecta os fixos e os agentes participantes desse processo e que configura a estruturação e as articulações delas, dando sentido às funções e aos papéis que atribuímos a cada cidade ou conjunto delas.

Através dos fluxos, podemos compreender tanto o espaço quanto o movimento que o diferencia e o conecta no processo de reprodução do capital. Ainda mais, dado o contexto de globalização atual que obedece, entre alguns aspectos, a uma lógica própria das corporações multinacionais, que estabelecem redes de interações e fluxos globais.

2.2 Interações espaciais e corporações

Neste item, será destacada a relevância das múltiplas intensidades de interações espaciais como forma de territorialização das empresas e corporações multinacionais. O termo interação espacial foi cunhado pelo geógrafo estadunidense Edward Ullman em 1954 e popularizado a partir de seu livro *Geography As Spatial Interaction*, publicado em 1980. Desde então, diversos trabalhos têm sido publicados considerando a noção de 'interação espacial', sendo mais comum à sua aplicação em estudos de caso, seja através de trabalhos quantitativos sobre movimentos espaciais, seja em trabalhos qualitativos sobre ligações e contextos locais-globais. Apesar disso, poucos autores se dedicaram a desenvolver o conceito de interações espaciais: além do já citado Ullman, destacamos Camagni (2005) e Corrêa (1997), que utilizam esse conceito. Nesta pesquisa, utilizaremos com maior ênfase os trabalhos de Roberto Lobato Corrêa e as análises da obra de Edward Ullman, elaboradas por outros autores, como Catão, Reolon e Miyazaki (2010), Wang (2017) e Catelan (2013).

O termo 'interações espaciais', como explicado por Catão, Reolon e Miyazaki (2010), faz menção a uma ação recíproca de dois ou mais pontos no espaço, ou ainda, a interdependência entre áreas geográficas distintas. O termo 'áreas geográficas' ressalta a variabilidade da escala de realização dos estudos, que podem variar entre

diferentes áreas, e entre diferentes unidades político-territoriais, como municípios, regiões, estados, países, ou até mesmo entre continentes e blocos econômicos. Além disso, essas interações também podem ser caracterizadas em função de diferentes fluxos de bens diversos, tais como mercadorias, passageiros, migrantes, capital e informações (CATÃO; REOLON; MIYAZAKI, 2010).

Ullman define formalmente o conceito, propondo três condições interdependentes para a ocorrência de uma interação espacial: a complementaridade, a transferibilidade e a falta de oportunidades de intervenção. A complementaridade refere-se a uma demanda ou déficit de um produto em um local e uma oferta ou excedente do mesmo produto em outro local. Já a transferibilidade refere-se à possibilidade de interações entre os locais, superando a distância, o tempo e o custo. Ou seja, embora exista uma relação de oferta e demanda complementar entre os locais, nenhuma interação ocorrerá se o custo de transferência for maior do que os benefícios derivados. O terceiro e último fator refere-se à ausência ou insuficiência de oportunidades intermediárias entre dois locais complementares. Nesse caso, os fluxos que ocorreriam entre dois locais complementares podem ser desviados para um terceiro local, caso este seja uma alternativa complementar mais próxima com um custo geral de transporte mais barato (WANG, 2017).

No livro *Geography As Spatial Interaction*, Ullman apresenta as interações espaciais como, de acordo com sua avaliação, a própria Geografia. Catelan (2013, p. 47) defende uma visão da Geografia como “uma ciência do movimento, em que as dinâmicas, os processos, as interrelações entre os agentes decorrem do movimento da sociedade, que, ao longo do tempo, gera transformações e mudanças na realidade”. O autor almejava que o tema auxiliasse a conferir unidade a essa disciplina, que se tornava cada vez mais fragmentada. O que atualmente podemos observar é que não houve essa unificação da Geografia, assim como a própria temática das interações espaciais foi fragmentada em outros ramos, como a Geografia dos Transportes, a Geografia da População e a Geografia Cultural (CATÃO; REOLON; MIYAZAKI, 2010; CATELAN, 2013).

No Brasil, o geógrafo Roberto Lobato Corrêa tem se dedicado à temática e encorajado o uso do termo, assim como sua aplicação em estudos empíricos, indicando que essa temática apresenta uma renovada importância em um mundo que rapidamente tem suas interações espaciais complexificadas. Da mesma forma, Wang (2017) coloca que o entendimento sobre as interações espaciais desempenhou um

papel significativo na compreensão do desenvolvimento regional, principalmente porque a mobilidade global de pessoas e bens aumentou substancialmente desde a década de 1990.

Corrêa (1997, p. 279) define as interações espaciais como constituintes de um “amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico”. Elas podem apresentar intensidade, frequência, distância e direção variáveis. Também podem ser realizadas por diversos meios e velocidades e por diferentes propósitos. Podem ser migrações, deslocamentos pendulares, exportações e importações entre países, circulação da força de trabalho e da produção agrícola em direção às fábricas, circulação de mercadorias entre fábricas e distribuição varejista, o fluir de informações entre unidades de uma empresa, ou até mesmo uma ida ao cinema ou uma visita a parentes e amigos. Como diz Corrêa (1997), “interações espaciais em que, de uma forma ou de outra, estamos todos envolvidos”.

Há que se destacar a influência da distância sobre as interações espaciais. De modo geral, à medida que há um aumento da distância e, conseqüentemente, um aumento dos custos de transporte, de tempo e de esforço físico, verifica-se a diminuição da intensidade das interações. Os modelos de von Thünen, Weber e Christaller, assim como outros modelos gravitacionais que envolvem interações espaciais, estão fortemente calcados no papel da distância na explicação do uso agrícola da terra, da localização industrial, da hierarquia urbana e da atratividade de um centro nodal sobre outros (CORRÊA, 1997).

O economista italiano Roberto Camagni (2005) é um destes pesquisadores que desenvolveu estudos sobre interações espaciais, adotando o uso de modelos gravitacionais. Para o autor, as interações espaciais são entendidas como uma complexa rede de relações bidirecionais, que têm lugar em múltiplos níveis, desenvolvidas por toda atividade localizada sobre o espaço físico, para com o entorno que a rodeia - seja uma unidade produtiva, uma unidade demográfica ou uma cidade.

Ainda conforme Camagni (2005, p. 79, tradução nossa):

Essas relações parecem se organizar a partir de campos gravitacionais, sensíveis à dimensão das atividades localizadas no território e suas distâncias relativas. Cada ponto no espaço parece receber (e exercer) de fato uma influência que depende proporcionalmente da entidade das massas em jogo e inversamente proporcional à distância que o separa de todos os outros pontos no espaço.

Através dos modelos gravitacionais, Camagni procura medir, por um lado, a intensidade da interação entre um par de entidades e, por outro lado, medir uma "acessibilidade generalizada" de cada ponto do espaço em relação a todo o espaço que o rodeia. Para isso, elementos como a localização, distância, atratividade, impulso, limites territoriais e econômicos e a intensidade das interações territoriais são valorizados (CAMAGNI, 2005; CATÃO; REOLON; MIYAZAKI, 2010; CATELAN, 2013).

A distância também aparece na obra de Ullman que, de acordo com Catelan (2013, p. 48–49), “considera as características temporais e do ambiente como fatores que vão predeterminar a densidade de interações espaciais”. Sendo assim, Ullman valoriza a distância como elemento constituinte do conceito de interações espaciais, bem como o tempo e as características do ambiente, e as já citadas complementaridades, oportunidades de intervenção e transferibilidade.

No entanto, apesar da distância ser um elemento a ser considerado, sua importância precisa ser relativizada. Diferentes e específicos padrões culturais podem dar origem a interações espaciais reguladas por visões particulares da distância. Por exemplo, o papel da distância não é o mesmo entre pobres e ricos da sociedade capitalista, uma vez que se estabelecem distintos graus de mobilidade espacial. Na escala intraurbana, pessoas com rendas mais altas possuem mais condições financeiras de residir próximas ao núcleo central da cidade, ou em locais com mais acesso à infraestrutura urbana de transporte, enquanto pessoas de baixa renda residem em geral em áreas periféricas das cidades. Na realidade, toda concepção centro-periferia está fortemente assentada no efeito declinante da distância, independente da escala espacial (CORRÊA, 1997).

Além disso, os avanços tecnológicos direta ou indiretamente associados ao funcionamento das cidades também minimizam o papel da distância nas interações espaciais. Meios de transmissão de informações de forma instantânea, como a televisão, internet, celular e *smartphones*; meios de transporte cada vez mais rápidos e acessíveis, como trens de alta velocidade e aviões; reuniões e conferências virtuais através de vídeos-chamada online e aplicativos de celular que oferecem de modo instantâneo serviços como o de transporte particular, *delivery* de alimentos, reserva de hotéis e apartamentos de aluguel, bancos digitais, entre outros. O meio técnico-científico-informacional e a crescente superação do espaço pelo tempo transformam

as interações espaciais que, por sua vez, também transformam o espaço social (SANTOS, 1996).

As interações espaciais não dizem respeito apenas aos deslocamentos de pessoas, mercadorias, Capital e informação no espaço. Elas são parte integrante da existência e reprodução do processo de transformação social e, assim sendo, podem ser caracterizadas por especificidades e desigualdades. Apresentam especificidades no sentido de que, em cada contexto histórico e regional, um conjunto específico de variáveis influencia na configuração e na dinâmica das interações espaciais. E possuem desigualdades, uma vez que, na sociedade capitalista, nem todos têm acesso às modernas técnicas de transporte e comunicação, tornando determinados tipos de fluxos cada vez mais seletivos e excludentes. Assim, por um lado, refletem as diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas e, por outro, favorecem um lugar em detrimento de outro, ampliando as diferenças já existentes e transformando os lugares (CATÃO; REOLON; MIYAZAKI, 2010; CORRÊA, 1997).

Pode-se observar que há uma forte relação entre a sociedade e a natureza de suas interações espaciais. Durante e após o período da Revolução Industrial, poderosas inovações tecnológicas foram geradas – tais como o navio a vapor, as ferrovias e o telégrafo –, que complexificaram as interações espaciais. Já atualmente, com a emergência do meio técnico-científico-informacional, demandando progressiva superação do espaço pelo tempo, as interações espaciais têm se tornado cada vez mais intensas, amplas e rápidas (CORRÊA, 1997, 2016; SANTOS, 1996). Assim, estabelece-se uma crescente divisão territorial do trabalho que leva a uma maior articulação e complementaridade funcional entre áreas e cidades através de uma rede urbana cada vez mais fortemente articulada. Esse processo pode ser verificado com mais intensidade no âmbito das grandes corporações de empresas multinacionais.

Corrêa (2006, p. 255) caracteriza as corporações, “entre outros aspectos, pela ampla escala de operações, pela diversificação de suas atividades, pela segmentação de suas unidades componentes e pelas múltiplas localizações de unidades produtivas direta ou indiretamente controladas”. Pode-se complementar essa definição, ainda de acordo com Corrêa (1991, p. 62):

Uma grande corporação multifuncional e multilocalizada possui, no que se refere a sua espacialidade, não apenas diversas localizações, mas também intensas e complexas interações espaciais, envolvendo, de um lado, suas

próprias localizações e, de outro, numerosas empresas e grupos. Em outras palavras, o espaço de atuação da grande corporação é amplo, constituindo um meio vital para sua existência e reprodução ampliada. Este espaço é, por outro lado, submetido à ação da corporação, sendo diferencialmente alterado em suas dimensões e conteúdo social e econômico.

Por meio das interações espaciais, elas se constituem como importantes agentes da gestão do território, exercendo poderoso controle sobre a organização espacial e a dinâmica do território (CORRÊA, 1991).

As interações espaciais estabelecidas pelas corporações podem ser relacionadas à gestão empresarial e à administração, traduzindo-se em fluxos não-materiais vinculados às ordens e decisões; ou fluxos vinculados à produção, traduzindo-se em fluxos materiais e envolvendo matérias-primas, bens intermediários e produtos acabados. Esses dois tipos de fluxos estabelecidos pelas corporações são complementares entre si (CORRÊA, 1991).

A superação da distância física pelo tempo, através dos meios de circulação e comunicação, contribuiu para a internacionalização do capital produtivo e para a constituição e consolidação dessas grandes corporações que formam importantes e complexas redes de empresas localizadas e distribuídas mundialmente, sob o controle de 'holdings', em importantes centros urbanos de gestão do território. Assim, através de suas localizações estratégicas, essas corporações interferem na própria divisão territorial do trabalho (CORRÊA, 1997, 2016).

De modo geral, existem vários níveis hierárquicos do ponto de vista da gestão das corporações. Em um primeiro nível, estão as sedes das empresas, onde se localizam as atividades de gestão de nível superior, encarregadas de fixarem os objetivos e estratégias de longo prazo. Em um segundo nível, estão os centros de gestão empresarial de um nível inferior na hierarquia. Fala-se aqui da operacionalidade encarregada do controle das atividades de diversas unidades, dispersas em numerosos centros. Em um terceiro nível, estão os centros de gestão empresarial de um nível abaixo, onde se localizam as atividades responsáveis pelo controle das operações diárias (CORRÊA, 1997, 2016).

Da mesma forma, Oliveira (2018) assinala que, com vistas à sua reprodução, as corporações multinacionais definem a implantação das suas atividades e a divisão territorial do trabalho de forma hierárquica, em cidades-chaves em escala mundial, escolhidas a partir dos níveis de qualificação do trabalho, da renda e do grau de complexidade funcional de cada cidade ou região. O centro de gestão das operações

das organizações deve estar concentrado em grandes cidades globais, como Nova York, Tóquio, Frankfurt ou São Paulo. Já em relação aos centros urbanos menores, o autor (2018, p. 173) aponta que “ficariam a cargo de operações quotidianas pulverizadas, que demandam menor carga de qualificação profissional e menor simultaneidade das ações, respondendo assim, a problemas locais específicos.”

O que se observa então, no caso das corporações multinacionais, é a existência de fluxos de gestão das operações de mais alto nível, ocorrendo em grandes cidades globais ou cidades de mais alta hierarquia da rede urbana. Pires do Rio (1998, p. 63) define estes fluxos como aqueles com elevado grau de incerteza:

As informações com elevado grau de incerteza, para as quais é necessário um sistema de organização, referem principalmente ao “ambiente concorrencial” global sobre o qual o grupo, através do nível I, terá que trabalhar para definir suas estratégias e práticas espaciais. Sua característica mais evidente consiste na realização de alianças, joint-ventures, participações cruzadas cujo rebatimento espacial reflete interdependências entre regiões e unidades produtivas pelo efeito de sinergias. As decisões estratégicas são, portanto, tomadas na sede do grupo e requerem que o sistema de organização funcione como uma sucessão lógica de ordens e controle da informação.

Já os fluxos de matérias-primas, bens intermediários e produtos, ou seja, os fluxos que representam as operações cotidianas da empresa, ficam dispersos em centros de um nível mais baixo. Estes, são definidos por Pires do Rio (1998, p. 63) como aqueles com reduzido grau de incerteza, ou seja,

partem das unidades produtivas que integram a cadeia produtiva na condição de unidades elementares, supridoras de matérias-primas e/ou de produtos semielaborados em direção à sede; são informações de curto prazo que dizem respeito às quantidades a serem produzidas, ao ritmo de produção, à realização de investimentos, enfim, todo tipo de informação técnico-produtiva, ligada diretamente à produção.

Complementarmente, Corrêa (1997, p. 313) comenta que

Os fluxos de matérias-primas, bens intermediários e produtos finais no âmbito de uma complexa e multilocalizada corporação tendem a originar redes com múltiplos circuitos, refletindo padrões distintos e complexos de localização das diversas unidades da corporação, assim como a natureza, em parte complementar, das funções que cada unidade desempenha.

Dessa forma, entre as unidades produtivas são estabelecidas interações espaciais definidas de acordo com seus próprios interesses. Por meio disso, as

corporações exercem controle amplo e diferenciado no território. Conforme Corrêa (1992, p. 35), “este controle constitui-se em um dos meios através do qual a corporação garante com máxima eficiência a acumulação de capital e a reprodução de suas condições de produção”.

As corporações, assim, fazem um uso estritamente racional, seletivo e condicionador do território, na medida em que ele deve servir aos seus interesses. Como afirma Bomtempo (2012, p. 75), “esse movimento altera o conteúdo, as distâncias, as velocidades, as escalas e as relações estabelecidas entre os envolvidos nas diversas redes que produzem, estruturam e organizam o território de acordo com seus interesses”.

Da mesma forma, Pires do Rio (1998, p. 63) comenta que, através desses fluxos, a corporação estabelece uma interdependência “entre estrutura locacional, especialização produtiva e níveis de decisão, na medida em que quaisquer alterações nesses elementos têm implicações na criação, ampliação, direção e natureza dos fluxos entre as diferentes unidades”.

Nesse contexto, as corporações multinacionais se destacam, por buscarem alcançar essa “máxima vantagem sobre as estruturas técnicas” em escala global. Além disso, a expansão da escala de operações das multinacionais, adentrando mercados estrangeiros, representa a máxima expressão da expansão dos horizontes espaciais das operações dessas empresas. Ao adentrar outros países, vai ao encontro do próprio contexto da marcha do capitalismo e da tendência expansionista, comum das corporações (OLIVEIRA, 2018).

Isso está relacionado à própria origem da complexa trama espacial das corporações multinacionais que, conforme Oliveira (2018, p. 165), “decorrem da racionalidade que busca a integração de suas difusas unidades e pelo profícuo esforço que tenciona alcançar a máxima vantagem sobre as estruturas técnicas disponíveis”. Dessa forma, “suas práticas de gestão colaboram por alterar a ordem espacial preexistente” (OLIVEIRA, 2018, p. 165), o que acaba englobando, conforme Catão, Reolon e Miyazaki (2010, p. 237), uma “discussão sobre as desigualdades, uma vez que as ações e estratégias das grandes corporações (...) se dão de forma seletiva”. É dessa forma que a organização e os fluxos e interações dessas empresas no território, de um lado, refletem condições pré-existentes e, por outro lado, acabam por condicionar a dinâmica entre as cidades nas quais estão localizadas. Tal como Corrêa (2006, p. 270) comenta:

A distribuição espacial das atividades engendradas pela globalização obedece a uma combinação que envolve, de um lado, uma lógica própria às corporações, que não exclui a natureza da atividade a ser implantada, e, de outro, as possibilidades de cada lugar, que incluem as suas heranças e a ação empreendedora de grupos locais.

Assim sendo, concordamos com Maria Laura Silveira (2002, p. 11), ao afirmar que

as grandes empresas, globais e nacionais, usam o território nacional segundo suas aptidões para determinadas atividades. Assim, criam uma nova divisão territorial do trabalho, em função de seus circuitos de produção e distribuição, que vêm superpor-se a divisões pretéritas do trabalho, moldadas por outras empresas e pelo próprio Estado. A divisão territorial do trabalho interna às empresas termina criando uma expressão territorial do país.

Além disso, as grandes empresas, ao fazerem suas escolhas locacionais e estabelecerem sua própria divisão territorial do trabalho, não somente alteram a estrutura espacial das cidades onde se instalam, como também têm a capacidade de reafirmar a hierarquia ou a posição que as cidades ocupam na rede urbana. Assim, cabe agora apresentarmos os conceitos de divisão territorial do trabalho e circuito espacial produtivo.

2.3 Divisão territorial do trabalho e circuito espacial produtivo

A expressão divisão territorial do trabalho diz respeito, de fato, à territorialização da Divisão Social do Trabalho, ou seja, como o trabalho social se divide em um dado território. A noção de divisão do trabalho já foi tratada por Durkheim no livro *A Divisão do Trabalho Social* (publicado em 1893) e por Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (publicado em 1844), e em companhia de Engels, em *A Ideologia Alemã* (redigido entre 1845 e 1846, publicado em 1932) (SANTOS, 2005).

Para tratar do conceito de divisão territorial do trabalho, partiremos de Milton Santos (1996, 2005). De acordo com o autor (1996, p. 139), é “considerada como a repartição (ou no Mundo, ou no Lugar) do trabalho vivo. Essa distribuição, vista através da localização dos seus diversos elementos, é chamada de divisão territorial do trabalho” e pode também ser entendida como uma categoria analítica interna da noção de espaço.

Para a compreensão da atual divisão territorial do trabalho em nossa área de

estudo, é necessário que se entenda as formas herdadas – sejam as formas naturais ou o meio ambiente construído – de um dado espaço. De acordo com Santos (1996, p. 139), “as feições naturais do território, cuja influência era determinante no início da história, têm, ainda hoje, influência sobre a maneira como se dá a divisão do trabalho.”

Além das formas naturais, o espaço construído também se configura como uma forma herdada, condição para novas práticas em um dado território. Assim, uma plantação, um porto, uma estrada, a densidade ou a distribuição populacional são condições preexistentes, além de elementos que nos auxiliam a entender a estrutura hierárquica da rede urbana, e que condicionam e refletem a divisão territorial do trabalho (SANTOS, 1996).

A partir do meio natural, com a primeira presença do ser humano e da apropriação da natureza, transformando-a em um produto, intensificou-se a diferenciação e a diversificação social. Em um primeiro momento, no meio natural, o homem é criador, mas subordinado – ou seja, o homem não possuía controle sobre a natureza e estava condicionado ao seu meio. Com o avanço das invenções técnicas, o poder de intervenção e a autonomia relativa do homem são ampliados e, então, passa a haver uma maior distinção dos lugares e substituição dos objetos naturais por objetos técnicos construídos pelo homem (SANTOS, 1996).

Se observarmos a questão da forma, veremos que existem lugares do mundo em que, na atualidade, a dinâmica da natureza ainda exerce uma força de determinação e de condicionamento muito forte. Sobretudo, naquelas áreas do mundo que são muito dependentes da própria natureza, ou aqueles em que o componente técnico, científico e informacional ainda não estão presentes ou estão distribuídos desigualmente no território.

O predomínio da natureza sobre os espaços artificializados, sobretudo antes da Revolução Industrial e da instauração do Capitalismo no mundo ocidental, sempre condicionou a vida social, o desenvolvimento das cidades e das regiões. No momento em que a humanidade vai avançando e se apropriando do espaço natural, criando artefatos técnicos, científicos e começa a dominar a natureza, vai se estabelecendo uma relação de apropriação, de uso como recurso e de transformação da natureza em mercadoria. A partir de então, pode-se observar uma profunda diferenciação entre as regiões do mundo, já que esse processo não ocorre com a mesma intensidade e velocidade em todas as regiões. Com isso, a divisão territorial do trabalho proporciona diferenciação espacial entre as regiões, sendo que cada uma, assim, participa de

modo diferente da divisão territorial do trabalho, e em cada uma a divisão territorial do trabalho se apresenta de modo distinto e desigual. Nesse âmbito, algumas cidades ou regiões possuem papel de comando, dada a maior densidade técnica de capital, de informação, enquanto outras participam de modo subalterno e não comandam. É o que Milton Santos denomina de espaços do mandar e os espaços do obedecer (SANTOS, 1996).

Recursos se distribuem de forma diferente e desigual no mundo. Diferentes cidades vão se apropriar de formas diferentes dos recursos, sendo que elas são ao mesmo tempo resultado e condição da acolhida dos determinantes desses vetores da totalidade dos recursos. Por isso, são tanto um resultado quanto condição dessas atividades; por conta dessa distribuição desigual, mas também pela capacidade das pessoas, das firmas, das instituições de agirem, serão diferentes, implicando em uma hierarquia entre os lugares. O Capital é seletivo, pois escolhe áreas, regiões e países.

O espaço geográfico pode ser compreendido como uma acumulação desigual de tempos (SANTOS, 1996), revelando a coexistência entre diferentes temporalidades em um mesmo lugar, região ou território. Conforme Milton Santos (1996, p. 136), “cada lugar, cada subespaço, assiste, como testemunha e como ator ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho”, seja porque em cada momento histórico muda a divisão do trabalho, seja porque cada agente promove sua própria divisão do trabalho. Importa aqui reconhecer que “cada lugar é teatro de tempos externos múltiplos” (SANTOS, 1996, p. 139).

De tal modo, divisão territorial do trabalho é uma parte da Divisão Internacional do Trabalho e, da mesma forma, há uma desigual divisão dos recursos, do conhecimento, capital social, disponibilidade de cooperação e parceria entre os países. Os recursos distribuem-se desigualmente nas cidades, regiões e países do mundo. Ao mesmo tempo, a dinâmica de funcionamento do espaço geográfico no capitalismo implica em uma permanente articulação e conexão desses pontos no espaço, porque se essas áreas oferecem ou têm distintas condições de acessar recursos de um modo mais ou menos igualitário, as conexões e a circulação são fundamentais. Assim, a divisão territorial do trabalho apresenta-se com dois lados: um, com distribuição desigual das atividades do trabalho no território, e outro, que representa a articulação disso no território.

Outro condicionante para a configuração da atual divisão territorial do trabalho são as chamadas rugosidades, conceito desenvolvido igualmente por Milton Santos.

Segundo o autor (1996), as rugosidades são todas as formas construídas no tempo passado e que, ou continuam tendo o mesmo aproveitamento, ou passam a ter um novo uso para atender as demandas do período atual no processo de reprodução do capitalismo. Nesse sentido, Santos (1996, p. 141) comenta que

o trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer. A atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores. E a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas.

Santos (1996) relaciona à passagem do tempo na pele a passagem do tempo no espaço, para afirmar que a divisão territorial do trabalho frequentemente é considerada como a repartição não só do trabalho ainda existente, mas também do trabalho que existia em uma dada área. Essa estrutura e esse espaço são construídos historicamente, evidenciando as heranças presentes no espaço, as características pré-existentes, que condicionam novas práticas.

Além disso, vale destacar, de acordo com Santos (2005, p. 99), que nesse processo de mudanças no contexto da divisão territorial do trabalho em um território,

quando uma atividade nova se cria em um lugar, ou quando uma atividade já existente aí se estabelece, o “valor” desse lugar muda; e assim o “valor” de todos os lugares também muda, pois o lugar atingido fica em condições de exercer uma função que outros não dispõem e, através desse fato, ganha uma exclusividade que é sinônimo de dominação.

Ou seja, indiretamente, todos os lugares são atingidos quando a divisão territorial do trabalho conduz a uma alteração dos processos sociais. As hierarquias são alteradas entre os centros urbanos e é imposta é uma nova ordem espacial que concerne à totalidade dos lugares (SANTOS, 2005).

Porém, recursos são abstratos se não forem relacionados ao espaço – eles precisam ter essa perspectiva espacial. E, segundo Santos e Silveira (2001, p. 143), a “repartição das atividades entre lugares e a divisão territorial do trabalho pode nos dar apenas uma visão mais ou menos estática do espaço de um país”. Assim,

para entender o funcionamento do território é preciso captar o movimento, daí a proposta de abordagem que leva em conta os circuitos espaciais da produção. Estes, são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 143)

O circuito espacial de produção envolve a dimensão geográfica dos processos de acumulação distribuídos nas etapas de produção, distribuição, comércio e consumo, ou seja, desde o início do processo até o seu consumo final. Os circuitos produtivos são definidos pela circulação de produtos, isto é, a circulação de fluxos materiais (mercadorias, pessoas) pelo espaço (LIMA; FACCIN, 2019).

Complementarmente, Castillo e Frederico (2010, p. 463, **negrito nosso**) indicam que

A noção de **circuito espacial produtivo** enfatiza, a um só tempo, a centralidade da circulação (**circuito**) no encadeamento das diversas etapas da produção; a condição do espaço (**espacial**) como variável ativa na reprodução social; e o enfoque centrado no ramo, ou seja, na atividade produtiva dominante (**produtivo**).

Ou seja, a circulação ganha destaque, bem como a categoria de espaço, demonstrando o caráter essencial dos fluxos e das interações espaciais para realização da produção em um dado território. Por sua vez, o termo produtivo advém da análise centrada em um dado ramo, envolvendo uma gama variada de agentes, sobretudo as empresas e as grandes corporações (CASTILLO; FREDERICO, 2010). Castillo e Frederico (2010, p. 464) ainda comentam que os circuitos espaciais produtivos nos oferecem, “a cada momento, a situação de cada fração do espaço em função da divisão territorial do trabalho”.

Esse tipo de análise mostra o uso diferente do território por parte das empresas, das instituições e dos indivíduos e permite compreender a hierarquia das cidades e regiões em diferentes escalas. Em muitos casos, e em especial no caso das grandes corporações multinacionais, esses circuitos espaciais de produção são formados não somente por relações horizontais, mas também verticais – ou seja, integrando centros de comando que não necessariamente ocorrem no próprio local, e sim por agentes de regiões distantes ou de outros países (LIMA; FACCIN, 2019; SANTOS; SILVEIRA, 2001)

Ainda, Silva (2014, p. 80) indica que o circuito espacial produtivo envolve relações entre empresas de diversos ramos e portes e é formado por um conjunto de redes geográficas que se entrelaçam e se sobrepõem ao território, de modo que,

nessa condição, um circuito espacial da produção é composto por várias

redes geográficas que formam o processo produtivo de uma dada empresa e mobiliza fluxos materiais e imateriais para produzir um espaço de fluxos horizontal e verticalmente.

Partindo da ideia de Santos e Silveira (2001, p. 153), ao afirmarem que “as grandes empresas organizam suas atividades criando circuitos espaciais de produção e que para funcionar, elas devem regular seus processos produtivos – hoje dispersos no território – sua circulação, sua contabilidade etc.”, Silva (2014, p. 79) comenta que

essa acepção permite considerar que a formação dos circuitos espaciais da produção é mais comum entre as grandes empresas, porque elas conseguem gerenciar a circulação dos fluxos materiais em trânsito ou dispersos no território, manter relações interempresariais duradouras com estabelecimentos sediados distantes e regular parte dos processos que envolvem os fluxos imateriais.

Concordamos com Castillo e Frederico (2010, p. 470), ao afirmarem que “a maneira como cada agente se insere no circuito espacial produtivo e a forma como constituem suas relações revelam uma hierarquia. Aqueles que conseguem controlar a circulação, colocando a produção em movimento, são os que detêm o poder”. É o caso da região dos Vales, que será estudada nesta dissertação, que, sob a influência de grandes corporações, se especializou em determinadas etapas dos circuitos espaciais do tabaco e da carne de frango, ampliando a divisão territorial do trabalho e tornando-se submissa a ordens e lógicas externas.

Verifica-se que as redes urbanas, a divisão territorial do trabalho e, complementarmente, os circuitos espaciais produtivos, são um caminho para discutir e interpretar relações entre regiões e cidades, em diferentes escalas, podendo ajudar na compreensão das dinâmicas existentes no território. Isso tem se convertido em grande importância em um cenário global de complexas interações e com relações cada vez mais amplas mediante as crescentes articulações de empresas multinacionais.

Para compreender como a discussão aqui apresentada se faz presente na economia do mundo e do território, tomamos como exemplo empírico a configuração da divisão territorial do trabalho e das redes técnicas das empresas multinacionais, dos setores de produção do tabaco e de produção da carne de frango, na região dos Vales-RS. Mais especificamente, optamos pela compreensão da divisão territorial do trabalho e sua relação com as redes urbanas dos Vales do Taquari e Rio Pardo, por meio de análise de dados secundários. Recorremos a fontes bibliográficas e

documentais para evidenciar que as regiões possuem características únicas, tanto históricas quanto culturais, que tornam este estudo uma contribuição para pesquisas acerca do desenvolvimento regional e do planejamento urbano, enquanto campos do conhecimento.

2.4 Método e procedimentos metodológicos

A pesquisa constitui-se em um estudo de caso, de modo que esse delineamento de pesquisa permitiu a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro do contexto estudado. Como um estudo de caso, busca-se descrever a situação do contexto em que ocorre determinada investigação e explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas, que não possibilitem a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 2010).

Esta pesquisa pode ser classificada sob os diferentes aspectos. Sob o ponto de vista da forma de abordagem do problema, pode-se identificá-la como uma pesquisa qualitativa. De acordo com Sampieri et al. (2013, p. 33-34), esse tipo de pesquisa se caracteriza por utilizar “a coleta de dados sem a medição numérica para descobrir ou aprimorar perguntas de pesquisa no processo de interpretação”. Nesse sentido, a coleta de dados será feita a partir de análises documentais e bibliográficas. Outros pontos que contribuem para que a pesquisa se caracterize como qualitativa podem ser apresentados. Podemos citar também a imersão inicial no campo, sensibilizando-nos com o ambiente em que o estudo é realizado e verificando a factibilidade do estudo, e a não existência de um processo claramente definido, ou seja, a coleta e a análise são fases passíveis de serem realizadas simultaneamente, sendo necessário retornar às etapas anteriores da pesquisa (SAMPIERI et al., 2013).

Sob o ponto de vista de seus objetivos, trata-se de uma pesquisa explicativa, na qual o objetivo primordial é identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2012, p. 28).

Os procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa foram predominantemente as pesquisas documental e bibliográfica. Grande parte da coleta e análise de dados é feita mediante a busca de dados secundários, sejam estudos e tabelas estatísticas organizadas pelo IBGE e órgãos governamentais, sejam relatórios de empresas e de sindicatos. De modo complementar, utiliza-se a pesquisa bibliográfica para, por meio de material já elaborado, como livros e artigos científicos,

compreender a realidade regional (GIL, 2012, p. 50–51).

Podemos ainda considerar a contribuição de Corrêa (2006, p. 292), que indica que as interações espaciais podem ser descritas a partir de informações de uma “lenta e cara pesquisa envolvendo questionários sobre comportamento espacial das empresas, instituições e consumidores em relação a numerosos bens e serviços”, ou considerando “informações com base em um único indicador, o qual é admitido como sendo capaz de descrever de modo sintético o conjunto ou grande parte do conjunto das interações espaciais” (CORRÊA, 2006, p. 292). Nesta dissertação, optamos pela segunda opção, considerando a divisão territorial do trabalho das cadeias de produção do tabaco e da carne de frango, dentro do recorte espacial da região dos Vales-RS.

Mais especificamente, os procedimentos metodológicos serão descritos nos tópicos a seguir.

2.4.1 Pesquisa bibliográfica

Inicialmente, foi feita uma revisão teórica e conceitual por meio de revisão bibliográfica acerca dos conceitos de rede urbana, interações espaciais e divisão territorial do trabalho. Também foi feita revisão bibliográfica em teses e dissertações sobre a formação histórica regional e sobre as cadeias produtivas da carne de frango e do tabaco, e a análise do material ocorreu mediante a elaboração de fichamentos em arquivos do Word.

2.4.2 Pesquisa documental e coleta de dados secundários

A coleta de dados foi feita a partir dos dados mais recentes, em sua maior parte, disponíveis de forma livre e gratuita na internet. Em função da pandemia da Covid-19, o Censo Demográfico de 2020 foi adiado para 2021, de modo que, apesar da defasagem de 10 anos, foi preciso utilizar alguns dados do ano de 2010.

Buscou-se inicialmente caracterizar a região de forma socioeconômica, além de entender sua rede urbana e quais são seus setores produtivos predominantes. Para a **caracterização regional socioespacial** foram obtidos através do IBGE, no que se refere aos dados do Censo Demográfico de 2010, ao PIB *per capita* e VAB de 2017 e à população total estimada por município de 2020. Outra fonte de dados foi o Atlas Brasil (2010), no que se refere ao IDHM e à renda média *per capita*. Com relação

à **caracterização da produção rural regional**, especialmente no que se refere à produção agrícola de lavoura temporária de tabaco e da produção pecuária de carne de aves e de suínos, utilizou-se dados do IBGE referentes à Produção Agrícola Municipal (2018); Produção da Pecuária Municipal (2018) e o Censo Agropecuário (2017). Já para caracterizar a **rede urbana regional**, utilizamos dados dos estudos do IBGE Região de Influência das Cidades - REGIC 2018 e Gestão do Território Empresarial (2014), além do Censo Demográfico de 2010 para coletar dados referentes aos deslocamentos Pendulares para trabalho e estudo. Após isto, identificamos de forma exploratória **empresas presentes na região dos Vales ligadas às cadeias de produção de carne e de produção de tabaco**, através de dados do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de 2019, da Receita Federal. Esses dados foram obtidos através da compra e download de uma lista de empresas, organizadas por CNPJ, através do site Listas de Empresa, em novembro de 2019 (LISTAS DE EMPRESA, 2019). Os dados fornecidos são organizados conforme o site da Receita Federal, de acordo com os municípios e os setores CNAE escolhidos. A lista foi elaborada para todos os 59 municípios da região dos Vales, selecionando todas as empresas dos ramos de atividade relacionados à produção de carne de aves e à produção de tabaco e cigarros. Assim, podemos visualizar um panorama geral das quantidades e da localização das empresas destes setores presentes na região.

Dada a incerteza quanto à metodologia utilizada pelo site *Listas de Empresa* para gerar as listas, utilizamos a planilha Excel gerada pelo site meramente de forma exploratória. De modo a obter maior rigor metodológico, após essa identificação inicial das empresas, seus cadastros foram conferidos e verificados no site Consulta CNPJ, da Receita Federal, e através do registro de estabelecimentos produtores de carne, do MAPA, em julho de 2020. As localizações e a existência das principais empresas foram conferidas durante as saídas de campo e, complementarmente, foram utilizadas matérias de jornais para verificar a situação atual de algumas das empresas identificadas pela pesquisa.

As empresas selecionadas e identificadas no setor de tabaco são as multinacionais *Philip Morris Brasil S.A.* e *Philip Morris Brasil Industria e Comercio Ltda.* (Subsidiárias da Philip Morris International - PMI); *Souza Cruz Ltda.* (Subsidiária da British American Tobacco - BAT); *JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda.* (Subsidiária da Japan Tobacco International - JTI); *Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda.* (Subsidiária da Alliance One International); *Universal Leaf Tabacos*

Ltda. (Subsidiária da empresa de mesmo nome). No setor da carne de frango, foram identificadas duas empresas multinacionais: a *BRF S.A.* (Empresa resultante da fusão das empresas nacionais Sadia e Perdigão) e a *JBS Aves Ltda. e Seara Alimentos Ltda.* (Empresas do Grupo JBS).

Uma ressalva deve ser feita em relação às empresas de produção de carne de frango, no Vale do Taquari. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, identificamos que as duas cooperativas *Dália Alimentos* e *Languiru* e a empresa *Companhia Minuano Alimentos*, mesmo sendo empresas nacionais, com plantas industriais localizadas somente nos municípios do Vale do Taquari, são importantes no contexto da divisão territorial do trabalho do setor, na região, seja pelo alto número de trabalhadores industriais envolvidos e grande número de produtores integrados, seja pelo amplo uso do território regional. Por isso, para tratar da divisão territorial do trabalho, da cadeia do frango de corte, e suas implicações na rede urbana regional, não pudemos ignorar o papel dessas empresas e optamos por incluir também as análises sobre elas.

Ainda, buscamos:

- a) Identificar as **sedes e filiais dessas empresas**, suas localizações e atividades principais, através de dados do MAPA (2020), da Receita Federal (2020) e de sites institucionais e relatórios anuais;
- b) Identificar o **número de trabalhadores industriais dessas empresas**, através de dados da RAIS (2018) obtidos por meio do contato direto com a Coordenação de Estatísticas e Estudos do Trabalho do Ministério da Economia;
- c) Caracterizar a **produção industrial regional**, utilizando dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2018), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) (2018) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (2020);
- d) Entender o **perfil e as características dos trabalhadores rurais e industriais** das cadeias produtivas do tabaco e da carne de frango, utilizando dados da RAIS (2018), CAGED (2018) e do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE;
- e) Localizar as **empresas fornecedoras de insumos e prestadoras de serviços** para as empresas selecionadas, identificando quais são as empresas internas e externas à região dos Vales, através da Receita Federal (2020), bibliografia, sites institucionais, relatórios anuais das empresas, revistas e anuários sindicais.

- f) Buscar dados relativos à **exportação de tabaco e de carne de frango** da região, procurando entender o total exportado por município e o destino das exportações, através do COMEX STAT (2018), e a via pela qual é realizada a exportação e agrupamento de dados de exportação, através da EMPRAPA (2020).

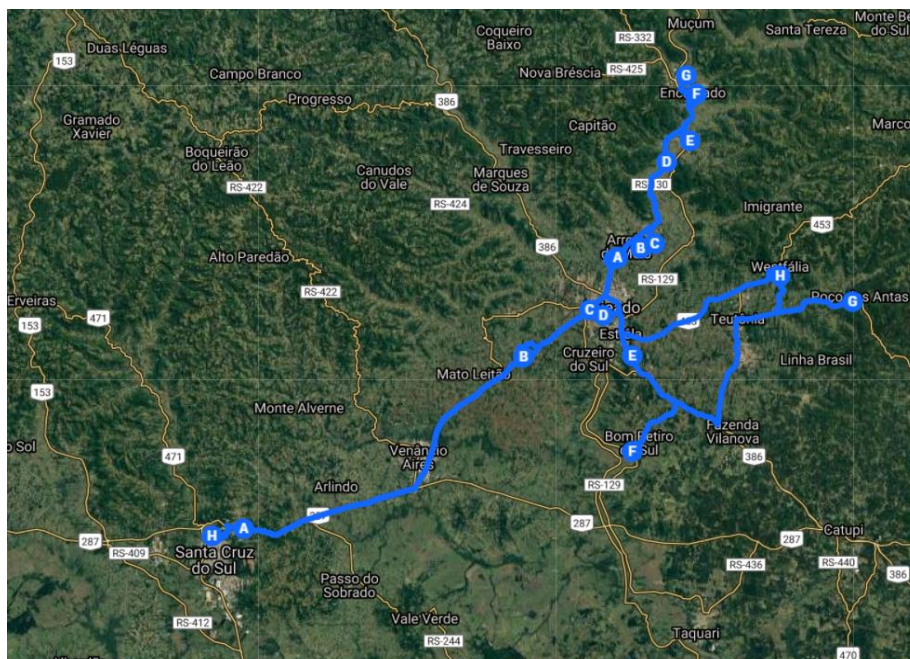
2.4.3 Observação não-participante

Para auxiliar na compreensão e na análise dos dados coletados, foram realizadas duas saídas de campo, com apoio de veículo particular próprio, em dia de semana e em horário comercial, para reconhecimento visual das instalações físicas e das localizações das empresas, bem como da área urbana geral dos municípios onde estão localizadas. Dado o contexto pandêmico em que esta pesquisa foi realizada, o reconhecimento de campo foi feito de dentro do carro, com utilização de máscara facial, com poucas caminhadas nos centros urbanos, e sem contato com outras pessoas.

O roteiro da saída de campo foi definido buscando visitar o local das principais plantas industriais, além de visitar seus entornos próximos e os centros urbanos dos municípios em que estão localizadas, para reconhecer e entender a estrutura urbana dos municípios. Em uma primeira saída de campo foram visitadas as principais empresas do setor de produção de carne de frango, como apresentado na Figura 1 e na

Tabela 1. Partiu-se de Santa Cruz do Sul às 8:00 do dia 15 de julho de 2020, quarta-feira, com retorno às 18:00 do mesmo dia.

Figura 1 – Roteiro da primeira saída de campo: principais empresas do setor de produção da carne de frango na região do Vale do Taquari



Elaborado por Carolina Faccin, no software Google My Maps.

Tabela 1 - Roteiro da primeira saída de campo: principais empresas do setor de produção da carne de frango na região do Vale do Taquari

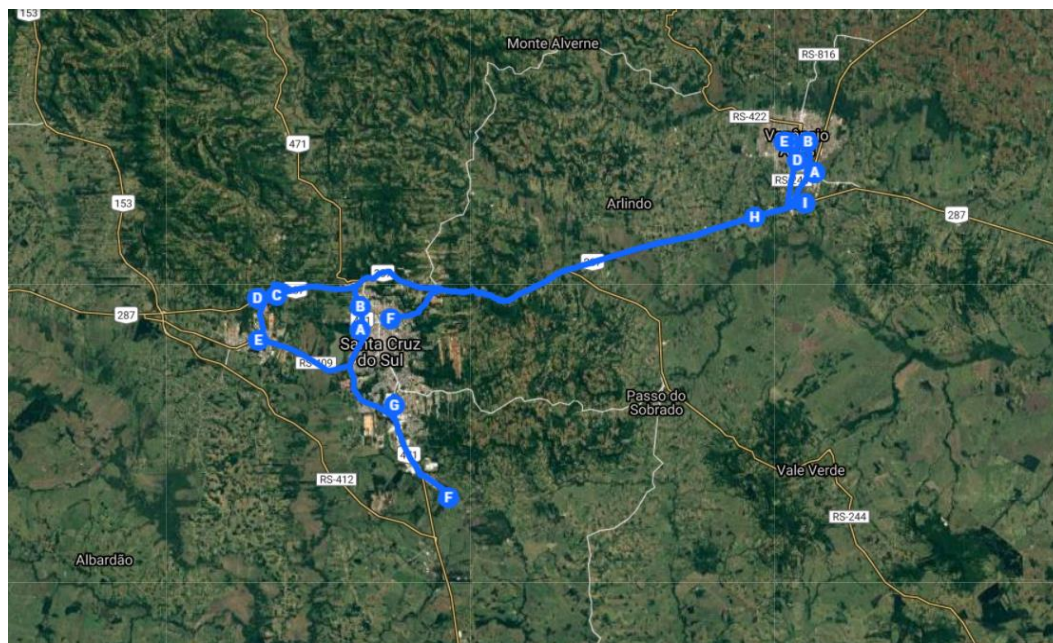
Município	Item	Localização
Cruzeiro do Sul	B	FAROS Indústria de Farinha de Ossos
Lajeado	C	Frigorífico BRF
Estrela	D	Frigorífico Minuano
Estrela	E	Cooperativa Languiru Ltda - Fábrica de Rações
Bom Retiro do Sul	F	Fábrica de embutidos JBS
Teutônia (bairro Languiru)		Sede administrativa, supermercado, incubatório e agrocenter Languiru
Poço das Antas	G	Frigorífico de abate de suínos Languiru
Westfália	H	Frigorífico de abate de aves Languiru
Arroio do Meio	A2	Fábrica de aditivos e condimentos alimentícios da Bremil
	A2	Fábrica de rações Minuano
	B2	Fábrica de embutidos Minuano
	C2	Fábrica de rações BRF
	D2	Frigorífico de abate de aves e fábrica de rações Dália
Roca Sales	E2	Fábrica de embutidos JBS
Encantado	F2	Fábrica de rações, frigorífico de abate de suínos e supermercado da Cooperativa Dália

Elaborado por Carolina Faccin.

Já na segunda saída de campo foram visitadas as principais empresas do setor de produção de tabaco, como apresentado na Figura 1 e na

Tabela 1. Partiu-se do centro de Santa Cruz do Sul às 13:30 do dia 21 de julho de 2020, terça-feira, com chegada ao ponto de partida às 16:00 do mesmo dia.

Figura 2 - Roteiro da segunda saída de campo: principais empresas do setor de produção do tabaco no Vale do Rio Pardo



Elaborado por Carolina Faccin, no *software* Google My Maps.

Tabela 2 - Roteiro da segunda saída de campo: principais empresas do setor de produção do tabaco no Vale do Rio Pardo

Município	Item	Localização
Santa Cruz do Sul	A	A. Recon Inc. Brasil - Indústria e Comércio de Tabacos Ltda.
	B	B. TNH - Tabacos Novo Horizonte
Vera Cruz	C	C. ITB - International Tobaccos Business Ltda.
	D	D. CLP Tabacos do Brasil
	F	F. CTS Tabacos
Santa Cruz do Sul (bairro Distrito Industrial)	F-G	Premium Tabacos do Brasil Japan Tobacco International Souza Cruz Phillip Morris International Universal Leaf Tabacos
Venâncio Aires	H	Special Brazilian Tabacos
	I	UTC Brasil Indústria e Comércio de Tabaco Ltda.
	I	Tabacos Marasca
	A2	Brastabaco Indústria Brasileira de Tabacos S/A
	B2	Alliance One Brasil - Unidade de Compra e Processamento
	C2	Alliance One Brasil - Centro Administrativo
	D2	Alliance One Brasil
	E	China Brasil Tabacos Exportadora S.A.

Elaborado por Carolina Faccin.

2.4.4 Entrevistas semiestruturadas (não realizadas)

Estavam previstas no projeto de pesquisa oito entrevistas semiestruturadas com representantes sindicais de trabalhadores industriais e rurais, e representantes

de empresas, sendo quatro deles da região do Vale do Taquari, em torno da cadeia de produção da carne de frango, e quatro da região do Vale do Rio Pardo, referente à cadeia de produção do tabaco.

Foram elaborados roteiros para as entrevistas e identificados possíveis entrevistados. O projeto de pesquisa foi submetido à Comissão de Pesquisa de Arquitetura, da UFRGS, onde foi aprovado e, na sequência, submetido à Plataforma Brasil. Porém, uma vez que o Comitê de Ética e Pesquisa da UFRGS (CEP) foi temporariamente suspenso em função dos efeitos da pandemia e do isolamento social, os projetos de pesquisa passaram a ser redirecionados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) na Plataforma Brasil, para outros CEPs de Porto Alegre ou de instituições do RS. No caso da presente pesquisa, o projeto foi encaminhado ao CEP do IPA, cabendo a eles a análise e emissão de pendências e adequações. No entanto, o retorno dado foi o seguinte: “informamos a recusa do projeto devido à grande demanda, neste momento, deste CEP para avaliação.”

Ainda assim, houve tentativas de realizar as entrevistas, mesmo com a recusa de avaliação pelo CEP. Entramos em contato por telefone e e-mail com três, dos quatro entrevistados do Vale do Taquari, sendo que houve o retorno de dois deles, recusando a entrevista sem muitas justificativas, e um não deu retorno.

Muitos podem ser os motivos para tais recusas, mas acreditamos que o contexto atual de pandemia possa ter contribuído para isso. Primeiro, pelo redirecionamento da Plataforma Brasil a um CEP sobrecarregado. Segundo, talvez a impossibilidade de contatos pessoais presenciais tenha dificultado uma primeira aproximação com os possíveis entrevistados. Por fim, é possível que o contexto de pandemia tenha sobrecarregado até mesmo as empresas das cadeias – e, principalmente, os frigoríficos de abate de aves, focos de disseminação da Covid-19, detalhe que aprofundaremos ao longo da pesquisa – que precisaram redobrar os cuidados nos ambientes de trabalho para evitar a contaminação de funcionários, além da necessidade de as empresas atentarem para declarações públicas, no contexto da pandemia, que possam colocar a imagem da empresa em risco.

Por conta dessa situação inusitada, optamos pela não realização das entrevistas, mas somente pelo uso dos dados, documentos e bibliografia disponíveis gratuitamente na internet; ou bibliografia emprestada ou comprada através de lojas online.

2.4.5 Finalização da pesquisa

Por fim, os dados coletados foram organizados em tabelas através do *software* Microsoft Office Excel e representados em mapas temáticos através do *software* de geoprocessamento QGis e do *software* de tratamento de imagens vetoriais Adobe Illustrator. Por meio dos mapeamentos, buscamos facilitar a visualização dos dados coletados, auxiliar na compreensão visual da análise e deixar visível as relações espaciais entre a divisão territorial do trabalho e a rede urbana regional.

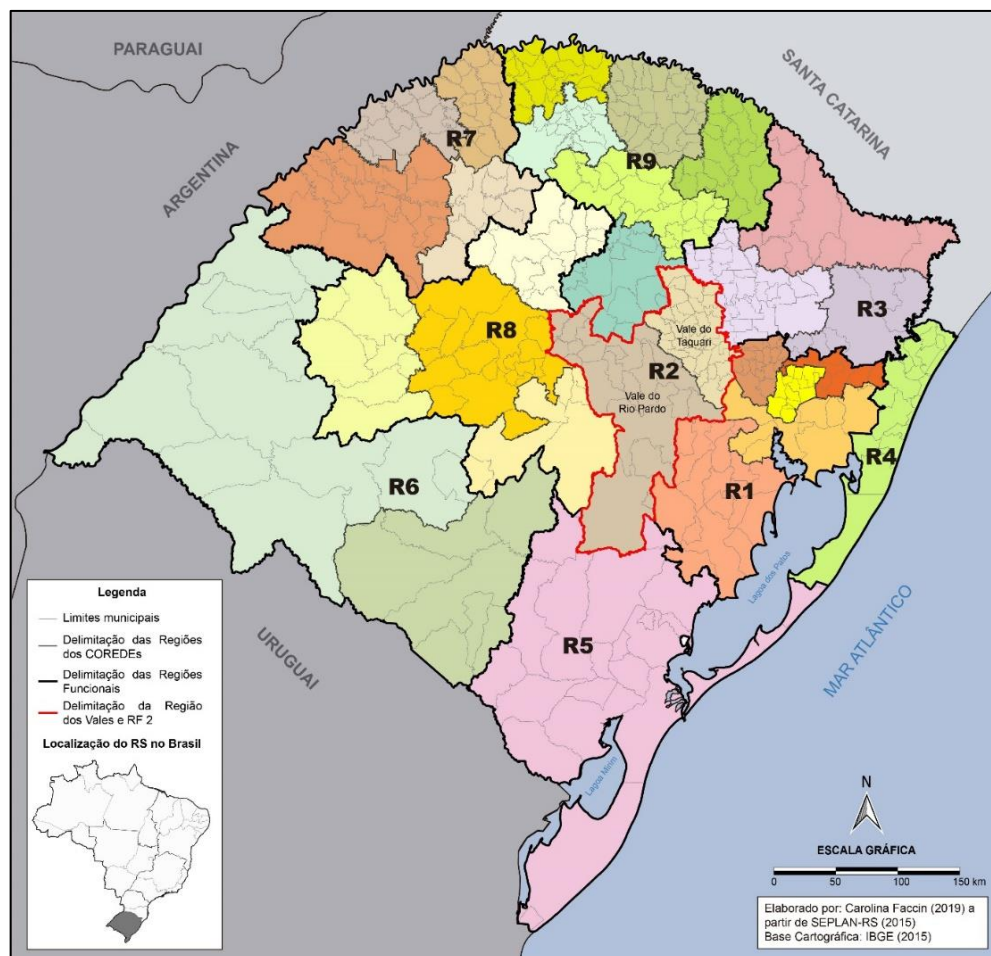
3 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DOS VALES E DA SUA REDE URBANA

Este capítulo tem como objetivo explicitar a estrutura, organização e funcionamento da região e da rede urbana da região dos Vales. Para isso, em sua primeira parte, será apresentada a caracterização da região através de dados político-administrativos e demográficos, partindo principalmente de dados do IBGE (2010) e da SEPLAG e DEPLAN (RIO GRANDE DO SUL, 2015c). Na sequência, apresentaremos sua rede urbana, a partir de dados da REGIC – 2018, estudo do IBGE. Em um tópico seguinte, buscaremos caracterizar a região a partir de indicadores socioeconômicos como o PIB per capita, IDHM e renda média per capita. Em uma quarta parte, analisaremos a região do ponto de vista da sua economia e produção agroindustrial, introduzindo as duas principais cadeias produtivas da região, a do tabaco e a da carne de frango. Por fim, apresentaremos outros dados sobre fluxos, que poderão nos auxiliar a compreender melhor a dinâmica existente entre os municípios da região, notadamente dados relativos aos deslocamentos pendulares para trabalho e estudo (IBGE, 2010) e dados do estudo sobre os Fluxos de Gestão do Território, do IBGE de 2014. Por fim, em um último tópico, é realizada uma síntese.

3.1 Caracterização político-administrativa da região

Iniciaremos, neste primeiro item, apresentando os limites político-administrativos do objeto empírico do estudo, a região dos Vales. Definida como recorte espacial, a região dos Vales está localizada na zona centro oriental do Estado do Rio Grande do Sul, sul do Brasil, correspondendo à Região Funcional de Planejamento 2 do Governo Estadual (RF 2), formada pelo agrupamento das sub-regiões contíguas dos COREDEs do Vale do Rio Pardo e do Vale do Taquari. A Figura 3 apresenta sua localização no contexto do Rio Grande do Sul.

Figura 3 – Localização da região dos Vales (RF 2) e COREDEs Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari no Rio Grande do Sul



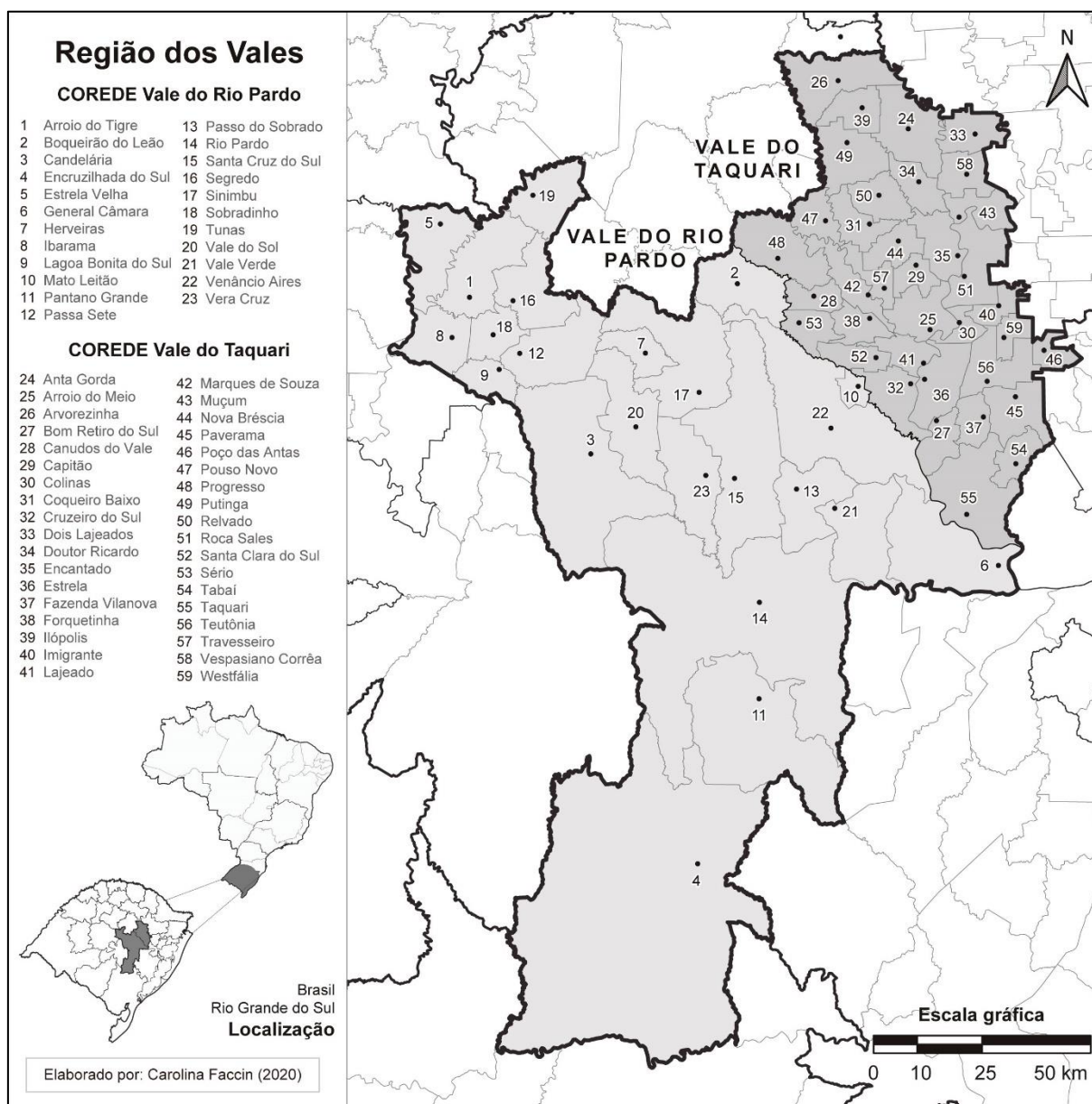
Elaborado por Carolina Faccin, a partir de RIO GRANDE DO SUL (2015c).

Os municípios que constituem cada um dos COREDEs estão representados na Figura 4 e são os seguintes:

- Vale do Rio Pardo, composto por 23 municípios: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.
- Vale do Taquari, composto por 36 municípios: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Ilópolis, Imigrante, Lajeado, Marques de Souza, Muçum, Nova Bréscia, Paverama, Poço das

Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Tabaí, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Vespasiano Corrêa, Westfália e Sério.

Figura 4 – Os municípios pertencentes à região dos Vales – RS



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de IBGE (2018a).

A região apresentava em 2010 uma população total de 745.864 habitantes³ em uma área territorial de 18.082,86 Km², com uma densidade demográfica de 41,25

³ Segundo o IBGE (2020a), a população total da região foi estimada em 805.503 habitantes e densidade demográfica de 44,78 hab/km².

hab/km². A população da região é predominantemente urbana, sendo que 68% reside em área urbana e 32% em área rural. Apesar da predominância da população urbana na região, dos seus 59 municípios, 35 apresentam mais de 50% da população residindo no meio rural (IBGE, 2010).

A região dos Vales pode ser dividida em três zonas distintas. A primeira, refere-se à parte central e norte do Vale do Rio Pardo, caracterizada por uma estrutura fundiária formada por pequenas propriedades rurais, vinculadas à agricultura familiar, e pela produção de tabaco e milho. A segunda, refere-se à região do Vale do Taquari, com a presença de pequenas propriedades rurais, vinculadas à agricultura familiar, cuja produção principal é constituída pela criação de frangos, suínos e produção de laticínios. Por fim, a terceira porção, refere-se à parte sul do Vale do Rio Pardo, que conta com a presença de médias e grandes propriedades rurais, centros urbanos mais esparsos, baixa densidade populacional, e que tem se especializado nas produções de arroz e soja, na criação de gado bovino e na silvicultura.

Podemos entender a região dos Vales como também inserida em um espaço de transição entre as regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Caxias do Sul, ora ligando-se fortemente com a metrópole ou com o centro regional, ora polarizando o seu próprio território (RIO GRANDE DO SUL, 2015c). Assim, conforme o perfil regional da Região Funcional 2, desenvolvido pela SEPLAG e DEPLAN (RIO GRANDE DO SUL, 2015c, p. 26),

a Região tende a absorver alguns dos benefícios advindos do movimento de desconcentração concentrada das áreas metropolitanas de Porto Alegre e de Caxias do Sul, devido à proximidade e acessibilidade, reforçadas por fatores locacionais, como menores custos da terra e de mão de obra, disponibilidade de recursos humanos capacitados e boa infraestrutura.

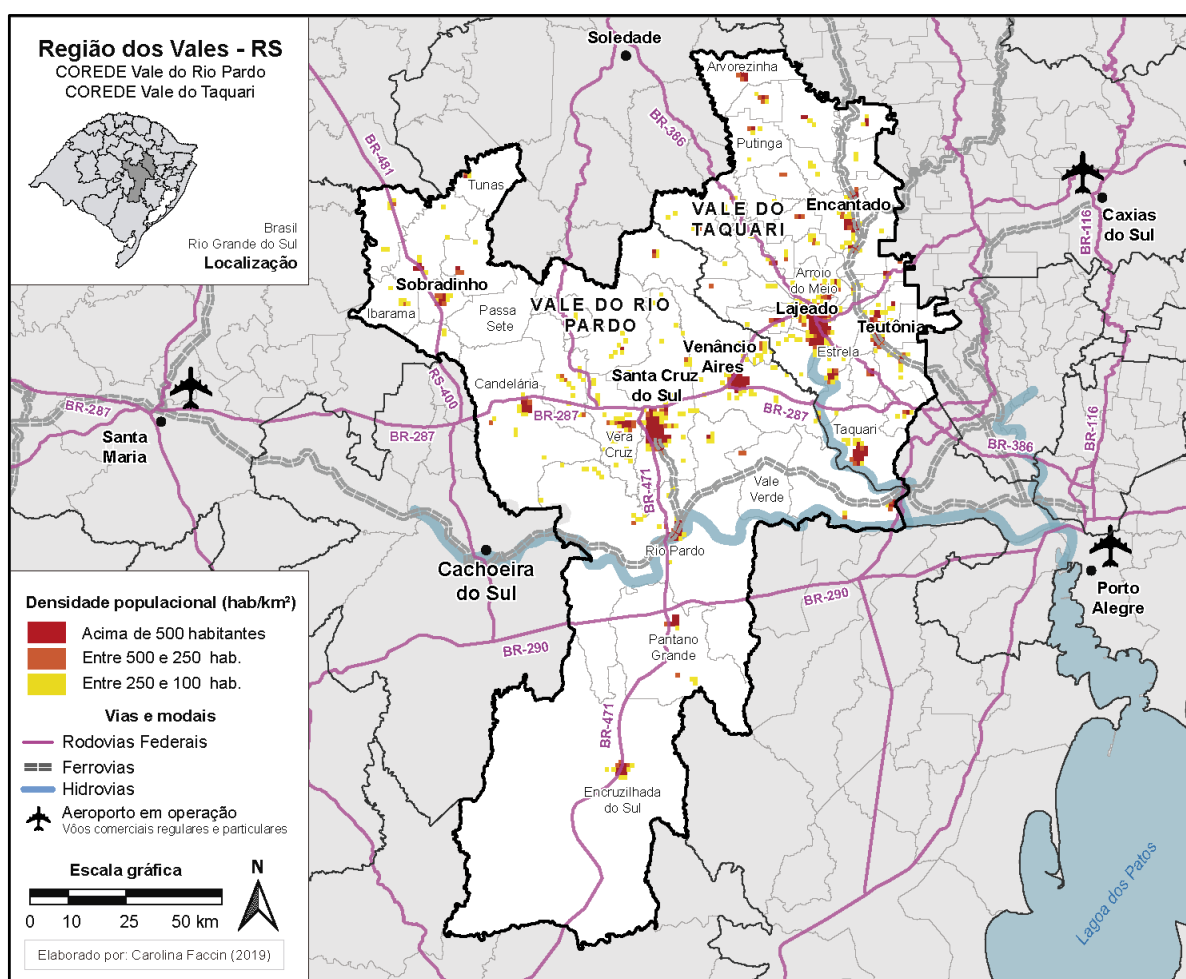
Na região, destacam-se as cidades de Santa Cruz do Sul e Lajeado, com população estimada em 2020 de 131.365 e 85.033 habitantes respectivamente, notadamente os maiores municípios em termos populacionais, além de se configurarem como os principais centros urbanos da região (IBGE, 2020a).

Conforme Silveira et al. (2019, p. 72), estas cidades podem ser entendidas como cidades médias graças ao expressivo contingente populacional das mesmas, em relação à região em que estão inseridas e aos seus papéis de intermediação de fluxos entre a metrópole Porto Alegre para com os municípios de seu entorno. Os autores ainda destacam os papéis das duas cidades como centros de gestão do

território, tendo em vista que nelas se localizam sedes do governo em nível estadual e federal e apresentam muitas matrizes e filiais de empresas – como, por exemplo, as filiais das indústrias tabaqueiras, no caso de Santa Cruz do Sul, e dos frigoríficos de abate de aves, em Lajeado, e que são o objeto de estudo desta dissertação.

A estrutura viária (Figura 5), por sua vez, também contribui e condiciona a dinâmica de relações entre as cidades na rede urbana. Sua estrutura é deficiente quanto à abrangência e qualidade do sistema viário, havendo maior densidade e concentração da malha rodoviária federal e estadual asfaltada na zona central da região. Ao norte da região há municípios que não possuem acesso asfáltico, dificultando o escoamento da produção local e o deslocamento de pessoas. É o caso de Tunas, no Vale do Rio Pardo, e de Capitão e Coqueiro Baixo, no Vale do Taquari (RIO GRANDE DO SUL, 2015c).

Figura 5 – Sistema viário, ferroviário e hidroviário e densidade populacional



Elaboração: Carolina Faccin, a partir de IBGE (2016) e DNIT (2015).

Destacam-se as rodovias federais BR-287 e a BR-386, por serem importantes vias que conectam a região metropolitana de Porto Alegre, respectivamente, à oeste e ao norte do Estado. Enquanto a BR-287 serve de acesso para Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, a BR-386 passa por entre a área urbana de Lajeado e Estrela. Ambas as rodovias recebem intenso tráfego de caminhões transportando matéria-prima, mercadorias e pessoas de outras regiões e até de países vizinhos, aproximando a região dos Vales da RMPA (RIO GRANDE DO SUL, 2015c). Destaca-se também a interligação da região dos Vales para com a capital, e para com o porto de Rio Grande, por outros modais, como o ferroviário e o hidroviário, possibilitando o escoamento da produção regional.

A Figura 5 apresenta a densidade demográfica diante da malha de 1km² (IBGE, 2016), evidenciando as principais manchas urbanas da região. Observa-se uma maior aglomeração de pessoas no Vale do Taquari, cuja densidade populacional é de 67,9 hab/km² em relação ao Vale do Rio Pardo, que possui 32,7 hab/km² (IBGE, 2010). Destaca-se a posição central de Santa Cruz do Sul e Lajeado no espaço geográfico regional, e a contiguidade entre os centros urbanos dos municípios de Vera Cruz e Santa Cruz do Sul (10 min de distância); e de Lajeado para com Estrela, Cruzeiro do Sul, Arroio do Meio e Santa Clara do Sul (5 a 25 min); Encantado para com Roca Sales e Muçum (10 a 15 min); e Teutônia e Paverama (20 min). A proximidade espacial entre esses centros urbanos e a rápida conexão através das rodovias BR-287 e BR-286 facilita os deslocamentos de pessoas e de bens materiais entre essas cidades.

3.2 A organização atual da rede urbana regional

Neste item, apresentaremos a organização atual da rede urbana regional, a partir de dados do estudo Região de Influência das Cidades – REGIC 2018, do IBGE, procurando relacionar com as emancipações municipais que ocorreram com mais intensidade entre 1981 e 2001, como mostra o estudo *Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul*, da SPGG e DEPLAN (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

Com relação ao território nacional, o estudo da REGIC – 2007 indica que a rede urbana brasileira confronta áreas que contam com uma rede urbana estruturada — com a presença de níveis encaixados e situados a intervalos regulares — e áreas onde há ausência de níveis hierárquicos intermediários. O Centro-Sul do Brasil é um

exemplo do primeiro caso, pois conta com um significativo número de metrópoles, capitais regionais e centros sub-regionais com grande articulação entre si, bem como é onde estão concentrados os maiores polos industriais e as maiores ofertas de emprego. As regiões Norte e Nordeste, por sua vez, ilustram o segundo caso, já que apresentam distribuições truncadas em que faltam níveis hierárquicos, apresentando um sistema primaz (IBGE, 2008).

Por sua vez, o Rio Grande do Sul configura-se com um desigual desenvolvimento econômico, combinando redes urbanas distintas e pouco relacionadas. A rede urbana do sul do Estado formou-se a partir da ocupação da Campanha gaúcha, com base na grande propriedade e na pecuária extensiva e conta com um número reduzido de centros, poucos níveis de hierarquização e municípios de grandes dimensões. Já a rede urbana do norte do Estado, formada a partir da colonização alemã e italiana, é baseada na pequena propriedade e no trabalho familiar e formada por um número maior de núcleos urbanos com predominância dos pequenos centros (SOARES, 2011, p. 213).

Assim, tanto em nível nacional quanto em nível estadual, há um desenvolvimento econômico desigual e redes urbanas distintas e pouco relacionadas, bem como uma divisão territorial do trabalho espacialmente distribuída de forma desigual.

É o caso da região dos Vales, como mostra a Figura 6, que apresenta a representação da rede urbana da região, de acordo com os dados da REGIC – 2018, expressando a relação de condição e reflexo da divisão territorial do trabalho que ocorre no espaço regional. Na Figura 6, estão representadas, através dos ícones de diferentes formas, tamanhos e cores, a hierarquia das cidades na rede urbana; através das linhas azuis, a área de influência dos centros urbanos e, em cinza mais escuro, os Arranjos Populacionais (APs)⁴.

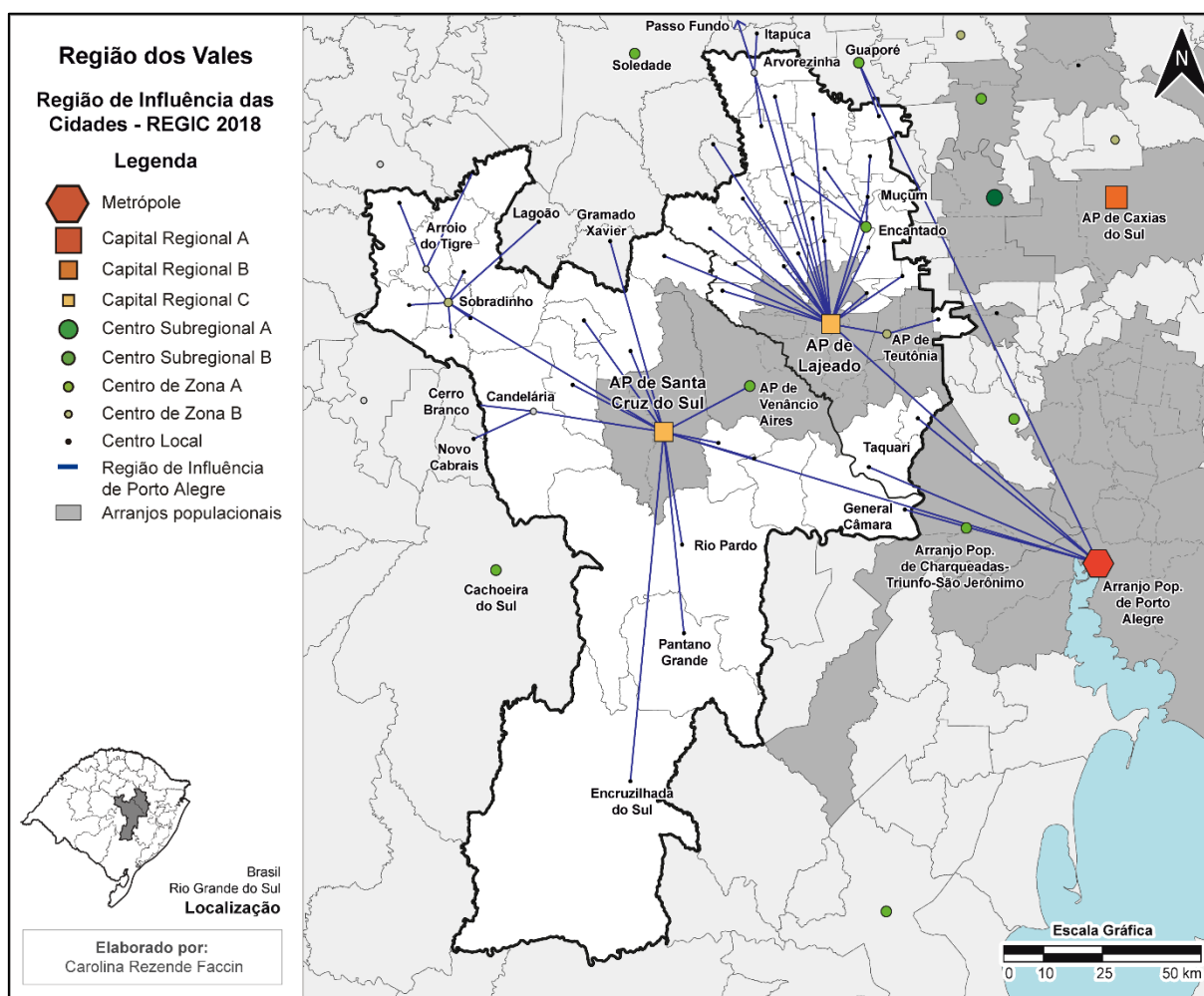
Esses dados mostram, em primeiro lugar, que a região pertence à influência da Metrópole de Porto Alegre. Exercendo intermediação entre a metrópole para com os centros locais, encontram-se as capitais regionais C de Santa Cruz do Sul e Lajeado, ambas categorizadas conforme a REGIC 2018, em Arranjos Populacionais (APs). A

⁴ Os Arranjos Populacionais são constituídos por agrupamentos de Municípios muito integrados por possuírem deslocamentos frequentes de populações para trabalho e estudo, segundo os critérios do estudo Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil, publicado pelo IBGE em 2016 (IBGE, 2020b).

destacada influência dos dois centros, na região dos Vales, ocorre através da concentração de grande parte das empresas industriais e de serviços que compõem a divisão territorial do trabalho regional.

Em um nível intermediário, como centros sub-regionais B, estão o AP de Venâncio Aires e o Encantado; como centros de zona A, Sobradinho e o AP de Teutônia e, por fim, como centros de zona B, estão os centros de Arroio do Tigre, Arvorezinha e Candelária. Estes centros se caracterizam por desempenharem papel complementar no sistema urbano regional, pela centralidade urbana que apresentam em relação ao seu entorno imediato, bem como por possuírem algumas e importantes sedes de empresas e indústrias. Os demais municípios ou são classificados como Centros Locais, ou estão inclusos nos Arranjos Populacionais de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Lajeado e Teutônia (IBGE, 2020b).

Figura 6 – Região de influência e centralidade dos centros urbanos – 2018



Elaboração: Carolina Faccin, a partir de IBGE (2020b).

Em relação à sua estrutura morfológica, a rede urbana regional apresenta maior diversidade e melhor distribuição dos centros urbanos, contando com cidades de todos os tamanhos. A Tabela 3, através de dados referentes à população urbana dos municípios, do Censo Demográfico de 2010, explicita essa estrutura da rede urbana. Há um predomínio de cidades pequenas, sendo que dos 59 núcleos urbanos existentes na região, 40 são de cidades com menos de cinco mil habitantes, compondo o escalão inferior da rede urbana. Cabe destacar que, desde 40 centros, 21 possuem menos de 2 mil habitantes – a maior parte deles, no Vale do Taquari, que possui municípios com menores centros urbanos, menor extensão territorial e mais próximos entre si. Já no escalão superior destacam-se a cidade de Santa Cruz do Sul, com mais de 100 mil habitantes e Lajeado, com mais de 50 mil habitantes (IBGE, 2010).

Tabela 3 – Estrutura da rede urbana da região dos Vales: número de cidades por faixa de população urbana - 2010

Até 2 mil hab.	De 2.0001 a 5.000	De 5.001 a 10.000	De 10.001 a 20.000	De 20.001 a 50.000	De 50.001 a 100.000	Mais de 100.001
21	19	6	6	5	1	1

Elaborado por Carolina Faccin, a partir de IBGE (2010).

Em relação às regiões de influência existentes na região, representadas na Figura 6 por meio de linhas na cor azul, representando as conexões entre municípios, destacam-se o município de Sobradinho, Santa Cruz do Sul, Lajeado, Encantado e Teutônia, que servem como centros de atração para os municípios de seus entornos.

Verifica-se que Lajeado polariza um número maior de municípios em comparação a Santa Cruz do Sul, embora as duas cidades apresentem a mesma classificação hierárquica. Isso ocorre não somente por conta de uma relação econômica dos municípios do entorno para com Lajeado, mas também por conta do processo histórico de cada um deles, uma vez que 44 municípios foram emancipados de Lajeado, enquanto somente quatro foram emancipados de Santa Cruz do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

Entre os anos de 1981 e 2001, houve um processo de emancipações municipais em todo o Brasil e no Rio Grande do Sul, cujos desdobramentos foram ainda mais intensos no Vale do Taquari (RIO GRANDE DO SUL, 2018). Esse processo, segundo Silveira e Hermann (2001, p. 245), indica que

No início da década de 1980, o Rio Grande do Sul possuía cerca de 232 municípios, número que se mantinha inalterado desde 1966, quando, por força do regime militar, as novas emancipações foram proibidas. Nesse período, acentuam-se os desejos dos distritos em quererem sua autonomia, pois, as decisões dos governos municipais quanto à aplicação de recursos estavam submetidas às pressões e restrições legais da esfera federal – o que gerava grande insatisfação entre as comunidades. (...) Dentre os motivos do desejo de autonomia dos então distritos, acrescia-se o discurso do abandono por parte da sede municipal, onde essas comunidades se viam, em sua maioria, tolhidas em seu desenvolvimento e sem o retorno dos recursos nelas gerados em obras e melhoramentos. Por outro lado, é também perceptível que o processo de emancipações permeia questões políticas e econômicas ligadas aos segmentos hegemônicos locais (das sedes distritais), ou seja, aos agentes responsáveis pela dinâmica social que conduz à fragmentação espacial, e também vinculado ao posicionamento desses agentes quanto à possibilidade de ganho ou perda relativa de poder.

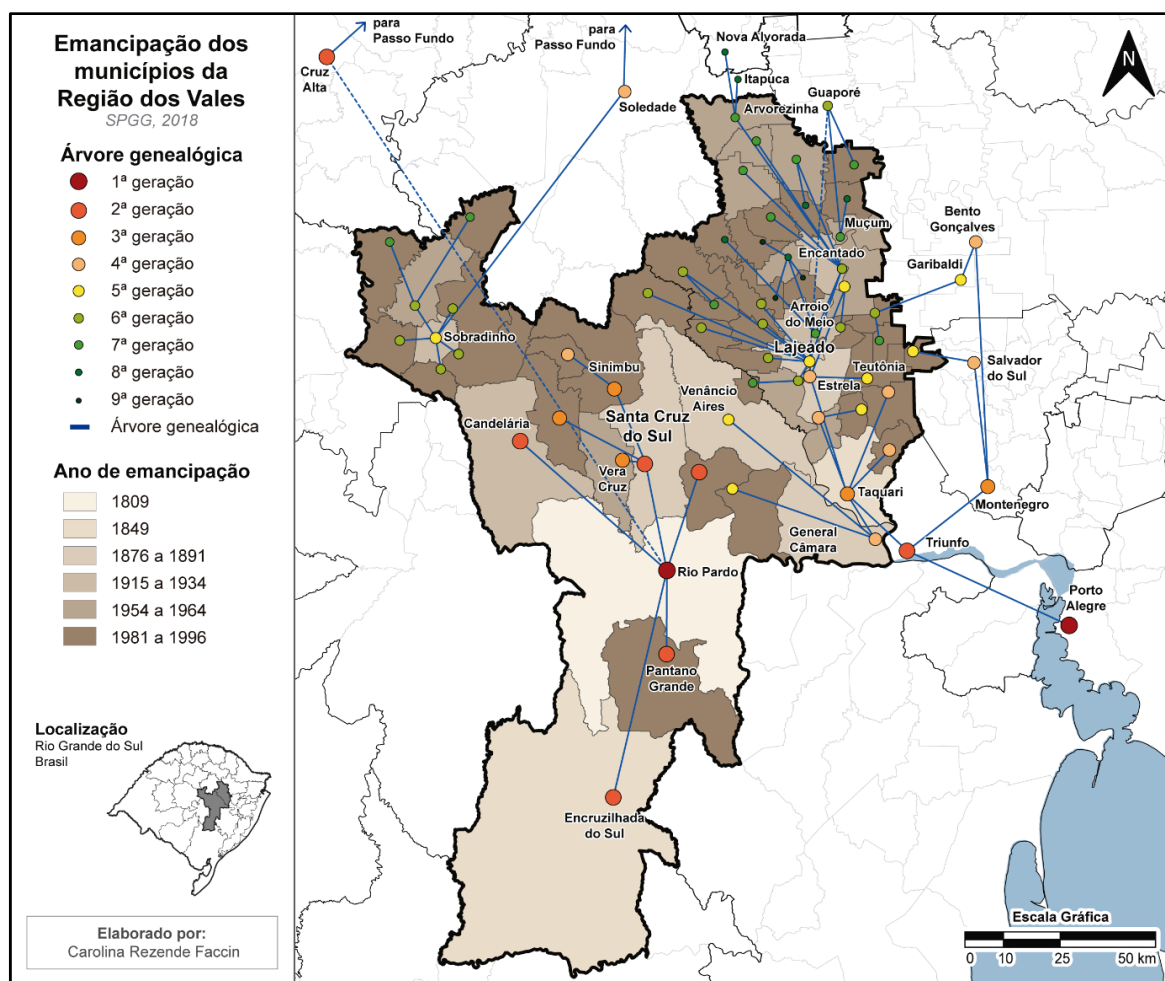
Após o período militar, no Brasil, houve um significativo incremento no número de municípios e, no Rio Grande do Sul, elevando ao status de cidade inúmeros pequenos núcleos urbanos distritais anteriormente vinculados administrativamente. No ano de 1981, o Estado possuía 232 municípios e, em 1996, alcançou o número de 496 municípios. Ou seja, em um período de 15 anos, houve um aumento de 114%. Atualmente, após emancipação de um distrito de Bento Gonçalves em 2013, o Estado passou a contar com 497 municípios.

Já na região dos Vales, até o ano de 1964, o Vale do Taquari possuía 14 municípios, enquanto o Vale do Rio Pardo possuía 10. Entre os anos de 1981 e 1996, foram criados 22 municípios na primeira região e 13 na segunda, havendo um aumento, respectivamente, de 157% e 130%, um crescimento maior que a média do Estado (RIO GRANDE DO SUL, 2018). Destaca-se o Vale do Taquari, com um aumento superior ao Vale do Rio Pardo, apesar de possuir significativamente menor extensão territorial. Esse processo intenso de emancipações municipais resultou em uma nova configuração territorial com decorrentes reflexos na dinâmica de constituição, estrutura e funcionamento da rede urbana regional.

Por conta disso, há uma maior fragmentação municipal no Vale do Taquari, em comparação ao Vale do Rio Pardo. Enquanto o primeiro possui 36 municípios e área territorial de 4.826,7 km², o segundo possui 23 municípios e uma área de 13.171,7 km² (IBGE, 2010). Isso pode ser explicado pelos processos de ocupação e formação diferenciadas entre a região norte, constituída a partir de uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, e a região sul, constituída a partir de médias e grandes propriedades rurais.

A Figura 7 representa as emancipações municipais ocorridas na região dos Vales, de acordo com os dados do estudo da SPGG e DEPLAN (2018), apresentando a partir de qual município cada um deles foi emancipado, além do ano de emancipação.

Figura 7 – Genealogia dos municípios e faixas de ano de emancipação



Elaboração: Carolina Faccin, a partir de SPGG e DEPLAN (2018).

Também é possível notar, a partir dos mapas apresentados nas Figura 7 e Figura 6, uma clara relação entre a configuração espacial da rede urbana atual e o processo das emancipações municipais. É o caso dos municípios emancipados de Sobradinho, que seguem mantendo relações e estabelecendo fluxos com o município do qual se emanciparam. O mesmo ocorre em Santa Cruz do Sul, com os municípios de Herveiras, Sinimbu, Vale do Sol e Vera Cruz. Da mesma forma, no Vale do Taquari, os municípios de Lajeado e Encantado seguem sendo os principais centros de referência dos municípios que deles se emanciparam.

A partir desse processo de emancipações, a rede urbana regional acabou por se tornar mais complexa e diversificada. Observa-se que ambas as sub-regiões do Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari apresentam uma estrutura e dinâmica simples de funcionamento da rede urbana, dado o expressivo predomínio das pequenas cidades na região e da primazia das cidades de Santa Cruz do Sul e Lajeado. Porém, a região do Vale do Taquari possui uma estrutura relativamente mais complexa que a do Vale do Rio Pardo, uma vez que apresenta um número maior de subcentros – como Encantado, Teutônia e Estrela –, enquanto no Vale do Rio Pardo, destacam-se somente Venâncio Aires e Sobradinho, como centros de importância secundária na rede urbana.

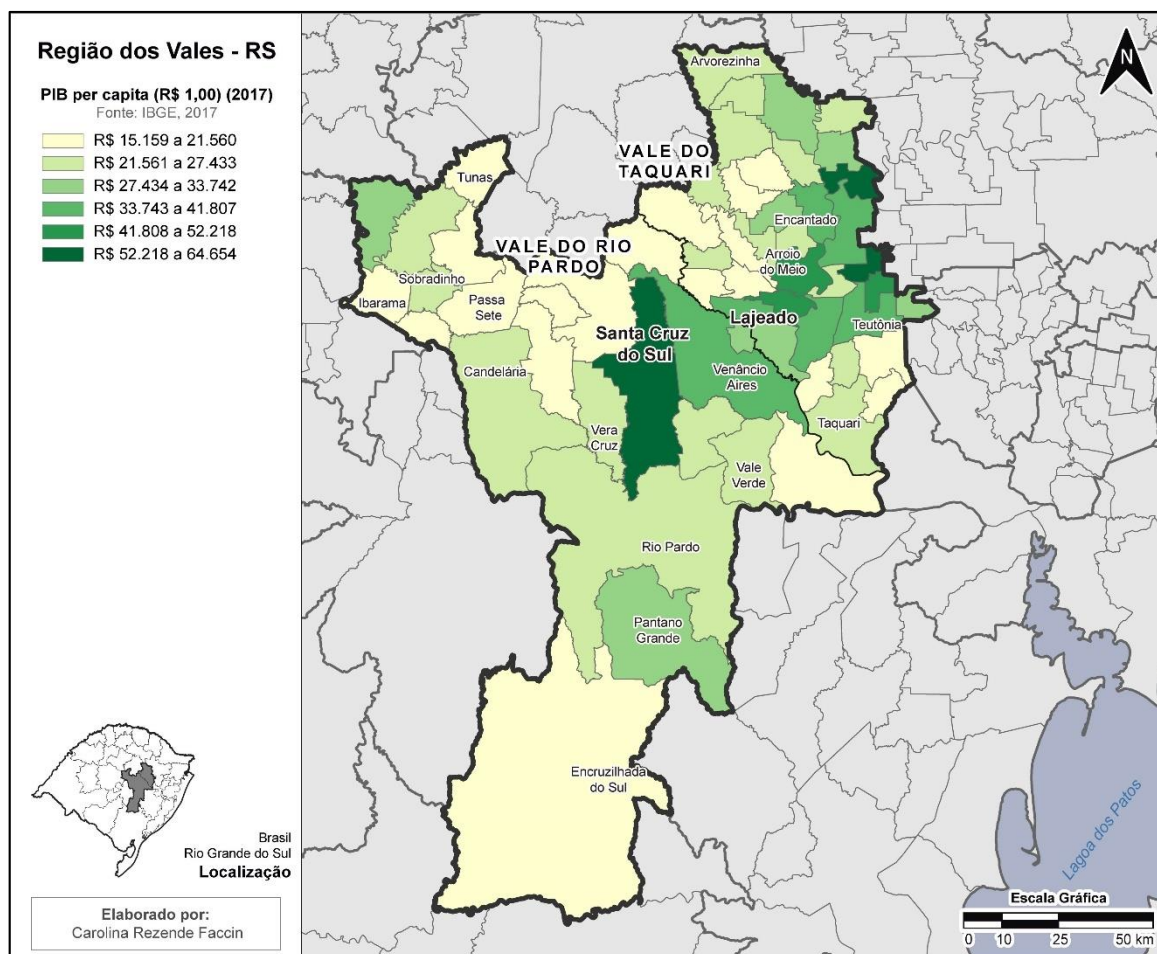
3.3 Caracterização socioeconômica regional

Neste item, apresentaremos a caracterização socioeconômica da região, a partir de dados do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e da renda média *per capita*, a fim de melhor entender a região e sua estrutura econômica e social.

O PIB, indicador síntese de uma economia, é o somatório de todos os bens e serviços produzidos em uma economia em determinado período, geralmente de um ano. O PIB da região dos Vales, em 2017, correspondia a 7% do PIB estadual, sendo que o Vale do Rio Pardo contribuiu com aproximadamente 56%, e o Vale do Taquari com 44% do valor total (IBGE, 2017a).

A Figura 8 apresenta o PIB *per capita* de cada município da região dos Vales, ou, o quanto do PIB caberia a cada indivíduo se todos recebessem partes iguais. Destacam-se com os PIBs *per capita* mais elevados os municípios de Santa Cruz do Sul (R\$ 64.654,00), Imigrante (R\$ 57.305,00), Muçum (R\$ 56.676,00), Arroio do Meio (R\$ 52.218,00), Westfália (R\$ 47.853,00) e Lajeado (R\$ 45.889,00) (IBGE, 2017a).

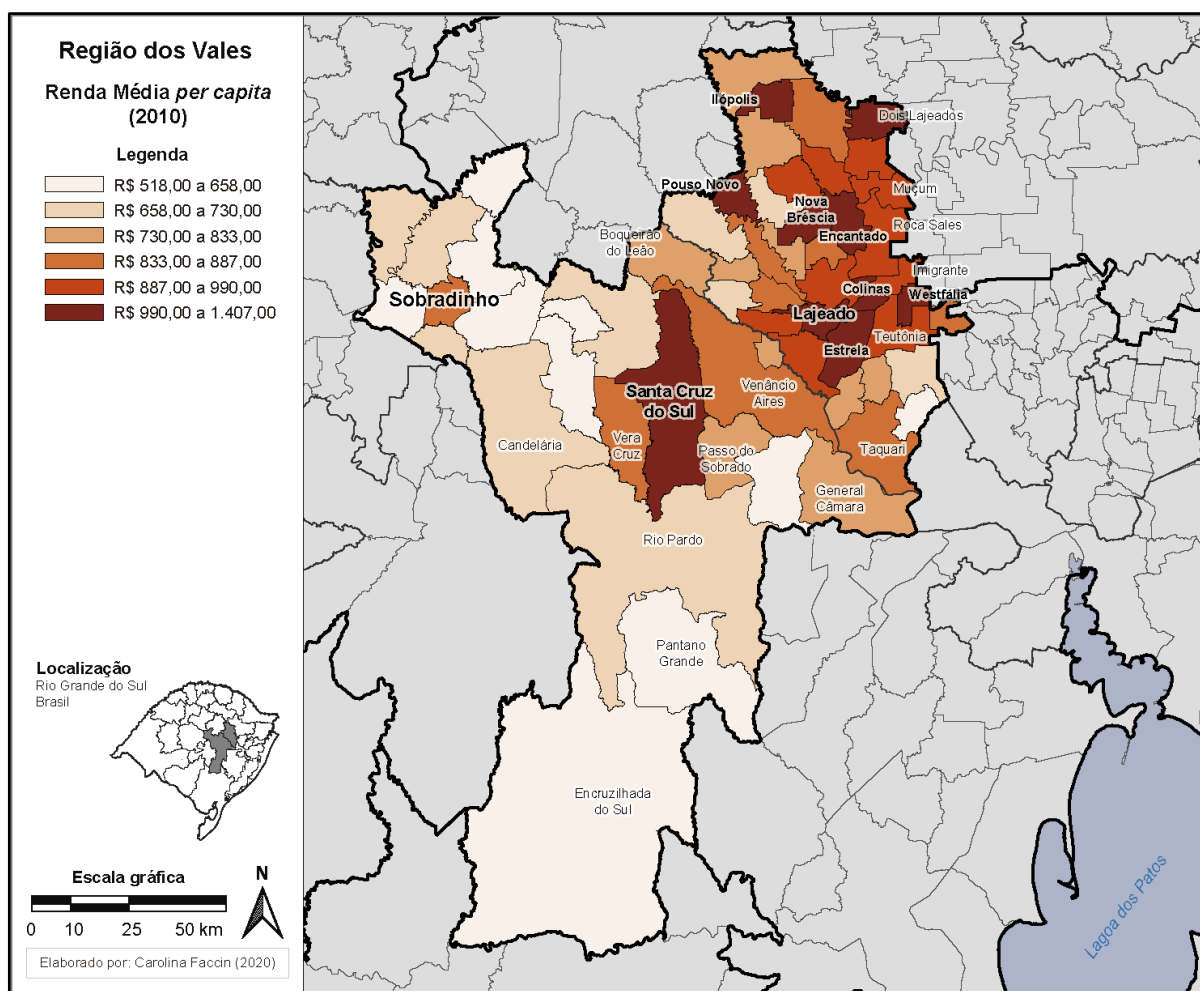
Observa-se, porém, que no Vale do Rio Pardo, Santa Cruz do Sul é o único município cujo PIB *per capita* supera os R\$ 40.000,00, enquanto no Vale do Taquari, sete municípios superam essa margem: Imigrante, Muçum, Arroio do Meio, Westfália, Lajeado, Teutônia e Roca Sales. Além disso, dos dez menores PIBs *per capita* da região, sete são referentes aos municípios localizados no Vale do Rio Pardo, há, portanto, uma distribuição de riqueza desigual entre os municípios desta região. No Vale do Taquari, esta desigualdade interna é menor.

Figura 8 – PIB *per capita* dos municípios – 2017

Elaboração: Carolina Faccin, a partir de IBGE (2017a).

Se o PIB é um indicador para aferir o dinamismo econômico dos municípios, a renda *per capita* pode mostrar melhor a distribuição da riqueza entre as famílias. Esses dados são importantes para analisar o dinamismo comercial e de serviços das cidades. Nesse sentido, a Figura 9 apresenta a renda média *per capita* por município, conforme dados de 2010 do IBGE.

Figura 9 – Renda média *per capita* dos municípios – 2010



Elaboração: Carolina Faccin, a partir de IBGE (2010).

Com relação à renda média *per capita*, no Vale do Rio Pardo, Santa Cruz do Sul é o único município com média de renda *per capita* superior a 990,00 reais. Já no Vale do Taquari, oito municípios destacam-se com valores superiores a 990,00 reais: Nova Bréscia, Lajeado, Westfália, Estrela, Colinas, Pouso Novo, Dois Lajeados e Encantado. Esses municípios possuíam valores acima da média estadual, que era de R\$ 959,24. Verifica-se também que a desigualdade entre os municípios é maior no Vale do Rio Pardo: nove municípios possuem renda média na faixa de 518,00 a 658,00 reais, enquanto no Vale do Taquari, apenas o município de Tabaí está incluído nessa faixa. É importante ressaltar que esses valores são referentes ao ano de 2010, quando o salário-mínimo era de 510,00 reais. Assim, vale observar que todos os municípios da região dos Vales apresentavam um mínimo de 518,00 reais de renda média *per capita* (Figura 9) (IBGE, 2010).

No entanto, estatísticas econômicas, como o PIB, PIB *per capita* e a renda

média *per capita*, se tomadas isoladamente, são insuficientes para avaliação do processo de desenvolvimento. Nesse sentido, o IDH, introduzido pelas Nações Unidas a partir de 1990, representou um avanço conceitual e metodológico para avaliação do desempenho e comparabilidade entre países e regiões (RODRIGUES, MARIA CECILIA PRATES, 1993).

O IDHM da região dos Vales apresenta alto desenvolvimento humano⁵, com uma média de 0,713 (Tabela 1). Essa média é ligeiramente menor que a média estadual (0,746) e a média nacional (0,727). Através dos valores expostos na Tabela 1, chama a atenção o IDHM de 0,674 do Vale do Rio Pardo, incluso na faixa de médio desenvolvimento humano⁶, diferentemente do Vale do Taquari, que possui 0,731 de IDHM total (PNUD, 2010).

Tabela 4 – IDHM regional, estadual e nacional – 2010

	IDHM	Educação	Longevidade	Renda
Vale do Rio Pardo	0,674	0,541	0,818	0,699
Vale do Taquari	0,731	0,605	0,849	0,748
Região dos Vales	0,713	0,584	0,844	0,736
Rio Grande do Sul	0,746	0,642	0,84	0,769
Brasil	0,727	0,637	0,816	0,739

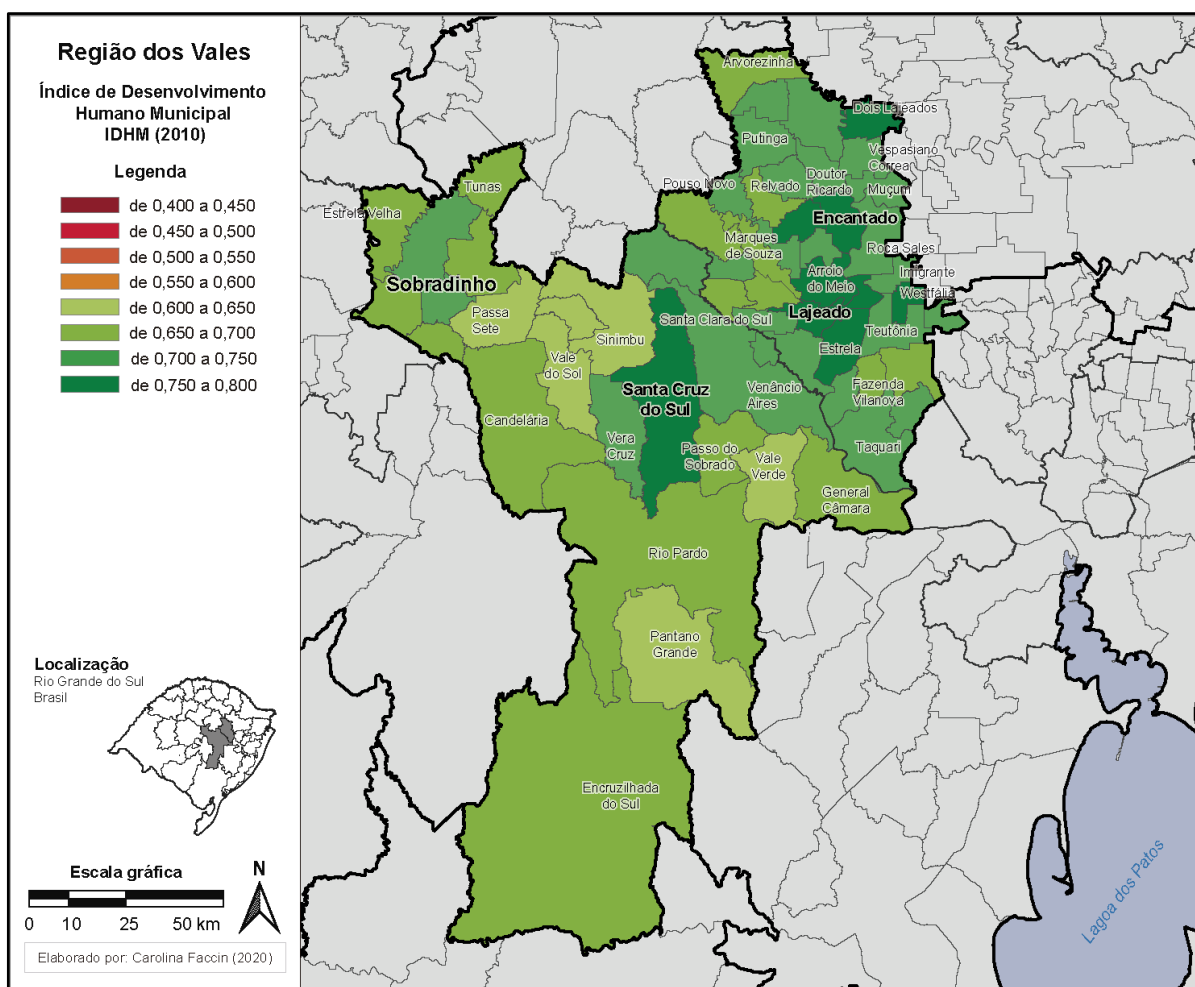
Elaboração: Carolina Faccin, a partir de (PNUD, 2010).

Essa diferença entre as duas sub-regiões fica evidente ao observar a Figura 10, que apresenta o IDHM de cada um dos municípios. Observa-se, através dela, que no Vale do Rio Pardo, o município de Santa Cruz do Sul é o único com IDHM acima de 0,750. Já no Vale do Taquari, oito municípios destacam-se com IDHM acima de 0,750. São eles: Lajeado, Estrela, Arroio do Meio, Colinas, Westfalia, Dois Lajeados, Encantado e Nova Brésia (PNUD, 2010).

⁵ Entre 0,700 e 0,799 (PNUD, 2010).

⁶ Entre 0,555 e 0,699 (PNUD, 2010).

Figura 10 – IDHM dos municípios – 2010



Elaboração: Carolina Faccin, a partir de (PNUD, 2010).

A diferença entre as sub-regiões dos COREDEs Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari fica ainda mais evidente a seguir, ao analisarmos a composição do Valor Adicionado Bruto (VAB), dos setores agropecuária, indústria e serviços, apresentada no tópico a seguir.

3.4 Caracterização das atividades produtivas da região

Neste item, buscaremos caracterizar as principais atividades produtivas existentes na região dos Vales e, por fim, introduzir os dois principais setores produtivos, notadamente o do tabaco, no Vale do Rio Pardo, e da carne de frango, no Vale do Taquari.

Um importante indicador para analisar a economia regional é o VAB, que representa o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços)

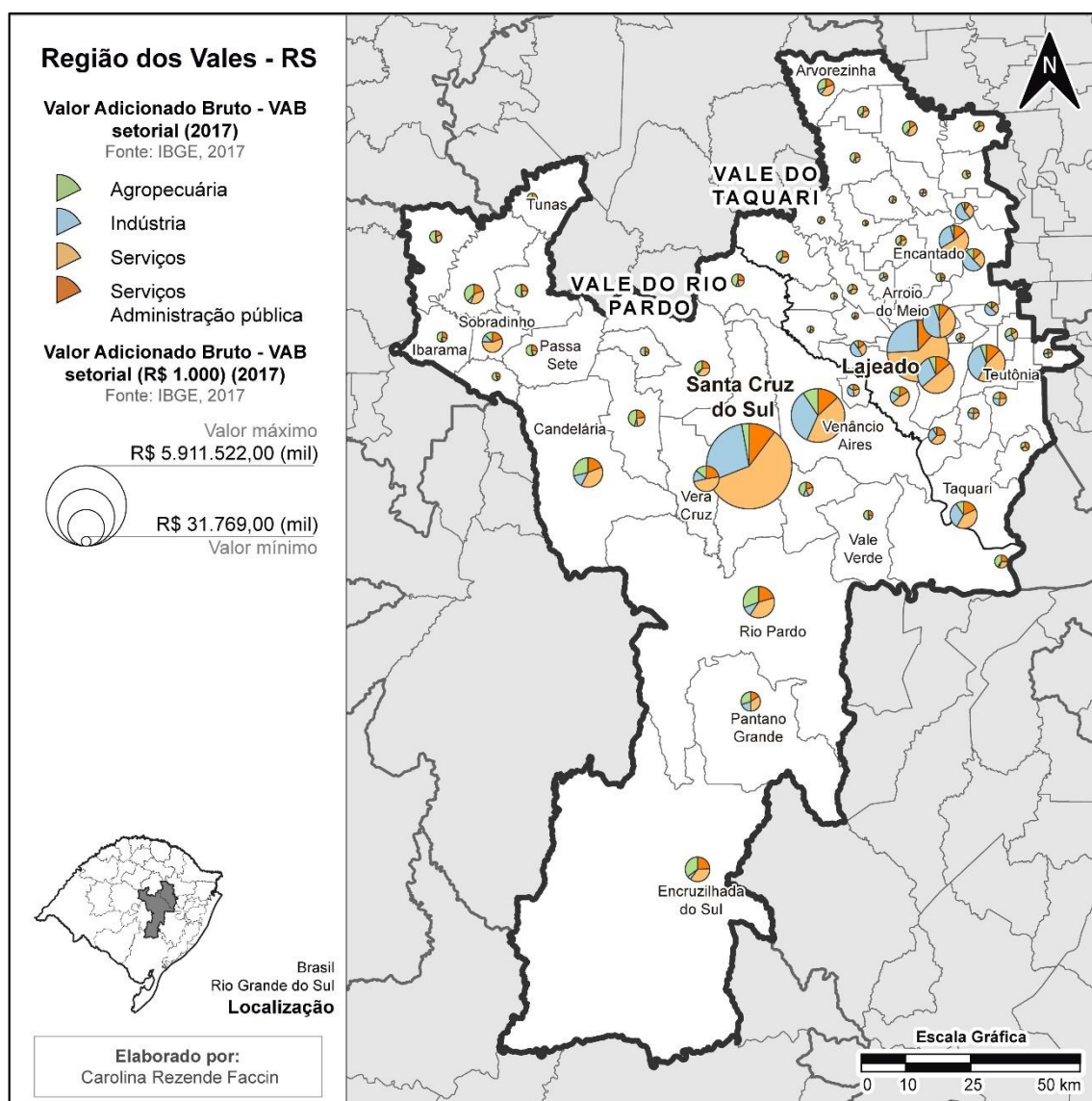
acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. Não deve ser confundido com o PIB, que é a soma dos VABs setoriais e dos impostos (PESSOA, 2017). O VAB também pode ajudar na análise da divisão territorial do trabalho, entre os municípios da região, quando combinado com as principais empresas de cada município, o total de empregos, valor exportado e seus principais produtos e serviços.

O Valor Adicionado Bruto total da região dos Vales em 2017 foi de R\$ 24.655.360,00 mil, correspondente a 7% do VAB estadual. A estrutura setorial e total do VAB, para cada município, é apresentada na Figura 11 através de gráficos de tamanhos diferentes – representando o total do VAB por município – e com diferentes percentuais conforme cada setor da economia.

Verifica-se uma expressiva importância do setor de serviços na maior parte dos municípios. Esse setor representa mais de 50% da composição do VAB em 28 dos 59 municípios da região, destacando-se Sobradinho (75,8%), Lajeado (74%), Vera Cruz (71%), Encruzilhada do Sul (65%), Santa Cruz do Sul (69%) e Encantado (66,3%) (IBGE, 2017a).

Quanto ao setor industrial, oito municípios possuem mais de 35% da sua composição do VAB pertencente ao setor industrial: Muçum (54,6%), Roca Sales (51,4%), Imigrante (49,9%), Santa Clara do Sul (48,4%), Arroio do Meio (46%), Teutônia (36,8%) e Mato Leitão (36,1%) (IBGE, 2017a). Muitas vezes o alto desempenho do setor da indústria em pequenos municípios se deve a uma ou duas grandes empresas ali instaladas e que acabam concentrando o VAB industrial municipal. Assim é o caso de Muçum, que possui uma fábrica de móveis e uma de curtume; de Roca Sales, que possui uma fábrica de sapatos da Beira Rio, um frigorífico da JBS e uma fábrica de curtume; de Imigrante, que possui uma fábrica de artefatos de trefilagem e uma indústria química; de Santa Clara do Sul, com a presença de uma empresa do setor calçadista e outra do setor de metalurgia e de Mato Leitão, com a presença de uma fábrica de calçados. Entre os municípios listados, Arroio do Meio e Teutônia diferenciam-se pela presença de um maior número e mais diversa gama de indústrias (RAIS, 2018).

Figura 11 – VAB setorial dos municípios – 2017



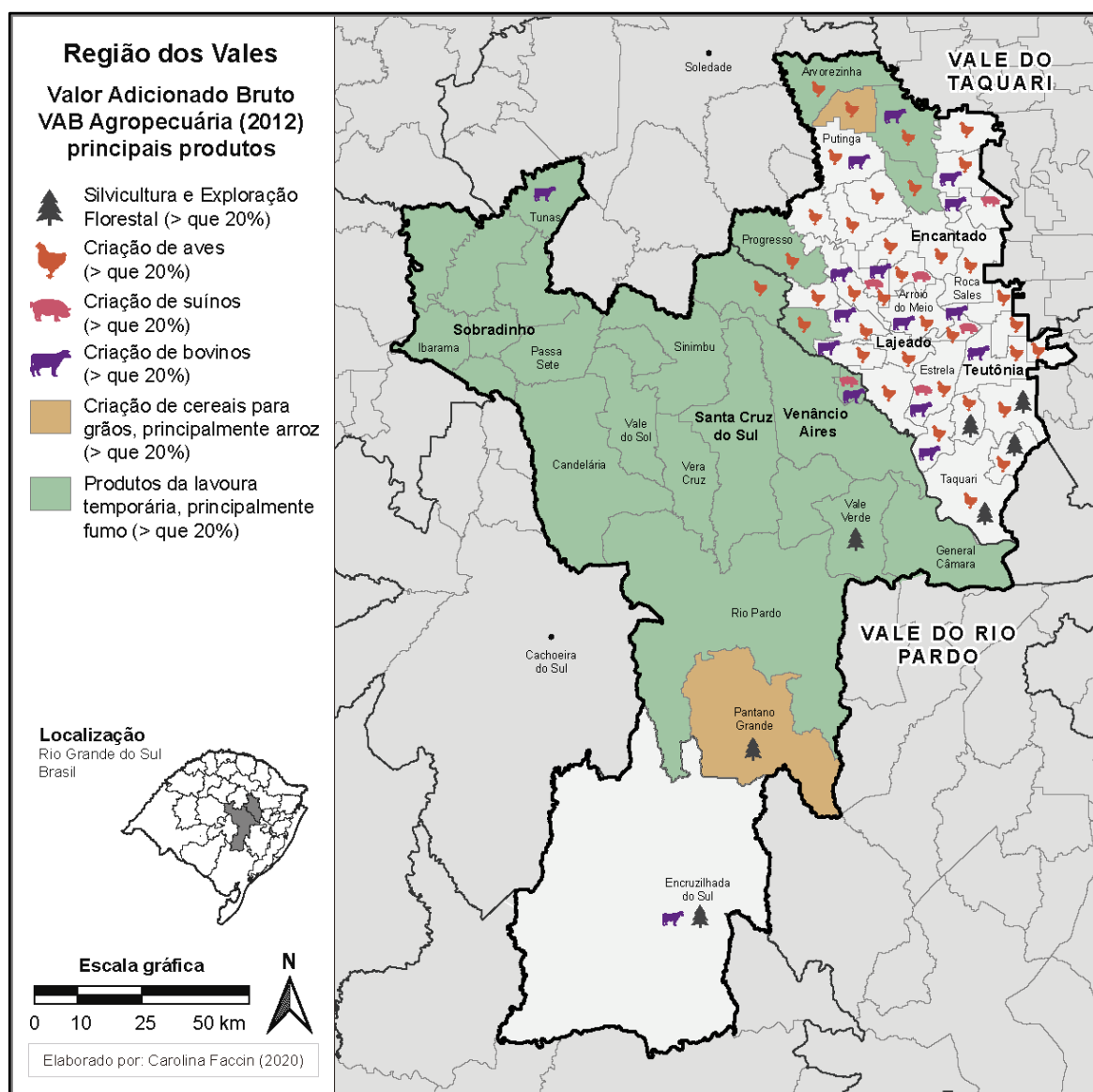
Elaboração: Carolina Faccin, a partir de IBGE (2017a).

Em relação ao VAB Agropecuária, verifica-se que em 36 dos 59 municípios da região, notadamente nos municípios de pequeno porte, as atividades agropecuárias respondem por 30% a 59% do VAB municipal (IBGE, 2017a).

De modo mais específico, e em relação à produção da agropecuária, a Figura 12 apresenta os principais produtos provenientes da agropecuária, de acordo com o VAB, em cada município da região dos Vales. No Vale do Rio Pardo predomina a produção da lavoura temporária, especialmente o tabaco, cuja produção está concentrada na área centro-norte da sub-região. Ao Sul, nos municípios de Rio Pardo, Pantano Grande e Encruzilhada do Sul, a estrutura da agropecuária assemelha-se à metade sul do Estado, com maior concentração fundiária e produção de arroz e de

bovinos de corte e de leite, além da silvicultura, junto à produção de tabaco. No Vale do Taquari predomina a produção da pecuária, com a criação de suínos e bovinos e, principalmente, a criação de aves, que supera os 20% em todos os 36 municípios do COREDE. Há ainda destaque para a produção da lavoura temporária, como o tabaco e a erva mate, ao norte da região, e a silvicultura e a exploração florestal, ao sul (RIO GRANDE DO SUL, 2015c).

Figura 12 – Principais produtos do VAB Agropecuária – 2012



Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2015c) a partir de DEE (2012b), adaptado por Carolina Faccin.

Em relação à estrutura industrial, a Tabela 5 apresenta a desagregação dos dados do VAB Indústria. Fica evidente que no Estado do Rio Grande do Sul, e ainda mais na região dos Vales, há grande importância da indústria da transformação para

a economia regional. Esse setor se destaca com 76,1% do VAB Indústria, acima do percentual estadual de 69,2% (RIO GRANDE DO SUL, 2015c).

Tabela 5 – Estrutura industrial (%) a partir do VAB Indústria – 2012

	Indústria Extrativa	Indústria Transformação	de Construção Civil	Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana
Vale do Rio Pardo	0,6%	78,7%	13,1%	7,6%
Vale do Taquari	2,2%	73,5%	12,6%	11,7%
Região dos Vales	1,4%	76,1%	12,85%	9,65%
Rio Grande do Sul	0,8%	69,2%	18,2%	11,7%

Fonte: SEPLAG e DEPLAN (2015c), a partir de DEE (2012b).

Em relação ao VAB da Indústria da Transformação, o que se observa no Vale do Rio Pardo, conforme Tabela 6, é uma predominância da Fabricação de Produtos do Tabaco, que representa 80% do total. Em segundo lugar, a atividade de Fabricação de Produtos Alimentícios, com 7,2%, com destaque para o abate e fabricação de produtos de carne (3,94%). Em menor parte encontra-se o segmento metalmecânico e outros como o de couro e calçados e de produtos de borracha e de material plástico, cuja participação não ultrapassa 2% (RIO GRANDE DO SUL, 2015c).

Tabela 6 – Estrutura do VAB Indústria da Transformação – VRP – 2012

Descrição*	VRP	Estado
Indústrias de Transformação	100	100
Produtos do Tabaco	80,03	4,12
Produtos Alimentícios	7,20	20,93
Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	2,94	4,42
Máquinas e Equipamentos	2,16	7,99
Demais atividades	8,84	57,41

Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2015c), a partir de DEE (2012a).

No Vale do Taquari, conforme Tabela 7, predomina o segmento de Produtos Alimentícios, com 69% de participação, com ênfase nas atividades de abate e fabricação de produtos de carne (29%), de laticínios (16%) e de moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais (14%). Na segunda posição, com 13,3% de participação, está o segmento de Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos Para Viagem e Calçados, especialmente a fabricação de calçados (9%). Outros segmentos não alcançam 5% de participação no VAB do setor (RIO GRANDE DO SUL, 2015c).

Tabela 7 – Estrutura do VAB da Indústria da Transformação – VT – 2012

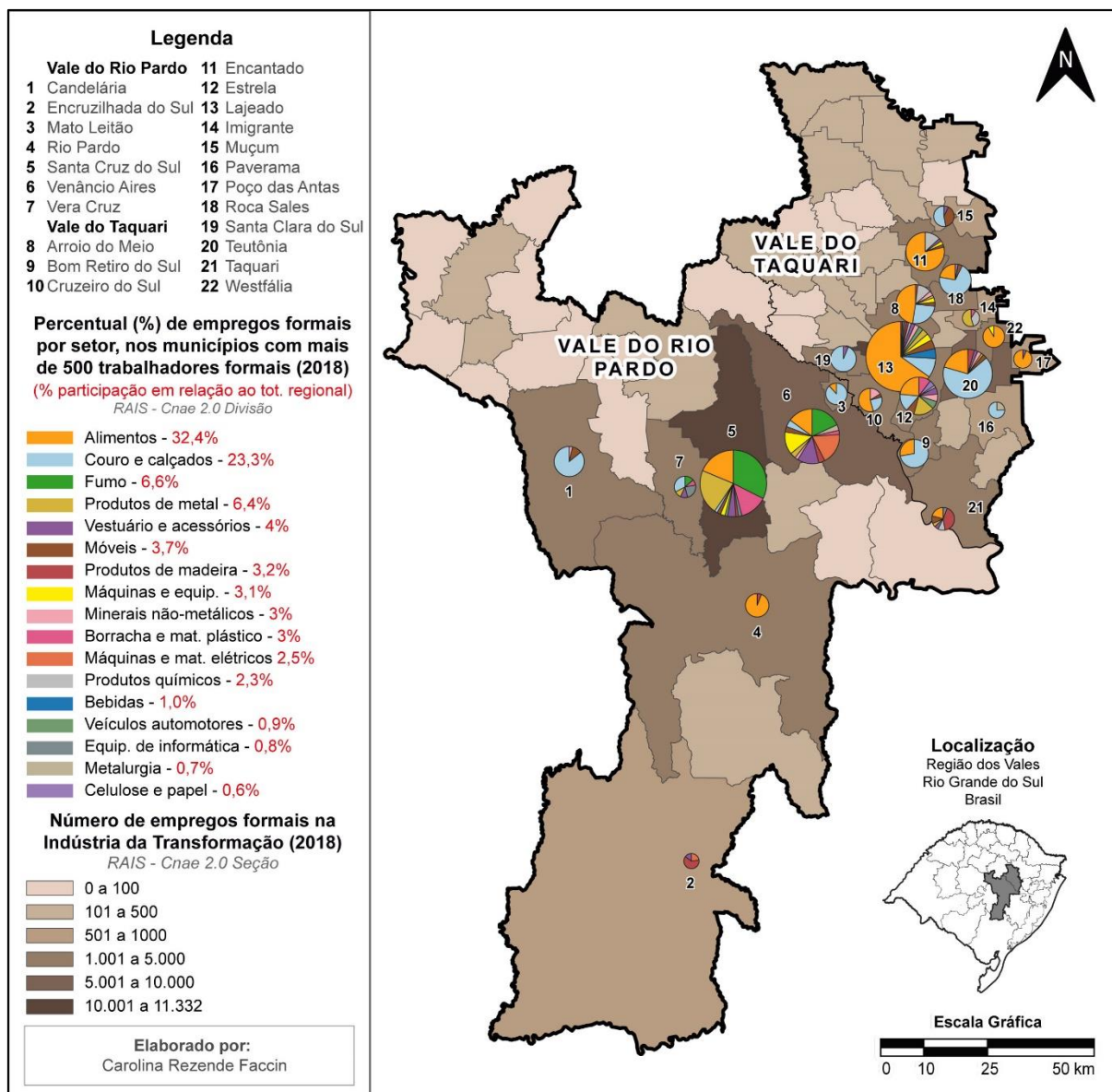
Descrição*	VT	Estado
Indústrias de Transformação	100	100
Produtos Alimentícios	68,96	20,93
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos Para Viagem e Calçados	13,3	5,12
Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	3,82	4,42
Produtos de Madeira	2,92	0,58
Produtos Químicos	2,51	9,00
Demais atividades	9,77	56,71

Fonte: R (2015c), a partir de DEE (2012a).

Com relação à população ocupada na região dos Vales, os dados de 2018 da RAIS mostram que 30,8% atuavam na Indústria da Transformação (RAIS, 2018). A Figura 13 apresenta o número de empregados desse setor, por município, destacando uma maior concentração no município de Lajeado, que concentra 16,6% dos empregos formais no setor da Indústria da Transformação, Santa Cruz do Sul, com 15,1% e Venâncio Aires, com 10,1%. Ou seja, juntos esses três municípios concentram mais de um terço dos empregos na Indústria da Transformação, na região dos Vales.

Em relação aos setores com o maior número de empregos formais, de acordo com a RAIS (2018), destacam-se os de fabricação de produtos alimentícios (32,4% dos empregos formais), preparação de couros e fabricação de artefatos de couro (23,3%), fabricação de produtos do tabaco (6,6%) e fabricação de produtos de metal (6,3%). Chama a atenção a menor proporção de empregados no segmento de fabricação de produtos do tabaco, justificada pela maior parte dos empregos serem de trabalhadores temporários, empregados somente no período de safra e, portanto, não contabilizados nos dados da RAIS (RAIS, 2018).

Figura 13 – Número de empregos formais da Indústria da Transformação, por setor CNAE 2.0, por município na região dos Vales – 2018



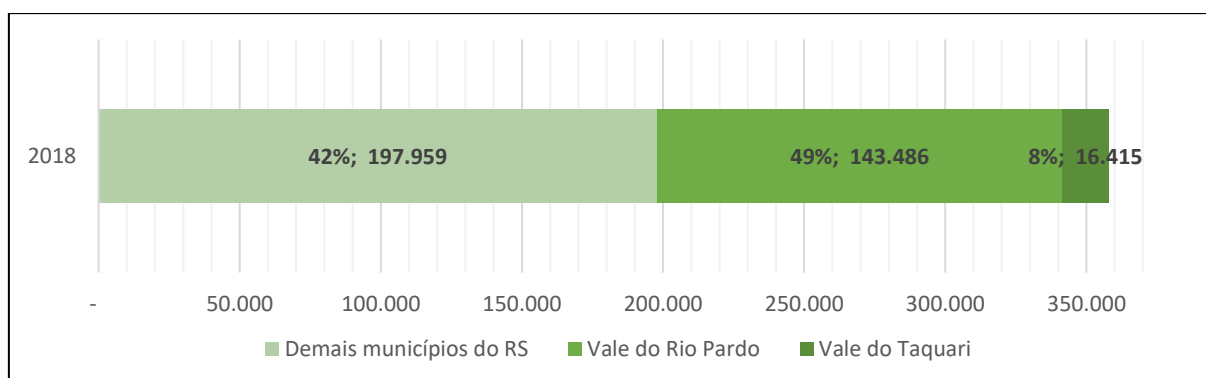
Elaborado por Carolina Faccin a partir de RAIS (2018).

Assim, observa-se que, no Vale do Rio Pardo, a economia estrutura-se predominantemente através do beneficiamento agroindustrial do tabaco, e no Vale do Taquari, do abate e fabricação de produtos da carne – principalmente da carne de frango. Com relação a esses dois setores predominantes, pode-se notar que há, em ambas as sub-regiões, a presença hegemônica de subsidiárias de multinacionais. É o que veremos com mais ênfase nos tópicos a seguir.

3.4.1 O setor produtivo do tabaco e o Vale do Rio Pardo

Na produção de tabaco, o Brasil se sobressai em âmbito mundial: é o maior exportador de tabaco em folha (posição que detém por 26 anos seguidos) e o segundo maior produtor de tabaco do mundo, atrás apenas da China, conforme dados apresentados no Anuário Brasileiro do Tabaco (KIST et al., 2019). Em âmbito nacional, o Sul do país se destaca por concentrar 98% da produção de tabaco em folha, enquanto o Rio Grande do Sul se destaca por representar 47% da produção nacional (IBGE, 2018c). Por sua vez, a região do Vale do Rio Pardo pode ser considerada como a principal área do país na produção de tabaco em folha através da agricultura familiar (SILVEIRA, 2007). O Gráfico 1 mostra que, no ano de 2018, o total produzido no Vale do Rio Pardo foi de 143.486 toneladas de tabaco em folha, o que correspondeu a 40% do total da produção do Rio Grande do Sul, e 19% do total do Brasil (IBGE, 2018c).

Gráfico 1 – Produção de tabaco em folha na região dos Vales e no Brasil - 2018



Fonte: Adaptado a partir de IBGE (2018c) - Produção Agrícola Municipal.

Graças à sua importância na produção de tabaco em nível nacional, a região do Vale do Rio Pardo é reconhecidamente uma região estratégica para empresas do ramo. A região destaca-se pela presença, principalmente nos municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, de filiais de corporações multinacionais. Destacam-se seis empresas:

- a) Souza Cruz Ltda., cuja matriz está localizada no Rio de Janeiro. É subsidiária da BAT (British American Tobacco), com sede em Londres, no Reino Unido. A partir de 2020, a empresa pretende dar início à mudança de nome e de marca, de Souza Cruz para BAT Brasil;

- b) Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda. e Philip Morris S.A., cujas matrizes estão localizadas em Curitiba, no Paraná. Pertencem à Philip Morris International (PMI), com sede em Nova York, nos Estados Unidos;
- c) JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., cuja matriz está localizada em Santa Cruz do Sul. Está ligada à Japan Tobacco International (JTI), com sede em Genebra, Suíça;
- d) Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda., cuja matriz está em Venâncio Aires, é ligada ao grupo Alliance One International, com sede em Morrisville, Carolina do Norte, Estados Unidos;
- e) Universal Leaf Tabacos Ltda., com sede em Santa Cruz do Sul, pertencente à Universal Leaf Tabacos, cuja matriz está localizada em Richmond, Virgínia, Estados Unidos.

Essas cinco empresas possuem como principal atividade o processamento industrial do tabaco, sendo que, destas, duas também fabricam cigarros no município de Santa Cruz do Sul: a JTI e a Philip Morris (RECEITA FEDERAL, 2020).

É importante destacar o fato de que na cidade de Santa Cruz do Sul estão localizadas duas sedes nacionais de multinacionais ligadas à produção do tabaco. Isso favorece a posição da cidade na rede urbana, de como que se constitui em um nó estratégico que articula os principais centros produtores e processadores de tabaco, em escala global. Além disso, essa condição amplia a função de gestão privada da cidade não apenas na rede urbana regional, mas também nacional.

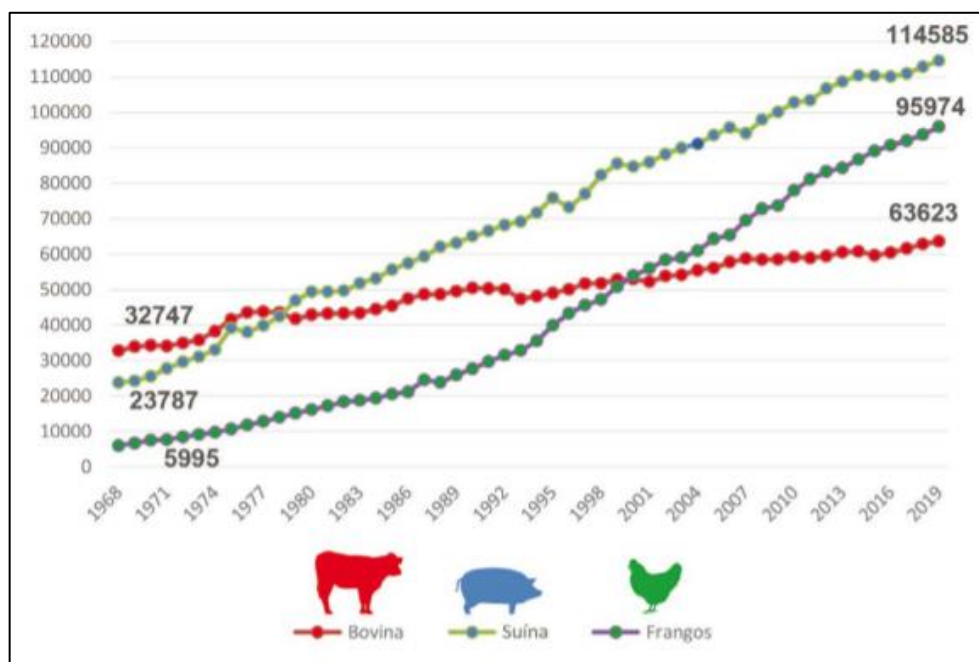
Como veremos no tópico a seguir, o Vale do Taquari, apesar de possuir como predominante a produção de frango de corte, assemelha-se ao Vale do Rio Pardo devido à presença de multinacionais. Ambas as sub-regiões, através da gestão empresarial de tais empresas, participam de redes urbanas globais e dos mercados globais dos seus produtos.

3.4.2 O setor produtivo da carne de frango e o Vale do Taquari

No mundo e no Brasil, a produção de proteína animal é centrada principalmente em três tipos de carne: suína, frangos e bovina. Atualmente, a carne suína é a mais produzida mundialmente, com produção projetada para 2019 de 114.585 milhões de toneladas. A carne de frango ocupa a segunda posição, com 95.974 milhões de ton. projetadas para 2019, seguida pela carne bovina, com 63.623. A carne de frango, por

outro lado, tem apresentado um crescimento mais elevado que a das demais carnes, devendo ultrapassar a produção suína nos próximos anos, como mostra a Figura 14 (TALAMINI; MARTINS; SANTOS FILHO, 2018).

Figura 14 - Produção mundial de carnes nos últimos 50 anos, milhões de toneladas



Fonte: Talamini, Martins e Santos Filho (2018).

No Brasil, o panorama atual dessas cadeias é diferente: predomina a produção de carne de frango, com 13.375 milhões de ton., seguida pela produção de carne bovina, com 9.994 milhões de ton., e por último a carne suína, com 3.675. Além disso, o volume produzido de carne de frango, entre os anos de 2000 e 2018, foi o que mais apresentou crescimento, com aumento de 2,2 vezes no país. Diferentemente da carne suína, com 1,4 vezes, e o da carne bovina, com 1,5 vezes (TALAMINI; MARTINS; SANTOS FILHO, 2018).

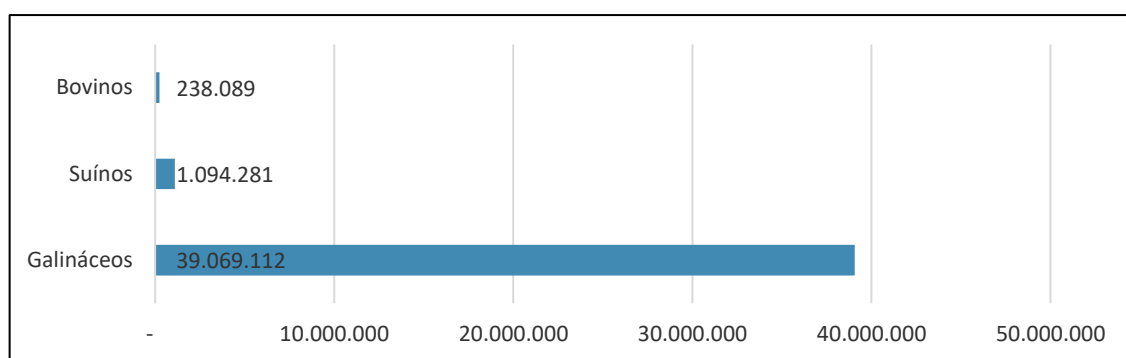
No cenário global, o Brasil destaca-se desde 2011 por ser o maior exportador de carne de frango do mundo, com cerca de 35,6% das exportações globais, e o terceiro maior produtor de carne de frango, com 13,2 milhões de toneladas produzidas em 2019, atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Desse total produzido, 68% foi direcionado para o mercado interno e 32% para exportação (EMPRAPA, 2019).

Por sua vez, conforme dados de 2019, o Rio Grande do Sul é o terceiro maior Estado produtor e exportador de carne de frango, concentrando 12,4% dos abates e 14,7% das exportações. O Estado fica atrás do Paraná, com 32,6% dos abates e

38,5% das exportações, e Santa Catarina, com respectivamente 14,5% e 30,6% (EMPRAPA, 2019).

Com relação ao Vale do Taquari, o Gráfico 2 apresenta o total efetivo dos rebanhos de bovinos, suínos e galináceos da região, em 2018. O número total de galináceos é de 39.069.112 de cabeças, o que representa 24% do total do Estado. O total de suínos presentes na região é de 1.094.281, correspondente a 19% do total estadual. Já o número de bovinos na região não é muito expressivo em relação à produção do Estado, sendo que as 238.089 cabeças de gado representam apenas 2% do total estadual (IBGE, 2018b).

Gráfico 2 – Valor total dos rebanhos de suínos, bovinos e galináceos – VT – 2018



Fonte: Adaptado de IBGE (2018b).

Dessa forma, destaca-se na região o rebanho de suínos e de galináceos, mas principalmente o segundo, por concentrar aproximadamente 1/4 do total do Estado. Dentre o total regional de galináceos, 92% são relativos à produção de galos, frangas, frangos e pintos, e 8% são referentes à produção de galinhas. Em termos produtivos, o primeiro grupo está mais relacionado à produção de frango de corte, enquanto o segundo grupo se destina à produção de ovos para consumo e ovos férteis (IBGE, 2018b). Assim, mais especificamente, há na região um destaque maior destinado à produção de carne, notadamente da carne de frango.

Isso se confirma ao identificarmos na região a presença de cinco grandes empresas relacionadas à produção de carne de frango, entre elas as duas maiores empresas brasileiras de produção de carne no Brasil. São elas:

- a) a BRF S.A., empresa resultante da fusão da Sadia e Perdigão, com matriz em Itajaí, no Estado de Santa Catarina;

- b) a Seara Alimentos Ltda., propriedade da JBS S.A, com matriz localizada na cidade de São Paulo (SP);
- c) a Companhia Minuano de Alimentos, empresa com sede em Lajeado, e que possui contrato de parceria de prestação de serviços (realizando abates de aves) para com a BRF desde 2003 (MINUANO ALIMENTOS, 2020);
- d) Cooperativa Dália Alimentos Ltda., cuja matriz está localizada em Encantado;
- e) Cooperativa Languiru Ltda., cuja matriz está localizada em Teutônia.

No caso das multinacionais BRF e JBS, ambas são de origem brasileira e receberam financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), entre 2007 e 2013, para se expandirem, o que as tornou mais competitivas no mercado internacional, bem como possibilitou a elevação de suas operações em todo o mundo (LIMA; FACCIN, 2019).

Há também a importante presença de duas cooperativas regionais: a Cooperativa Dália Alimentos Ltda. e a Cooperativa Languiru Ltda. Enquanto a Languiru surgiu como uma cooperativa de produtores de leite, com sede em Teutônia, a Dália surgiu como cooperativa de suinocultores, com sede em Encantado (DÁLIA ALIMENTOS, 2020; LANGUIRU, 2020).

Em novembro de 2018, as duas cooperativas firmaram um contrato de intercooperação, unindo forças para poder competir com grandes empresas do mercado, principalmente do setor de produção da carne de frango. Em janeiro de 2019, a Languiru iniciou a industrialização de cortes de frango com a marca Dália em sua unidade frigorífica de Westfália e, em dezembro de 2019, a Dália inaugurou um complexo avícola no município de Arroio do Meio, demonstrando interesse das duas empresas pelo mercado da carne de frango (DÁLIA ALIMENTOS, 2019; LANGUIRU, 2018).

Apresentaremos no item a seguir outros dados que podem auxiliar a compreender e a analisar a rede urbana regional: são os fluxos e deslocamentos estabelecidos entre diferentes centros, já que, conforme Corrêa (2015, p. 291), a rede urbana é “constituída por um conjunto de centros urbanos e pelas interações espaciais entre eles”. Sendo assim, a seguir, apresentaremos os deslocamentos pendulares para trabalho e estudo entre a População Economicamente Ativa (PEA) e, na sequência, os fluxos de gestão do território estabelecidos entre instituições públicas e empresariais.

3.5 Fluxos de deslocamentos pendulares para trabalho e estudo

Neste tópico, apresentaremos os dados da amostra do Censo Demográfico de 2010, referente ao percentual da População Economicamente Ativa que se desloca para trabalho e estudo, entre os municípios da região dos Vales.

Os dados apresentados a seguir resultam do trabalho desenvolvido no âmbito do GEPEUR e apresentados em Silveira, Brandt e Faccin (2018)⁷, em que analisa-se como se configuram espacialmente os fluxos pendulares para deslocamento para trabalho existentes entre os municípios do Vale do Rio Pardo, e em Silveira et al. (2019)⁸, no qual abordamos a centralidade das cidades médias e seu papel na orientação e dinâmica dos fluxos pendulares no território, na escala regional, a partir de estudo exploratório na região dos Vales.

Deslocamentos pendulares podem ser definidos como movimentos regulares ou diários de pessoas que residem em um município e trabalham ou estudam em outro. Não devem ser confundidos com migrações, uma vez que não são deslocamentos realizados com o intuito de uma mudança definitiva do local de residência (SILVEIRA; BRANDT; FACCIN, 2018).

A Tabela 8 apresenta os percentuais da População Economicamente Ativa (PEA) que se desloca para trabalho e estudo entre os municípios da região dos Vales, considerando fluxos advindos de todos os municípios do Rio Grande do Sul. Os dados foram coletados a partir da amostra do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, extraídas do Banco Multidimensional de Estatísticas (BME)⁹.

Enquanto a Tabela 8 apresenta apenas os principais resultados, utilizando como ponto de corte o percentual de 10%, a Figura 15 mostra a representação desses dados através de um mapa de fluxos, sem utilizar ponto de corte. Cada linha representada no mapa da Figura 15 indica o percentual da PEA que se desloca de um município de origem até outro de destino, sendo que, em destaque, na cor preta, estão representados os fluxos acima de 5% e, na cor vermelha, os fluxos acima de 10%.

⁷ Publicado na Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3590>>. Acesso em: 24 set. 2020.

⁸ Publicado na Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/8309>>. Acesso em: 24 set. 2020.

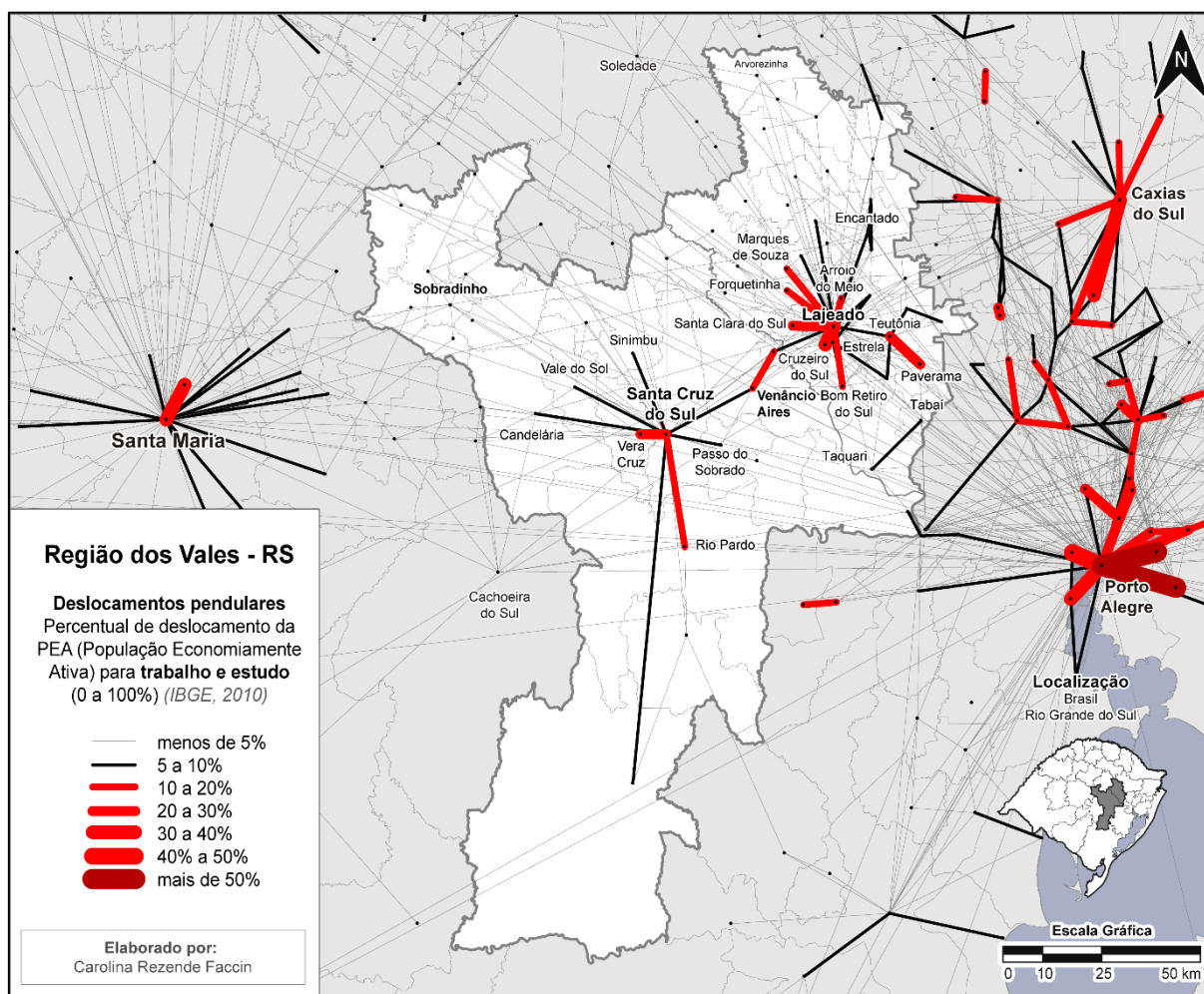
⁹ O BME é uma base de dados formada por microdados originados nas pesquisas estatísticas efetuadas pelo IBGE e pela metainformação associada à sua produção.

Tabela 8 – Percentual da População Economicamente Ativa (PEA) que se desloca para trabalho e estudo (acima de 10%) - 2010

Municípios de origem	PT	PEA	Municípios de destino		
			Lajeado	Santa Cruz do Sul	Venâncio Aires
Cruzeiro do Sul	12.320	7.982	32,9%	-	-
Santa Clara do Sul	5.697	3.833	20,9%	-	-
Arroio do Meio	18.783	12.407	17,55%	-	-
Estrela	30.619	19.247	16,9%	-	-
Forquetinha	2.479	1.840	14,8%	-	-
Marques de Souza	4.068	2.738	12,1%	-	-
Bom Retiro do Sul	11.472	6.815	11,3%	-	-
Vera Cruz	23.983	17.173	-	24,3%	-
Rio Pardo	37.591	14.070	-	15,8%	-
Paverama	8.044	5.287	-	-	21,8%
Mato Leitão	3.865	2.373	-	-	10,75%

Elaborado por Nicolas Billig de Giacometti, a partir de IBGE (2010).

Figura 15 – Percentual da População Economicamente Ativa (PEA) que se desloca para trabalho e estudo – 2010



Elaboração: Carolina Faccin, a partir de IBGE (2010).

Podemos destacar os fluxos com direção às cidades médias de Santa Cruz do Sul e Lajeado e, em menor parte, para Teutônia e Venâncio Aires. Assim, os principais fluxos pendulares para trabalho e estudo com destino a Santa Cruz do Sul são aqueles originados dos municípios de Vera Cruz (24,31%), Rio Pardo (15,82%) e Sinimbu (9,46%). Os principais deslocamentos pendulares com destino a Lajeado tem origem em vários municípios: Cruzeiro do Sul (31,92%), Santa Clara do Sul (20,90%), Arroio do Meio (17,55%), Estrela (16,86%), Forquetinha (14,84%), Marques de Souza (12,09%) e Bom Retiro do Sul (11,27%). Também se destacam os fluxos de Paverama para Teutônia, com 21,77%, e os de Mato Leitão para Venâncio Aires, com 10,75%. Tabaí também apresenta 9,75% de deslocamento para o município de Triunfo, externo à região dos Vales.

As cidades de Sobradinho e Encantado, respectivamente centro de zona A e centro sub-regional B, na hierarquia da rede urbana regional, apresentam relativa centralidade e se constituem em importantes centros de comércio e oferta de serviços para a região mais ao norte de cada uma das sub-regiões em que estão inseridas. Apesar disso, recebem uma baixa densidade de fluxos de deslocamento para trabalho e estudo originados dos municípios de seu entorno.

A configuração espacial dos fluxos pendulares para trabalho e estudo indica que os fluxos se concentram na área central da região, com destaque para os deslocamentos que ocorrem com destino às cidades médias de Santa Cruz do Sul e Lajeado, capitais regionais C, de acordo com a REGIC 2018. Ou seja, atraem os principais fluxos pendulares no interior do espaço regional pelo maior dinamismo econômico e maior diversidade funcional existentes no bojo de cada uma delas.

No Sul da região do Vale do Rio Pardo, como exposto em Silveira, Brandt e Faccin (2018, p. 190-191),

observa-se uma baixa densidade dos fluxos pendulares para trabalho, reforçando a condição de centros urbanos locais na rede urbana regional dos municípios de Encruzilhada do Sul e Pantano Grande. As maiores distâncias físicas existentes entre as sedes desses municípios com expressiva área territorial e estruturados em grandes propriedades, aliado a uma economia urbana simples, basicamente alicerçada nos serviços administrativos e comércio de apoio às atividades agropecuárias, igualmente condicionam a baixa dinâmica interurbana dos fluxos pendulares entre as cidades aí localizadas.

Os dados apresentados evidenciam desiguais intensidades de deslocamentos de pessoas, com fluxos que variam em função da localização espacial e da

proximidade entre local de origem e de destino, mas também em razão das diferentes condições de atração das cidades, que se alteram de acordo com o tamanho do núcleo urbano, e da diversificação de sua economia urbana e estrutura de serviços.

Assim, esses dados podem nos auxiliar na compreensão da dinâmica existente entre os municípios da região no contexto dos setores de produção de carne, no Vale do Taquari, e de produção do tabaco, no Vale do Rio Pardo. Algumas observações já podem ser feitas, como a de que há uma aparente maior troca de fluxos entre os municípios do Vale do Taquari e intensos deslocamentos de trabalhadores para o município de Lajeado, Teutônia e Encantado. Entre esses municípios, destaca-se Lajeado, sendo que, conforme (2014, p. 298), “parte dos empregos formais de Lajeado é atendida por moradores de municípios do entorno”. É possível que a cadeia do frango de corte intensifique esses fluxos, já que são nestes mesmos municípios que estão localizadas algumas das principais indústrias do setor – principalmente no município de Lajeado, que, como veremos mais adiante, concentra quase cinco mil empregos formais no setor de abate de aves (RAIS, 2018).

Já o Vale do Rio Pardo apresenta fluxos direcionados principalmente a Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, notadamente os mesmos onde estão localizadas as indústrias tabaqueiras. Há, porém, um menor deslocamento de pessoas entre os municípios desta sub-região.

3.6 Fluxos de gestão pública e empresarial do território

Neste tópico, buscamos compreender como as diferentes regiões e cidades conectam-se através da gestão do território e quais são os centros que concentram a capacidade de comando e controle da região. Para isso, partimos do conceito de gestão do território. Corrêa (2006, p. 61), a define como

as ações exercidas pelos agentes sociais, privados e públicos, no sentido de apropriar-se de um território e controlar sua organização espacial. Visam estas ações, em última instância, garantir a reprodução do sistema social do qual os agentes que dispõem de poder constituem os gestores do território.

No contexto da gestão do território atual, destaca-se a atuação do Estado e do Mercado, que são as duas Instituições com o maior poder estruturador do espaço. Por um lado, as organizações públicas atuam através de organismos criados para atender

a população, levantar dados e informações e recolher tributos. Já de outro, as empresas privadas atuam no mercado e no território por meio de suas estratégias particulares (IBGE, 2014).

A distribuição espacial dos organismos públicos, conforme IBGE (2014, p. 25),

é um fato gerador de centralidade urbana, uma vez que a presença das diversas entidades que os compõem é capaz de atrair a população dispersa que vem utilizar os serviços que o Estado oferece, ao mesmo tempo em que essas entidades funcionam como núcleos de tomada de decisão, acumulando poder sobre uma porção do território.

Já as instituições privadas, por meio dos fluxos de gestão empresarial, são estabelecidas no espaço através das: relações entre empresas produtoras; fornecedoras, instituições financeiras e empresas de logística, bem como através das relações entre as sedes das empresas e as suas filiais. Com isso, são também fonte de geração de centralidade urbana, dado que sua localização é seletiva e desigual no espaço, estabelecendo desiguais fluxos no território regional (SILVEIRA, et al., 2019).

Os dados discutidos a seguir partem do trabalho desenvolvido no âmbito do GEPEUR, e apresentados em Faccin et al. (2018)¹⁰ e Silveira et al. (2019)¹¹. No primeiro artigo publicado, analisamos os fluxos de gestão pública e empresarial presentes na região dos Vales. No segundo artigo, analisamos os fluxos de gestão pública e de gestão empresarial e seus reflexos na dinâmica da rede urbana e no processo de desenvolvimento regional, utilizando também como recorte de estudo a região dos Vales. Essas informações nos auxiliam a entender a distribuição dos serviços públicos e privados na rede urbana regional, o que pode revelar a hierarquia dos centros urbanos, sendo um dos fatores que influenciam no desenvolvimento de atividades produtivas.

3.6.1 Fluxos de gestão pública federal e estadual

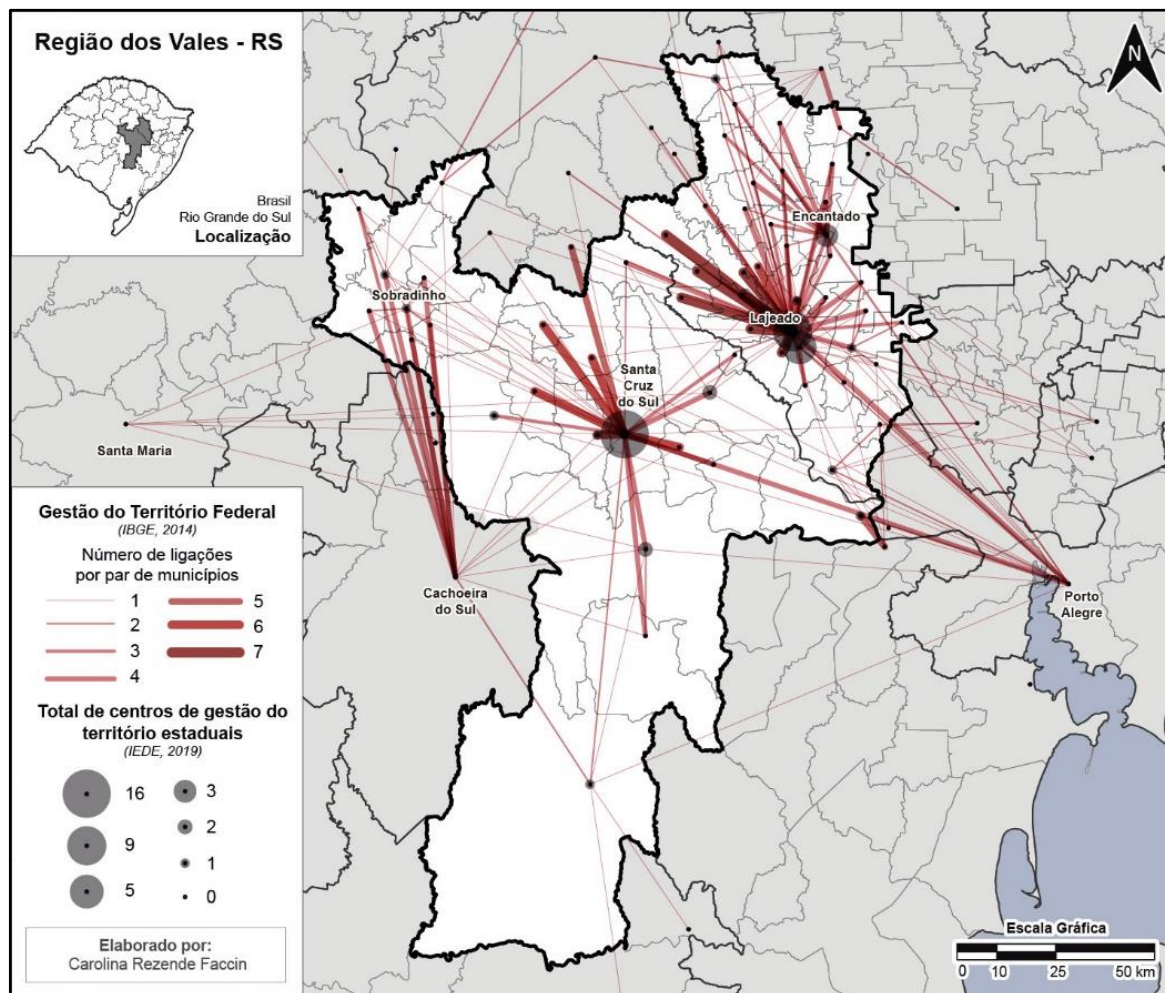
A Figura 16 apresenta os fluxos de gestão pública federal, conforme o estudo Gestão do Território, de 2014 do IBGE, e o total de centros de gestão do território

¹⁰ Publicado na Revista Jovens Pesquisadores. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/11833>>. Acesso em: 24 set. 2020.

¹¹ Publicado na revista Informe GEPEC. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/19967>>. Acesso em: 24 set. 2020.

estaduais, conforme dados disponíveis no IEDE, coletados em 2019 – e organizados pela SEPLAG e DEPLAN.

Figura 16 – Fluxos de gestão pública federal (2014) e centros de gestão estadual (2019)



Elaboração: Carolina Faccin, a partir de IBGE (2014).

Os dados sobre os fluxos de gestão pública referem-se às instituições públicas com atuação nacional e multilocalizadas em diversos municípios. São elas: o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; o Ministério do Trabalho e Emprego; a Secretaria da Receita Federal; a Justiça Federal; os Tribunais Regionais Eleitorais; os Tribunais Regionais do Trabalho e o próprio IBGE (IBGE, 2014).

Já os dados relativos ao total de centros de gestão estaduais referem-se às instituições estaduais presentes nos municípios do Rio Grande do Sul. São elas: órgãos de segurança e defesa civil; órgãos de infraestrutura; secretarias estaduais; Sede Regional Institucional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Sede Regional Institucional da Fundação Estadual de Proteção Ambiental

(FEPAM); Sede Regional Institucional do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE); Sede Regional e Posto de atendimento Institucional da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JUCERGS); Sedes Institucionais e Sede Regional Institucional da PGE Comarca (Procuradoria-Geral do Estado); e a Sede Regional Institucional da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

A Tabela 9 apresenta o total dessas instituições estaduais por município da região dos Vales, somente com os municípios que possuem mais de duas instituições. Os mesmos dados estão representados na Figura 16 em formatos de círculos de diferentes tamanhos.

No Vale do Rio Pardo, destaca-se a cidade de Santa Cruz do Sul, com 16 instituições. Em menor parte, Venâncio Aires e Rio Pardo também participam como centros de gestão estadual, com duas instituições presentes em cada um dos municípios. No Vale do Taquari, destaca-se Lajeado com 9 instituições, Estrela, com 5, e Encantado, com 3. Podemos verificar que a maior parte das instituições estaduais estão presentes na área central de cada uma das regiões do Vale do Rio Pardo e Taquari (RIO GRANDE DO SUL, 2019, p. 2).

Tabela 9 – Municípios da Região dos Vales-RS: Unidades e escritórios regionais de órgãos e instituições públicas estaduais – 2019

Município	Segurança e defesa civil	Órgãos de infraestrutura	Secretarias estaduais	EMATER	FEPAM	IPE	JUCERGS	PGE-Comarcas	UERGS	Total
Santa Cruz do Sul	5	1	4	-	1	1	1	2	1	16
Lajeado	2	1	2	1	-	-	1	2	-	9
Estrela	-	-	3	-	-	-	1	1	-	5
Encantado	-	-	-	-	-	-	1	1	1	3
Rio Pardo	-	-	1	-	-	-	-	1	-	2
Venâncio Aires	-	-	-	-	-	-	1	1	-	2

Elaborado por Nicolas Billig de Giacometti, a partir de RIO GRANDE DO SUL (2019).

Esses dados evidenciam que, no Vale do Taquari, Lajeado centraliza a maior parte dos fluxos de gestão pública federal, bem como aqueles mais intensos, que circulam na região. Destacamos os fluxos entre a cidade de Lajeado e as cidades Arroio do Meio, Canudos do Vale, Cruzeiro do Sul, Forquetinha, Marques de Souza, Progresso, Santa Clara do Sul, Sério e Travesseiro, com mais de 6 ligações. A cidade

de Encantado aparece como centro secundário, estabelecendo relações principalmente com as cidades de Anta Gorda, Muçum, Doutor Ricardo, Roca Sales, Relvado e Vespasiano Corrêa (SILVEIRA, et al., 2019). No contexto da gestão pública estadual, vale destacar os centros de Lajeado, Encantado e Estrela.

Já no Vale do Rio Pardo, a cidade de Santa Cruz do Sul centraliza a maior parte dos fluxos de gestão, principalmente entre os municípios de seu entorno, com destaque para as relações estabelecidas com Herveiras, Sinimbu, Passo do Sobrado, Vale do Sol e Vera Cruz, com mais de 6 ligações. Chama a atenção, a centralidade que a cidade de Cachoeira do Sul, município externo à região dos Vales, exerce em relação às cidades e municípios da parte norte do Vale do Rio Pardo. Isso pode ser explicado pelas relações históricas que essas cidades mantêm entre si, anteriores ao processo de suas emancipações político-administrativas, nos anos oitenta e noventa (SILVEIRA, et al., 2019).

Por fim, vale ainda destacar que tanto Santa Cruz do Sul quanto Lajeado mantêm relações com a metrópole, e capital do Estado, Porto Alegre – notadamente, 4 ligações, conforme os dados do IBGE. Isso ocorre em razão da localização na capital das unidades administrativas hierarquicamente superiores de âmbito federal. São exemplos disso, a Justiça Federal, INSS, Polícia Federal e a Receita Federal (SILVEIRA, et al., 2019).

Em síntese, os dados apresentados na Figura 16 e Tabela 9 revelam as áreas de influência imediata de cada cidade, com destaque para a grande centralidade exercida pelas cidades de Lajeado e Santa Cruz do Sul, principalmente na área central de cada uma das suas sub-regiões. Essas cidades acabam ofertando serviços e atendendo a população não apenas desses dois municípios, mas do conjunto da região. Tal condição e característica reforçam o papel de comando que tais cidades apresentam no conjunto da rede urbana regional (FACCIN et al., 2018).

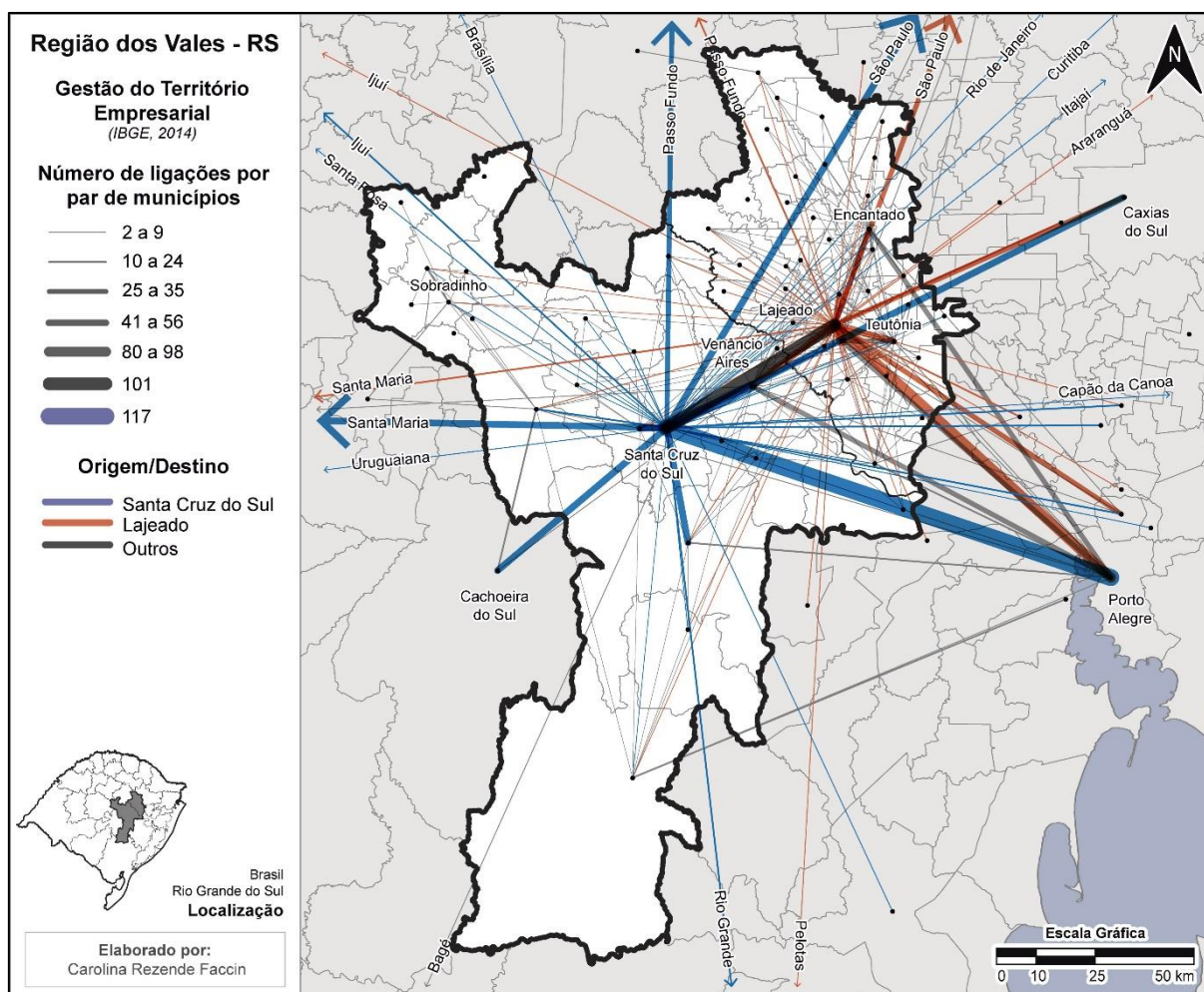
3.6.1 Fluxos de gestão empresarial

Em relação aos fluxos de gestão empresarial, a Figura 17 apresenta as conexões estabelecidas entre os municípios da região dos Vales através das relações existentes entre empresas (matrizes e filiais). O mapa de fluxos apresentado destaca fluxos com origem ou destino em Santa Cruz do Sul, em linhas na cor azul, em Lajeado, na cor laranja, e de outros municípios na cor cinza. A espessura de cada

linha, ou de cada fluxo, está de acordo com a maior intensidade de ligações entre cada par de municípios.

Em relação a esses fluxos, observa-se novamente as cidades de Lajeado e de Santa Cruz do Sul exercendo importante papel de comando na rede urbana e apresentando forte centralidade regional, em razão de sua dinâmica econômica e funções urbanas. De um lado, elas intermediam grande parte dos fluxos econômicos e de serviços que se originam em Porto Alegre e na sua região metropolitana, além de centros urbanos nacionais e globais que participam das atividades agroindustriais da cadeia do tabaco, da carne de frango e de suínos que alcançam a região dos Vales. De outro lado, elas intermediam os fluxos da produção agrícola e do excedente econômico oriundo das áreas rurais e das pequenas cidades da região que se destinam a essas duas cidades, ou ao mercado estadual e nacional (SILVEIRA, et al., 2019).

Figura 17 – Fluxos de gestão do território empresarial – 2014



Elaboração: Carolina Faccin, a partir de IBGE (2014).

No caso da sub-região do Vale do Rio Pardo, as ligações mais intensas ocorrem entre Santa Cruz do Sul e as empresas localizadas nas cidades de Vera Cruz, Rio Pardo, Sinimbu, Sobradinho e Candelária. Já no Vale do Taquari, as ligações mais intensas ocorrem entre Lajeado e Teutônia, Encantado, Arroio do Meio e Estrela.

O município de Porto Alegre, capital do Estado, apresenta grande influência na região dos Vales através das ligações com as cidades médias de Santa Cruz do Sul e Lajeado. Em relação às conexões estabelecidas com municípios externos à região, além de Porto Alegre, Santa Cruz do Sul possui relações com municípios como Santa Maria, Cachoeira do Sul, Passo Fundo e São Paulo. Da mesma forma, Lajeado possui ligações com São Paulo, Canoas e Farroupilha.

As cidades médias Santa Cruz do Sul e Lajeado, conforme Silveira et al. (2019, p. 78),

apresentam os maiores níveis de intensidade nas ligações econômicas na região, advindas do somatório das relações entre as empresas que essas cidades sediam e as suas filiais, localizadas em municípios externos à região. Também, das ligações que essas duas cidades promovem através da atração de empresas externas, através da instalação de filiais e subsidiárias. A hegemonia econômica que a agroindústria – do tabaco em Santa Cruz do Sul e frangos e suínos em Lajeado –, possui na economia urbana e regional, acrescida de uma crescente e diversificada economia de comércio e serviços, sobretudo na área de alimentação, educação e saúde, revela a centralidade econômica dessas cidades no contexto regional.

Por fim, como dito por Corrêa (2006, p. 61), “na sociedade capitalista atual, a gestão do território deriva em grande parte dos interesses das grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas”. Inicialmente, podemos observar a influência das organizações empresariais no território, através dos fluxos de gestão do território empresariais. Cabe, então, estudar com maior ênfase as corporações dos setores do tabaco e da carne de frango, no contexto da região dos Vales. É o que apresentaremos no capítulo seguinte.

3.7 Uma breve síntese

Neste capítulo, buscamos caracterizar a região dos Vales do ponto de vista da sua divisão político-administrativa; da sua organização atual da rede urbana; do ponto de vista socioeconômico; e das suas atividades produtivas predominantes, já introduzindo os setores do tabaco e da carne de frango, que se destacam no contexto das sub-regiões do Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari, respectivamente. Por fim,

também apresentamos os dados relativos aos fluxos de deslocamento pendular para trabalho e estudo, e os fluxos de gestão do território entre os municípios da região, a fim de melhor compreender a rede urbana regional.

Assim, de modo geral, a rede urbana de cada uma das sub-regiões do VRP e VT apresenta estrutura e dinâmica simples de funcionamento, dado o expressivo predomínio das pequenas cidades na região e da primazia das cidades de Santa Cruz do Sul e Lajeado. Comparativamente, no entanto, a rede urbana do Vale do Taquari apresenta uma estrutura com mais intensidade de relações e maior diversidade de hierarquia dos centros urbanos, em relação à rede urbana do Vale do Rio Pardo. O que pode justificar essa diferença é justamente as especificidades da divisão territorial do trabalho existentes em cada uma das sub-regiões, notadamente em relação aos setores produtivos predominantes na região: o do tabaco e da carne de frango.

A estrutura da rede urbana da região é resultante de uma simples divisão territorial do trabalho com grande parte das cidades possuindo a mesma função econômica, os mesmos ramos industriais e atividades de serviço, e dimensões espaciais similares. A economia regional predominante engendra uma divisão territorial do trabalho simples que, por sua vez, irá refletir na dinâmica da rede urbana regional.

Cabe agora entender como está organizada a cadeia produtiva de cada um dos setores e suas respectivas divisões territoriais do trabalho e circuitos espaciais produtivos no âmbito da região dos Vales. É o que será apresentado no capítulo a seguir.

4 DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO TABACO E DA CARNE DE FRANGO NA REGIÃO DOS VALES

Partindo do recorte espacial da região dos Vales, apresentaremos inicialmente a cadeia produtiva, a divisão territorial do trabalho e o circuito espacial da produção do tabaco e, no tópico seguinte, o da produção da carne de frango. Para tanto, cadeia produtiva é entendida neste trabalho como uma sequência de operações que conduzem para a produção de bens e serviços, articulando o fornecimento dos insumos, o processamento, a distribuição e a comercialização, e mediando a relação do sistema produtivo com o mercado consumidor. Uma cadeia produtiva implica em uma divisão do trabalho, na qual cada agente ou conjunto de agentes realiza etapas distintas do processo produtivo e, ainda, não se restringe, necessariamente, a uma mesma região ou localidade (ARAÚJO, 2007).

Também foi feita a adição de um tópico abordando os impactos da pandemia da Covid-19 na rede urbana regional e nos setores produtivos do tabaco e da carne de frango, dado o contexto pandêmico no qual esta dissertação foi desenvolvida, no ano de 2020. Por fim, em um tópico seguinte, abordaremos as principais semelhanças e particularidades das duas cadeias produtivas.

4.1 Divisão territorial do trabalho e circuito espacial produtivo do tabaco

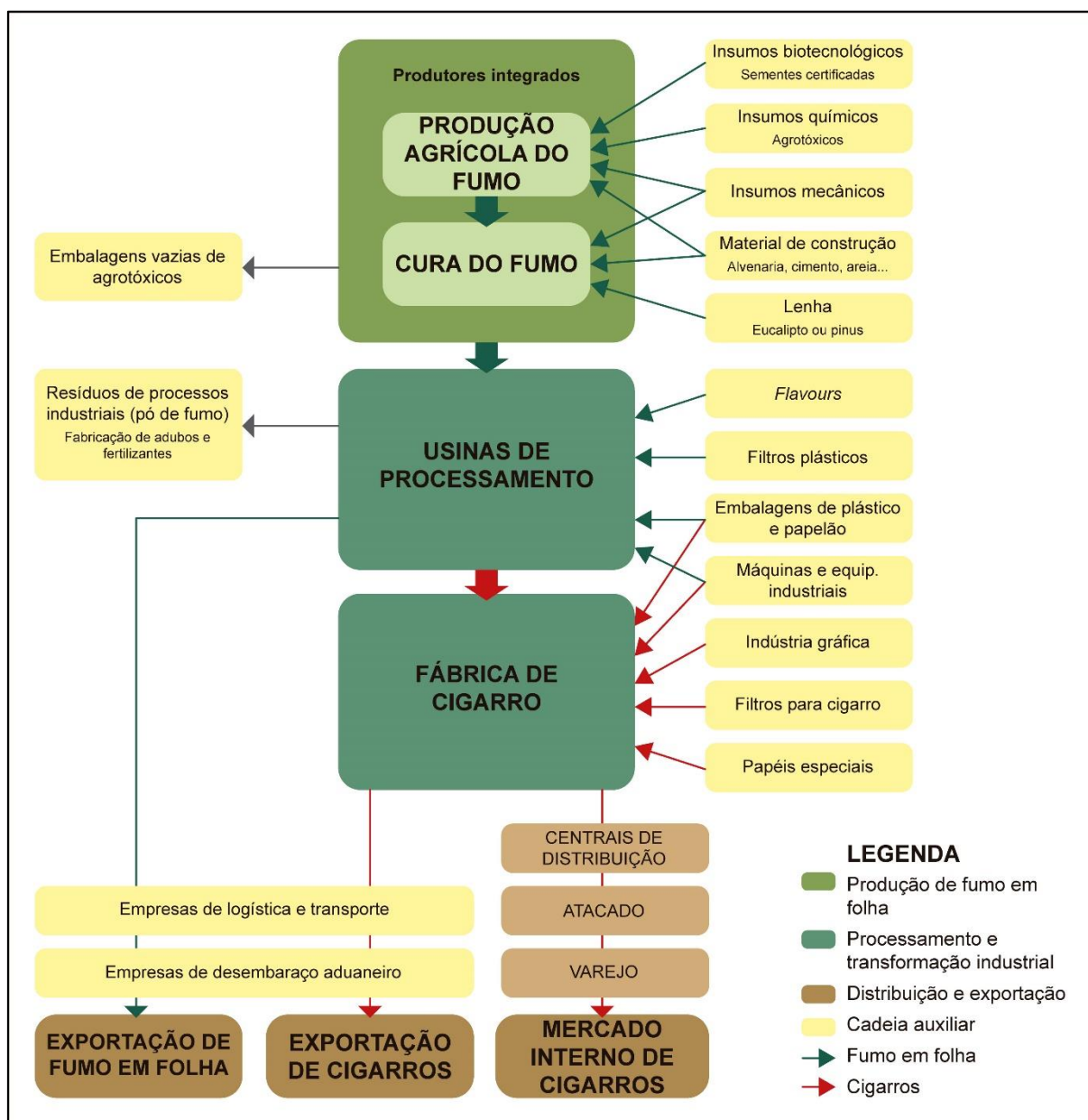
Neste item, apresentaremos a configuração atual da divisão territorial do trabalho e do circuito espacial do tabaco, na região dos Vales, partindo do trabalho de Rogério Leandro Lima da Silveira (2007)¹², e dando foco nas empresas multinacionais. Foram utilizados, além de bibliografia sobre o tema, dados do IBGE, RAIS e CAGED, de 2018, e da Receita Federal, de 2020.

A Figura 18 apresenta um organograma que, além de representar a cadeia produtiva do tabaco na região dos Vales, auxilia a compreender e a explicar o circuito espacial produtivo e a divisão territorial do trabalho. Ele está organizado em duas partes: a cadeia principal – que, por sua vez, é composta pela produção do fumo em folha, processamento e transformação industrial, e distribuição e exportação -, e a

¹² Para conferir mais detalhes, ver a tese de Silveira (2007), que analisou e descreveu de modo detalhado a dinâmica relacional entre a constituição e o funcionamento do Complexo Agroindustrial do Tabaco e a produção do espaço urbano e regional do Vale do Rio Pardo.

cadeia auxiliar – composta pelo conjunto de insumos, equipamentos e serviços que são empregados nas etapas da cadeia principal. Nas páginas a seguir, abordaremos cada um dos elos deste organograma.

Figura 18 – Circuito espacial produtivo do tabaco na região dos Vales-RS



Elaborado por Carolina Faccin, adaptado a partir de Silveira (2007).

Antes, porém, uma etapa que antecede o início da produção em meio rural é a definição, pelas empresas, da quantidade de tabaco a ser produzido, conforme explica Silveira (2007, p. 431–432):

É, portanto, em função das informações provenientes dos compradores internacionais e das ordens emanadas das sedes e/ou das demais subsidiárias das empresas multinacionais que chegam até as empresas tabaqueiras, definindo o volume e o tipo de tabaco encomendados pelas empresas compradoras nacionais e internacionais, que tem início o planejamento da safra de tabaco (volume, área plantada, tipo de tabaco), envolvendo tanto as atividades de produção nas áreas rurais quanto as usinas de processamento nas cidades da região.

Da mesma forma, Buainain e Souza Filho (2009, p. 81–82) comentam que “abstraindo fatores climáticos, o volume de produção tem sido determinado pelas estratégias das grandes empresas tabaqueiras e pela maior procura do tabaco brasileiro como alternativa de suprimento de tabaco de boa qualidade”.

Essa estratégia adotada pelas empresas, e outras que veremos a seguir, já dão pistas, conforme Silveira (2016, p. 935), da “conformação de uma rede cuja racionalidade de funcionamento revela uma forma organizacional verticalizada, hierarquicamente estruturada e regulada externamente a partir de pontos que sediam corporações transnacionais”.

4.1.1 Etapa inicial da produção

Após o planejamento da safra pelas empresas tabaqueiras, tem início a primeira etapa da cadeia produtiva: a produção do tabaco em meio rural. Esta, é realizada pelo emprego intensivo da mão de obra dos agricultores familiares e é regulada pelo sistema integrado de produção. Por vezes, pode contar com o trabalho infantil¹³ e com a contratação de trabalhadores temporários (IBGE, 2017b).

A produção de tabaco no Sul do Brasil vem sendo praticada desde 1917 com base em um sistema de integração, chamado de Sistema Integrado de Produção do Tabaco, quando a empresa Souza Cruz implantou o sistema inicialmente no Vale do Rio Pardo. Através de um contrato entre indústria e produtores de tabaco, a indústria desempenha o duplo papel de coordenação e fomento. Sobre isso, Buainain e Souza Filho (2009, p. 28) comentam que “as regras e as condições são estabelecidas em contratos formais, que preveem e regulam desde o fornecimento da assistência

¹³ De acordo com Vogt (1997), já em 1852 era enfatizado que a cultura do tabaco era mais rentável para as famílias, porque as crianças menores facilmente podiam ajudar em serviços leves. Salientamos que atualmente a prática do trabalho infantil é proibida e crime, conforme previsto no artigo 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde dispõe que: “Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade.”

técnica até a especificação dos insumos e volumes a serem produzidos a cada ano-safra”. Ainda de acordo com os autores (2009, p. 29),

A produção de tabaco é coordenada a partir da indústria de processamento, que atua como pivô de um complexo sistema integrado. Cada empresa possui sua cadeia de suprimento igualmente complexa e que envolve milhares de pequenos agricultores familiares. Os mecanismos de coordenação incluem planejamento da produção, fixação de parâmetros técnicos para insumos e produtos, incentivos econômicos e instrumentos financeiros e jurídicos de estímulo, controle e punição.

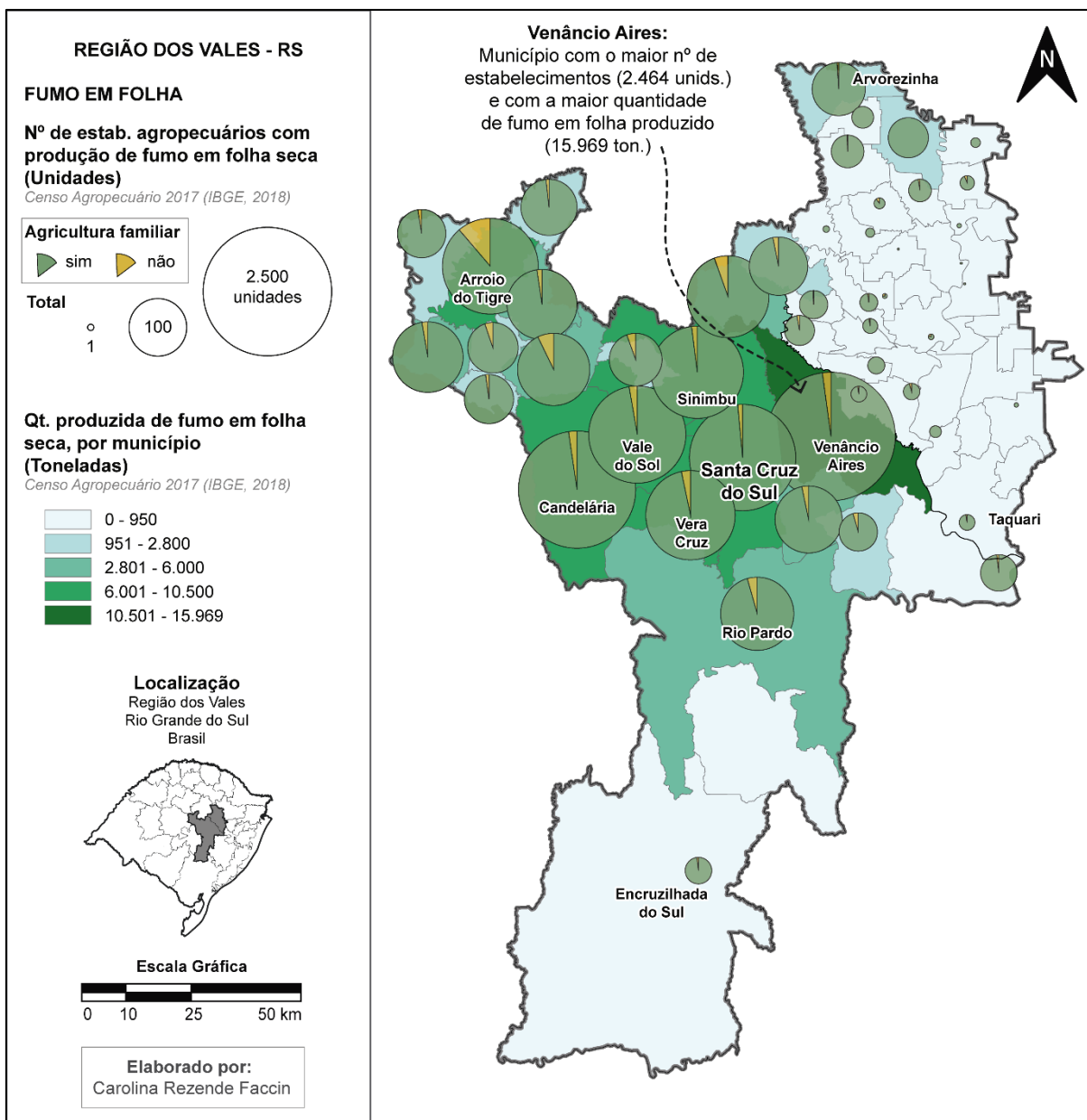
A Figura 19 apresenta, além do total produzido de tabaco em folha por município (em toneladas), o número de estabelecimentos agropecuários com produção de tabaco em folha seca e qual o percentual desses estabelecimentos vinculados à agricultura familiar. Observa-se, através do mapa, que há um maior número de estabelecimentos e maior produção de tabaco, nos municípios da região central e norte do Vale do Rio Pardo, bem como em alguns municípios ao norte do Vale do Taquari.

Conforme dados do Censo Agropecuário de 2017, 20.847 estabelecimentos agropecuários participam da produção de tabaco na região – destes, 87% na região do Vale do Rio Pardo. O município de Venâncio Aires destaca-se com o maior número de estabelecimentos (2.454 unidades) e com a maior quantidade de tabaco em folha produzido na região (15.969 toneladas) (IBGE, 2017b).

A maior parte desses estabelecimentos têm em torno de 5 a 20 hectares e estão ligados à agricultura familiar¹⁴, como mostram os gráficos de pizza, com valores por município. Segundo o relatório da FEE (FEIX et al., 2016, p. 33), “a maior parte dos estabelecimentos agropecuários do RS enquadra-se nos critérios definidores da agricultura familiar”.

¹⁴ Conforme a Lei Federal n.º 11.326, de julho de 2006, as características de um estabelecimento ou empreendimento rural ligado à agricultura familiar são: a área do estabelecimento rural não excede quadro módulos fiscais, possui mão de obra predominantemente da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família.

Figura 19 - Número de estabelecimentos agropecuários com produção de tabaco em folha e quantidade produzida de tabaco em folha, por município - 2017



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de IBGE (2017b).

O perfil socioeconômico dos produtores de tabaco no Vale do Rio Pardo, traçado por Buainain e Souza Filho (2009), através de entrevistas realizadas com uma amostragem de 381 produtores, indica que:

- os domicílios dos produtores contavam com a predominância de famílias pequenas – cuja média era de 3,7 membros por família – e com poucas crianças;

- b) o nível de escolaridade dos chefes de domicílio era baixo, sendo que 74% haviam frequentado até a 5ª série do primeiro grau;
- c) os produtores rurais possuíam experiência elevada na atividade, com média de 23 anos de experiência no cultivo de tabaco;
- d) o tamanho médio das propriedades era de 11 ha, dos quais a lavoura ocupava em média 4 ha.;
- e) a maioria dos chefes de família (98%) e seus cônjuges (80%) têm o cultivo de tabaco como ocupação principal.

Além disso, os autores (2009, p. 106–107) comentam que

a maioria das propriedades no Vale do Rio Pardo encontra-se em áreas de topografia acidentada, tornando difíceis, se não impossíveis, a mecanização e mesmo a adoção de outras culturas temporárias. Ausência de boas condições topográficas, menor disponibilidade de mão de obra, ausência de mercado para atividades alternativas e a proximidade de grandes unidades de processamento de tabaco impulsionam a dependência da cultura e tornam difícil a sua substituição.

Essa elevada dependência dos produtores em relação à venda do tabaco não ocorre da mesma forma nos Estados de Santa Catarina e no Paraná. Ainda conforme Buainain e Souza Filho (2009, p. 107), pois “devido à maior área média e à maior disponibilidade de mão de obra, os produtores são mais diversificados” e “existem mercados bem estruturados para outros produtos, como aves, suínos e soja, contribuindo para menor dependência do tabaco”.

A etapa inicial de produção, desenvolvida por esses produtores rurais em seus estabelecimentos agropecuários, envolve o plantio (semeadura, transplante e tratamentos culturais), a colheita e a cura do tabaco, além do uso de um conjunto de insumos químicos, biológicos e mecânicos.

Ao longo do plantio, são utilizados insumos biotecnológicos, como fertilizantes hidrossolúveis e as sementes híbridas e certificadas. Apesar de já haver domínio da tecnologia para emprego da transgenia da semente do tabaco, os transgênicos ainda não são utilizados – dada a controvérsia existente sobre o uso de produtos transgênicos, aliada às campanhas antitabagistas. Entre as principais empresas que produzem e melhoram geneticamente sementes híbridas para fumicultura, podemos destacar a *ProfiGen do Brasil Ltda.*, a *Carolina Soil do Brasil Ltda.* (que também produz fertilizantes), a *Seed Pelleting Equipamentos, Investimentos e Serviços Ltda.*, localizadas em Santa Cruz do Sul; o Centro de Pesquisa Agronômica da *Universal*

Leaf Tabacos, em Rio Pardo, e o Departamento de Pesquisa Agronômica da *Alliance One* em Vera Cruz (RECEITA FEDERAL, 2020; SILVEIRA, 2007).

Também são utilizados insumos químicos como herbicidas e antibrotantes visando um tabaco mais limpo, livre de pragas e ervas daninhas, e com folhas mais largas e melhor desenvolvidas. Silveira (2007) indica que, através de dados do SINDIFUMO (atual SINDITABACO), o volume de agrotóxicos utilizados na lavoura fumageira, que em 1995 era de 5,71 kg/ha¹⁵, passou para 2,07 kg/ha no ano 2000. Dados mais recentes mostram que o uso passou para 1,01 kg/ha em 2016 (SINDITABACO, 2020). Apesar da clara diminuição do uso, a obra organizada por Etges e Ferreira (2006), sobre o impacto causado pela produção de tabaco ao ecossistema e à saúde humana, apresenta importante associação do uso dos agrotóxicos e a ocorrência de intoxicações e distúrbios neurocomportamentais como depressão, ansiedade, irritabilidade, cefaleia e náuseas. Além disso, revelaram a promoção direta ou indireta da contaminação do solo e dos recursos hídricos no ambiente natural (SILVEIRA, 2007).

As embalagens vazias dos agrotóxicos utilizados nas lavouras de tabaco são recolhidas nas propriedades rurais através do Programa de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos, promovido pelo SINDITABACO¹⁶ e pela AFUBRA¹⁷. Os produtores são instruídos a lavar triplamente as embalagens e guardar adequadamente na propriedade, até que o recolhimento seja feito na propriedade. Segundo o Anuário Brasileiro do Tabaco (KIST et al., 2019, p. 109), “mais de 16,5 milhões de embalagens vazias foram recolhidas até outubro de 2019”. Ainda de acordo com a publicação,

o material recolhido é encaminhado para as centrais de recebimento

¹⁵ Kg de Ingrediente Ativo (IA) por hectare.

¹⁶ O Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SINDITABACO), com sede em Santa Cruz do Sul, foi criado em 1947 e, em 2020, possuía 14 empresas associadas. Atua como representante dessas empresas em discussões com organizações governamentais sobre impostos, taxas e legislação; em dissídios coletivos de trabalhadores da indústria; no levantamento anual, junto a Afubra, dos custos de produção do tabaco na lavoura; na promoção de atividades referentes à produção do tabaco, comércio exterior, meio ambiente e comunicação social (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009).

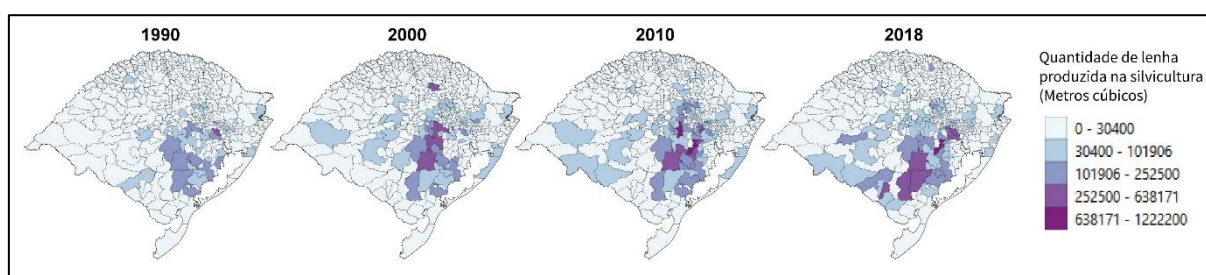
¹⁷ A AFUBRA, com sede em Santa Cruz do Sul, foi fundada em 1955 pelos produtores de tabaco no Rio Grande do Sul, inicialmente formando a Associação dos Plantadores de Tabaco em Folha do Estado do Rio Grande do Sul (APFFRGS), que passou a se chamar Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) em 1963, em função da expansão do seu raio de atuação para estados do Paraná e Santa Catarina. Conforme Buainain e Souza Filho (2009, p. 110), “os motivos que levaram à iniciativa foram a negociação do preço do tabaco, que não levava em consideração os custos de produção, as perdas em razão da precipitação de granizo, além da situação de baixo poder de mercado diante da indústria tabaqueira.”

credenciadas pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), onde passam por triagem e separação. A maior parte, 93%, é destinada à reciclagem, e o restante, 7%, é enviado para as incineradoras. O material é transformado em outros produtos, como tubos para esgoto, recipiente para óleo lubrificante, caixa de bateria automotiva e conduíte. (KIST et al., 2019, p. 109).

Na etapa de cura do tabaco, outros insumos e equipamentos são utilizados. Destaca-se o uso da lenha, principal insumo utilizado nessa etapa, comprada de matas reflorestadas existentes nos municípios na porção meridional do Estado, como mostra a Figura 20, ou, conforme Silveira (2007), em alguns casos, mediante o desmatamento da vegetação nativa.

Os mapas situados na Figura 20 apresentam a produção de lenha, por município, para o Rio Grande do Sul, de acordo com dados do IBGE de 2018. Os dados mostram que a extração vegetal de lenha, principalmente do tipo pinus, tem aumentado de modo geral em todo Estado, havendo um crescimento de 41,7% entre 1990 e 2018. Também mostram que a produção tem se concentrado ao longo dos anos em alguns municípios da região dos Vales e na região Sul do Estado. Destacam-se os municípios de Butiá, Montenegro, Paverama, Encruzilhada do Sul, Triunfo, Candiota, Piratini e Canguçu (IBGE, 2018d).

Figura 20 – Produção de lenha por município no Rio Grande do Sul – 1990, 2000, 2010 e 2018



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de IBGE (2018d).

Nesta parte da produção, se destacam os materiais de construção das estufas, como tijolos e telhas, e equipamentos mecânicos e eletrônicos, como controladores eletrônicos e automáticos de umidade relativa do ar e de temperatura no interior da estufa, durante o processo de cura do tabaco. Esses insumos mecânicos são adquiridos através do financiamento junto aos bancos e são, em grande maioria, produzidos em indústrias de outros municípios do Rio Grande do Sul ou em outros Estados do Sul e Sudeste do país (SILVEIRA, 2007).

Por fim, o transporte desses insumos descritos é realizado pelas agroindústrias tabaqueiras como parte das suas obrigações no âmbito do sistema integrado de produção. Para isso, são feitos contratos anuais de prestação de serviços entre as empresas tabaqueiras com caminhoneiros residentes na região (SILVEIRA, 2007).

A primeira etapa do circuito de produção do tabaco é composta de relações espaciais entre as áreas produtoras de tabaco da região e os núcleos urbanos que sediam as empresas fornecedoras de insumos necessários para produção. Essas relações são definidas e intermediadas pelas unidades de processamento das empresas tabaqueiras presentes em Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, onde ocorrem desde o planejamento e a definição da safra a ser plantada, o gerenciamento da logística de apoio à produção rural, bem como a comercialização e o transporte dos insumos e do tabaco em folha para comercialização.

Uma vez que é feita a colheita e a cura do tabaco nos estabelecimentos rurais, o tabaco segue para a etapa seguinte: a de classificação e comercialização junto às indústrias processadoras.

4.1.2 Classificação e comercialização do tabaco

A segunda etapa do circuito espacial produtivo é a de classificação e comercialização do tabaco. As condições para comercialização do tabaco são estabelecidas, de acordo com Buainain e Souza Filho (2009, p. 138),

Anualmente, as empresas tabaqueiras, a Afubra e as Federações de Trabalhadores do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina realizam reuniões para negociar as condições de comercialização da safra. As principais reuniões iniciam-se, geralmente, no fim da safra anterior, julho e agosto. Seguem-se várias rodadas de reuniões oficiais, que são documentadas em atas. Quando não se alcança um acordo, as negociações podem estender-se até o início do período de compra, em janeiro. Nesses casos, é comum o produtor iniciar o plantio, e mesmo vender o seu produto, sem conhecer os preços que servirão de referência para a compra do tabaco da safra.

Já conforme Silveira (2007, p. 444–445):

A classificação do tabaco manteve sua importância no processo de comercialização, pois representa para os fumicultores a possibilidade de se obter uma remuneração maior ou menor pelo tabaco produzido. Já para as empresas tabaqueiras, a classificação torna-se uma estratégia de controle da qualidade do tabaco a ser comprado, de definição do pagamento da produção

do tabaco, e de subordinação econômica dos fumicultores [...]. O processo de comercialização do tabaco revela uma total subordinação dos fumicultores às empresas, na medida em que são elas que decidem, de acordo com seus interesses, o grau do rigor a ser adotado na classificação do tabaco.

Para entender de modo mais aprofundado a classificação e comercialização do tabaco, recomenda-se a leitura de Silveira (2007, p. 444–449) e Vogt (1997, p. 147–150).

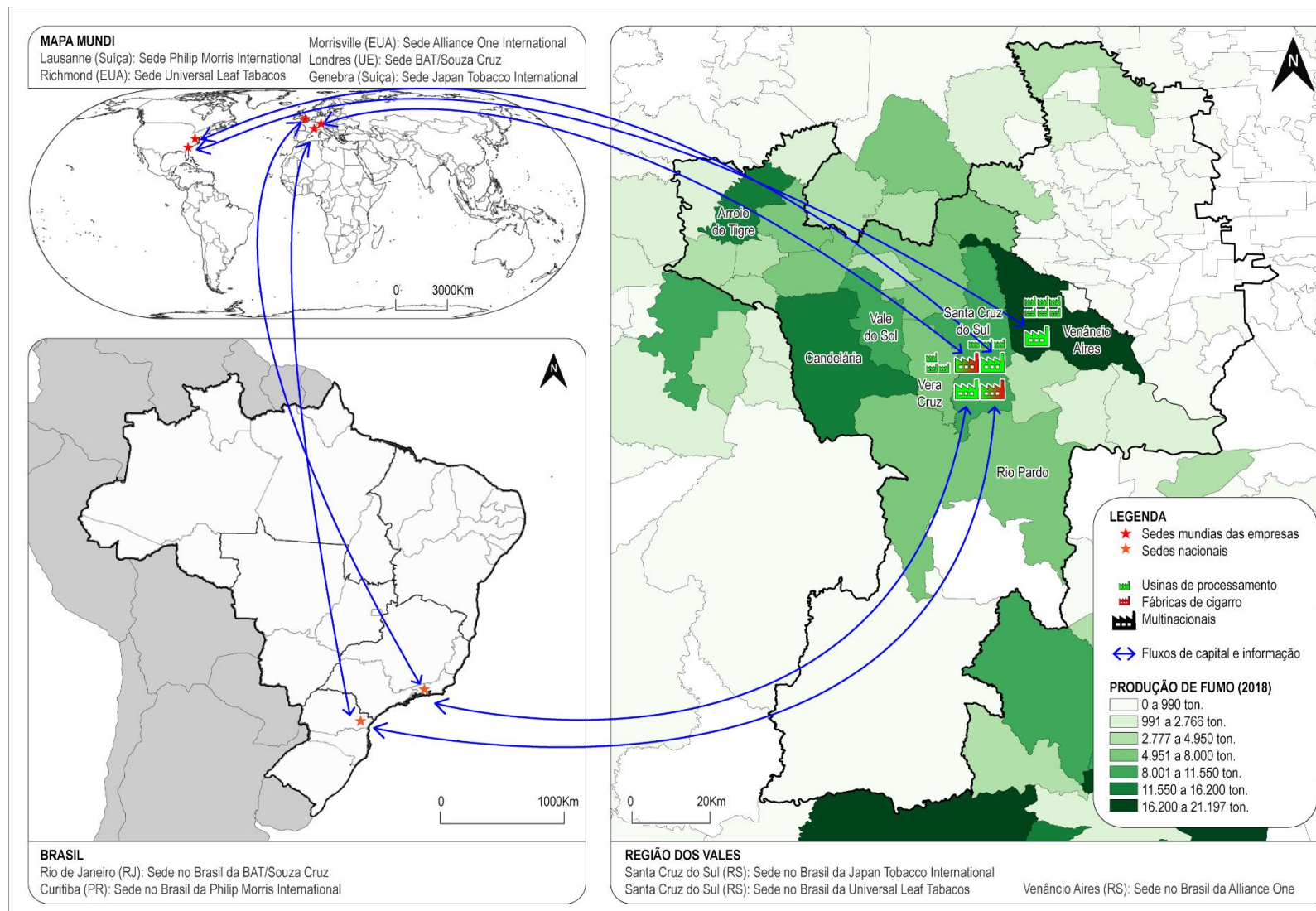
Nesta etapa, o tabaco é transportado das propriedades rurais até as usinas de processamento ou até os postos de compra. O transporte também é de responsabilidade das agroindústrias, como estipulado no sistema de integração –, onde o tabaco será comercializado pelos agricultores junto às empresas tabaqueiras, passando pelo processo de classificação.

4.1.3 Processamento industrial do tabaco

Já a terceira etapa é a do processamento industrial nas usinas. Nesta etapa, estão envolvidos insumos como os *flavours*, utilizados na preparação de *blends*; filtros plásticos e plásticos especiais, utilizados no armazenamento do tabaco; maquinários e equipamentos utilizados no processamento industrial do tabaco; e caixas e embalagens de papelão, para acondicionamento do tabaco a ser exportado. De acordo com Silveira (2007), a maior parte das empresas fornecedoras desses insumos estão localizadas fora da região dos Vales.

A Figura 21 apresenta a localização das usinas de processamento de tabaco, fábricas de cigarro e as sedes das empresas tabaqueiras multinacionais, a partir de dados da Receita Federal (2020), sites institucionais das empresas e saídas de campo. Adicionalmente, a Figura 21 mostra a produção de tabaco em folha, por município, conforme IBGE (2018c).

Figura 21 – Localização das usinas de processamento de tabaco, fábricas de cigarro e sedes das empresas tabaqueiras multinacionais - 2020



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de Receita Federal (2020), IBGE (2018c) e dados da pesquisa.

No âmbito da região dos Vales, a produção de tabaco abrange a porção central e norte do Vale do Rio Pardo, com exceção de alguns municípios mais ao norte do Vale do Taquari que também apresentaram uma produção de tabaco, em 2018, entre 3000 a 4200 toneladas. São eles: Arvorezinha, Anta Gorda e Progresso. No Vale do Rio Pardo, o único município que não apresentou produção de tabaco foi Pantano Grande e, os com os mais baixos montantes produzidos, foram Mato Leitão e Encruzilhada do Sul (IBGE, 2018c).

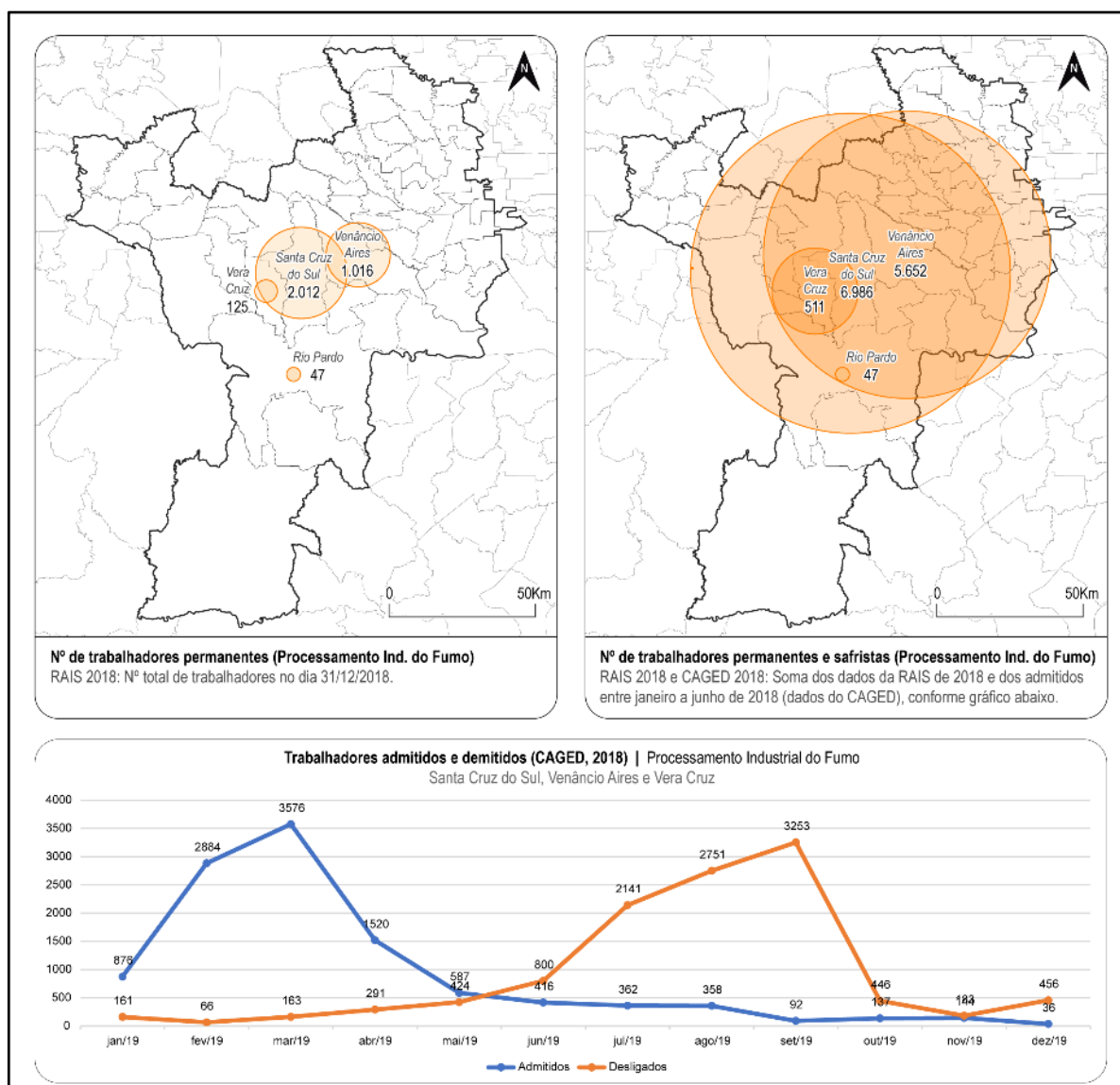
Em relação à organização espacial das indústrias, observa-se uma concentração das usinas de processamento em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e, em menor parte, em Vera Cruz. Essas plantas industriais estabelecem fluxos de informação e de capital com suas sedes administrativas em outros países, integrando a região verticalmente à economia globalizada. Entre as cinco multinacionais, três delas possuem suas sedes brasileiras na região do Vale do Rio Pardo. São elas: a Alliance One International, com sede em Venâncio Aires; a Japan Tobacco International e a Universal Leaf Tabacos, com sede em Santa Cruz do Sul. Já a Phillip Morris International e a Souza Cruz, com usinas em Santa Cruz do Sul, possuem sua sede nacional em Curitiba e São Paulo, respectivamente.

O processamento industrial do tabaco acaba por gerar resíduos de processos industriais – como o pó de tabaco –, que são destinados à FUPASC (Fundação para Proteção Ambiental de Santa Cruz do Sul), localizada em Santa Cruz do Sul. Através da compostagem, o pó de tabaco é transformado em um fertilizante orgânico. A FUPASC também faz o armazenamento e tríplice lavagem das embalagens de agrotóxicos. A *Folhito Indústria e Comércio de Adubos Orgânicos Ltda.*, localizada em Estrela, é outra empresa que também recebe pó de processos industriais. Além de receber o pó de tabaco, ela também faz o recebimento de resíduos ligados à cadeia de produção do frango (cama de aviário, esterco de animais, resíduo do incubatório de aves e pó do processo industrial da fabricação de ração).

A Figura 22 apresenta o número de empregados formais no dia 31/12/2018 no setor do processamento industrial do tabaco, por município, segundo dados da RAIS e do CAGED. O primeiro mapa mostra o número de trabalhadores permanentes e o segundo mapa apresenta a soma dos trabalhadores permanentes e a soma das contratações entre janeiro e junho de 2018 – buscando compreender o total de trabalhadores temporários empregados durante o período da safra. Ainda na Figura 22, o gráfico abaixo dos mapas mostra o número de trabalhadores admitidos e

demitidos por mês, em 2018 (CAGED, 2018; RAIS, 2018).

Figura 22 - Número de trabalhadores permanentes e temporários no setor de processamento industrial do tabaco e demissões e admissões por mês - 2018



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de RAIS (2018) e CAGED (2018).

Através dos dados da RAIS (2018) e do CAGED (2018), pode-se constatar que Santa Cruz do Sul possuía, em 2018, 2.012 trabalhadores permanentes, Venâncio Aires 1.016, Vera Cruz 125 e Rio Pardo 47. Ao longo do ano, as contratações de trabalhadores temporários (os safristas) ocorrem com mais intensidade entre janeiro e maio, diminuindo até agosto. Já as demissões ocorrem entre maio e setembro,

quando o período de safra é encerrado¹⁸. Assim, entre janeiro e junho, foram admitidos 4.974 trabalhadores temporários em Santa Cruz do Sul, 4.636 em Venâncio Aires e 386 em Vera Cruz. Nesse quadro, a região dos Vales possui 10.006 trabalhadores temporários, ou safristas, envolvidos no processamento industrial do tabaco, e 3.200 trabalhadores permanentes.

Esses trabalhadores temporários residem, em sua maioria, nas periferias urbanas de Santa Cruz do Sul e em municípios menores da região, sendo o seu deslocamento feito de ônibus, através de serviços de transporte contratados pelas empresas tabaqueiras.

Conforme Silveira (2003, p. 135),

No âmbito da cidade [de Santa Cruz do Sul], a demanda de trabalhadores temporários, os safristas, contribui, através do processo de mobilização dessa força de trabalho pelas agroindústrias, para o aumento da população urbana, como também dada a característica sazonal dessa ocupação e o baixo nível de remuneração dessa mão-de-obra, para o surgimento de atividades informais e para o incremento das vilas populares na periferia urbana.

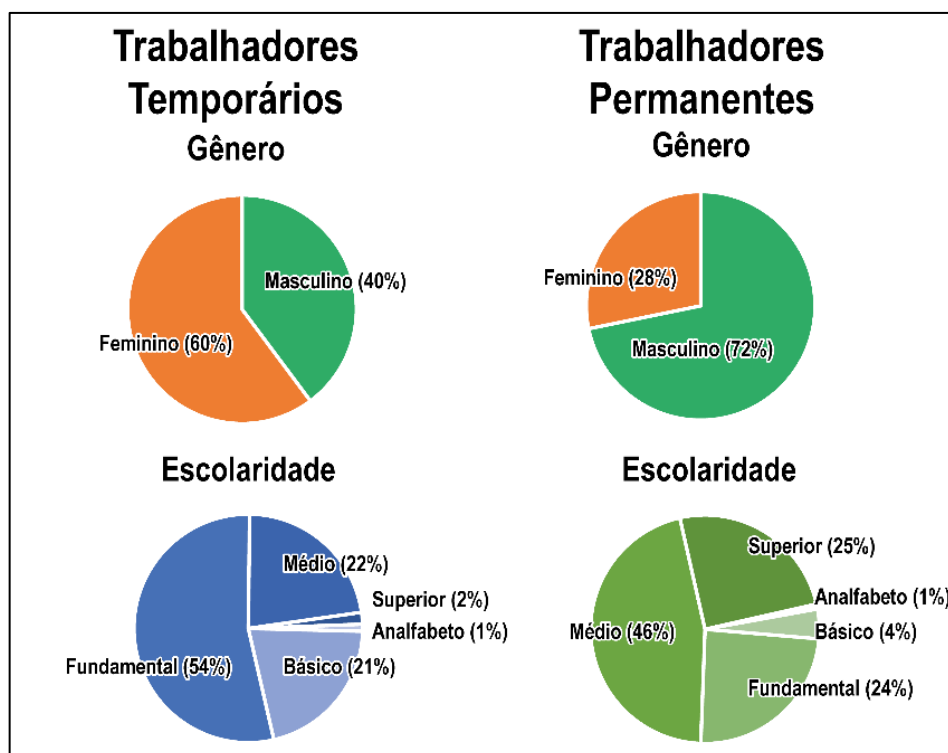
Ainda de acordo com o autor (2003, p. 143),

Algumas vilas populares foram surgindo de forma espontânea, através da ocupação irregular, por migrantes, de áreas às margens da malha viária local. Atraídas pela possibilidade de emprego na capital do tabaco, a maioria desses migrantes é procedente das áreas urbanas e rurais dos municípios vizinhos, ou mesmo, da zona rural de Santa Cruz do Sul. Outras vilas, porém, têm sua origem nas ações de realocação urbana promovidas pela Prefeitura Municipal.

Entre os safristas, predomina a baixa escolaridade, sendo que a maioria destes possuem apenas primeiro grau incompleto. Prepondera a mão de obra feminina, uma vez que a mecanização e a informação do processo produtivo têm reduzido a quantidade de tarefas mais pesadas, bem como a manipulação do tabaco requer um trabalho mais delicado. Já em relação ao perfil dos trabalhadores efetivos, diferentemente dos safristas, estes são predominantemente homens, com grau de escolaridade de nível mais alto (Figura 23).

¹⁸ O período da safra pode variar de acordo com as condições climáticas, mas, no geral, podemos entender a safra dividida como, no segundo semestre do ano voltada para o plantio e colheita do tabaco, nos estabelecimentos agropecuários e, no primeiro semestre do ano, voltada para o processamento industrial do tabaco, nas usinas de processamento.

Figura 23 - Perfil dos trabalhadores temporários e permanentes do setor de processamento industrial do tabaco - 2018



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de RAIS (2018) e CAGED (2018).

Complementarmente, a Tabela 10 apresenta o total de trabalhadores efetivos, em cada uma das empresas da região, dos setores de processamento de tabaco e fabricação de cigarros, de acordo com dados desagregados da RAIS do dia 31/12/2018, obtidos através de contato direto com a Coordenação de Estatísticas e Estudos do Trabalho do Ministério da Economia.

Tabela 10 – Número de trabalhadores permanentes nos setores de processamento de tabaco em folha e fabricação de cigarros na região dos Vales - 2018

Razão Social	Município	Total
PHILIP MORRIS BRASIL IND E COMERCIO LTDA	Santa Cruz do Sul	1072
UNIVERSAL LEAF TABACOS LTDA - SANTA CRUZ	Santa Cruz do Sul	745
JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA	Santa Cruz do Sul	495
SOUZA CRUZ LTDA	Santa Cruz do Sul	482
CTA CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE SA	Venâncio Aires	341
ALLIANCE ONE BRASIL EXP TABACOS LTDA.	Venâncio Aires	294
CHINA BRASIL TABACOS EXPORTADORA S.A.	Venâncio Aires	151
UTC BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TABACO LTDA	Venâncio Aires	145
PREMIUM TABACOS DO BRASIL S A	Santa Cruz do Sul	142
C L P TABACOS DO BRASIL LTDA	Vera Cruz	77
ATCASSOCIATED TOB. COMP. BRASIL EXP. IMP. DE TABACO	Santa Cruz do Sul	76

RECON INC BRASIL - IND E COM DE TAB LTDA	Santa Cruz do Sul	66
BRASTABACO IND BRASILEIRA DE TABACOS S A	Venâncio Aires	52
INTERNATIONAL BIO-PROCESSING ALLIANCE LT	Rio Pardo	40
ITB INTERNATIONAL TOBACCOS BUSINESS LTDA	Vera Cruz	30
HAND STRIP DESTALAMENTO DAS FOLHAS DO FU	Vera Cruz	17
TABACOS DITALIA LTDA	Venâncio Aires	16
SPECIAL BRAZILIAN TABACOS LTDA	Venâncio Aires	13

Elaborado por Carolina Faccin, a partir de dados desagregados da RAIS (2018).

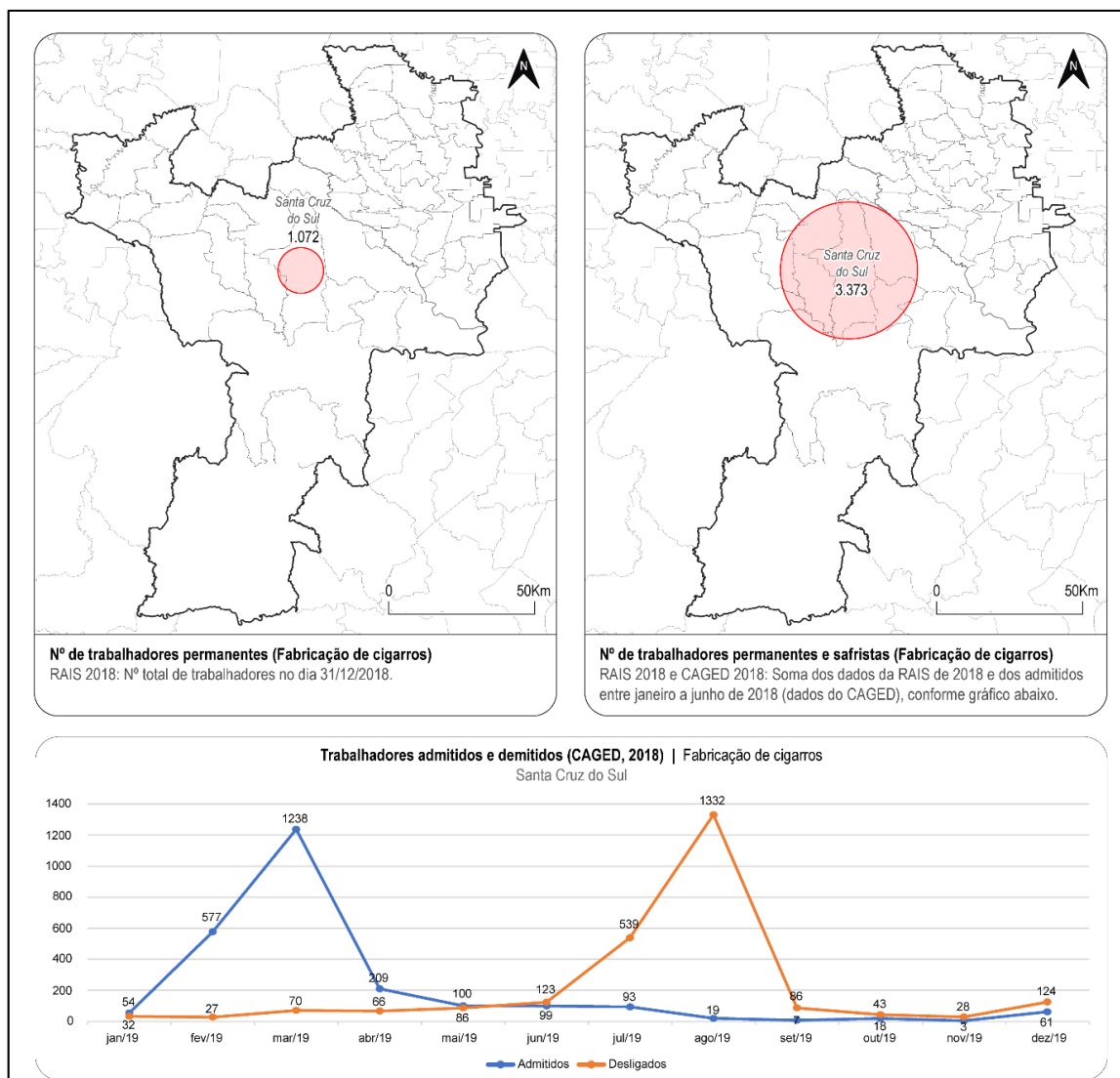
A partir dos dados apresentados na Tabela 10, podemos identificar que a *Phillip Morris* é a empresa com o maior número de trabalhadores permanentes, seguida pela *Universal Leaf Tabacos*, *JTI* e *Souza Cruz*, todas em Santa Cruz do Sul, com mais de 480 empregados. Em Venâncio Aires, destacam-se a *CTA Continental Tobaccos Alliance* e a *Alliance One*, com mais de 290 empregados permanentes. Em Vera Cruz e Rio Pardo, há um menor número de empresas, com menor número de empregados efetivos (RAIS, 2018).

4.1.4 Fabricação de cigarros

A partir do processamento industrial, o tabaco pode seguir dois caminhos: a comercialização e exportação, ou seguir para a fábrica de cigarros. Em relação à fabricação de cigarros, como mostrado anteriormente, na Figura 21, a região possui duas fábricas de cigarros em Santa Cruz do Sul, notadamente as fábricas da *Phillip Morris International* e da *Japan Tobacco International (JTI)*. Atualmente, em torno de 10% a 30% do total do tabaco processado nas usinas da região destina-se a essas fábricas, enquanto o restante é exportado.

Em relação ao número de trabalhadores desse setor, os dados da RAIS (2018) mostram que, ao final de 2018, o setor de fabricação de cigarros empregava 1.072 trabalhadores permanentes. Se somados os 2.301 trabalhadores admitidos no período entre janeiro e junho, ou seja, os trabalhadores temporários ou safristas, o número de trabalhadores no total chega a 3.373. A Figura 24 apresenta esses dados nas primeiras duas imagens, bem como um gráfico com o número de trabalhadores admitidos e demitidos, por mês, em 2018. Esse gráfico mostra o processo de admissão de trabalhadores temporários durante o período da safra, no começo do ano, e de demissão no começo do segundo semestre, do mesmo modo que ocorre com o setor de processamento industrial do tabaco (CAGED, 2018; RAIS, 2018).

Figura 24 - Número de trabalhadores permanentes e temporários no setor de fabricação de cigarros – 2018



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de RAIS (2018) e CAGED (2018).

Em relação aos insumos necessários para produção de cigarros em torno da cadeia produtiva do tabaco, são citados no diagrama da Figura 18 apresentado anteriormente. São eles: as máquinas e equipamentos industriais que, conforme Silveira (2007, p. 458), “em sua grande maioria são importados de empresas inglesas, italianas e norte-americanas”; embalagens de plástico e papelão, filtros para cigarros e papéis especiais, estes produzidos por empresas no sudeste do país. Além disso, ainda conforme Silveira, também são necessários outros serviços, como os “de gráfica, propaganda e marketing e de manutenção de equipamentos, de segurança industrial, de transporte e alimentação dos funcionários”, os quais são fornecidos por empresas locais.

4.1.5 As multinacionais tabaqueiras no Brasil

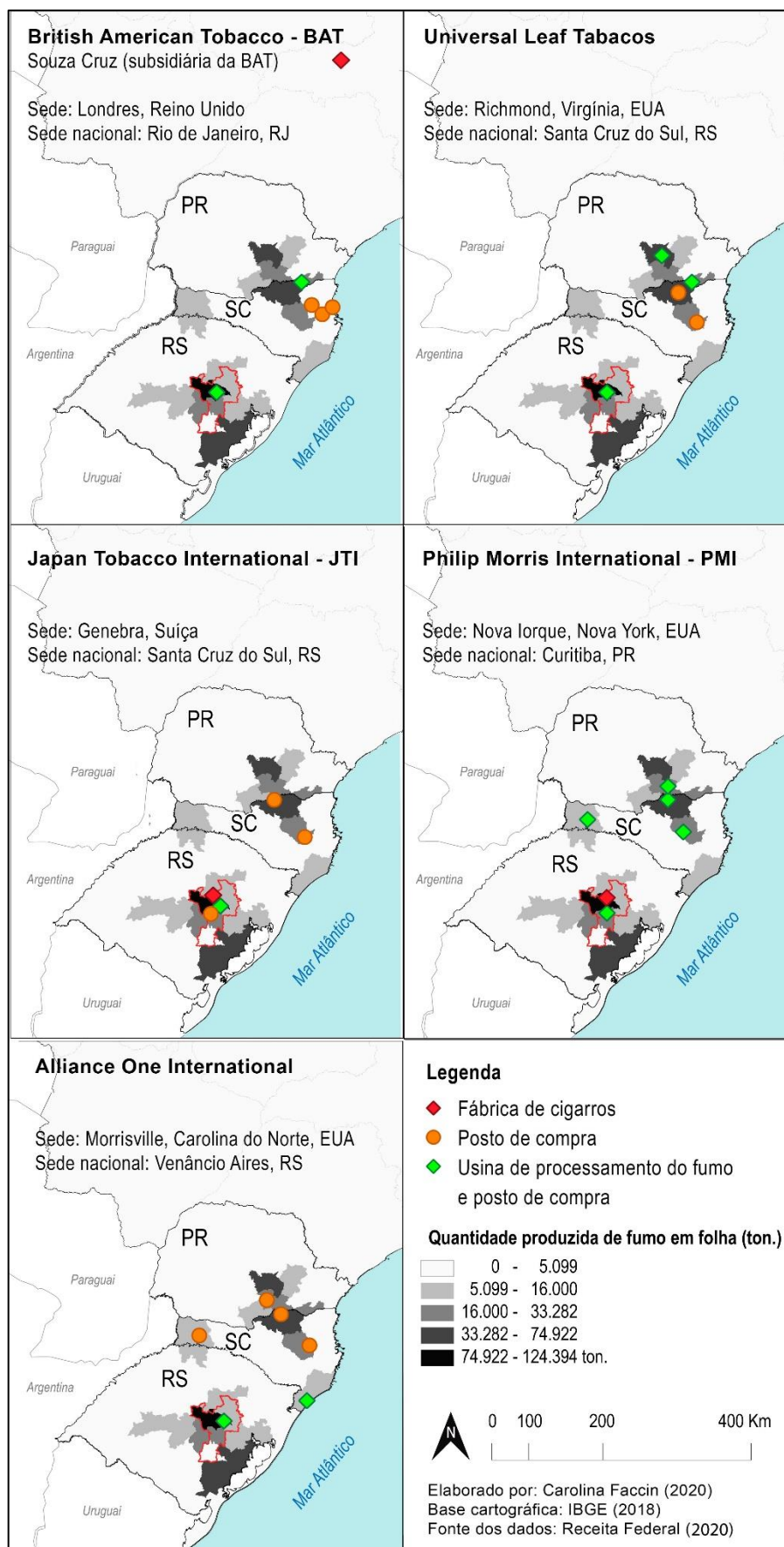
Neste tópico, apresentaremos a divisão territorial do trabalho das empresas multinacionais tabaqueiras no Brasil, de modo a compreender qual o papel da região dos Vales no contexto da cadeia produtiva do tabaco em âmbito nacional. Sendo assim, a Figura 25 apresenta o total da produção de tabaco, em toneladas, por Microrregiões Geográficas¹⁹ brasileiras, em um degradê de tons de cinza. Na cor vermelho, destaca-se a região dos Vales e, através de ícones nas cores laranja e vermelho, estão indicadas, respectivamente, a localização dos postos de compra, usinas de processamento do tabaco e fábricas de cigarros no Brasil, das empresas multinacionais. Os dados apresentados foram coletados a partir da pesquisa Produção Agrícola Municipal do IBGE (2018c), do ano de 2018; da Receita Federal, do ano de 2020; e, complementarmente, de matérias de jornal.

Em relação à produção de tabaco, observa-se que a produção de tabaco em folha ocorre na região Sul do Brasil, principalmente no sul do Paraná, norte de Santa Catarina e na área central e sul do Rio Grande do Sul. Ainda, a microrregião de Santa Cruz do Sul destaca-se sendo a que produziu o maior montante de tabaco em todo o Brasil (IBGE, 2018c).

Em âmbito nacional, e no contexto da cadeia produtiva do tabaco, as cidades de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires também se destacam. A Figura 25 apresenta a localização dos postos de compra e unidades de processamento industrial do tabaco e de fabricação de cigarros das multinacionais tabaqueiras no Brasil, notadamente a Souza Cruz (subsidiária da *British American Tobacco* – BAT), a *Universal Leaf Tabacos*, a *Alliance One International*, a *Philip Morris International* e a *Japan Tobacco International* – JTI. Com exceção da Souza Cruz e da Philip Morris, que possuem suas sedes administrativas no Rio de Janeiro e em Curitiba, respectivamente, as outras possuem suas sedes em Santa Cruz do Sul ou Venâncio Aires.

¹⁹ Definidas pelo IBGE em 1990 e com o objetivo de agrupar municípios em regiões a fim de viabilizar a definição de uma base territorial para fins de levantamento e divulgação de dados estatísticos. Não foi possível, neste caso, utilizar a regionalização dos COREDEs, uma vez que eles existem somente no Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 25 – Divisão territorial do trabalho no Brasil das multinacionais tabaqueiras - 2020



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de Receita Federal (2020) e dados da pesquisa.

A Souza Cruz foi criada em 1903 e adquirida pelo grupo anglo-americano British American Tobacco (BAT) em 1914. Operava inicialmente apenas no Sudeste do Brasil, principalmente no Rio de Janeiro (onde está localizada atualmente sua sede nacional). Em 1917, inaugurou sua primeira usina de processamento em Santa Cruz do Sul e, a partir de 1927, suas operações de fabricação de cigarros foram expandidas para outros Estados do País (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009).

Conforme Buainain e Souza Filho (2009, p. 116),

Em meados da década de 1990, a Souza Cruz passou por um processo de reestruturação interna objetivando reduzir despesas e retomar o foco dos negócios. O resultado desse processo foi a concentração em poucas plantas: as sete usinas de beneficiamento existentes em 1970 foram reduzidas a três, em 2005 [localizadas em Rio Negro (PR), Blumenau (SC) e Santa Cruz do Sul (RS)]; das dez fábricas de cigarros restaram apenas duas, a de Uberlândia (MG) e a de Cachoeirinha (RS).

Atualmente, a única fábrica de cigarros da empresa Souza Cruz (BAT) que permanece ativa no Brasil está localizada em Uberlândia, Minas Gerais. As usinas de processamento da empresa estão localizadas em Santa Cruz do Sul, em Rio Negro, no Paraná e em Timbó, em Santa Catarina – unidade inaugurada em janeiro de 2020 (PREFEITURA DE TIMBÓ, 2020). Em 2019, foram encerradas as operações na unidade de processamento de Blumenau, em Santa Catarina (WACHOLZ, 2019). E em 2016, a fábrica de cigarros de Cachoeirinha teve o fim das suas operações (CORREIO DO POVO, 2016), sendo que o estabelecimento voltou a funcionar em 2018 apenas como central de distribuição (FRONZA, 2018).

Quanto à Universal Leaf Tabacos e a Alliance One, atuam no processamento de tabaco, cujas atividades compreendem seleção, compra, processamento, embalagem e armazenamento das folhas de tabaco. São empresas processadoras que, conforme Buainain e Souza Filho (2009, p. 128), “operam como intermediárias entre os produtores de tabaco, que tomam decisões relacionadas à oferta da matéria-prima, e as empresas cigareiras, que tomam decisões relacionadas à demanda do tabaco processado”. Em relação a essas duas empresas, Silveira (2007, p. 392) comenta que existem outras empresas (multinacionais ou locais) que também atuam no beneficiamento e na comercialização do tabaco, porém, “sua participação é inexpressiva diante do domínio quase que absoluto desses dois grandes grupos multinacionais no mercado mundial de tabaco em folha”.

A Universal Leaf Tabacos instalou-se no Brasil em 1970, sendo que sua

unidade brasileira faz parte do conglomerado norte-americano *Universal Leaf Corporation* (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009). A empresa está sediada em Santa Cruz do Sul, onde possui uma unidade de beneficiamento de tabaco em folha. Além desta unidade, também possui outras duas em Rio Negro e em Imbituva, no Paraná.

Já a *Alliance One* surgiu em 2004, após a fusão da *Dimon Incorporate* com a *Standard Commercial Corporation*, ambas multinacionais de origem estadunidense. A Dimon estava presente no Vale do Rio Pardo desde 1996, a partir da compra de unidades produtivas pré-existentes em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz (SILVEIRA, 2007, p. 414). Atualmente, sua sede está localizada em Venâncio Aires, e possui unidades de processamento do tabaco em Venâncio Aires e em Araranguá, em Santa Catarina.

A *Japan Tobacco Internacional* (JTI), com sede em Santa Cruz do Sul, instalou-se no Brasil no ano 2000, através de um escritório comercial no Rio de Janeiro. Em 2009, a partir da aquisição das empresas *KBH&C* e *Kannenber & Cia Ltda.*, em Santa Cruz do Sul, iniciou no processamento industrial do tabaco. Até hoje, permanece sendo a única unidade de processamento da empresa no Brasil. Já em 2018, foi inaugurada, também em Santa Cruz do Sul, a fábrica de cigarros da JTI, que recebeu investimentos ainda em 2020 de modo a realizar todas as etapas de produção do cigarro na unidade. Além da unidade de processamento industrial de tabaco e da fabricação de cigarros, mantém centros de pesquisas e de distribuição (KIST et al., 2018; NASCIMENTO, 2020; PORTO; NASCIMENTO, 2018).

Por fim, a *Philip Morris Brasil* – PMB, subsidiária da *Philip Morris International* – PMI, opera no Brasil desde 1973, sendo que suas atividades se concentram na produção de cigarros. Conforme Dornelles (2016, p. 96–97),

em 1973, a empresa abriu sua primeira fábrica em Curitiba, Paraná. Em 1998, passou a concentrar a produção de cigarros em Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul e, em 2000, transferiu sua unidade administrativa, de São Paulo para Curitiba [...]. Em 1975, a Cia. Phillip Morris se instala em Santa Cruz do Sul e adquire do Grupo Remtsmann o controle da Cia. de Tabacos Santa Cruz, e em 1990 adquire as operações locais da americana R.J. Reynolds, que foi a maior fabricante de cigarros nos EUA.

Vale destacar que até 2010 a empresa não atuava no processamento de tabaco, sendo que a matéria-prima dos cigarros (o tabaco processado), utilizado em sua única fábrica de cigarros no Brasil, em Santa Cruz do Sul, era abastecida pela *Universal Leaf Tabacos* (DORNELLES, 2016; SILVEIRA, 2007). Atualmente, possui

uma fábrica de cigarros localizada em Santa Cruz do Sul, duas unidades de processamento de tabaco e cinco postos de compra de tabaco dos agricultores produtores, no Sul do Brasil, conforme dados da Receita Federal (2020) e de Dornelles (2016).

Na Figura 25, as unidades de compra do tabaco também estão representadas. De acordo com Silveira (2016, p. 922), elas “têm como função receber o tabaco dos agricultores, que é produzido em áreas de produção próximas e no seu entorno regional, e enviá-lo depois para as usinas de processamento”. E, continuando, elas “desempenham um papel importante na logística das empresas, na medida em que é através delas que é realizada a distribuição dos insumos agrícolas e a coordenação da assistência técnica para as propriedades dos agricultores integrados à empresa”.

Em síntese, em Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires estão localizadas as usinas de processamento do tabaco e unidades de compra dessas empresas, que fazem o recebimento e processamento do tabaco da produção gaúcha. Além disso, em Santa Cruz do Sul estão implantadas duas das três fábricas de cigarros dessas empresas (a exceção é a fábrica da Souza Cruz, que está em Uberlândia, Minas Gerais). Em outros municípios do Estado do Paraná e de Santa Catarina, as cinco empresas ainda possuem outras usinas de processamento do tabaco ou pontos de compra, nas áreas próximas de onde há grande produção de tabaco em folha.

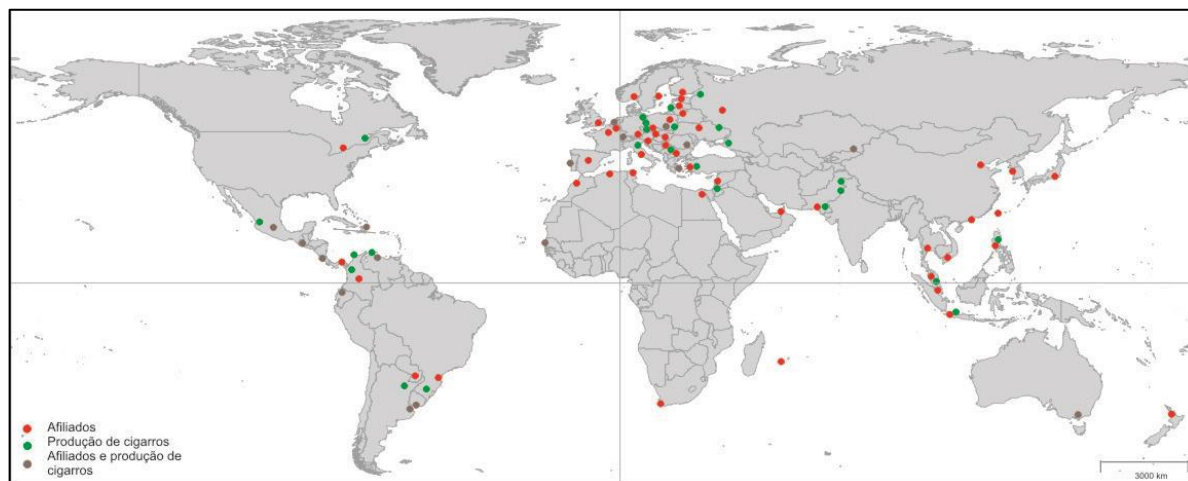
Além disso, lembramos que, no âmbito da localização espacial, os estabelecimentos das empresas multinacionais presentes na região dos Vales e apresentadas na Figura 25 possuem unidades produtivas espalhadas pelo mundo. Assim, de acordo com Silveira (2003, p. 127),

Se considerarmos que essas empresas, na sua quase totalidade, se constituem braços avançados dos principais conglomerados internacionais fumageiros, o território por elas mobilizado, em verdade, abarca inúmeros lugares nos cinco continentes. Suas operações, portanto, desenvolvem-se na escala mundial. Nesse sentido, o complexo agroindustrial do tabaco instalado no Brasil é parte constituinte do oligopólio mundial de tabaco, e, como tal, a dinâmica de suas atividades está diretamente condicionada às determinações e estratégias estabelecidas pelos conglomerados internacionais.

Podemos citar, como exemplo, a Philip Morris, apresentado por Dornelles (2016). A Figura 26 ilustra a distribuição espacial da empresa pelo mundo, para o ano de 2014. Dornelles (2016, p. 96) indica que a empresa, cuja sede está localizada em Lausanne, na Suíça, possui “56 centros de produção em 33 países e produz mais de

860 bilhões de cigarros anualmente, sem operar nos mercados dos EUA e China. Conta ainda com 64 Unidades afiliadas no mundo: 13 nas Américas; 6 na África; 2 Oceania; 16 Ásia; e 27 Europa.”

Figura 26 – Distribuição espacial da Philip Morris pelo mundo - 2014



Fonte: Dornelles (2016).

Na escala global em que atuam as agroindústrias multinacionais, a instalação desses objetos e sistemas técnicos no território regional representa a racionalidade e o ordenamento necessários à ampliação do capital. Suas decisões locacionais e novos investimentos estão relacionadas ao comportamento diferenciado do preço do tabaco produzido e exportado pelos principais países exportadores e pelas três variedades de tabaco em folha cultivadas nas distintas zonas geográficas da superfície terrestre²⁰. Cada área produtora apresenta uma particular combinação de características climáticas, tipos de solo e relevo que possibilitam as condições ambientais particulares para produção das variedades de tabaco. Além disso, cada um desses lugares específicos apresenta custos distintos de produção que afetam o preço final de sua comercialização e exportação (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009; SILVEIRA, 2007).

Na medida em que essas grandes empresas atuam mundialmente, suas sedes podem regular e orientar a produção de tabaco de suas subsidiárias, de acordo com a dinâmica diferenciada de preços e com as variedades de tabaco necessárias para

²⁰ Os três principais tipos de folha de tabaco são o Virgínia – cuja produção ocorre principalmente na China, Brasil, Índia e Zimbábue -, o Burley – no Brasil, Malawi e Argentina – e Oriental – notadamente, na Turquia, Grécia, Bulgária e Macedônia (SILVEIRA, 2007).

produção de *blends*. Podendo obter, assim, vantagens comparativas que acabam reforçando suas posições hegemônicas no mercado mundial de tabaco em folha. É por isso também que todas as grandes companhias multinacionais tabaqueiras procuram estar presentes, direta ou indiretamente, nas diferentes áreas produtoras de tabaco (SILVEIRA, 2007).

Dessa forma, a partir dos dados apresentados até então, podemos visualizar mais claramente as condições que moldam o território que compõe a sub-região do Vale do Rio Pardo, notadamente monopolizado pelas empresas multinacionais tabaqueiras. Conforme Etges (2001, p. 360), a região

é fortemente homogeneizada, tendo em vista que o oligopsônio fumageiro controla e centraliza todo o processo relativo à produção do tabaco: desde as técnicas utilizadas no cultivo, à comercialização da matéria-prima, ao seu beneficiamento e à sua industrialização, que resulta na produção do cigarro.

A divisão territorial do trabalho do tabaco, portanto, ocorre de modos distintos no território da região dos Vales. A análise da distribuição espacial das empresas tabaqueiras, tal como exposto por Silveira (2016, p. 921),

revela forte concentração territorial da atividade de gestão tanto da produção e da comercialização do tabaco, quanto do seu processamento industrial e de sua exportação pelas empresas multinacionais no território [...]. Enquanto o plantio e a cura do tabaco se distribuem pelas pequenas propriedades familiares nas áreas rurais da região, as atividades de comercialização e de processamento industrial do tabaco têm se consolidado em poucas cidades.

Entre os 59 municípios da região dos Vales, são 25 os que têm como atividade econômica predominante a produção do tabaco de forma essencialmente agrícola – e destes, 22 estão no Vale do Rio Pardo. Porém, o que se observou é que a comercialização, processamento do tabaco e a fabricação de cigarros são realizados nos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e, em menor parte, em Vera Cruz. Resulta disso que o retorno fiscal também é fundamentalmente concentrado, de modo que alguns dos municípios da região – notadamente do Vale do Rio Pardo – figuram entre os mais pobres do Estado, quando se trata da renda média *per capita*. Como, por exemplo, Passa Sete, com renda média *per capita* de 427,13 reais em 2010 e em 12ª posição entre os municípios com as mais baixas rendas médias *per capita* do RS. Também se destacam os municípios de Tunas, na 37ª posição, Vale Verde, na 51ª posição, e Herveiras, na 60ª posição (ETGES, 2001; PNUD, 2010).

4.1.6 Distribuição, comercialização e exportação

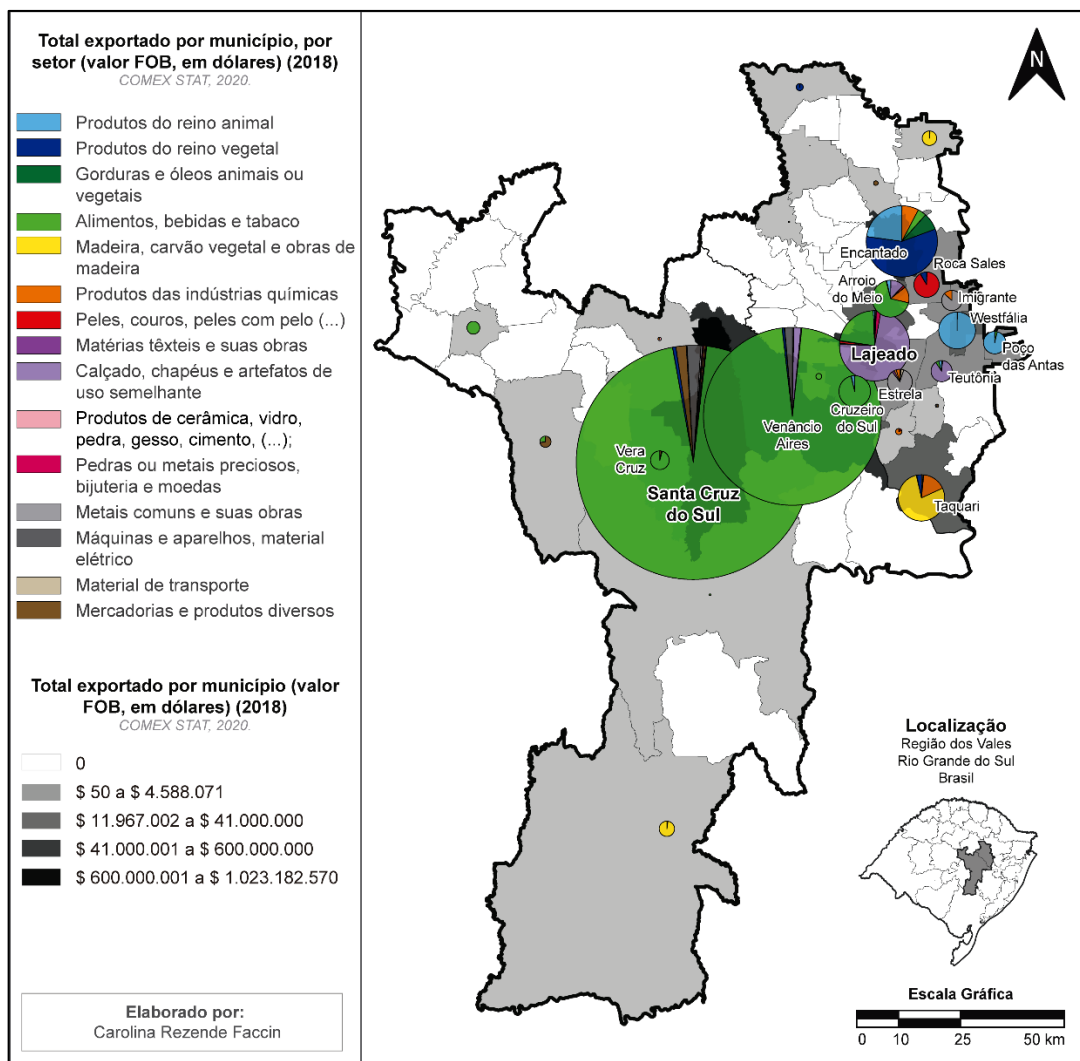
Por fim, a última etapa do circuito espacial produtivo do tabaco é a da distribuição e exportação. Em 2019, 67,2% do tabaco beneficiado industrialmente no Brasil – principalmente na região Sul - foi destinado à exportação (KIST et al., 2019), mas esse valor pode variar para percentuais mais altos, como em 2016, quando a exportação foi de 92% em relação ao total produzido no ano. A participação do tabaco no total das exportações é bastante significativa, sendo que no Brasil, ela representa 0,8% em relação ao total exportado pelo país e, no Rio Grande do Sul, representou 7,4% no total das exportações (SINDITABACO, 2020).

Conforme Buainain e Souza Filho (2009), o Brasil tornou-se o maior exportador mundial de tabaco em folha no início dos anos 1990, quando superou as exportações americanas. Também nesse período, o Brasil firmou-se como principal fornecedor de tabaco de alta qualidade no mercado internacional. Os autores ainda associam o crescimento da participação brasileira no mercado internacional de tabaco graças ao ganho de competitividade do sistema de integração da produção dominante no país, em relação aos seus principais concorrentes internacionais.

Na região dos Vales, a exportação de tabaco representa 78,4% do total das exportações (COMEX STAT, 2018), e é também o produto mais exportado da região, como mostra o mapa apresentado na Figura 27. Esse mapa apresenta o total exportado por município da região dos Vales e o percentual exportado por setor, no ano de 2018. Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires são os municípios que mais exportam produtos, sendo que, desse total, a maior parte refere-se ao tabaco processado: 89,75% e 90% das exportações, respectivamente, de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires, são de tabaco processado (COMEX STAT, 2018).

O que se observa é que enquanto o Vale do Rio Pardo exporta majoritariamente tabaco processado, também, em menor parte, exporta máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos; calçados; móveis e mobiliários; sementes e grãos e brinquedos infantis. Já o Vale do Taquari tem uma maior diversidade de produtos exportados, que se destacam em ordem quantitativa de exportação: partes de calçado; erva mate; painéis de MDF; carnes e miudezas de aves; produtos de confeitaria; carnes e miudezas de suínos e farinhas, pó e pellets produzidos a partir dos resíduos do abate de aves e suínos. No tópico seguinte, abordaremos com mais ênfase a exportação da carne de frango no Vale do Taquari.

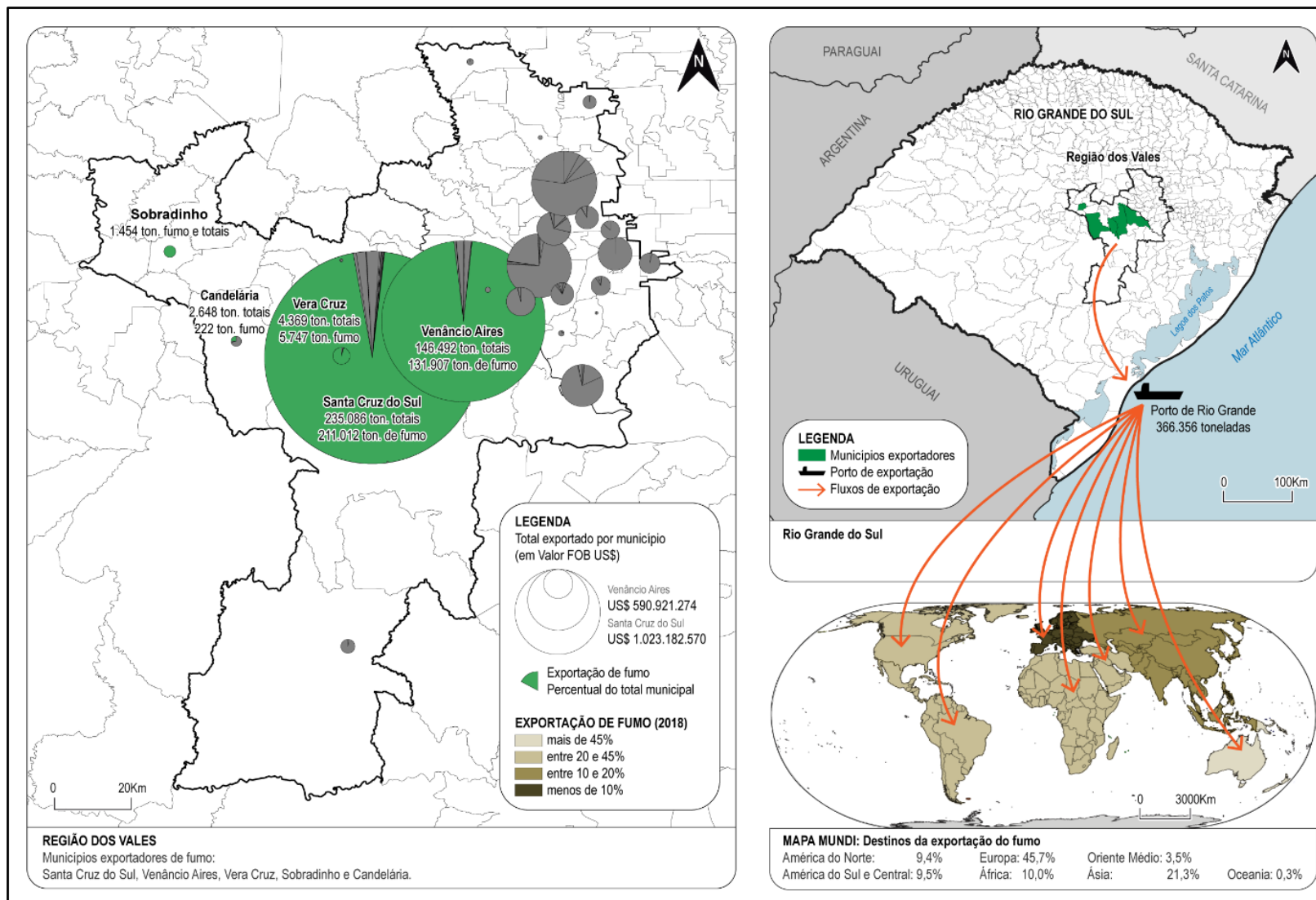
Figura 27 - Total exportado por setor para os municípios da região dos Vales (valor FOB, em dólares) - 2018



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de COMEX STAT (2018).

Complementarmente, a Figura 28 - Total da exportação de tabaco na região dos Vales e destino das exportações - 2018 apresenta o total de tabaco exportado, em toneladas, por município da região dos Vales, e o destino das exportações, feitas através do Porto de Rio Grande, por onde passaram, em 2018, 366.356 ton. de tabaco processado. O transporte do tabaco em direção ao porto, conforme Silveira (2007, p. 456), “tem sido realizado basicamente através do modal rodoviário, por meio do uso de caminhões com contêineres de tabaco”. Já o destino das exportações é, principalmente, o continente europeu, destino de 45,7% das exportações. Também se destacam a Ásia (21,3%), África (10%), América do Sul e Central (9,5%), América do Norte (9,4%), Oriente Médio (3,5%) e Oceania (0,3%) (COMEX STAT, 2018; EMBRAPA, 2019).

Figura 28 - Total da exportação de tabaco na região dos Vales e destino das exportações - 2018



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de COMEX STAT (2018) e EMBRAPA (2019).

Através do modal rodoviário também é realizada a exportação de cigarros que representou, em 2018, um total de 879.905 kg exportados. Essa mercadoria parte de Santa Cruz do Sul e é exportada ao Paraguai (275.400 kg), Chile (227.647 kg), Bolívia (215.124 kg) e Uruguai (161.734 kg) (COMEX STAT, 2018).

A comercialização de tabaco no mercado internacional é, de acordo com Buainain e Souza Filho (2009, p. 77),

realizada por um número reduzido de empresas, que passaram por processos de fusões e aquisições ao longo dos anos 90. O maior controle de mercado por poucas empresas tem resultado em maior equilíbrio entre demanda e a oferta mundiais do produto. Como a demanda tem apresentado baixo crescimento, as empresas têm sido eficientes no sentido de evitar a expansão da produção e de estoques indesejáveis em nível mundial.

Com isso, apresentamos a cadeia produtiva do tabaco, os circuitos espaciais de produção e a divisão territorial do trabalho. Esses dados indicam que a região dos Vales, mas principalmente a região do Vale do Rio Pardo, tem grande importância na cadeia produtiva em âmbito nacional, com integração vertical às sedes das empresas estrangeiras e participação na organização espacial das empresas tabaqueiras em escala mundial. Porém, esses dados também demonstram que os municípios da região têm participado de modo desigual do circuito espacial produtivo e da divisão territorial do trabalho. Enquanto alguns centros participam somente como pontos de passagem da produção do tabaco das suas áreas rurais, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e, em menor parte, Vera Cruz, participam como centros de comando da produção regional, sede das corporações e das usinas de processamento do tabaco e da fabricação de cigarros.

No tópico seguinte, apresentaremos algumas das mudanças recentes experienciadas no âmbito da cadeia de produção do tabaco.

4.1.7 A formação do setor do tabaco no contexto da rede urbana regional

A presença das empresas citadas na região está relacionada à formação histórica da região e da sua rede urbana, ou, como Milton Santos (2006) sugere, as chamadas rugosidades. O espaço regional construído historicamente serve de condicionante para a atual rede urbana e divisão territorial do trabalho na região. Além disso, a atual configuração da rede urbana regional também está relacionada ao

processo histórico de formação da região.

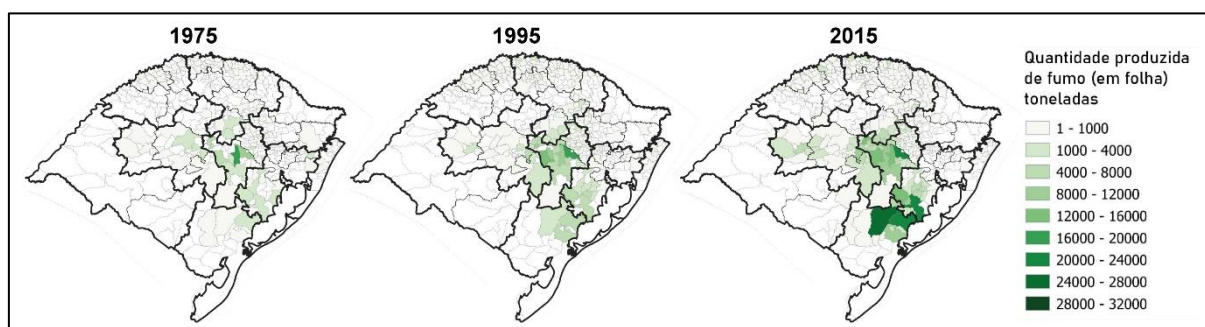
Inicialmente, sobre a produção de tabaco no Brasil, Buainain e Souza Filho (2009, p. 41–42) comentam que

a produção de tabaco no Brasil data do início da colonização, introduzida pelos colonos para atender ao próprio consumo. Com a expansão do povoamento, o mercado interno expandiu-se e, aos poucos, a produção de tabaco, espalhada por todo o território já ocupado, foi mudando de caráter. Ao lado do consumo, desenvolveu-se uma produção mercantil. Na faixa litorânea da Bahia, o tabaco encontrou condições excepcionais para produção mercantil voltada para o atendimento do mercado europeu.

A partir do século XIX, a produção comercial de tabaco expandiu-se para o Sul do Brasil e, principalmente, para o Rio Grande do Sul, impulsionada pelos imigrantes europeus, em particular os de origem alemã (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009).

Sobre a produção de tabaco do Rio Grande do Sul, a Figura 29 apresenta três mapas do Estado, comparando o total de tabaco em folha produzido pelos municípios em 1975, 1995 e 2015. Os mapas evidenciam que, em 1975, a produção estava concentrada na região do Vale do Rio Pardo e, principalmente, em Santa Cruz do Sul. Já em 1995, passa a ser feita em outros municípios do entorno de Santa Cruz do Sul, sendo Venâncio Aires e Candelária aqueles com o maior montante produzido. Por fim, em 2015, verifica-se que a produção cresceu em todo o Estado e se expandiu em municípios próximos a Santa Maria e a Cachoeira do Sul e, principalmente, ampliou-se a produção na porção meridional do Estado, nos municípios de Canguçu, Camaquã e São Lourenço do Sul (IBGE, 2018c). Ainda assim, a grande quantidade de tabaco produzida no Sul do Estado não significa que o Vale do Rio Pardo tenha perdido sua importância – uma vez que os municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires seguem sendo local das sedes das corporações.

Figura 29 – Produção do tabaco nos municípios do Rio Grande do Sul – 1975, 1995 e 2015



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de IBGE (2018c).

A produção de fumo no Vale do Rio Pardo está relacionada à sua formação histórica. A região teve sua colonização estruturada a partir do Rio Jacuí e a partir do município de Rio Pardo. Cidade essa que, conforme Vogt (2000, P. 115), “apesar de sua origem militar, Rio Pardo destacou-se no final do século XVIII até meados do século XIX como um importante entreposto comercial. [...] era um ponto central de chegada e redistribuição de mercadorias para boa parte do território da Província”, em grande parte por estar localizado na margem esquerda do rio Jacuí, utilizado para a navegação e transporte de produtos. Porém, Rio Pardo iniciou uma fase de estagnação na mesma época que a Revolução Farroupilha (no período entre 1835-1845) e entrou em um processo de decadência econômica desde então. Muitos são os motivos, mas podemos citar um, de acordo com Vogt (2000, p. 116):

Com a introdução do barco a vapor pelo rio Jacuí, os maiores comerciantes e redistribuidores da Campanha e dos Campos de Cima da Serra foram atraídos a fazer suas compras diretamente em Porto Alegre. Assim, deixaram de lado Rio Pardo que, dessa forma, perdeu sua condição de entreposto comercial.

Outro fator para sua decadência é o fato de que a cidade servia apenas como local de passagem, seja pela linha fluvial, seja pela ferrovia que ligava Porto Alegre a Uruguaiana²¹.

Já Santa Cruz do Sul, nesse período, não era banhada por rio navegável e era distante 40 Km da cidade de Rio Pardo e, conseqüentemente, da linha férrea e do rio Jacuí, o que dificultava o escoamento da produção (VOGT, 1997). De acordo com Vogt (1997, p. 68),

somente no século XX que os problemas com as vias de transporte [de Santa Cruz do Sul] são resolvidos efetivamente. Em 1905, o município foi ligado à via férrea Porto Alegre/Uruguaiana por um ramal ferroviário que ligou a cidade à Estação do Couto (Ramiz Galvão) [na cidade de Rio Pardo]. No final da década de 60, Santa Cruz passou a ser servida pelas rodovias BR-471 e RS-287, estradas que aproximaram-na das demais regiões do estado.

Quanto ao início da produção de tabaco no Vale do Rio Pardo, Vogt (1997) comenta que foi um modo da região se especializar e se tornar comercialmente competitiva em relação às outras colônias alemãs presentes no Rio Grande do Sul. Além disso, o tabaco era um material cujo transporte era relativamente facilitado e

²¹ A Estação Ferroviária de Rio Pardo inaugurada em 1883 (GIESBRECHT, 2020).

cujo rendimento proporcionalmente ao volume, era superior, se comparado aos outros tipos de culturas. Isso era especialmente importante, tendo em vista que Santa Cruz do Sul não era banhada por rio navegável e nem possuía ligação com linhas férreas, no período em que a cidade iniciou sua especialização na produção de tabaco, em 1985. Assim, o início da especialização da produção de tabaco em Santa Cruz do Sul, a partir da safra de 1865/66, está relacionado às necessidades históricas e às dificuldades enfrentadas em relação ao transporte da produção. Conforme Vogt (1997, p. 79):

A razão de Santa Cruz do Sul especializar na produção do tabaco talvez possa ser tributada a uma necessidade histórica. Isto é, o fato de cultivar exatamente os mesmos produtos que as demais colônias situadas nos arredores de Porto Alegre – como no caso de São Leopoldo ou, quando mais distantes as colônias, próximas de rios absolutamente navegáveis, como o Sinos, Caí ou o Taquari – fazia com que aquela não pudesse competir comercialmente com estas. E isto era devido aos menores custos monetários por elas agregados ao valor das mercadorias no escoamento da produção para o grande centro consumidor de então. Situada mais distante da capital e não servida por rio navegável, Santa Cruz do Sul, para superar a concorrência, especializou-se na obtenção de um produto cujo transporte era relativamente facilitado, pela forma em que era acondicionado, e cujo rendimento monetário, proporcionalmente ao volume, era superior, se comparado com o milho, o feijão, a batata, a banha, etc. e cuja matéria-prima impôs-se no mercado exatamente pela sua qualidade. A qualidade do tabaco originava-se não só da especialização dos colonos, mas também, e sobretudo, devido à ação dos comerciantes. Estes, além de beneficiarem adequadamente o produto, também passaram a orientar os colonos sobre quais variedades plantar, como colher... enfim, passaram a funcionar como uma espécie de técnicos agrícolas.

Por fim, sendo Rio Pardo somente um local de passagem, com a posterior perda de importância do sistema fluvial e ferroviário e a crescente importância do sistema rodoviário, houve uma diminuição de centralidade de Rio Pardo e um aumento da de Santa Cruz do Sul.

Outro fator que elevou a importância de Santa Cruz do Sul foi, em especial, a penetração do capital internacional na região, processo iniciado em 1917 com a instalação da “*The Brazilian Tobacco Corporation*”, antecessora da Companhia Brasileira de Tabacos em Folha (1920) e da Souza Cruz (1955), empreendimento bancado pela *British American Tobacco* (BAT). Após a instalação da subsidiária da BAT, o centro do comércio de tabaco em folha deslocou-se de Porto Alegre para Santa Cruz do Sul. Posteriormente, a partir do final da década de 1960, assiste-se a completa internacionalização econômica do setor tabaqueiro e, a partir dos anos 1990, entra em curso o processo de concentração e fusão das agroindústrias tabaqueiras

(VOGT, 1997).

As principais razões que motivaram a implantação da empresa em Santa Cruz do Sul e na região do Vale do Rio Pardo foram: a adequação das terras da região ao cultivo do tabaco de estufa, com clima moderado e chuvas bem distribuídas durante as fases do ano; a tradição de produção familiar em pequenas propriedades; o perfil cultural dos colonos; a consolidação do cultivo e do comércio do produto na região; e a existência da estrada de ferro como meio de transporte (VOGT, 1997).

A retomada histórica feita neste item, buscando entender a formação do setor do tabaco no contexto da rede urbana regional – principalmente da rede urbana do Vale do Rio Pardo –, buscou, a partir de uma breve síntese, entender a localização atual das empresas multinacionais na região e suas relações com a rede urbana.

4.1.8 Mudanças recentes na produção de tabaco

Partindo da formação histórica do setor do tabaco no contexto da rede urbana regional, apresentaremos neste item as mudanças recentes na produção de tabaco.

A produção total brasileira de tabaco vem aumentando nas últimas décadas, passando de uma média de 407 mil toneladas de folha de tabaco, entre 1980 e 1989, para 850 mil toneladas, entre 2010 e 2018, como mostra a Tabela 11. Outro detalhe que podemos observar é que, de acordo com os dados mais recentes, 97% da produção está concentrada na Região Sul do Brasil, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nesses Estados, o tabaco é um dos principais motores econômicos, principalmente no último, que concentra 48% da produção brasileira (IBGE, 2018c).

Tabela 11 – Produção de tabaco em folha (1980-2018)

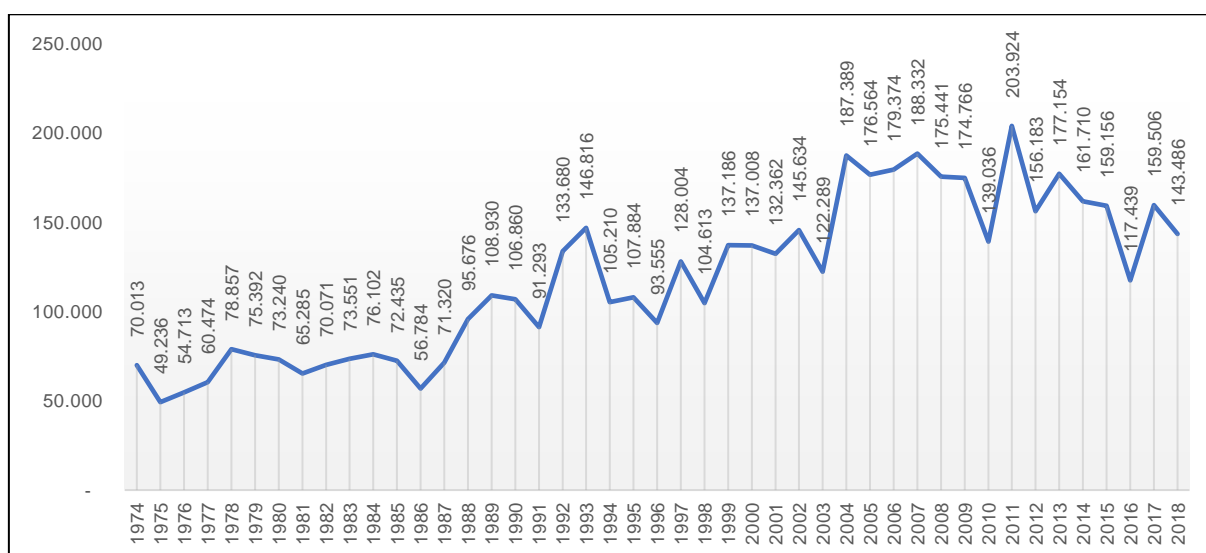
	Média da produção de tabaco em folha (Toneladas)				Taxa de crescimento da produção		
	1980 a 1989	1990 a 1999	2000 a 2009	2010 a 2018	80s a 90s (%)	90s a 00s (%)	00s a 10s (%)
Brasil	407.667	512.447	857.069	850.673	26%	67%	-1%
Sul	332.597	461.400	833.690	835.711	39%	81%	0%
Rio Grande do Sul	153.839	232.522	437.080	412.618	51%	88%	-6%
Vale do Taquari	15.557	16.531	25.496	20.529	6%	54%	-19%
Vale do Rio Pardo	72.838	107.372	175.104	159.156	47%	63%	-9%
TOTAL	1.167.965	1.560.456	2.703.447	2.695.037	34%	73%	0%

Fonte: Adaptado a partir de IBGE (2018c) - Produção Agrícola Municipal.

Na região, a média de produção, na década de 2010, foi de 159.156 toneladas de tabaco em folha, o que corresponde a 38% do total da produção do Rio Grande do Sul, e 18% do total do Brasil. Entretanto, pode-se observar uma diminuição da produção em relação à década de 2000. Essa diminuição foi de -9% no Vale do Rio Pardo, e de -1% no Brasil (Tabela 11) (IBGE, 2018c).

É o que também mostra o Gráfico 3, que apresenta o total de tabaco em folha produzido no Vale do Rio Pardo, em toneladas, por ano – desde 1974 a 2018. A partir desse gráfico, podemos observar um aumento da produção entre 1974 e 2004, quando esta passa a se estabilizar e, ano após ano, vem apresentando uma diminuição.

Gráfico 3 – Produção de tabaco em folha no Vale do Rio Pardo (em toneladas) – 1974 a 2018



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de IBGE (2018c).

Alguns motivos que podem justificar essa diminuição da produção são:

- a) interferências climáticas, como foi o caso de pontos do Planalto Norte catarinense e do Centro-Sul paranaense, que sofreram na safra de 2018 com o excesso de chuvas e posterior estiagem (KIST et al., 2019).
- b) redução da área de cultivo por questões sucessórias, dado o menor interesse dos jovens em seguir a sucessão, além das ofertas de novos empregos urbanos em algumas regiões. Também se verificam dificuldades em locais de maior declividade, por demandarem um maior esforço braçal (KIST et al., 2019);

- c) a redução da produção no Brasil está alinhada com uma redução da produção global de tabaco, conforme planejamento das empresas que buscam se adaptar à demanda decrescente. Conforme Iro Schünke, presidente do Sinditabaco desde 2006, em entrevista concedida a Peres e Moriti Neto (2018, p. 159): “A redução é um ajuste à demanda do mercado mundial e ao aumento de produção de países concorrentes do Brasil, como Zimbábue e Maláui, que possuem um custo de produção muito inferior ao brasileiro”.

É incerto afirmar que o aumento das restrições impostas, principalmente após a ratificação no Brasil, em 2005, da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT)²², tenha de fato sido um fator que contribuiu para a diminuição da produção.

De acordo com Peres e Moriti Neto (2018, p. 20), a CQCT “é um instrumento de atuação conjunta para normatizar questões relativas à propaganda, advertências sanitárias, tabagismo passivo e controle de preços e de impostos”. Porém, os autores (2018, p. 21) complementam que a CQCT “fala claramente em promover ‘alternativas viáveis’ para os agricultores, mas não proíbe o cultivo”. Apesar disso, Silveira (2015, p. 26) comenta que “embora o tratado internacional não proponha a extinção das lavouras de tabaco, mas sim a redução do consumo de cigarro a médio e longo prazos, poderá levar sim à diminuição da demanda de produção do tabaco”.

Buainain e Souza Filho (2009, p. 45) afirmam que “o tabaco vem enfrentando um ambiente institucional entre desfavorável e hostil”, condicionado por fatores como: as medidas governamentais que responsabilizam os fabricantes de produtos do tabaco pelos efeitos adversos à saúde associados ao tabagismo e à exposição à fumaça do tabaco; a restrição do uso de produtos de tabaco em espaços públicos; redução da aceitação social do tabagismo; aumento dos tributos sobre o consumo de tabaco; restrições à produção, à comercialização e à propaganda; e o comércio ilegal de tabaco e cigarro.

Como mostra a 6ª edição do The Tobacco Atlas, verificou-se uma diminuição no consumo mundial de cigarros, no mundo todo, nos últimos anos. Porém, o futuro é ainda incerto, já que

²² Foi o primeiro tratado internacional de saúde pública, desenvolvido sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde entre 1999 e 2003, entrando em vigor em fevereiro de 2005. Seu objetivo é “proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco” (OMS, 2003, p. 4).

apesar do compromisso retórico de alguns na indústria do tabaco para um mundo sem tabaco, todas as grandes empresas de tabaco continuam a anunciar cigarros agressivamente e a lutar vigorosamente contra os esforços de controle do tabaco em todo o mundo. As reduções significativas nas taxas de tabagismo no Reino Unido, Austrália, Brasil e outros países que implementaram as mais avançadas leis de controle do tabaco em todo o mundo são quase totalmente compensadas pelo consumo crescente em muitos países com regulamentações de controle do tabaco mais fracas. Prevê-se que o consumo de cigarros aumente em muitos países com IDH baixo e médio devido ao desenvolvimento econômico dinâmico e ao crescimento populacional contínuo. Por exemplo, o número de fumantes de tabaco deve aumentar em 24 milhões na Indonésia e em 7 milhões na Nigéria de 2015 a 2025. A China, cuja população fuma mais de 40% de todos os cigarros globalmente, continua sendo um desafio. Embora o uso de cigarros na China tenha começado a diminuir, metade dos homens adultos chineses continuam fumando. (DROPE et al., 2018, p. 21, tradução nossa).

O setor tabaqueiro aposta na retração da diminuição da demanda, que vem apresentando um percentual menor de diminuição nos últimos anos, por conta do crescente aumento de consumo de cigarros em países semiperiféricos e periféricos. Conforme Silveira (2007, p. 374), o aumento nesses países já vem de mais tempo e

se deve tanto ao incremento da população adulta e urbana e à difusão de hábitos culturais urbanos de consumo, como o de fumar, quanto ao aumento da renda interna nesses países populosos, o que levou a uma progressiva ampliação do consumo *per capita* de cigarros, especialmente entre jovens e mulheres.

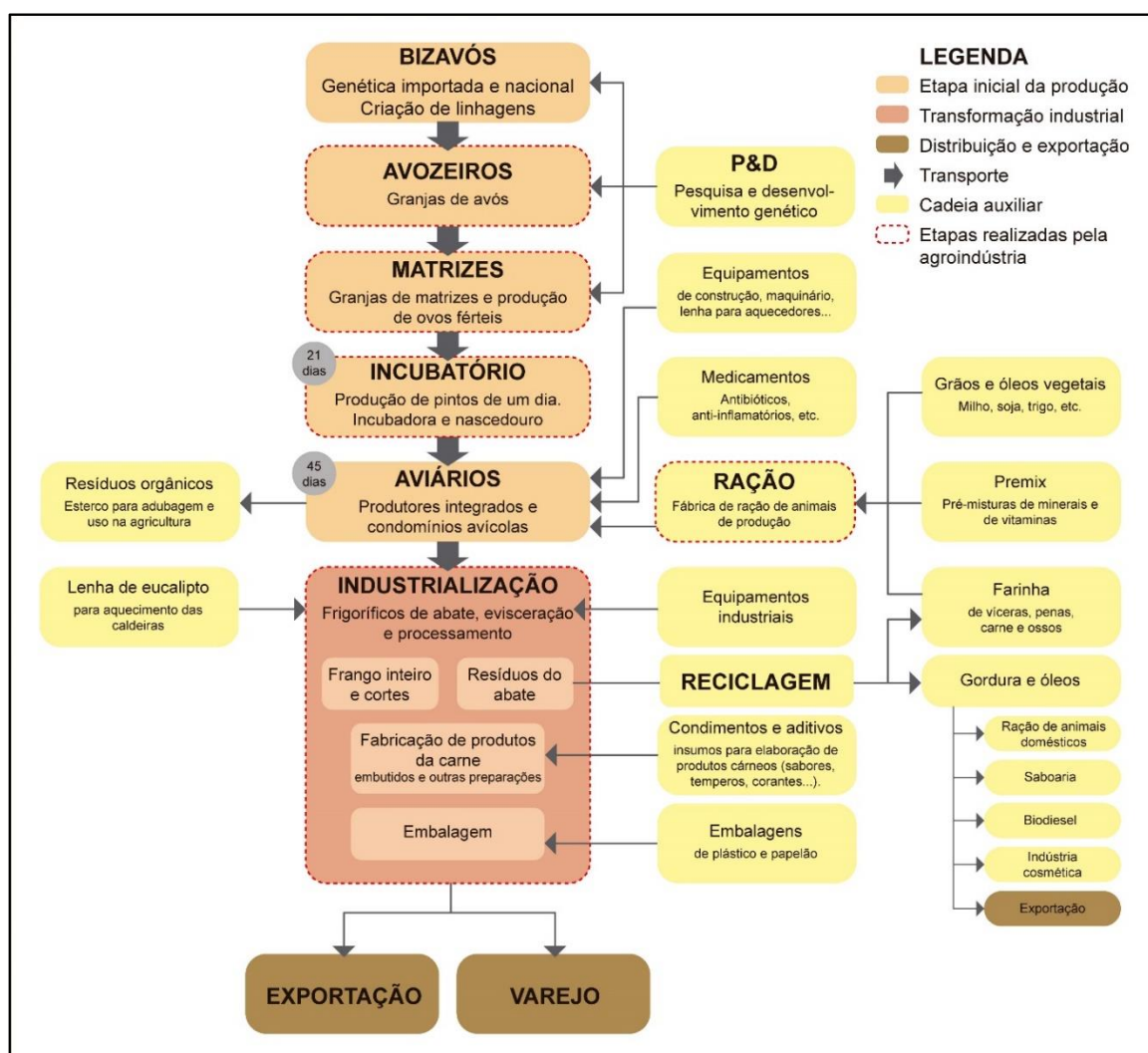
Ou, também, pelo crescimento do mercado dos produtos de tabaco aquecido, tais como cigarros eletrônicos – que, uma vez que não geram fumaça, podem ser utilizados em espaços públicos – e, em menor porção, os narguilés (KIST et al., 2019).

Interessa-nos agora elaborar, no próximo tópico, essa mesma análise para a cadeia de produção da carne de frango, realizada principalmente no âmbito do Vale do Taquari, para, na sequência, identificar as diferenças e semelhanças entre esses dois setores produtivos na região dos Vales e suas relações com a rede urbana regional.

4.2 Divisão territorial do trabalho e circuito espacial produtivo da carne de frango

Em relação ao circuito espacial produtivo da carne de frango, partiu-se inicialmente dos trabalhos de Araújo et al. (2007), Sebrae (2008) e Voila e Triches (2015), complementando com os dados coletados pela presente pesquisa, através de dados do IBGE e da Receita Federal. Da mesma forma que em relação à cadeia do tabaco, foi elaborado um organograma, como mostra a Figura 30, dividido em cadeia principal – composta pela produção, transformação industrial e distribuição –, e uma cadeia auxiliar – na qual se destacam, além da produção de insumos, equipamentos e serviços diversos, a produção de ração e a reciclagem animal.

Figura 30 – Circuito espacial produtivo da carne de frango na região dos Vales-RS



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de Araújo et al. (2007), Sebrae (2008), Voila e Triches (2015) e dados da pesquisa.

Cada uma das etapas descritas no diagrama da Figura 30 será apresentada nos tópicos a seguir, começando pela etapa inicial da produção, que vai desde os bisavós até os aviários.

4.2.1 Etapa inicial da produção

A primeira etapa do circuito espacial de produção do frango de corte é, em parte, realizada pelas indústrias, e, em parte, pelo emprego intensivo da mão de obra dos pecuaristas familiares na etapa de criação e de engorda do frango. Assim como a produção do tabaco, a produção do frango também é regulada pelo sistema integrado de produção.

A maior parte da produção de frango de corte no país é integrada. De acordo com UBABEF (2011, p. 55), “mais de 90% da criação avícola no Brasil seguem o sistema de integração”. O sistema de integração avícola, assim como o sistema integrado de produção do tabaco, segue o modelo de integração agroindustrial descrito por Araújo (2007, p. 119):

Normalmente, as integrações agroindustriais são lideradas por uma empresa, que coordena todas as atividades e executa outras, mantendo vínculos contratuais com os demais segmentos participantes. As empresas líderes podem ser de responsabilidade limitada ou sociedades anônimas, cooperativas, condomínios ou outras formas e são denominadas de empresas integradoras.

No sistema de integração avícola, cabe ao produtor os custos de construção do aviário, mão de obra, água, energia elétrica e equipamentos. Já a empresa integradora é proprietária do lote de aves, bem como responsável pelo fornecimento de pintos de um dia, ração, medicamentos, transporte de aves ao abatedouro e assistência técnica. As regras dessa parceria entre produtor e integradora são estabelecidas pelo contrato, que especifica normas técnicas e jurídicas. Ainda segundo UBABEF (2011, p. 53):

As agroindústrias optam pelo processo de integração como uma maneira de obter matéria-prima a um custo menor do que a produção própria (em que há investimentos em terras, instalações, máquinas, além dos custos de administração e de mão de obra). Por esse meio, tais empresas obtêm as matérias-primas em quantidade, qualidade e tempo adequado ao ritmo do processo produtivo, possibilitando a adaptação às condições instáveis de mercado. Para os avicultores a opção pela integração garante o escoamento do produto, produção ininterrupta, maior facilidade de acesso ao crédito e

incorporação mais rápida de inovações tecnológicas. A partir desse sistema [...] os frigoríficos garantem a sanidade das aves, uma vez que fornecem toda a vacinação, e asseguram que os frangos tenham desenvolvimento uniforme, já que as empresas fornecem a genética e a ração.

Por um lado, o modelo é vantajoso tanto para a empresa, quanto para o produtor. Para a empresa integradora, as vantagens se relacionam à redução de imobilização de capital em instalações e equipamentos, além de evitar encargos trabalhistas. Já para o produtor integrado, o modelo está ligado à estabilidade, na medida em que a integradora é responsável por fornecer os pintainhos, a ração, o transporte dos insumos e matérias primas, as vacinas, a medicação, a assistência técnica especializada e a facilidade de obter crédito. Além disso, ao final da criação, há a retirada garantida dos animais e um destino certo para a produção e, com isso, a certeza de renda, tornando o produtor menos sujeito às oscilações de mercado, e mais sujeito à produtividade/performance (GUARESKI et al., 2019; UBABEF, 2011).

Por outro lado, para o produtor integrado, o modelo de integração pode resultar em algumas desvantagens. O produtor também corre riscos, uma vez que ele assume custos de produção, além dos altos custos para aquisição de equipamentos necessários e a construção do aviário. Ainda, há uma dependência do produtor para com a integradora; longas e ininterruptas jornadas de trabalho, sem finais de semana e feriados; a não existência de relações trabalhistas; possibilidade de baixos preços dos produtos, gerando pequena margem de ganho; riscos de não cumprimento de contratos e incerteza sobre o valor a ser recebido (ARAÚJO, 2007; JESUS, 2012; ZALUSKI; MARQUES, 2015).

Por meio do sistema de integração avícola, a coordenação central ou controle de toda a cadeia fica a cargo da agroindústria. Dessa forma, a produção também é definida pelas próprias empresas, seguindo, principalmente, as tendências e a demanda do mercado interno e, cada vez mais, do mercado externo.

A etapa inicial da produção envolve a cria do frango e diz respeito a todos os agentes relacionados desde o desenvolvimento da genética dos pintainhos (bisavós); a produção de ovos férteis nas matrizes; nascimento e crescimento dos pintainhos, nos incubatórios; a etapa de engorda, nos aviários, até atingirem a idade do abate. Nessa parte inicial, há o uso de um conjunto de insumos como equipamentos de construção, maquinários, lenha, medicamentos e ração.

O primeiro bloco da cadeia principal inicia-se com a obtenção da fonte genética

de bisavós. A seleção genética tem a função de aprimorar geneticamente as linhagens de aves, buscando desenvolver, no caso do frango de corte, uma ave que ofereça maior e melhor rendimento em carne, no menor tempo possível. A origem das raças e das linhas é, na maior parte das vezes, importada, mas também pode ser desenvolvida por órgãos públicos ou privados de pesquisa de melhoria de espécies.

Em frangos de corte, as raças utilizadas são: *Plymouth Rock Branca* e *New Hampshire*, originárias dos Estados Unidos, e *Cornish Branca* e *Sussex*, originárias do Reino Unido. Entre as linhagens importadas mais utilizadas estão: a *Cobb*, da empresa *Cobb-Vantress*, com sede nos Estados Unidos e uma unidade experimental em Guapiaçu, em São Paulo; a *Ross*, da empresa *Aviagen*, com sede nos Estados Unidos; a linhagem *Hubbard*, da *Hubbard Breeders* (adquirida pela *Aviagen* em 2017) e, por último, a *Arbor Acres*, da *Aviagen*. Entre as linhagens nacionais, está a Embrapa 021, desenvolvida pela própria Embrapa, em Concórdia, no Estado de Santa Catarina, e por “parceiros multiplicadores” em Candelária e Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Também pode ser citada a *Chester*, marca registrada pela Perdigão, cuja linhagem é administrada pela *Cobb Vantress*. Por fim, destaca-se que, apesar da Embrapa desenvolver pesquisa genética de aves em âmbito nacional, a maior parte da genética ainda é importada (LEDUR et al., 2011; RODRIGUES, et al., 2014).

O próximo bloco, os avozeiros, são granjas nas quais as aves poedeiras avós, originadas a partir da importação de ovos das linhagens, são cruzadas para produzir as matrizes. Por sua vez, os matrizeiros são as granjas nas quais as aves matrizes vão gerar os ovos férteis que serão posteriormente encaminhados para o incubatório. Já este último refere-se ao local onde os ovos serão chocados, no período de aproximadamente 21 dias, dando origem aos pintainhos que são levados para engorda nos aviários.

Essas três etapas conformam o parque criatório que, em geral, são etapas sob responsabilidade da empresa no bojo do sistema de integração avícola, em que a empresa é proprietária dos lotes de aves e fica responsável pela criação deles. Esse processo pode ser terceirizado pela empresa ou não. É o caso da BRF, que possui incubatórios próprios em Marau e Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, mas também terceiriza a produção das matrizes e a incubação com a Granja Faria, em Fazenda Vilanova, na região do Vale do Taquari. Já no caso da Seara Alimentos/JBS, possui incubatórios e matrizes em Vespasiano Corrêa, na região do Vale do Taquari, e em outros municípios do Rio Grande do Sul. Por fim, a Companhia Minuano de Alimentos

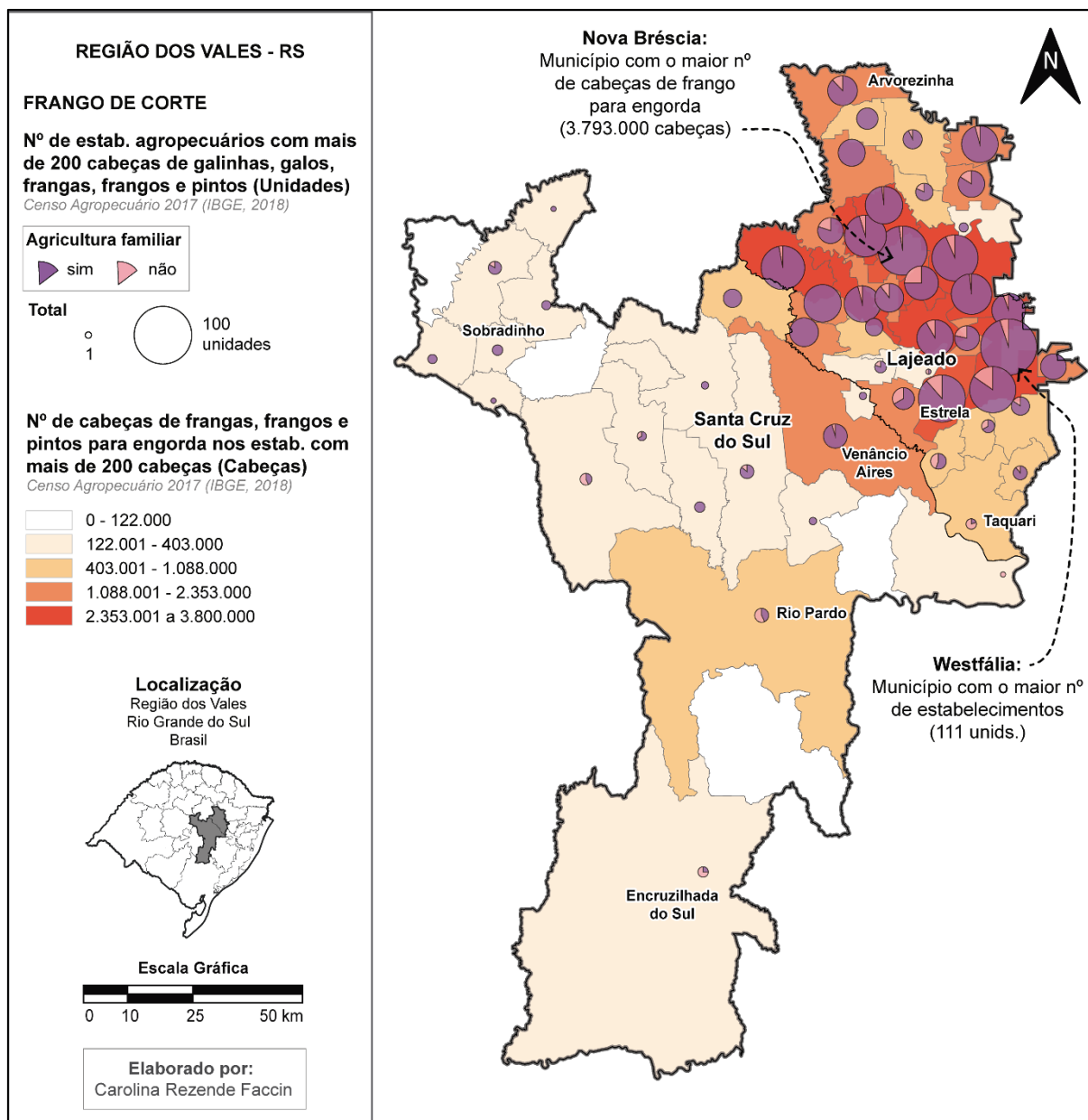
possui incubatório próprio, no município de Estrela, assim como a Cooperativa Languiru, no município de Teutônia, e a Cooperativa Dália Alimentos, em Mato Leitão e Vale Verde. Cabe destacar que, por vezes, mas não necessariamente, o incubatório e o matrizeiro estão na mesma propriedade rural (RECEITA FEDERAL, 2020).

A próxima etapa é a de engorda do frango nos aviários. Essa etapa é realizada por produtores rurais em estabelecimentos próprios ou, ainda, organizada através de condomínios avícolas. De acordo com Sebrae (2008, p. 12), “os pintainhos chegam nos aviários com até três dias e ficam até a época de abate, que acontece dentro de 38 a 45 dias de engorda”. O transporte dos pintainhos dos incubatórios até os aviários, bem como o transporte dos frangos para o abate nos frigoríficos, é responsabilidade da empresa dentro do sistema de integração avícola.

A Figura 31 apresenta o total de cabeças de frango para engorda por município. Há uma evidente concentração dos rebanhos de frangos no Vale do Taquari, destacando-se o município de Nova Bréscia, com o maior contingente de cabeças de frango para engorda, com 3.793.000 cabeças. A exceção é o município de Venâncio Aires, cujo centro urbano está localizado entre Santa Cruz do Sul e Lajeado, que, embora possua maior participação na cadeia produtiva do tabaco, também apresenta participação significativa na cadeia da carne de frango.

A Figura 31 também apresenta o total de estabelecimentos agropecuários produtores de frango de corte por município, e qual o percentual deles vinculados à agricultura familiar. Observa-se que na atual configuração espacial da produção de frango para corte, inúmeros estabelecimentos agropecuários estão envolvidos. Enquanto a produção de tabaco envolve 20.847 propriedades na região dos Vales, a produção de frango envolve 1.480 propriedades com mais de 200 cabeças de frangos, 93% delas concentradas no Vale do Taquari. Desse total, 1.250 estabelecimentos possuem mais de 10.001 cabeças de frango. A maior parte dessas propriedades estão ligadas à agricultura familiar, como mostram os gráficos de pizza, com valores por município. O município de Westfália destaca-se com o maior número de estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017b).

Figura 31 - Número de estabelecimentos agropecuários com produção de frango e quantidade de cabeças de frango para engorda, por município - 2017



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de IBGE (2017b).

Prova da predominância da produção de frango em estabelecimentos da agricultura familiar, são os dados relativos ao emprego formal. Em 2015, a pecuária empregou aproximadamente 26 mil trabalhadores com carteira assinada. Conforme Feix et al. (2016, p. 31),

desses, quase 60% pertenciam à criação de bovinos, principal atividade responsável pelo crescimento de 3,2% no estoque de empregos formais na pecuária gaúcha em 2015. A menor representatividade das atividades de criação de suínos (20,6%) e de aves para a composição do estoque de

empregos formais da pecuária gaúcha apenas reflete a organização produtiva predominante nessas atividades, desempenhadas por agricultores familiares.

A etapa nos aviários exige um nível de atenção diário e 24h do produtor rural, principalmente na parte da cria (que vai do primeiro dia até a sexta semana de vida), sendo que leva em torno de 45 dias para o crescimento das aves até o ponto de abate. Entre os cuidados necessários nessa etapa, estão o controle da temperatura do aviário, o cuidado com as vacinações e com a alimentação dos frangos. Por meio do sistema de integração, os produtores recebem dos frigoríficos os medicamentos, rações e assistência técnica necessária (SEBRAE, 2008; TRICHES; SIMAN; CALDART, 2004).

Outros segmentos estão envolvidos na etapa de engorda do frango, identificados como parte da cadeia auxiliar, na Figura 30. Destacam-se os segmentos da indústria de produtos farmacêuticos, que fornecem vacinas e antibióticos utilizados no tratamento das aves; a indústria de produtos químicos, responsável pela produção de produtos químicos, para limpeza e manutenção dos aviários; e a produção e o fornecimento de equipamentos de construção para os aviários e de máquinas para o trabalho nas granjas (como vacinadoras e debicadores). Os fornecedores desses produtos são listados na Tabela 12, bem como a sede municipal de cada um deles. Observa-se que, com exceção da indústria de produtos farmacêuticos, cujos fornecedores estão em outros países, os fornecedores de produtos de limpeza e materiais de construção estão em municípios próximos da região dos Vales.

Tabela 12 – Localização dos fornecedores de produtos para a etapa de engorda do frango

Fornecedores	Localização
Produtos farmacêuticos	Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, Rio de Janeiro – RJ
Análises veterinárias	Porto Alegre – RS, Cachoeirinha – RS, Garibaldi – RS
Indústria química	Santa Cruz do Sul – RS, São Paulo - SP
Materiais de construção para aviários	David Canabarro – RS, Farroupilha – RS, Marau - RS, Rio Claro – SP, Boa Esperança – MG
Nutrição animal	Teutônia – RS, Chapecó – SC, Belo Horizonte – MG, Ipê – RS, Maringá - PR, Rio Claro – SP, São Caetano do Sul – SP

Elaborada por Carolina Faccin, a partir de Anutec Brasil (2018) e das edições de 2020 e 2019 das revistas da ASGAV & SIPARGS.

Em relação à área de sanidade e saúde animal, Espindola (2012, p. 102) afirma que a maior parte das empresas são estrangeiras, mas há um esforço crescente para

empresas nacionais atuarem no mercado nacional.

O segmento de produtos veterinários é composto hoje por um total de 85 empresas, com a liderança da Tortuga com 19%, seguida da MS.Dagvet, Pfizer, Rhodia, Hoechst, Bayer, Giba Geigy, Valleé, Solvay, Fatec, e outras. [...] apesar do domínio das empresas multinacionais, ocorreu um esforço de empresas nacionais (Tortuga e Fatec) em desenvolverem ou importarem vacinas para a melhoria da sanidade do rebanho avícola brasileiro.

Para a produção de ração, são necessários alguns componentes. O primeiro e principal, são os grãos – em geral, milho e soja. Segundo Espindola (2012, p. 100),

na composição da ração para frango de corte, os elementos macronutrientes que advêm do milho, farelo de soja, sorgo, triquilha, sal, farinha de carne, farinha de osso, fosfatos, calcário e de outros ingredientes representam 98,8% do volume total da ração. Desse total, o milho representa 70% do custo da produção. O restante é formado pelos micronutrientes como vitaminas, microminerais, aminoácidos e outros aditivos.

Há, no entanto, uma iminente crise de oferta de milho, uma vez que produtores estão substituindo as áreas de cultivo de milho pelo cultivo da soja, que está valorizada no mercado externo. Em função disso, “as empresas têm buscado matérias-primas alternativas, como o grão da soja processado, o triticale, a quinoa e o extrato de soproanimas” (ESPINDOLA, 2012, p. 100–101). Isso tem estimulado o setor de produção de grãos e da proteína animal a discutir, conforme Klein (2019, p. 8–9), em matéria publicada na Revista da ASGAV & SIPARGS em dezembro de 2019, o “estímulo ao plantio do milho através da garantia de compra antecipada do grão pela indústria de proteínas animais, com preços determinados”.

De toda forma, uma vez que a ração é parte fundamental para a alimentação das aves e responsável por uma parcela considerável dos custos de produção, há uma necessidade das indústrias da carne de permanecerem próximas às áreas de produção de grãos. Por conta disso, a indústria avícola brasileira possui a vantagem do Brasil ser um grande produtor de grãos como milho e soja, o que auxilia a diminuir a dependência do mercado externo, torna a oferta de insumos mais estável e reduz os custos de transporte (TRICHES; SIMAN; CALDART, 2004).

Outro componente utilizado na produção das rações é a farinha de carne, que advém da etapa de reciclagem animal. A partir do abate do frango resultam resíduos, como as penas, sangue, vísceras, resíduos de ossos, aves impróprias provenientes das condenações do Serviço de Inspeção Federal e aves mortas no transporte, que,

após o devido tratamento, podem ser economicamente aproveitadas – etapa denominada de reciclagem animal. A maior parte desses resíduos são transformados em farinhas de vísceras de aves, farinha de sangue, farinha de penas hidrolisadas e óleo de vísceras de aves, que são utilizados como ingredientes para nutrição animal, auxiliando na redução do custo da formulação de rações, agregando elevado valor energético e aumentando a palatabilidade da ração. Em menor parte, esses resíduos são destinados para produção de biodiesel, para saboaria, para exportação e para outras indústrias – como por exemplo, a indústria de cosméticos (ABRA, 2020).

Na região dos Vales, destacam-se duas empresas que fazem o recebimento e o tratamento não somente dos resíduos do abate de aves, mas também de suínos e bovinos. São elas: *Faros Indústria de Farinha de Ossos Ltda.* e *Base Indústria e Comércio de Óleos e Proteínas Ltda.*, ambas localizadas em Cruzeiro do Sul, com respectivamente 167 e 78 trabalhadores formais, de acordo com dados da RAIS (2018). Essas duas empresas também se destacam pelo alto volume de material exportado, como será apresentado mais adiante, na Figura 38.

Destaca-se também, na região dos Vales, a presença de três empresas de grande porte, de fabricação de sabões e detergentes sintéticos, que podem utilizar esses resíduos do abate como uma de suas matérias primas. São elas: *Girando Sol Ltda.*, localizada em Arroio do Meio, *Fontana S.A.*, em Encantado, e a *Bertolini Indústria Química Ltda.*, em Imigrante. Conforme dados de 2018 da RAIS, elas possuem, respectivamente, 320, 200 e 242 trabalhadores formais.

Por fim, na produção de rações ainda podem ser adicionados elementos que complementam a nutrição animal. Na prática, são diferentes tipos de Premix ou Núcleo, produtos que misturam vitaminas e minerais e que devem ser adicionados às misturas das rações para complementar a nutrição das aves. Existem diferentes tipos desses produtos, de diferentes fornecedores, listados na Tabela 12. Alguns deles estão localizados na região dos Vales ou em municípios próximos, mas a maior parte possui unidades produtivas em outros municípios do Paraná e de São Paulo, no Brasil.

A partir da produção de milho e soja, do Premix e das farinhas de carnes, a ração é produzida pela agroindústria, como uma de suas responsabilidades estabelecidas no contrato do sistema de integração. Na região dos Vales, destacam-se a fábrica de rações da BRF, a da Minuano e a da Cooperativa Dália Alimentos, em Arroio do Meio, e da Cooperativa Languiru, em Estrela.

Por fim, os aviários produzem uma quantidade significativa de resíduos

orgânicos, derivados dos dejetos, da cama de aviário e, até mesmo, aves mortas por razões diversas durante a etapa de engorda no aviário. Os resíduos orgânicos dos aviários e, bem como, das matrizes e incubatório de aves, são destinados às empresas de compostagem e de produção de fertilizantes orgânicos, como a *Folhito Indústria e Comércio de Adubos Orgânicos Ltda.*, localizada em Estrela, que faz o recebimento e a compostagem desses resíduos citados. Outra opção possível, no caso dos aviários, é a de compostagem na própria propriedade rural para uso como adubo em pastagens e outras lavouras da propriedade (FOLHITO, 2020).

Assim, a primeira etapa do circuito de produção do tabaco é composta de relações espaciais entre as áreas rurais produtoras de aves da região e os núcleos urbanos que sediam as empresas fornecedoras de insumos necessários para produção. Essas relações são definidas e intermediadas pelos frigoríficos de abate de aves, localizados em Lajeado, Arroio do Meio e Westfália, e pelas sedes administrativas das empresas, em São Paulo-SP (JBS), Itajaí-SC (BRF), Lajeado (Minuano), Teutônia (Languiru) e Encantado (Dália).

4.2.2 Entrega do frango de corte para as agroindústrias

Ao final da etapa de produção, quando o frango atinge idade e peso de abate, o produtor tem a obrigação de comercializar sua produção junto à empresa integradora que fará o abate do animal, conforme o contrato estabelecido no sistema de integração. Essa etapa pode ser definida como a segunda etapa do circuito espacial produtivo, apresentado brevemente neste item.

O estudo de Guareski et al. (2019) identifica que, dentro do sistema vertical de integração avícola, a empresa envia uma equipe de apanha para carregar as aves nos caminhões e destinar ao frigorífico, no dia agendado para o abate. Após o abate, a empresa coleta as informações do lote, mensurando os itens que compõem a base para o cálculo que determina a rentabilidade do produtor.

Ainda de acordo com Guareski et al. (2019, p. 48),

o valor pago pela indústria ao integrado no final da criação dos lotes de frango não tem vínculo direto com o preço dos produtos no mercado, ou seja, o valor recebido pelo produtor é acordado previamente em contrato levando em consideração os custos para produção de ambas as partes.

Há, no entanto, o pagamento ao produtor de uma taxa referente aos serviços prestados de engorda e de criação das aves, utilizando um método que valoriza a meritocracia e premia o avicultor com uma melhor produção. Para cálculo da taxa, é utilizado o Índice de Eficiência Produtiva (IEP), que busca mensurar o desempenho técnico do lote e medir a sua eficiência produtiva a partir de três fatores: conversão alimentar (quantidade de ração convertida em peso bruto de ave pronta para o abate), ganho de peso diário e viabilidade (diferença entre as aves alojadas e as retiradas para o abate) (GUARESKI et al., 2019).

Através desse sistema, o produtor não sente a variação dos preços de frango vivo no mercado, tem segurança financeira e garantia de compra. Por outro lado, o produtor fica preso a um contrato, não pode vender a produção para outras empresas, fica sujeito a acatar todas as ordens vindas da empresa integradora e não tem certeza da taxa adicional a ser paga (GUARESKI et al., 2019).

4.2.3 Frigoríficos abatedouros e fábricas de embutidos

A terceira etapa do circuito espacial produtivo é a etapa de abate e transformação industrial. Após a engorda do frango, nas granjas avícolas, os animais são enviados para os abatedouros. O transporte das aves é feito das propriedades rurais até os frigoríficos, dentro de gaiolas, através de caminhões e pela malha rodoviária, sob responsabilidade das indústrias, como uma de suas responsabilidades estabelecidas no sistema de integração.

Já dentro dos frigoríficos, a etapa de abate das aves é feita através de uma série de processos, regulamentados pelo Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico-Sanitária de Carne de Aves (Portaria nº 210 de 10 de novembro de 1998), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As etapas são: insensibilização, sangria, escalda, depenagem, evisceração, pré-resfriamento, resfriamento, gotejamento, classificação, embalagem e armazenamento (MAPA, 1998).

A carne pode ser embalada como frango inteiro, ou em cortes diversos e comercializada dessa forma. Ou, pode seguir para fabricação de outros produtos da carne, como embutidos e outras preparações, ou seguir para fabricação de outros produtos, como pratos prontos e lanches. Essa etapa pode ser desenvolvida em um setor diferente da mesma planta industrial responsável pelo abate das aves, ou,

também pode ser realizada em outra planta industrial. É o caso da JBS na região dos Vales, que possui três unidades de beneficiamento de produtos cárneos de aves e suínos – ou seja, responsáveis pela preparação de embutidos e outros produtos da carne – nas cidades de Bom Retiro do Sul, Roca Sales e Santa Cruz do Sul.

Nessa etapa de transformação industrial, como exposto na Figura 30, estão envolvidos insumos, equipamentos e maquinários industriais; condimentos e aditivos, tais como sabores, temperos e corantes, para elaboração de embutidos e outras preparações; condimentos como massas alimentícias, leite e laticínios para fabricação de outros produtos, como pratos prontos, comidas congeladas e lanches com carne; lenha de eucalipto para aquecimento das caldeiras; e embalagens de plástico e papelão para acondicionamento dos produtos a serem distribuídos, comercializados e exportados.

Em relação aos condimentos e aditivos utilizados para elaboração de produtos cárneos, embutidos e outras preparações, destaca-se a empresa *Bremil S/A Indústria de Produtos Alimentícios*, localizada em Arroio do Meio. Entre seus produtos oferecidos para produção de produtos cárneos, estão aditivos, corantes, misturas proteicas, floculados para empanados, condimentos – como temperos e aromas idênticos ao natural –, reguladores de acidez, fumaças líquidas e proteínas de soja.

No processo de transformação industrial, a lenha é um elemento utilizado para aquecimento das caldeiras dos frigoríficos. Em um frigorífico, a queima de lenha de eucalipto em uma caldeira é responsável pela geração do vapor utilizado pela unidade em seus diferentes setores. Esse insumo é transportado até os frigoríficos em caminhões, por meio da malha rodoviária, e é proveniente de matas reflorestadas de municípios da porção meridional do Estado, como mostramos anteriormente, na Figura 20.

Por fim, outros insumos utilizados são os maquinários e equipamentos industriais e embalagens de plástico e de papelão, para acondicionamento dos produtos. Os fornecedores desses insumos, bem como suas sedes, estão descritos na Tabela 13. Observa-se que o fornecimento desses produtos ocorre a partir de municípios externos à região dos Vales, em municípios do Estado do Paraná e São Paulo.

Tabela 13 – Localização dos fornecedores de produtos para o abate e transformação industrial do frango

Fornecedores	Localização
Embalagem	São Paulo - SP, Quatro Barras – PR, Curitiba - PR, União da Vitória - PR, Campinas - SP, Americana - SP, Palhoça - SC
Maquinário industrial	São Paulo - SP, São José dos Pinhais - PR, São Bernardo do Campo - SP, Guarulhos - SP, Rio do Sul - SC, Curitiba - PR, Pinhais - PR, Caxias do Sul - RS

Elaborada por Carolina Faccin, a partir de Anutec Brasil (2018) e das edições de 2020 e 2019 das revistas da ASGAV & SIPARGS.

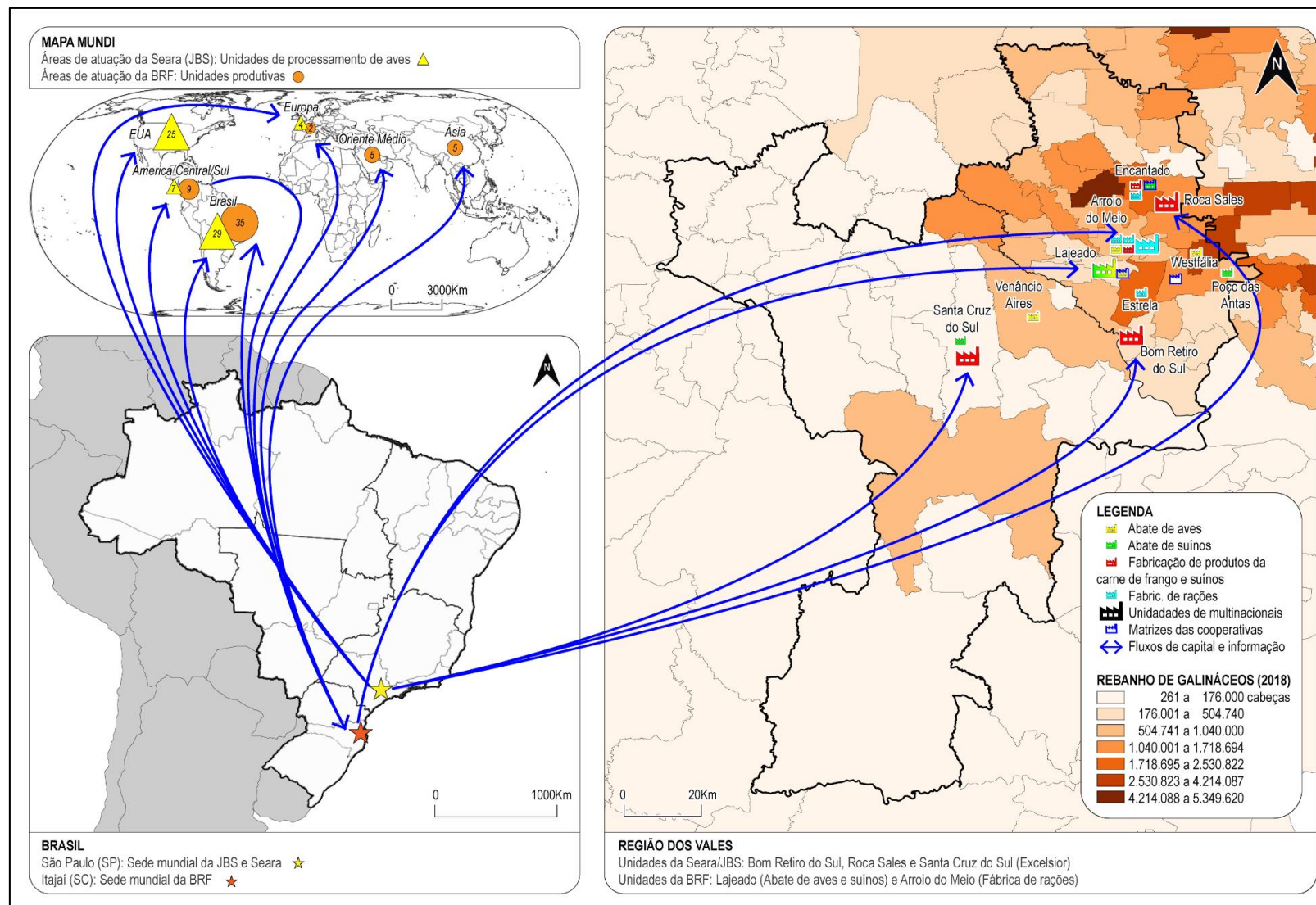
A Figura 32 apresenta, inicialmente, o total dos rebanhos de galináceos por município, conforme dados do IBGE (2018c), evidenciando que, no âmbito da região dos Vales, os rebanhos estão concentrados em todo o Vale do Taquari, mas principalmente na sua porção central. Destacam-se os municípios de Nova Bréscia, Westfália, Estrela e Encantado, com rebanhos de galináceos superiores a 2 milhões de cabeças.

Além disso, a Figura 32 apresenta a localização das plantas industriais de abate de aves, abate de suínos, fabricação de produtos da carne e fábrica de rações, bem como as plantas das empresas multinacionais – notadamente, a BRF e JBS – na região dos Vales, a partir de dados da Receita Federal (2020), do MAPA (2020), sites institucionais das empresas e pesquisa em campo.

As empresas do setor presentes na região são a Companhia Minuano de Alimentos, com sede em Lajeado, a Cooperativa Dália Alimentos, com sede em Encantado, e a Cooperativa Languiru, com sede em Teutônia. A região também conta com frigoríficos de menor porte, como a Granja Bom Frango, em Venâncio Aires, e o Frigorífico Rio Pardinho, com sede em Santa Cruz do Sul. Já as empresas multinacionais presentes na região são a BRF, com unidade de abate de aves em Lajeado e fábrica de rações em Arroio do Meio, e a Seara Alimentos/JBS, com unidades de beneficiamento de produtos cárneos em Santa Cruz do Sul (na Excelsior, subsidiária da JBS), Roca Sales e Bom Retiro do Sul.

Os mapas na Figura 32 indicam também as ligações entre as matrizes e filiais das empresas. Enquanto a Companhia Minuano de Alimentos tem sede em Lajeado e as cooperativas Dália e Languiru têm sede, respectivamente, em Encantado e Teutônia, as multinacionais JBS e BRF têm suas sedes administrativas em São Paulo-SP e Itajaí-SC respectivamente.

Figura 32 - Localização das plantas industriais da cadeia produtiva da carne de frango e sedes das empresas multinacionais - 2020



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de Receita Federal (2020), MAPA (2020) e dados da pesquisa.

O grupo JBS atua na produção de carne de aves, suínos, bovinos e indústria de couros. Porém, sua subdivisão Seara Alimentos está mais vinculada à produção de carne de aves e suínos. A Seara Alimentos/JBS, com sede administrativa em São Paulo-SP, é uma multinacional de origem brasileira ligada a outros frigoríficos e estabelecimentos existentes em outros países. Além do Brasil, onde possui 29 unidades produtivas, destaca-se os Estados Unidos, com 25 unidades produtivas e, em menor parte, no México, com 7 unidades, e Reino Unido, com 4 unidades. Já a BRF, cuja produção é direcionada à produção de carne de aves, suínos, margarinas, gorduras e laticínios, possui sua sede em Itajaí-SC. A partir de sua sede, está ligada a outras unidades produtivas da empresa em outros continentes. Possui 7 unidades na América do Sul e Central, 2 unidades na Europa, 5 no Oriente Médio e 5 na Ásia.

Assim, a Figura 32, ao evidenciar o posicionamento das unidades produtivas das empresas multinacionais de produção de carne instaladas no Vale do Taquari – notadamente a BRF e JBS –, já dá pistas de que estamos diante de uma região verticalmente integrada à economia globalizada.

Por vezes, há um cruzamento da cadeia produtiva da carne de suínos com a da carne de aves, uma vez que alguns frigoríficos trabalham com o abate de suínos e aves (como é o caso da BRF em Lajeado), ou a preparação de produtos embutidos da carne de aves e suínos (como é o caso das plantas industriais da *Seara Alimentos Ltda.* em Bom Retiro do Sul, em Roca Sales e em Santa Cruz do Sul, que realizam o processamento industrial da carne de frango e de suínos). Além disso, as cooperativas Dália e Languiru atuam tanto no setor de carne de suínos, quanto de carne de frango e de laticínios²³ (MAPA, 2020; RECEITA FEDERAL, 2020). Por isso, nesta parte da análise, os frigoríficos de abate de suínos também foram representados, de forma a complementar o entendimento da cadeia produtiva da carne de frango na região.

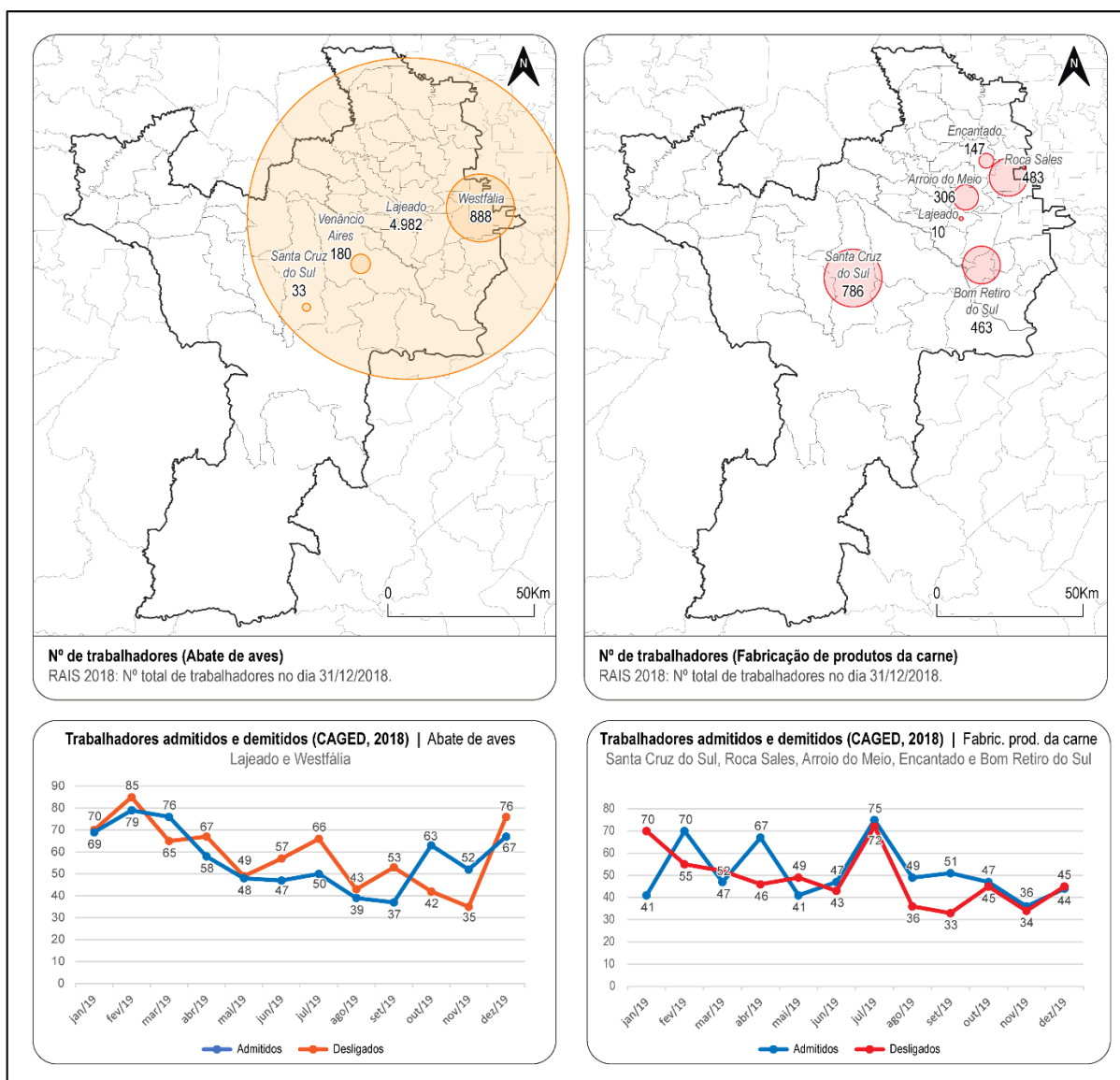
Também lembramos que, apesar de inicialmente nos propormos a analisar a atuação das empresas multinacionais na região dos Vales, foi necessário, no caso do Vale do Taquari e da produção da carne de frango, incluir as empresas e as cooperativas regionais como parte da análise, ou seja, a empresa Minuano e as

²³ Os atrativos para a produção leiteira, no Vale do Taquari, podem ser entendidos conforme FEE (2016, p. 28): “A produção leiteira [...] apresenta uma série de atrativos, tais como clima temperado, disponibilidade de água, estrutura fundiária dominada por pequenas propriedades, mão de obra familiar, acesso dos produtores a crédito subsidiado — Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Outro fator favorável à atividade no RS, descrito por Paiva, Rocha e Thomas (2014), é a falta de alternativas mais rentáveis para o pequeno produtor rural”.

cooperativas Dália e Languiru. Os dados coletados nesta pesquisa acabaram demonstrando que elas representam parte importante da cadeia produtiva, no contexto regional, seja pelo significativo número de trabalhadores industriais empregados, seja pelo alto montante exportado, ou ainda pela quantidade de unidades dispostas e presentes na região.

A Figura 33 apresenta o número de trabalhadores no dia 31/12/2018 nos setores de abate de aves e fabricação de produtos da carne, de acordo com a RAIS (2018), e, para estes mesmos setores, os dados de trabalhadores admitidos e demitidos por mês de 2018, segundo o CAGED (2018).

Figura 33 – Número de trabalhadores nos setores de abate de aves, fabricação de produtos da carne e admissões e demissões por mês – 2018



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de RAIS (2018) e CAGED (2018).

A partir da Figura 33, observa-se pouca variação entre os admitidos e demitidos ao longo do ano, em comparação ao setor de processamento do tabaco e de fabricação de cigarros – que é organizado de acordo com o período da safra. A produção de carne é feita de forma constante ao longo do ano, sendo que todas as pausas devem ser programadas, como feriados e finais de semana.

Na sequência, a Tabela 14 complementa as informações apresentadas na Figura 33, indicando, a partir de dados desagregados da RAIS do ano de 2018, o número de trabalhadores por empresa dos setores de abate de aves, abate de suínos e fabricação de produtos da carne (RAIS, 2018).

Tabela 14 - Número de trabalhadores nas principais empresas do setor de abate de aves na região dos Vales - 2018

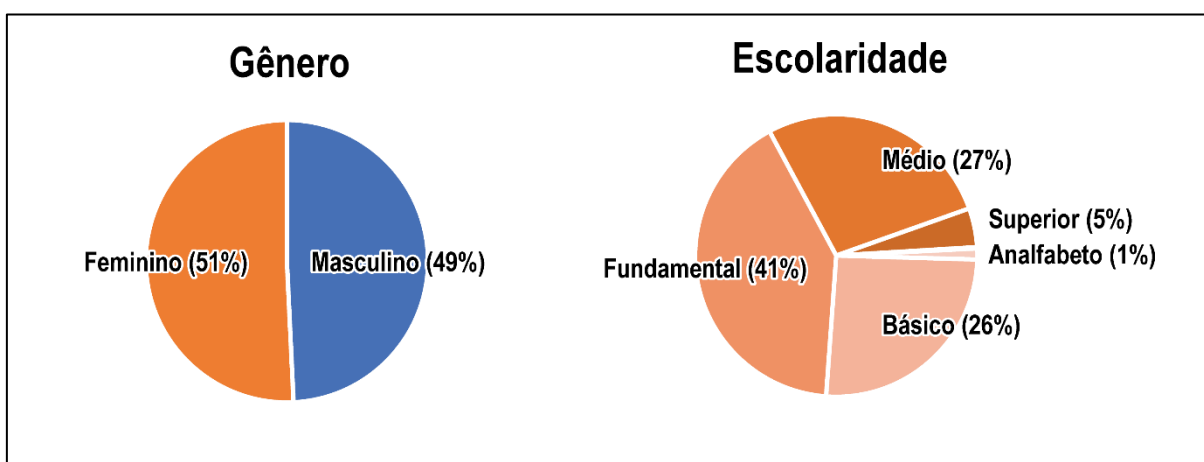
Razão Social	Classe	Município	Total
BRF S A	Abate de aves e de suínos	Lajeado	2904
Companhia Minuano de Alimentos	Abate de aves	Lajeado	2011
Cooperativa Dália	Abate de suínos e Fabricação de alimentos para animais	Encantado	1690
Cooperativa Languiru Ltda.	Abate de aves e Fabricação de produtos de carne	Westfália	888
Cooperativa Languiru Ltda.	Abate de suínos	Poço das Antas	715
Excelsior Alimentos S.A. (Seara/JBS)	Fabricação de produtos de carne	Santa Cruz do Sul	625
Seara Alimentos Ltda. (JBS)	Fabricação de produtos de carne	Roca Sales	479
Seara Alimentos Ltda. (JBS)	Fabricação de produtos de carne	Bom Retiro do Sul	463
Companhia Minuano de Alimentos	Fabricação de produtos de carne	Arroio do Meio	305
Granja Avícola Bom Frango Ltda.	Abate de aves	Venâncio Aires	180
Cooperativa Languiru Ltda.	Fabricação de alimentos para animais	Estrela	179
Quinta do Vale Alimentos Ltda.	Fabricação de produtos de carne	Encantado	144
Frigorífico Rio Pardinho Ltda.	Fabricação de produtos de carne	Santa Cruz do Sul	138
BRF S A	Fabric. de alimentos para animais	Arroio do Meio	101
Cooperativa Languiru Ltda.	Abate de aves	Teutônia	94
Companhia Minuano de Alimentos	Produção de ovos	Bom Retiro do Sul	74
Companhia Minuano de Alimentos	Abate de aves	Lajeado	67
Companhia Minuano de Alimentos	Produção de pintos de um dia	Estrela	65
BRF S A	Criação de frangos para corte	Arroio do Meio	50
Companhia Minuano de Alimentos	Fabric. de alimentos para animais	Arroio do Meio	39
BRF S A	Criação de suínos	Taquari	31
Cooperativa Languiru Ltda.	Produção de pintos de um dia	Teutônia	31
Cooperativa Languiru Ltda.	Produção de ovos	Teutônia	27
Companhia Minuano de Alimentos	Produção de ovos	Estrela	21
JBS Aves Ltda.	Criação de outros galináceos, exceto para corte	Taquari	17
JBS Aves Ltda.	Criação de outros galináceos, exceto para corte	Tabaí	16

Elaborado por Carolina Faccin, a partir de RAIS (2018).

O perfil de trabalhadores industriais para o setor de abate de aves, apresentado na Figura 34, é equilibrado em relação ao gênero (51% são mulheres e 49% homens), com grau de escolaridade baixo, predominantemente no ensino fundamental (RAIS, 2018). Entre esses(as) trabalhadores(as), há também uma expressiva parcela de imigrantes internacionais, especialmente imigrantes haitianos do sexo masculino, como explicita o trabalho de Cazarotto e Sindelar (2020).

Vale destacar que o trabalho nas linhas de produção dos frigoríficos é estável ao longo do ano, como já mostramos nos gráficos apresentados na Figura 33, apesar da alta rotatividade dos trabalhadores. Diferentemente do trabalho exercido pelos safristas, nas usinas de processamento do tabaco, contratados somente na primeira metade do ano.

Figura 34 – Perfil dos trabalhadores industriais do setor de abate de aves - 2018



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de RAIS (2018).

Sendo assim, por meio do conjunto de dados já expostos, podemos identificar as empresas presentes em cada município, o número de empregados e a divisão territorial do trabalho de cada uma das empresas desses setores. Vários municípios da região participam da cadeia produtiva, mas destacam-se os municípios de:

- a) Lajeado, onde estão presentes os dois maiores frigoríficos da região dos Vales: a BRF S.A., responsável pelo abate de aves e suínos, com 2.904 trabalhadores, e a Minuano, frigorífico de abate de aves, com 2.011 trabalhadores;
- b) Encantado, onde estão localizados o frigorífico de abate de suínos e a fábrica de ração da Dália, com 1.690 trabalhadores, e a planta de

processamento Quinta do Vale Alimentos, responsável pela fabricação de produtos da carne, como embutidos de carne de aves e suínos, além de laticínio e pratos prontos, com 147 trabalhadores;

- c) Westfália, onde está localizado o frigorífico de abate de aves da Cooperativa Languiru Ltda., com 888 trabalhadores;
- d) Poço das Antas, onde está o frigorífico de abate de suínos da Cooperativa Languiru Ltda., com 715 trabalhadores;
- e) Teutônia, município próximo de Westfália e de Poço das Antas, está a sede da Cooperativa Languiru, além do incubatório de frangos, e matrizes de suínos e frangos, somando 180 trabalhadores da empresa nesse município;
- f) Estrela, onde está localizada a fábrica de rações da Cooperativa Languiru, com 179 trabalhadores;
- g) Santa Cruz do Sul, onde está a fábrica de produtos da carne Excelsior Alimentos S.A., cuja produção se concentra na fabricação de embutidos de carne de suínos e de aves, laticínio e pratos prontos, e emprega 625 trabalhadores. A Excelsior é integrante do grupo JBS e, mais especificamente, da subdivisão Seara Alimentos. Ainda em Santa Cruz do Sul, está presente o Frigorífico Rio Pardinho Schender, com 138 trabalhadores, cuja produção se concentra na carne, miúdos e embutidos de suínos;
- h) Em Roca Sales, onde está localizada uma planta da Seara Alimentos Ltda., com 479 trabalhadores, responsável pela fabricação de produtos da carne de frangos e suínos;
- i) Bom Retiro do Sul, onde está localizada outra planta da Seara Alimentos Ltda., com 463 funcionários, responsável pela fabricação de produtos da carne de frangos e suínos. Ainda no município, a Companhia Minuano de Alimentos mantém uma de suas granjas para produção de frangos.
- j) Venâncio Aires, onde está localizada a Granja Avícola Bom Frango Ltda., responsável pelo abate de aves, especializada em cortes resfriados e desossados, com 180 trabalhadores empregados.
- k) Arroio do Meio, onde estão localizadas a fábrica de rações (101 trabalhadores) e uma granja de produção de frangos da BRF S.A.; a fábrica de rações (39 trabalhadores) e uma planta industrial responsável pela

fabricação de produtos da carne (305 trabalhadores), da Companhia Minuano de Alimentos.

Arroio do Meio também abriga o complexo avícola e lácteo da Cooperativa Dália de Alimentos Ltda. Duas fábricas de laticínios (uma localizada no distrito de Palmas, com 192 funcionários, e outra no bairro Aimoré, com 85 empregados), uma fábrica de rações, uma fábrica de farinhas de origem animal e um frigorífico de abate de aves (com 320 funcionários), estas últimas inauguradas em dezembro de 2019 e em funcionamento desde o começo de 2020 (SILVA, TIAGO, 2020b).

O município de Arroio do Meio destaca-se na região dos Vales pela alta concentração de indústrias, sendo que 46% do VAB municipal é referente ao setor da indústria (IBGE, 2017a). Além das plantas industriais da BRF, da Minuano, da Bremil e da Girando Sol, anteriormente citadas, também é sede do complexo lácteo e avícola da Cooperativa Dália Alimentos.

Dado o papel de destaque que as cooperativas Dália e Languiru constituem na cadeia produtiva da carne de frango na região dos Vales, apresentaremos, na sequência, um pouco mais da história, características e da divisão territorial do trabalho dessas duas empresas.

4.2.4 As cooperativas Dália e Languiru

O cooperativismo é um traço característico na atividade agropecuária no RS, principalmente entre os pequenos agricultores. Uma parcela expressiva dos agricultores gaúchos está organizada em cooperativas. Conforme o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, 39% dos estabelecimentos rurais contavam com produtor rural associado a alguma cooperativa – enquanto no Brasil esse percentual é de 11% –, sendo o RS o Estado brasileiro com o maior número de associados (FEIX et al., 2016; IBGE, 2017b).

De acordo com Feix et al. (2016, p. 38),

As cooperativas agropecuárias são compostas por produtores rurais, familiares e não familiares, cujos meios de produção pertencem aos próprios associados, os quais se unem para auferir ganhos na operação em conjunto de suas atividades. Essas cooperativas exercem diversas atividades, que vão desde a aquisição e comercialização de insumos, até a originação, industrialização e comercialização de produtos agroindustriais.

Segundo o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS-SESCOOP/RS), em 2019 havia 128 cooperativas agropecuárias no Estado, que contavam com mais de 343.700 associados e empregavam 37,2 mil pessoas. Destas, três estão no Vale do Taquari: a ARLA Cooperativa, a Dália Alimentos e a Cooperativa Languiru, destacando-se a Dália e a Languiru, atuantes no setor da carne de suínos, de aves e laticínios (OCERGS-SESCOOP/RS, 2020).

Conforme Mallmann (2017, p. 40), na primeira metade do século XX, o cooperativismo encontrou condições propícias para seu desenvolvimento no Vale do Taquari, devido à própria história da ocupação territorial e às necessidades econômicas, sociais e culturais:

Os imigrantes europeus, que colonizaram o Vale do Taquari eram católicos e evangélicos luteranos e para superar as suas dificuldades encontradas foram convivendo com dignidade e criando condições para construir identidade e formar comunidades coesas, desta forma influenciaram a vida econômica e social. Esses imigrantes constituíram famílias numerosas, o que contribuiu para o domínio de pequenas propriedades no Vale do Taquari. A criação de suínos já era uma atividade conhecida e incorporada aos hábitos dos imigrantes europeus, portanto, logo se destacaram na criação de suínos e na produção de banha. No início do Século XX, a banha de porco era denominada “ouro branco” pela sua importância econômica e social. Era o principal produto de comercialização e de fonte de renda e de trabalho na região do Vale do Taquari. A banha de porco era comercializada em Porto Alegre e nas cidades do seu entorno, levada via rio Taquari, em médias embarcações. O agricultor familiar sofria com o baixo preço recebido pela banha pago pelos atravessadores.

Por conta disso, e convictos do poder da cooperação, 387 pequenos agricultores familiares fundaram a Cooperativa Dália, anteriormente denominada Cosuel - Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda²⁴., em 15 de junho de 1947. Inicialmente, a cooperativa era voltada às necessidades de industrialização e comercialização da banha de porco.

Como indica Mallmann (2017), na década de 1950, os agricultores dos municípios do Vale do Taquari tinham por atividade principal a exploração das lavouras e a criação de suínos, complementada com a criação de aves e gado leiteiro. “O objetivo da exploração era o sustento da família e as eventuais sobras eram comercializadas nas pequenas casas comerciais que, em troca, forneciam os

²⁴ Em 2019, a cooperativa foi renomeada como Cooperativa Dália Ltda., uma vez que deixou de trabalhar somente com laticínios e carne de suínos para entrar também no mercado avícola.

alimentos e insumos não disponíveis nas propriedades rurais” (2017, p. 41).

Porém, ainda conforme Mallmann (2017, p. 41),

com a crise do preço da banha, no final da década de 1950 e durante a década de 1960, e o avanço do óleo de soja em substituição à gordura animal, nos mercados consumidores, o Vale do Taquari experimentou uma transformação na produção suína, deixando de produzir banha para produzir carne.

Assim, o início da construção do frigorífico de abate de suínos da Cooperativa Dália Alimentos, ainda existente no município de Encantado e principal atividade da empresa, teve início em agosto de 1948. No mesmo local, em 1963 foi inaugurada a fábrica de rações.

Já a Cooperativa Languiru foi fundada em 1955, em Teutônia, por 147 agricultores. As atividades iniciaram em 1956, no dia 1º de junho, em um pequeno armazém que fornecia mantimentos de primeira necessidade e insumos agrícolas. Em contrapartida, o estabelecimento recebia a produção dos cooperados (LANGUIRU, 2020).

Já no início da década de 1960, os agricultores do Vale do Taquari voltam suas atividades também para a produção de laticínios e de carne de aves, atividades até então consideradas secundárias, para enfrentar crises no mercado de produtos suínos. De acordo com Mallmann (2017, p. 42–43):

No início da década de 1960, os agricultores familiares do Vale do Taquari enfrentaram dificuldades de acompanhar as alterações no cenário político e econômico em que estavam inseridos, pois, nesse período, a produção agrícola estava voltada para a produção em grande escala, tendo como consequência a perda de competitividade frente ao mercado concorrente. As cooperativas agropecuárias sofreram transformações que, de certa forma, acompanharam as mudanças no meio rural, o que também ocorreu no Vale do Taquari, impostas por um novo modelo operacional voltado a atender à demanda provocada pelos novos padrões de modernização tecnológica agrícola, a Revolução Verde.

Dessa forma, a cooperativa Dália tem escolhido o município de Arroio do Meio para implantação de novas plantas industriais desde 1965, quando ela inaugurou sua primeira unidade de lácteos no município, no bairro Aimoré, através de uma parceria público-privada com os Poderes Executivo e Legislativo. Desde então, a parceria com o município de Arroio do Meio mantêm-se, o que explica a formação do Complexo Lácteo (inaugurado em 2014) e o Complexo Avícola (inaugurado em 2019), no distrito

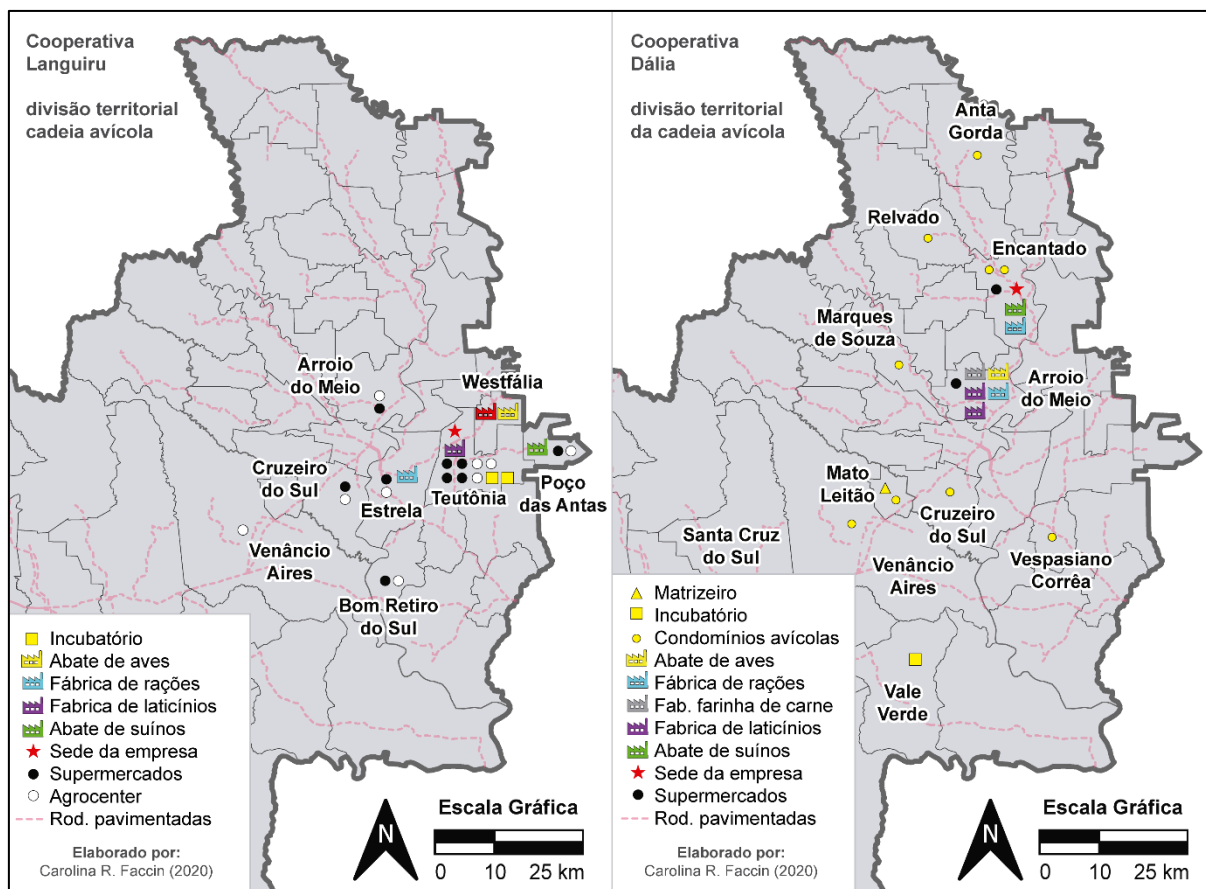
de Palmas, às margens da ERS-130 (DÁLIA ALIMENTOS, 2020).

O complexo avícola da Dália, cujo frigorífico abatedouro de aves foi inaugurado em 19 de dezembro de 2019, inclui outras estruturas necessárias para a produção e funcionamento do sistema integrado produtivo. Como a inauguração desse complexo é muito recente, as informações obtidas não são de sites oficiais do governo, como a RAIS e o IBGE, mas de matérias de jornais de Lajeado, como o jornal Independente.

A Figura 35 apresenta essa distribuição no território dos estabelecimentos que compõem a cadeia de produção do frango de corte da Dália:

- a) O matrizeiro (responsabilidade da empresa ASA - América Sociedade Avícola) está localizado em Vale Verde e conta com 37 funcionários, onde serão criadas as matrizes que irão fornecer os ovos férteis para o incubatório;
- b) O incubatório, por sua vez, está localizado em Mato Leitão.
- c) A partir do incubatório, os pintainhos (pintos de um dia) serão transferidos a nove condomínios avícolas (propriedades de nove associações constituídas por famílias de associados), localizados nos municípios de Anta Gorda, Cruzeiro do Sul, Encantado (com duas unidades), Marques de Souza, Relvado, Venâncio Aires e Vespasiano Corrêa, sob responsabilidade de produtores associados à Dália.
- d) Por fim, o complexo avícola inclui frigorífico abatedouro (320 funcionários), uma fábrica de farinhas de origem animal e uma fábrica de rações, localizados no distrito de Palmas, em Arroio do Meio (DUARTE, 2019).
- e) Também se observa que as plantas industriais e os supermercados estão próximos uns dos outros, nos municípios de Arroio do Meio e Encantado, com fácil e rápida conexão entre eles pela RS-130.
- f) Já os condomínios avícolas, matrizeiro e incubatório estão em outros municípios da região dos Vales, como mostra o mapa na Figura 35.

Figura 35 – Divisão territorial do trabalho da cadeia avícola das cooperativas Languiru e Dália - 2020



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de dados da pesquisa.

Os motivos que levaram a cooperativa Dália a investir na produção de frango de corte foram relatados em entrevista concedida no dia 6 de dezembro de 2019, à Rádio e ao Jornal Independente, em Lajeado, pelo presidente Gilberto Piccini. Há uma forte tendência de aumento do consumo da carne de frango, principalmente na China e em países orientais, dado o aumento populacional e o aumento do consumo de carne como um todo. Além disso, o mercado do frango possui mais possibilidades de ampliação, uma vez que é um tipo de carne consumida no mundo todo. Diferentemente da carne suína que, apesar de ser vantajosa para produção de embutidos, possui restrições em alguns países (como países muçulmanos, que não consomem carne de porco), além de ser um tipo de carne mais passível de doenças e infecções parasitárias (SILVA, TIAGO, 2019).

Outro motivo para o investimento no setor da carne de frango tem origem no fato de os associados da cooperativa serem, em sua maioria, pequenos produtores e necessitarem de opções para a formação de renda, além do leite e dos suínos. Nesse

sentido, a produção do frango de corte mostra-se compatível com as duas atividades já praticadas (O PRESENTE RURAL, 2019).

Em relação à Cooperativa Languiru, a distribuição dos seus estabelecimentos também está representada na Figura 35. A cooperativa possui sua sede localizada em Teutônia; uma indústria de laticínios (inaugurada em 2005); quatro supermercados em diferentes bairros do município; três agrocenters e dois incubatórios de aves. Em Estrela, mantém a fábrica de rações, inaugurada em 1976. Em Westfália, está o frigorífico de abate de aves, inaugurado em 1979, onde também está a planta industrial de fabricação de embutidos da carne, em funcionamento desde 2008. Por fim, em Poço das Antas, está localizado o novo frigorífico de abate de suínos, inaugurado em 2012. Em outros municípios da região dos Vales, estão distribuídos supermercados e agrocenters da empresa.

O circuito espacial produtivo da carne de frango, da cooperativa Languiru, parte das áreas rurais dos municípios das regiões do Alto e do Vale do Taquari e da encosta superior do nordeste do RS, onde estão os produtores e associados integrados, sendo estes responsáveis pelas matrizes de aves e pelas granjas avícolas. O incubatório, de responsabilidade da empresa, está localizado em Teutônia, já o frigorífico de abate e a fábrica de embutidos em Westfália. Por fim, a produção é exportada ou distribuída para os municípios da região e os supermercados da Languiru.

Entre 2019 e 2020, a Languiru ampliou a capacidade de abate de aves de seu frigorífico em Westfália, passando de 100 mil aves/dia para 160 mil aves/dia. Essa reformulação permite que a empresa possa exportar para a China e outros mercados mais exigentes, ampliando o total da produção de aves destinada à exportação, até o percentual de 65%, em maio de 2020 – aproveitando a alta do dólar no período (SILVA, TIAGO, 2020a).

Por fim, vale comentar que, por meio dessas mudanças recentes na atuação das cooperativas Dália e Languiru no Vale do Taquari, evidencia-se a força das verticalidades, seja pela alta recente do dólar, favorecendo a exportação de produtos, seja pelo maior consumo de carne em nível global e por um aumento das exportações brasileiras de carne de frango, seja pela maior demanda de carne da China, ou ainda, pelas exigências impostas pelos países de origem muçulmana, pela carne Halal. As duas cooperativas atuam no mercado nacional e internacional e, por isso, sofrem as exigências, tensões e o poder da força desses mercados. Por mais que as cooperativas possuam princípios solidários, são influenciadas pelo mercado,

principalmente no que se refere ao mercado global. O mercado não diferencia se está negociando com uma empresa multinacional ou com uma cooperativa.

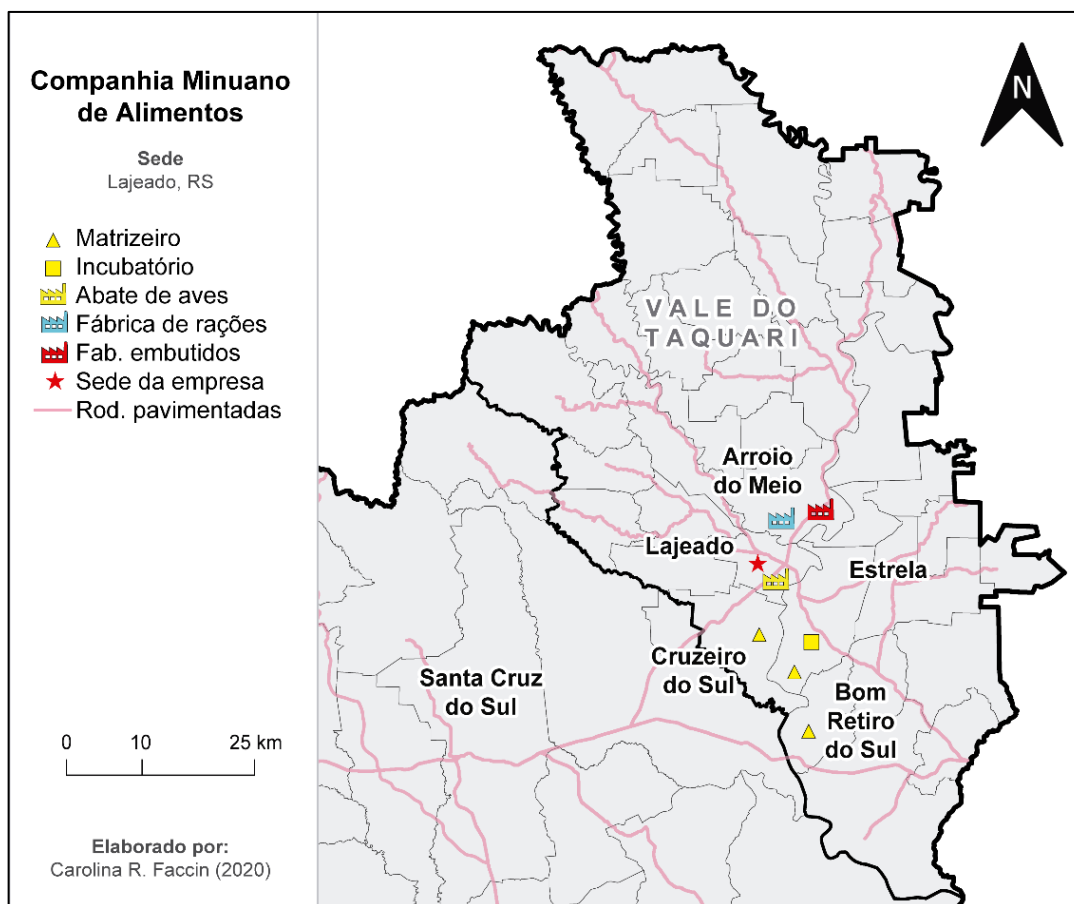
4.2.5 As multinacionais BRF e JBS

Neste item, analisaremos a divisão territorial do trabalho das empresas multinacionais BRF e JBS. Antes, porém, apresentaremos o caso da Companhia Minuano de Alimentos, que possui desde 2003 um contrato de parceria com a Sadia (atual BRF), para a qual destina a maior parte de sua produção de frango (MENDES, 2020; MINUANO ALIMENTOS, 2020). Portanto, podemos considerá-la para entender a influência da BRF na região dos Vales.

Dito isso, além das cooperativas regionais Dália e Languiru, destaca-se na região, no setor do frango de corte, a Companhia Minuano de Alimentos – empresa com sede em Lajeado e cuja divisão territorial do trabalho está concentrada no Vale do Taquari. A Figura 36, a partir de dados da Receita Federal (2020), explicita essa configuração espacial e indica a localização dos estabelecimentos industriais vinculados a essa empresa:

- a) A produção tem início nos três matrizeiros, localizados nos municípios de Bom Retiro do Sul, Cruzeiro do Sul e Estrela, onde são produzidos os ovos férteis que serão chocados no incubatório, em Estrela.
- b) Após o nascimento dos pintainhos, são entregues aos produtores integrados para cria e engorda, para os quais também são entregues a ração – produzida na fábrica de rações, em Arroio do Meio.
- c) A etapa seguinte, a do abate, é realizada no frigorífico instalado em Lajeado, que conta com 2.011 trabalhadores (RAIS, 2018).
- d) Por fim, parte da produção é destinada à fábrica de embutidos, em Arroio do Meio.

Figura 36 – Divisão territorial do trabalho da Companhia Minuano de Alimentos - 2020



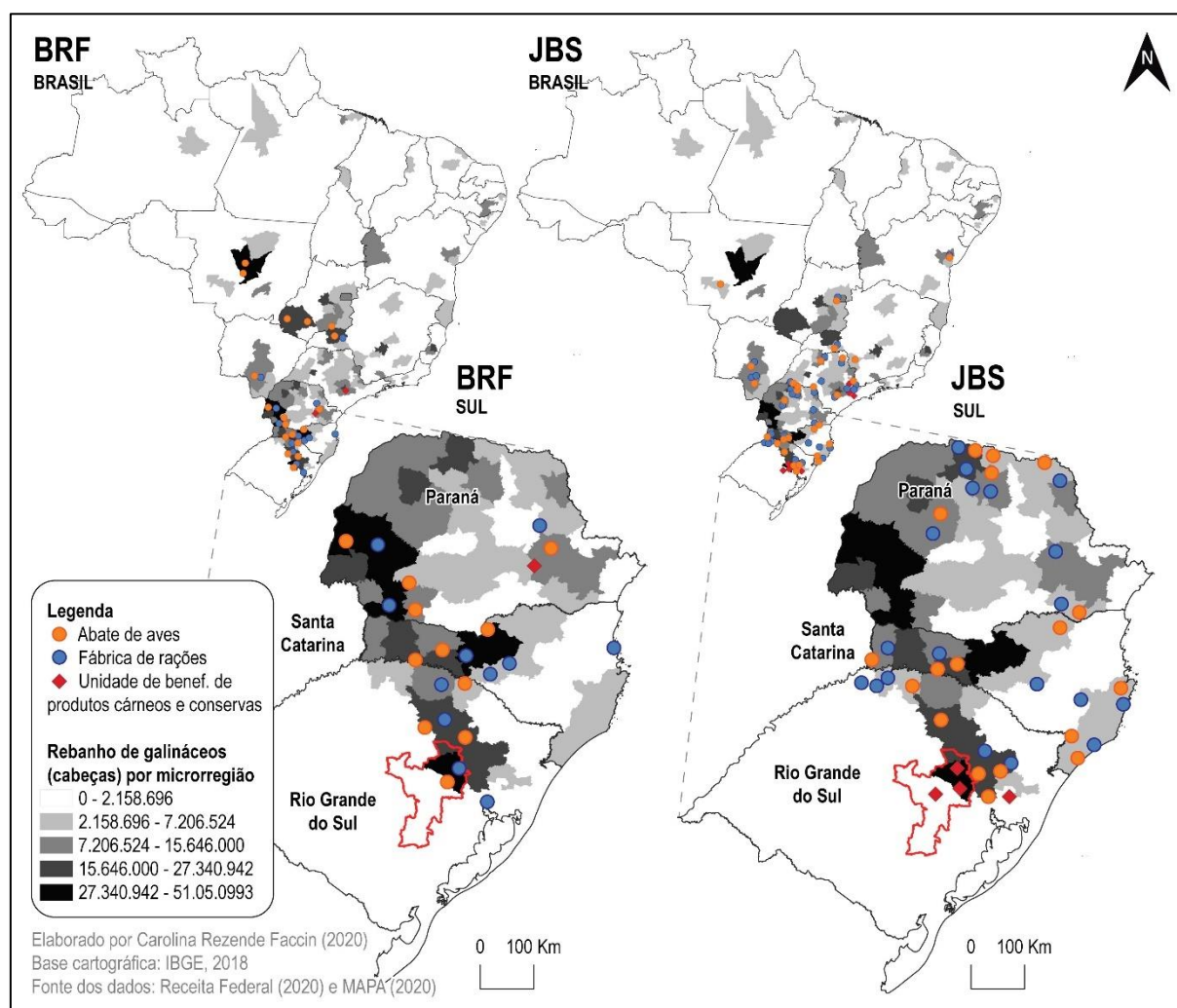
Elaborado por Carolina Faccin, a partir da Receita Federal (2020) e dados da pesquisa.

No caso das multinacionais da produção de carne de frango, destacam-se no Brasil a JBS e a BRF, as maiores empresas do setor no país, sendo ambas multinacionais, com unidades produtivas em outros países. Rodrigues et al. (2014, p. 16–17) assinalam uma possibilidade para a dificuldade de mais multinacionais se instalarem no mercado da carne de frango no Brasil. Os autores afirmam que

a cadeia produtiva do frango de corte se encontra em uma estrutura de mercado oligopolista, com uma oferta concentrada em um pequeno número de grandes empresas. Essa concentração de oferta ocorre devido aos contratos de integração acordados entre as agroindústrias e os criadores. Deste modo, as agroindústrias se responsabilizam pelo fornecimento de insumos [...] e pela compra das aves junto os criadores, concentrando assim a oferta de aves [...]. As agroindústrias processadoras estão organizadas de forma a atuar verticalmente em todos os elos da cadeia produtiva, caracteriza uma barreira a entrada de novas agroindústrias no setor, pois os novos entrantes, devem desenvolver sua própria cadeia de suprimentos, desde a busca por novos criadores até o desenvolvimento de canais de distribuição. A busca de novos criadores neste setor representa a ação da agroindústria em promover e incentivar a construção de novas granjas e a oferta de novos acordos de integração, visando ofertar aos novos criadores uma opção rentável de investimento em longo prazo. (2014, p. 16–17).

Assim, as multinacionais JBS e BRF diferenciam-se das cooperativas Dália e Languiru, e da empresa Minuano, uma vez que a organização espacial da divisão territorial do trabalho se estende por uma maior área de abrangência. Essa configuração espacial é representada na Figura 37, que apresenta a localização dos frigoríficos de abate, fábricas de ração e unidades de beneficiamento de produtos cárneos de cada uma das duas empresas, através das cores laranja, vermelho e azul, respectivamente, conforme dados do MAPA (2020) e Receita Federal (2020). Os mapas apresentados também indicam, através da cor vermelho, a localização da região dos Vales, assim como a quantidade de rebanhos de galináceos para cada uma das Microrregiões Geográficas do Brasil, conforme IBGE (2018b).

Figura 37 – Divisão territorial do trabalho do setor de produção da carne de frango no Brasil da JBS e BRF - 2020



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de Receita Federal (2020), MAPA (2020) e IBGE (2018b).

No Brasil, os estabelecimentos da BRF e JBS estendem-se pelas regiões Sul, Centro-Oeste e parte do Sudeste do Brasil, justamente nas áreas onde estão concentrados os rebanhos de galináceos, bem como próximos das principais regiões brasileiras produtoras de grãos, como milho e soja. A Microrregião de Lajeado foi, em 2018, a terceira região do país com o maior rebanho de galináceos, com um total de 35.599.062 cabeças.

Já no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, parte da divisão territorial do trabalho da BRF está fortemente relacionada ao Vale do Taquari, ainda mais se considerarmos a Companhia Minuano de Alimentos como vinculada à sua cadeia. No Estado, a unidade de abate de aves de Lajeado é a que mais possui funcionários empregados, totalizando 2.904 funcionários de acordo com a RAIS (2018). A empresa também possui unidades de abate em Serafina Corrêa (1.528 funcionários) e uma unidade de abate e de embutidos em Marau (2.618 funcionários). As fábricas de rações, por sua vez, estão localizadas, além de Arroio do Meio, em Marau e em Porto Alegre. Já os incubatórios e matrizes estão distribuídos em municípios menores, pela região do Vale do Taquari, Serra e Produção, no RS – estes, apesar de não terem sido representados no mapa apresentado na Figura 37, foram igualmente identificados através dos dados da Receita Federal (2020).

Diferentemente, a JBS possui sua divisão territorial do trabalho mais vinculada à região da Serra Gaúcha, à região da Produção e ao extremo Norte do RS, sendo que, na região dos Vales, possui apenas três unidades de beneficiamento de produtos cárneos e conservas, em Santa Cruz do Sul, Roca Sales e Bom Retiro do Sul, além de um matrizeiro e incubatório em Vespasiano Corrêa. Em Santa Cruz do Sul está localizada a Excelsior, unidade de fabricação de embutidos subsidiária da JBS. As unidades de embutidos na região dos Vales fazem a fabricação de produtos da carne a partir do abastecimento de carne de aves e suínos abatidos em frigoríficos da JBS presentes em outros municípios do RS.

De acordo com Silva (2020, p. 19),

a origem dos complexos agroindustriais brasileiros (como é o caso da indústria avícola) se encontra, antes de tudo, em amplos fornecimentos de crédito estatal a partir dos anos 1960, na esteira dos programas de desenvolvimento capitaneados pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) no então chamado mundo subdesenvolvido.

No entanto, o Silva (2020) ainda comenta que essas ofertas de ajuda pelos Estados Unidos foram parte da estratégia de expansão capitalista para a periferia do sistema global. Dessa forma, a pecuária industrial no Brasil mimetiza as técnicas produtivas estadunidenses, hoje globalizadas e onipresentes, seja pelo monocultivo genético, pela padronização de alimentos e remédios, pela produção em confinamento, pelo abate em escala e ou pelo desmatamento do entorno.

4.2.6 Distribuição, comercialização e exportações

Por fim, neste item apresentaremos a última etapa do circuito espacial produtivo da carne de frango: o da distribuição e exportação. Após abate das aves e preparação da carne, o produto pode ser comercializado fresco, resfriado ou congelado; em formato de frango inteiro ou em cortes; ou ainda destinado como matéria-prima para as indústrias de processamento e alimentos, como as fábricas de embutidos presentes na região dos Vales: a da Minuano, em Arroio do Meio; a da Languiru, em Westfália; e as da Seara, em Roca Sales, Bom Retiro do Sul e Santa Cruz do Sul.

O produto embalado no frigorífico segue congelado no formato de frango inteiro ou em diferentes cortes, para distribuição em diversas redes de varejo, bem como para restaurantes e bares, em âmbito nacional. Outra opção é, como no caso das cooperativas Dália e Languiru, o produto seguir para comercialização direto ao consumidor final através dos supermercados das duas empresas. Por fim, parte da produção também pode ser exportada para outros países. A figura do atacadista não aparece como elo individual, pois o próprio frigorífico desempenha esse papel.

Em 2019, 32% (4,238 milhões ton.) da carne de frango beneficiada industrialmente no Brasil foi destinada à exportação, enquanto 38% (9,006 milhões ton.) foi destinada ao consumo interno no país (EMPRAPA, 2019). O Brasil é o terceiro maior produtor de carne de frangos no mundo, sendo superado somente pelos Estados Unidos e China, e o maior exportador desse produto, desde 2004 (UBABEF, 2011). Em 2018, a carne de frango foi o 7º produto mais exportado pelo país, representando 2,5% do total das exportações, tendo a China como principal destino das exportações (COMEX STAT, 2018). Além disso, em âmbito nacional, destaca-se o Porto de Itajaí, em Santa Catarina, como o porto por onde é escoada a maior parte das exportações (UBABEF, 2011).

No âmbito do Rio Grande do Sul, conforme a Feix et al. (2016, p. 30), a partir

de dados da exportação de 2015,

as exportações de carne de frango são responsáveis por mais de 60% das exportações totais do complexo carne do RS. Apesar de a bovinocultura de corte ser uma atividade tradicional do Estado e de a carne bovina ser a mais popular entre os gaúchos, sua participação nas exportações de carnes representa apenas 10,7% do total. As carnes de frango e de porco são exportadas majoritariamente *in natura*, enquanto as de gado são vendidas industrializadas.

O mapa apresentado anteriormente na Figura 27 indicou o total exportado por município, e o percentual exportado por setor, no ano de 2018, na região dos Vales. Enquanto no Vale do Rio Pardo predominam as exportações de tabaco em folha, no Vale do Taquari há uma maior diversificação dos produtos exportados, como já citado anteriormente. Ainda assim, a exportação de carne e farinhas, pó e pellets de carne (farinhas obtidas através do processamento dos resíduos do abate) é expressiva no Vale do Taquari, representando 17,25% das exportações (COMEX STAT, 2018).

A Figura 38 apresenta o total das exportações ligadas ao setor de carne de frangos, carne de suínos e de reciclagem animal, indicando o destino dessas exportações. Essas exportações são feitas a partir do Porto de Rio Grande, de onde partem 32.776 ton. de carne de frango e miudezas, 39.572 ton. de resíduos do abate, e 17.275 ton. de carne de suínos e miudezas advindos dos municípios da região dos Vales.

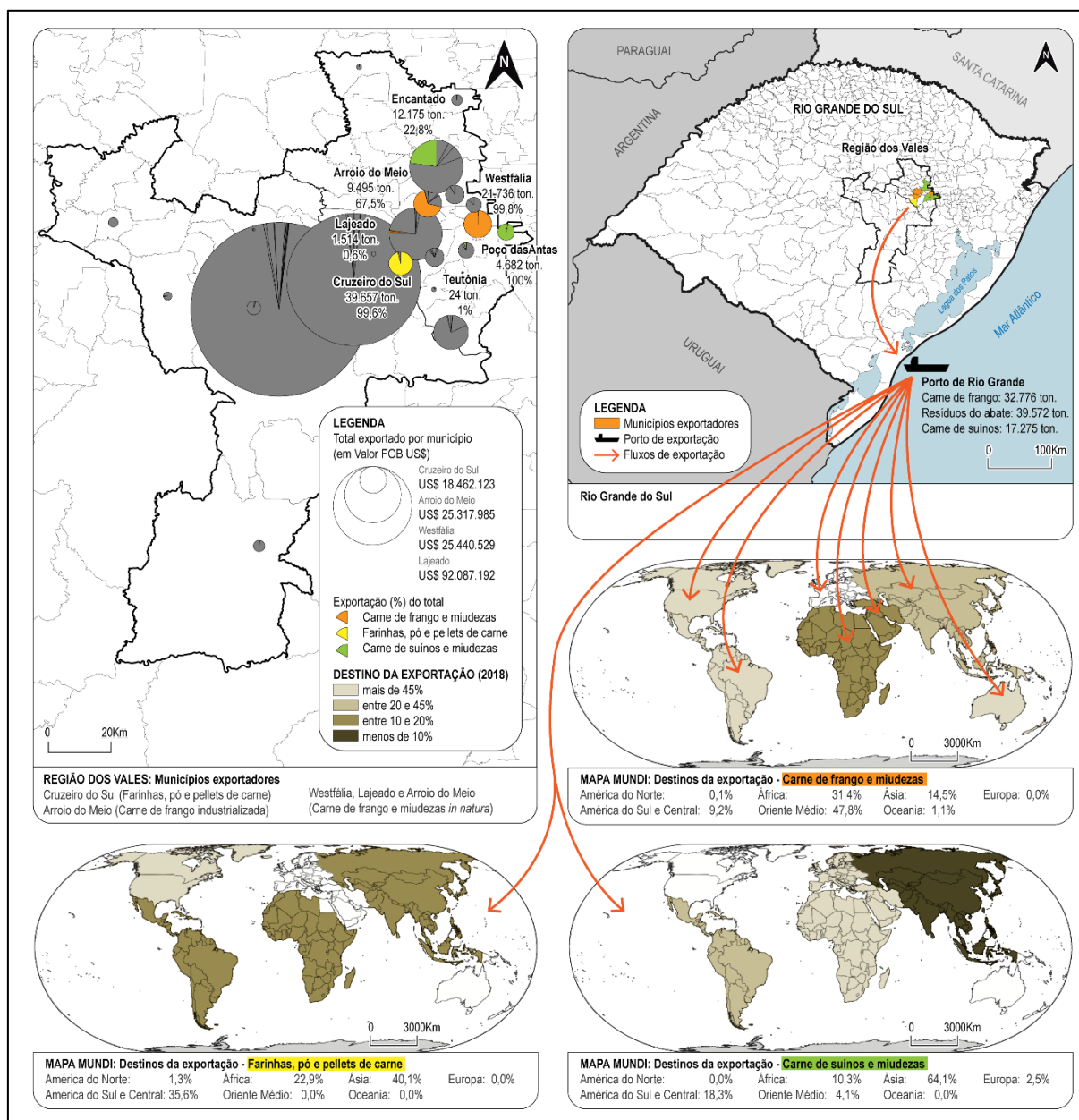
As exportações de carne de frango e miudezas, em 2018, foram feitas predominantemente por três municípios: Westfália, com 21,7 mil toneladas exportadas; Arroio do Meio, com 9,5 mil toneladas e Lajeado, com 1,5 mil toneladas. O destino dessas exportações são, principalmente, o continente africano (com destaque para a Nigéria e África do Sul) e o Oriente Médio (principalmente, Emirados Árabes Unidos, Iêmen e Iraque).

O município de Cruzeiro do Sul destaca-se no âmbito da região dos Vales, pelas exportações de farinhas, pó e pellets de carne, totalizando 39,7 mil ton. exportadas. O destino principal dessas exportações são os continentes asiático (com maiores exportações para o Vietnã), a América do Sul e Central (com destaque para Chile e Colômbia) e o continente africano (principalmente para a África do Sul).

Por fim, entre as exportações de carne suína e miudezas, em 2018, destacam-se os municípios de Encantado, com 12,2 mil toneladas exportadas e Poço das Antas, com 6,7 mil ton. Entre os principais destinos das exportações destacam-se o

continente asiático (principalmente, Vietnã, Hong Kong e Singapura), em razão do alto consumo de carne de suínos nesse continente e, em menor parte, a América do Sul (Uruguai e Argentina).

Figura 38 – Total da exportação de frango, suínos e reciclagem animal na região dos Vales e destino das exportações - 2018



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de COMEX STAT (2018) e EMBRAPA (2019).

As altas exportações de carne de frango para o Oriente Médio justificam-se pela tradição dos frigoríficos brasileiros no processo de produção Halal. Os países do Oriente Médio de religião muçulmana, e alguns do continente africano, têm como

exigência a preparação de alimentos dentro dos preceitos islâmicos da produção Halal. Conforme UBABEF (2011, p. 79),

as primeiras exportações de carne de frango brasileira para um país de religião muçulmana ocorreram em 1975, com embarques destinados aos Emirados Árabes Unidos, à Arábia Saudita e ao Kuwait. As grandes agroindústrias brasileiras do setor se qualificaram, e hoje o Brasil é o maior exportador de carne de frango produzida a partir do abate Halal [...]. As exigências do abate Halal incluem a determinação de que o mesmo seja realizado apenas por muçulmano mentalmente sadio e que entenda totalmente o fundamento das regras e das condições relacionadas a essa tarefa; que imediatamente antes do abate seja evocada a frase “Em nome de Deus, o mais Bondoso, o mais Misericordioso); que sejam utilizados equipamentos e utensílios exclusivos; e que a linha de produção do frango Halal esteja voltada para Meca, na Arábia Saudita, onde está a Grande Mesquita, o local mais sagrado para os seguidores da religião muçulmana.

Vale ressaltar que as exportações avícolas utilizam insumos e mão de obra essencialmente nacionais, haja vista que os principais insumos utilizados na cadeia produtiva (como o milho e a soja, utilizados para produção de ração) são produtos encontrados em abundância no Brasil (UBABEF, 2011).

No tópico seguinte, apresentaremos a formação do setor da carne de frango no contexto da formação histórica da rede urbana regional e, em seguida, algumas das mudanças recentes na cadeia produtiva da carne de frango, no âmbito da região dos Vales.

4.2.7 A formação do setor da carne de frango no contexto da rede urbana regional

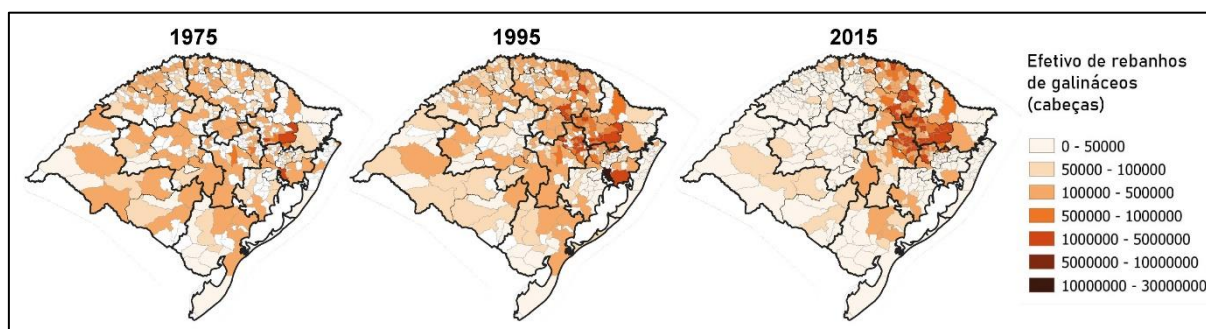
A presença das empresas citadas está relacionada à formação histórica da região e da sua rede urbana. É o que apresentaremos neste item, tendo em vista que o espaço regional construído historicamente serve de condicionante para a atual rede urbana e divisão territorial do trabalho na região.

A história da avicultura no Brasil pode ser dividida em três etapas, a partir de 1950. A primeira fase, entre 1950 e 1970, foi caracterizada pela produção de aves voltada para subsistência, sem motivação econômica, com poucos recursos para se desenvolver. A segunda etapa, entre 1970 e 1990, é marcada pela entrada de empresas processadoras no país, implantadas nos Estados do Sudeste e Sul do Brasil, pelo início do processo de concentração de capital e por novos pacotes de

inovações tecnológicas. Nesse período, teve início a adoção do sistema de integração vertical, implantado inicialmente pela Sadia S.A. (atual BRF), na região oeste de Santa Catarina, com técnicas de produção intensiva e desenvolvimento de genética adaptada, mimetizando o regime de produção dos Estados Unidos. A terceira fase pode ser compreendida a partir de 1990 quando, com a abertura do mercado econômico das empresas latino-americanas, o setor foi exposto à concorrência mundial, fazendo com que as agroindústrias iniciassem uma expansão para o mercado internacional através da exportação. Ainda nesse período, o consumo da carne de frango *per capita* cresce consideravelmente, aumentam as exigências por produtos melhores e aumenta a competitividade no setor, obrigando as empresas a redefinirem suas estratégias empresariais (IBGE, 2018b; RODRIGUES, et al., 2014).

A partir disso, e representado na Figura 39, podemos observar a evolução da avicultura no Rio Grande do Sul. Os mapas apresentados mostram a evolução do total dos rebanhos de galináceos, por município, no Estado do Rio Grande do Sul, a partir de dados dos anos de 1975, 1995 e 2015. Em 1975, a produção estava dispersa por todo Estado, com um maior efetivo dos rebanhos de galináceos na região da Serra e em municípios como Porto Alegre (1,28 milhão de cabeças), Garibaldi (1,12 mi), Caxias do Sul (1 mi), Lajeado (920 mil) e Estrela (709 mi). Nesse período, a produção estava aos poucos deixando de ser voltada para a subsistência e apresentando indícios de concentração em algumas áreas do Estado, como na Serra e no Vale do Taquari, onde acabaria por se concentrar nos anos seguintes.

Figura 39 – Efetivo de rebanhos de galináceos, por município, no Rio Grande do Sul – 1975, 1995 e 2015



Elaborado por Carolina Faccin a partir de IBGE (2018b).

Já em 1995, observa-se que há uma diminuição do total dos rebanhos na região Sul, da Campanha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, e um aumento nos

COREDEs do Vale do Taquari, Serra e Produção. Em 2015, fica evidente uma concentração dos rebanhos nesses mesmos COREDEs, justamente onde também estão concentrados os principais frigoríficos de abate e fabricação de produtos da carne. Com os maiores rebanhos, destacam-se os municípios de Nova Bréscia (5 milhões de cabeças), Boa Vista do Sul (4 mi), Caxias do Sul (3,9 mi), Nova Bassano (3,3 mi), Salvador do Sul (2,8 mi), Westfália (2,8 mi), entre outros. Por fim, observa-se que, entre 1975 e 2015, houve uma concentração da produção em uma menor porção do Estado, além de um aumento do total dos rebanhos em todo o Estado de 395%, (IBGE, 2018b).

Vale destacar que, no início dos anos 2000, os EUA e as multinacionais europeias dominavam a indústria brasileira de carne e ração animal. A situação começou a mudar a partir de 2007, em razão do apoio do governo federal através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao implementar a política “campeões nacionais” para fortalecimento de grupos empresariais brasileiros. Algumas empresas foram selecionadas com o intuito de transformá-las em grandes corporações multinacionais capazes de trazer receitas significativas para o país.

No entanto, conforme Sharma (2017, p. 2),

nos últimos dez anos [...] o apoio do governo federal a determinadas empresas resultou, com sucesso, no surgimento de gigantes não só nacionais, mas também mundiais no complexo industrial global de carne. À medida que essas corporações consolidaram seu poder global, a produção e as exportações brasileiras de carne e de ração animal cresceram proporcionalmente.

Entre as empresas selecionadas estavam a JBS, a Marfrig e a BRF, que agora desempenham um papel central na economia nacional, graças à política do BNDES. Em relação à estratégia de cada uma dessas empresas, de acordo com Sharma (2017, p. 2),

Sua principal estratégia [da JBS] tem sido promover fusões e aquisições em importantes países produtores e consumidores. Em 2009, o BNDES financiou a fusão da Sadia e Perdigão – dois gigantes brasileiros do setor de processamento de carne e alimentos congelados – para formar a BRF [...]. A empresa é agora a maior exportadora internacional de frango. Ao contrário da JBS, a principal estratégia da BRF implica a aquisição de pequenas empresas em economias emergentes com o potencial significativo de aumentar o consumo de carne.

No âmbito do Vale do Taquari, a produção de carne de frango já faz parte da

cultura regional, tendo em vista as duas grandes cooperativas da região, notadamente as cooperativas Dália e Languiru.

Em relação à rede urbana regional, o Vale do Taquari historicamente teve seus municípios integrados através do rio Taquari, facilitando o deslocamento de bens através dos municípios de Encantado, Arroio do Meio, Lajeado, Estrela, Bom Retiro do Sul e Taquari, até a capital Porto Alegre e até o Porto de Rio Grande. Foi nessa mesma região onde se fixaram os primeiros imigrantes açorianos, em 1700 (KREUTZ; MACHADO, 2017).

As primeiras ocupações europeias no Vale do Taquari ocorreram na parte baixa do Vale, ao sul do rio Taquari, e foram marcadas pela presença de fazendas extrativas escravistas e de pequenas glebas de colonos de origem açoriana. Esse tipo de ocupação se manteve desde o início do Brasil Império (1822) até 1850. A partir de então, a vinda de novos colonos como pequenos proprietários na região — primeiro, de alemães (desde 1853), na área intermediária da região e, posteriormente, de italianos (a partir de 1878), na parte mais ao norte do vale — veio a modificar profundamente seu panorama demográfico, determinando, com isso, a ocupação de sua parte norte, até então habitada por posseiros e índios. As pequenas propriedades coloniais, assim estabelecidas, dedicaram-se à produção de subsistência (lavoura e pecuária) e desde cedo geraram excedentes para o abastecimento do mercado interno, face à necessidade de pagar as dívidas com a compra das terras, formando um setor complementar à economia nacional (AHLERT; GEDOZ, 2001).

A economia regional foi baseada na agropecuária com produção diversificada até 1950, período no qual a produção de banha de suínos teve destaque. Esse principal produto produzido na região tinha relação direta com a produção de milho e a criação de suínos. O milho servia como alimento para os animais e para o homem, além de sua parte lenhosa servir para fazer fogo (BARDEN et al., 2001).

Na década de 1950, a região viu sua estrutura produtiva ser modificada quando a banha de origem suína perdeu valor comercial, obrigando os criadores a voltar seu foco para a produção de suínos para o consumo de carne e não apenas para a obtenção de banha. Além disso, os produtores agropecuários passaram a investir em outros tipos de produções, como a de leite e a de carne de aves que, até então, eram tidas como produções secundárias. A partir desse período, a parte baixa do Vale, várzeas e áreas planas destinaram-se à agricultura, enquanto as porções mais altas e encostas apresentaram-se como regiões destinadas à criação de animais para

abate (BERGAMASCHI, 2014; MALLMANN, 2017).

A formação de vilas e cidades foi favorecida pela vinda dos colonos europeus e pela diversificação de profissões entre os imigrantes - entre eles, lavradores, ferreiros, carpinteiros, tecelões, operários de indústria e sapateiros. Foram assim, compondo núcleos de população que mais tarde formariam as sedes de municípios. Já na metade do século XIX, o Vale do Taquari sofreu transformações político-administrativas. Em 1849, foi criado o município de Taquari, desmembrado de Triunfo. A partir de Taquari, foram desmembrados os municípios de Estrela, em 1876, Lajeado, em 1891 e Encantado em 1915 (AHLERT; GEDOZ, 2001).

Assim, na região do Vale do Taquari, dada sua estrutura fundiária caracterizada pela pequena propriedade, grande número de emancipações municipais e sua topografia caracterizada pelo Planalto Meridional riograndense, predominaram historicamente as produções de vaca leiteira, suínos e aves e um maior número de centros urbanos. Posteriormente, configurando na região uma indústria voltada para produção de laticínios, carne de aves e suínos e, em menor parte, calçados e indústria do couro. A constituição das cooperativas Dália e Languiru, respectivamente em 1947 e 1955, teve grande influência na formação da produção industrial e agropecuária.

A partir da década de 1980, conforme Barden et al. (2018, p. 4),

A região foi se modificando e as cidades passaram a ter mais força e projeção de acordo com os interesses do desenvolvimento do capitalismo. Os agricultores familiares da região vivenciaram as transformações decorrentes da modernização da produção agrícola. Momento em que a cadeia produtiva de frangos, suínos e leite se fortaleceram e passaram a se agregar aos complexos agroindustriais com seus respectivos sistemas integrados à indústria de alimentos.

Foi nesse contexto que passou a se formar o complexo agroindustrial avícola, no Vale do Taquari e do tabaco, no Vale do Rio Pardo. Por último, no tópico seguinte, apresentaremos algumas das mudanças recentes na cadeia produtiva da carne de frango, no âmbito da região dos Vales.

4.2.8 Mudanças recentes na produção da carne de frango

O mercado da carne, principalmente da carne de frango, vem apresentando perspectivas de crescimento para os próximos anos. Um fato que demonstra isso, no âmbito do Vale do Taquari, é a busca por parte das duas cooperativas regionais, a

Dália e a Languiru, em se adequarem às normas do concorrido mercado internacional para dar início e focarem na exportação dos seus produtos. É o que demonstra, por exemplo, a inauguração, em dezembro de 2019, da unidade de abate de aves da Dália, em Arroio do Meio, e do frigorífico de abate de suínos da Languiru, em 2012, em Poço das Antas.

Assim, cabe destacar algumas considerações sobre o crescente interesse na produção da carne de frango que, tanto em nível nacional, quanto no Vale do Taquari, está relacionado principalmente à demanda do mercado global, como indica o trabalho de Talamini, Martins e Santos Filho (2018) sobre a conjuntura econômica da avicultura brasileira:

- a) a situação favorável do Brasil no mercado mundial devido ao seu status sanitário, por ser um país livre da gripe aviária;
- b) crescimento populacional mundial e conseqüente aumento do consumo de carne;
- c) potencial de aumento do consumo da carne em países populosos. Enquanto países como os EUA e o Brasil têm um consumo *per capita* de, respectivamente, 49 kg e 47 kg por ano, a China e a Índia possuem, respectivamente, 8 kg e 3 kg de consumo *per capita*;
- d) especialização da produção brasileira na técnica de abate Halal, tornando-se grande exportadora de carne para países com população de origem islâmica. Atualmente, o Oriente Médio é o destino da maior parte das exportações brasileiras, concentrando um total de 34,2% (ABPA, 2018);
- e) atualmente, a China vem aumentando suas importações de proteína animal, devido a fatores como a redução da sua produção interna, o aumento da migração rural/urbana e o aumento da capacidade de compra da população;
- f) outro importante e recente fator de aumento da importação chinesa é a crise sanitária pela qual o país está passando. O vírus chamado “peste suína africana” chegou ao país em agosto de 2018 e, desde então, metade do rebanho de suínos foi morto – seja pelo vírus, seja pelo sacrifício dos animais para evitar contaminação (MACKENZIE, 2019). Assim, em 2019, a China tornou-se o maior importador de carne do Brasil (ABIEC, 2019), da carne bovina, bem como da suína ou de frango.

As exportações de carne de frango e carne suína, por constituírem importante

meio de distribuição e comercialização de grande parcela da produção, impulsionam a economia local, beneficiando a indústria, produtores e trabalhadores locais. Mas também geram impactos negativos, em função da produção estar suscetível a variações e influências relacionadas à economia global.

Os impactos da crescente demanda de importação de carne nesses países têm gerado reflexos não só na indústria e nos produtores, mas no próprio consumidor brasileiro. Exemplo disso foi a alta do preço da carne no Brasil, entre outubro de 2019 e janeiro de 2020, ocorrida em função do aumento das importações de carnes pela China (GUIMARÃES, 2019). Esse aumento das importações ocorreu pela diminuição da produção interna chinesa de carne suína – uma vez que, desde setembro de 2018, metade dos rebanhos de suínos do país já foi sacrificada para conter o avanço da Peste Suína Africana (PSA) (MACKENZIE, 2019).

O aumento do valor do quilo da carne de frango pode ser verificado no Gráfico 4, que apresenta a variação diária de preço da carne de frango, no Estado de São Paulo, entre julho de 2018 e julho de 2020, conforme dados do CEPEA (2020a).

Gráfico 4 – Valor da carne de frango (1 kg) em reais, por dia, no Estado de São Paulo – 08/2018 a 08/2020



Elaborado por Carolina Faccin, a partir de (CEPEA, 2020a).

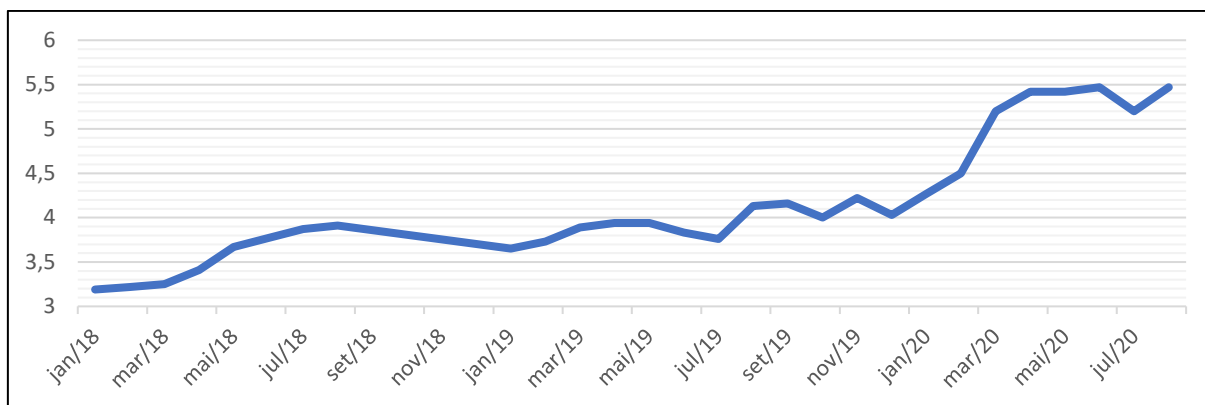
Embora a carne suína seja a mais consumida na China, conforme Guimarães (2019, n.p.), “nenhum produtor mundial teria capacidade para alimentar os mais de 1 bilhão de habitantes do país com carne suína”. Por isso, em 2019 a China tornou-se o maior importador de carne do Brasil (ABIEC, 2019), seja da carne bovina, suína ou

de frango, principalmente no período que antecedeu o ano novo chinês e na época de final de ano, quando o consumo de carne tradicionalmente aumenta.

Ainda conforme o Gráfico 4, após uma estabilização do preço da carne de frango entre janeiro e início de março de 2020, o valor diminuiu entre o final de março e início de junho de 2020. Essa queda de preço se deve à redução do consumo do mercado interno, após o início da pandemia do novo Coronavírus (Sars-Cov-2), causador do vírus da Covid-19. Conforme relatórios do CEPEA, as paralisações por conta da pandemia do novo Coronavírus enfraqueceram a demanda doméstica da carne de frango; as suspensões das aulas reduziram a procura pela carne avícola para merendas escolares; o fechamento ou redução da demanda de bares e restaurantes; as restrições à realização de festas e eventos; redução do poder aquisitivo da população; e a redução dos embarques, principalmente na região Sul do país – que é a que mais depende das exportações para escoar sua produção. Assim, fazendo com que a diferença entre a oferta e a demanda de carne gerasse estoques nos frigoríficos, além de um reajuste negativo das cotações da proteína, no período entre março e junho de 2020 (CEPEA, 2020e, f, d, g, b, c).

Já o aumento do preço do frango, a partir de agosto de 2020, está relacionado ao encarecimento da produção de carne, já que alguns insumos são importados. Além disso, está relacionado à alta do preço do dólar, cujo aumento faz com que muitos produtores prefiram exportar os produtos, ganhando em dólar, ao invés de vender no mercado interno.

O Gráfico 5 apresenta a variação mensal do valor do Dólar (EUA) em reais, no período de agosto de 2018 a agosto de 2020. Como podemos observar, ocorre a partir de janeiro de 2020 uma alta expressiva do dólar, atingindo a sua máxima histórica no dia 12 de março, em 5,87 reais (BACEN, 2020).

Gráfico 5 – Variação do valor do dólar (EUA) em reais, por mês – 08/2018 a 08/2020

Elaborado por Carolina Faccin, a partir de BACEN (2020).

Além disso, esse aumento do preço da carne de frango se justifica pelas altas exportações de países como a China, que estão refazendo seus estoques de alimentos. Em função do fechamento de portos ou redução no ritmo de embarques ao redor do mundo e do temor por uma segunda onda de contaminação da Covid-19, a China tem ampliado seus estoques de alimentos – principalmente de grãos e oleaginosas como milho e soja, insumos necessários para a produção de ração (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

Essas mudanças recentes na produção nacional e regional e em relação à dinâmica internacional, ocasionando em maiores exportações tanto da carne de frango, quanto dos insumos necessários para produção de ração – essenciais para produção da proteína animal –, têm influenciado no recente aumento do valor da carne de frango. A região dos Vales tem sido diretamente impactada por essas mudanças recentes e pelas variações na dinâmica global, graças à presença na região das duas maiores multinacionais produtoras de carne do Brasil, a BRF e a JBS, e de outras empresas de grande porte, como a Minuano, Dália e Languiru, conectadas ao mercado global de produtos.

4.3 Semelhanças e particularidades entre as cadeias produtivas e a divisão territorial do trabalho do tabaco e da carne de frango na região dos Vales

Por fim, neste último tópico apresentaremos as semelhanças e particularidades entre as cadeias produtivas e a divisão territorial do trabalho do tabaco e da carne de frango, descritos inicialmente na Tabela 15.

Tabela 15 – Semelhanças e particularidades entre as cadeias produtivas e a divisão territorial do trabalho do tabaco e da carne de frango na região dos Vales

Item	Setor do tabaco	Setor da carne de frango
Temporalidade da produção	Produção organizada de acordo com a safra anual. Cultivo e colheita: 2º semestre do ano Processamento industrial: 1º semestre do ano	Produção constante ao longo do ano.
Produção rural	Na região dos Vales (2018): A produção de tabaco corresponde a 45% da produção estadual. 18.766 estabelecimentos agropecuários produtores de tabaco. 159.901 toneladas produzidas.	Na região dos Vales (2018): Os rebanhos de galináceos no Vale do Taquari correspondem a 24% do total do RS. Em torno de 1.408 estabelecimentos agropecuários produtores de frango de corte. 43.174.562 cabeças de galináceos produzidas.
Comercialização da produção rural e valor pago ao produtor	Compra garantida. Valor pago varia conforme a qualidade do tabaco e a demanda mundial pelo produto.	Compra garantida. Valor unitário por cabeça, somado a uma taxa adicional conforme eficiência da produção (mais carne produzida para uma menor quantidade de ração consumida).
Sistema de integração	Apresenta sistema de integração.	Apresenta sistema de integração. As aves são de propriedade da empresa. Por isso, ela assume um maior número de etapas da cadeia produtiva.
Distribuição das plantas industriais das empresas	Concentradas em Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires	Distribuídas em Lajeado, Encantado, Teutônia, Arroio do Meio, Estrela, Westfália, Santa Cruz do Sul, Bom Retiro do Sul e Roca Sales.
Principais empresas presentes na região	Cinco multinacionais	Duas multinacionais, uma empresa regional e duas cooperativas
Trabalhadores industriais	4.272 trabalhadores industriais efetivos (RAIS, 2018). Aprox. 12.250 trabalhadores industriais safristas (RAIS, 2018; CAGED, 2018).	8.278 trabalhadores industriais efetivos (RAIS, 2018).
Exportação	67% da produção brasileira exportada (COMEX/STAT, 2018)	28% da produção brasileira exportada (COMEX/STAT, 2018)

Elaborado por Carolina Faccin, a partir de dados da pesquisa.

Uma das principais diferenças entre as duas cadeias é a temporalidade da produção. No caso do tabaco, a produção é organizada de acordo com a safra. De

modo geral, enquanto no segundo semestre do ano ocorre o cultivo e a colheita do tabaco, no primeiro semestre ocorre o processamento industrial. Já a produção de carne de frango é estável e constante ao longo do ano, sendo que todas as pausas na linha de produção e de abate devem ser programadas – como em feriados –, já que envolvem um produto altamente perecível e a criação controlada do frango.

Em relação à produção rural, observamos que no Vale do Rio Pardo predomina a produção de tabaco e, no Vale do Taquari, a produção de frango de corte. A exceção é o município de Venâncio Aires, cujo centro urbano está localizado entre Santa Cruz do Sul e Lajeado e que, além de possuir uma expressiva participação na cadeia produtiva do tabaco, também possui participação na produção de frango, haja vista a proximidade espacial entre as duas regiões. Além disso, observa-se um maior número de propriedades rurais vinculadas à produção do tabaco do que à produção de frango de corte na região dos Vales.

Em relação à comercialização, os produtores de ambos os setores produtivos possuem a compra garantida da produção rural – o que é firmado pelo contrato estabelecido no âmbito do sistema de integração. O valor pago ao produtor, na cadeia do tabaco, é baseado, em tese, em uma complexa classificação que varia de acordo com a qualidade do tabaco produzido. Na prática, as empresas decidem, de acordo com seus interesses e com a demanda global do produto, o grau do rigor a ser adotado na classificação do tabaco. Já o valor pago aos avicultores pela produção do frango é estabelecido previamente em contrato, havendo ainda uma taxa adicional correspondente à eficiência produzida. Porém, em ambos os casos, há uma subordinação dos produtores para com as empresas.

Uma semelhança relevante entre os dois setores é em relação ao sistema de integração, além do meio de controle e coordenação dos setores produtivos pelas empresas, por meio de um processo de transmissão de informações, estímulos e controles para orientar o movimento dos agentes de forma consistente com objetivos estratégicos. As empresas desses setores estabelecem um conjunto de ações, no bojo dos seus respectivos setores produtivos e através do sistema de integração, coordenando a obtenção de todos os suprimentos de que precisam para realizar a produção. Dessa forma, tanto as indústrias tabaqueiras, quanto as indústrias da produção de carne exercem controle sobre o funcionamento da cadeia como um todo. No entanto, comparativamente, na cadeia da carne de frango a empresa assume uma série de riscos e de atividades – como a criação das aves, produção de ração, além

do abate das aves. Ou seja, há uma complexa e interligada infraestrutura física, que se distribui no território regional.

Em relação ao tabaco, a distribuição das empresas no território regional é concentrada no Vale do Rio Pardo, sendo que as empresas tabaqueiras estão localizadas em Santa Cruz do Sul e, em menor quantidade, em Venâncio Aires. Já no Vale do Taquari, há uma maior quantidade de infraestrutura e de plantas industriais sob responsabilidade da empresa produtora de carne, com uma – comparativamente – maior distribuição espacial na região.

No caso da cadeia produtiva da carne de frango, um fator que influencia nessa maior distribuição das plantas industriais entre diversos municípios é justamente o maior controle que as empresas têm sobre a cadeia produtiva. Em função das aves serem de propriedade das empresas, as próprias empresas tornam-se responsáveis pelas granjas de avós (avozeiro), criação dos ovos férteis (matrizeiros), incubação dos ovos (incubatório), além de serem responsáveis pela fabricação da ração (fábrica de rações) e, claro, pelo abate das aves (frigorífico abatedouro). Cada uma dessas etapas pode ser realizada em um estabelecimento diferente, conforme seja mais vantajoso para a empresa, visando a reprodução do capital.

Esse particular funcionamento da divisão territorial do trabalho acabou por influenciar na difusão espacial do vírus da Covid-19 pela região. Alguns fatores como a dinâmica da cadeia produtiva da carne de frango, o ambiente de trabalho nos frigoríficos de abate de aves e a maior intensidade de deslocamentos pendulares entre os municípios do Vale do Taquari acabaram gerando um maior número de pessoas contaminadas do que no Vale do Rio Pardo.

Em relação aos trabalhadores industriais de cada uma das cadeias produtivas, vale ressaltar uma importante distinção. Os frigoríficos de abate de aves possuem trabalhadores efetivos que, apesar da grande rotatividade de empregados, têm a garantia de um emprego estável. Já na cadeia do tabaco, a maior parte dos trabalhadores são temporários, empregados somente durante o período de safra, o que ocasiona no Vale do Rio Pardo e, principalmente, na cidade de Santa Cruz do Sul, o deslocamento dessa força de trabalho para realização de atividades informais, fora do período de safra.

Quanto ao total de empresas multinacionais na região, foram identificadas cinco empresas tabaqueiras multinacionais na região dos Vales. Esse montante é maior do que o de empresas multinacionais do setor da carne de frango na região, que

apresentam duas multinacionais instaladas no espaço regional, notadamente as duas maiores presentes no Brasil – a JBS e a BRF. Ainda devemos considerar a importante atuação da Companhia Minuano de Alimentos, dado o alto número de trabalhadores industriais envolvidos. Há também a presença das duas cooperativas Dália e Languiru, que cada vez mais têm se inserido no setor da produção de frango de corte, de modo a competir com as maiores empresas do mercado.

Com isso, nota-se que ambas as regiões estão integradas a redes de nível nacional e mundial, graças à implantação das sedes dessas empresas multinacionais no seu território. Assim, estão suscetíveis às influências externas e às variações do mercado global. Enquanto o aumento da produção de tabaco no Vale do Rio Pardo depende em grande parte do aumento de consumo em nível mundial, a produção de carne de frango tem aumentado ano após ano graças ao aumento de consumo de carne no mundo e às importações de carne pela Ásia e Oriente Médio. No entanto, o Vale do Rio Pardo demonstra maior dependência econômica das atividades ligadas à cultura do tabaco e, diferentemente, o Vale do Taquari apresenta uma estrutura produtiva diversificada, com produção de carne de aves e de suínos, leite e couro.

Outro fator para a maior dependência do mercado global, por parte das empresas tabaqueiras, é a maior quantidade de produto exportado. Enquanto os frigoríficos regionais de abate de aves exportam 28% da produção brasileira, sendo o resto destinado ao consumo no mercado interno, a quantidade de tabaco exportada na região é de 67%, sendo o restante destinado à produção de cigarros – que será, majoritariamente, consumido no mercado interno (ABPA, 2018; SINDITABACO, 2020).

Cabe destacar a importância do Vale do Rio Pardo no complexo agroindustrial do tabaco, tanto em âmbito nacional quanto global. É desde essa região que se realizam as ações dos principais agentes sociais e econômicos do setor. Na região estão sediadas as principais representações políticas do setor, como a AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil), o FENTIFUMO (Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Afins) e o SINDITABACO (Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco), que representam, respectivamente, produtores rurais, trabalhadores industriais e empresários do setor fumageiro, em nível nacional. As ações desses agentes constituem fluxos de informações, de normas, de regulações e de interesses corporativos que circulam desde a região em direção às áreas de produção de tabaco. O Vale do Rio Pardo também se destaca por sediar as

matrizes nacionais de multinacionais tabaqueiras, como a Alliance One, a Universal Leaf Tabacos e a JTI, além de sediar a única fábrica de cigarros da Philip Morris e da JTI. Dessa forma, a região intercepta um conjunto de fluxos de capital, de normas, de informações, de tecnologia, de pesquisa e desenvolvimento e de pessoal técnico.

É preciso considerar que o papel hegemônico que essas corporações multinacionais desempenham, através das suas sedes e filiais localizadas nos municípios da região dos Vales, exercem influência na dinâmica dos fluxos de capital, informação, pessoas e produtos, sem a necessidade de tais fluxos passarem pelas capitais estaduais, centros nacionais globais, como RJ e SP, para então se encaminharem ao exterior, ou vice-versa.

Assim, o Vale do Taquari, por possuir unidades produtivas das duas principais multinacionais de produção da carne de frango, mas principalmente o Vale do Rio Pardo, por sediar as principais empresas multinacionais tabaqueiras, encontram-se verticalmente integrados à economia globalizada por meio das ações e regulações operadas por essas multinacionais no âmbito do mercado mundial. Tal característica possibilita que as cidades médias de Lajeado e Santa Cruz do Sul, através da gestão empresarial de tais empresas, possam participar de redes urbanas globais, acionadas por essas empresas multinacionais e pelos mercados globais dos seus produtos.

Tendo isso em vista, vale ressaltar o importante papel exercido por Santa Cruz do Sul e Lajeado no contexto da divisão territorial do trabalho e da carne de frango. Em primeiro lugar, devido ao expressivo contingente de trabalhadores industriais que trabalham nas empresas localizadas nesses municípios. São 4.982 trabalhadores em frigoríficos de abate de aves em Lajeado e, em Santa Cruz do Sul, 2.012 trabalhadores efetivos e aproximadamente 4.984 trabalhadores temporários (CAGED, 2018; RAIS, 2018).

Em segundo lugar, devido ao importante papel de comando na rede urbana e apresentando forte centralidade regional, em razão de sua dinâmica econômica e funções urbanas. Essas cidades intermediam os fluxos da produção agrícola oriundos das áreas rurais e das demais pequenas cidades da região, que se destinam ou a essas duas cidades, ou aos mercados estadual e nacional. Além disso, também intermediam grande parte dos fluxos econômicos e de serviços que se originam em Porto Alegre e na sua região metropolitana, além de centros urbanos nacionais e globais que participam das atividades agroindustriais na região dos Vales.

Em terceiro lugar, pelo papel consolidado na região como principais centros de

atividades comerciais e de serviços, sendo os municípios que mais concentram a população regional. Enquanto Santa Cruz do Sul apresenta, em 2020, de acordo com a estimativa populacional do IBGE, 131.365 habitantes, Lajeado apresenta 85.033 habitantes (IBGE, 2020a).

Tendo em mente o contexto e o problema de pesquisa expostos na introdução dessa dissertação, o referencial teórico e metodológico apresentado no primeiro capítulo, a análise da região e das cadeias produtivas na rede urbana desenvolvida no segundo capítulo e a análise dos dados sobre a divisão territorial do trabalho e do circuito espacial produtivo dos setores de produção do tabaco e da carne de frango, apresentaremos, na sequência, as considerações finais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta parte final da pesquisa, buscamos realizar uma síntese dos elementos apresentados e analisados ao longo deste trabalho, unindo ideias e fechando as questões apresentadas na introdução do trabalho, e destacando as limitações da pesquisa, os resultados e as possibilidades para pesquisas futuras.

O desenvolvimento desta pesquisa foi motivado pela compreensão da dinâmica relacional entre a rede urbana e a divisão territorial do trabalho, partindo da realidade e das dinâmicas que as corporações multinacionais, dos principais segmentos produtivos da região dos Vales, impõem e proporcionam ao território regional. Assim, partimos dos principais conceitos teóricos utilizados – rede urbana, divisão territorial do trabalho e interações espaciais – e do estudo de caso no recorte regional, para compreender essa dinâmica.

Reflexo da e condição para a divisão territorial do trabalho, a rede urbana regional é o meio pelo qual os diversos agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multinacionais, atuam e geram diferenciações entre os centros urbanos. Nesse sentido, para os atores hegemônicos, o território usado é um recurso que garante a realização de seus interesses particulares. A internacionalização do capital produtivo e a constituição e consolidação de grandes corporações multinacionais ocorrem por meio das interações espaciais e da compressão do espaço-tempo. Através disso, as corporações atuam como agentes de gestão do território e que, por meio das interações espaciais e da divisão territorial do trabalho, estabelecidas através da rede urbana de um dado território, exercem suas atividades com vistas à reprodução do seu capital.

Nesse sentido, algumas considerações podem ser feitas. Observamos que a rede urbana da região dos Vales apresenta-se de modo distinto e desigual entre as duas sub-regiões da região dos Vales. De um lado, o Vale do Taquari apresenta como principal centro urbano a cidade média de Lajeado, mas destacam-se também, na rede urbana, os centros de Estrela, Encantado e Teutônia. Já no Vale do Rio Pardo, a cidade média de Santa Cruz do Sul atua como principal polo regional, seja pela articulação com os municípios da região, seja como centro urbano com maior contingente demográfico; em menor parte, também se destaca o município de Venâncio Aires, como o segundo com maior porte populacional; e o município de Sobradinho, que atrai os fluxos dos pequenos municípios adjacentes. Em síntese, o

que se observa é que a rede urbana do Vale do Taquari apresenta uma estrutura com mais intensidade de relações e maior diversidade de hierarquia dos centros urbanos, em relação à rede urbana do Vale do Rio Pardo. O que pode justificar essa diferença é justamente a divisão territorial do trabalho existente em cada uma das sub-regiões.

A divisão territorial do trabalho no território reflete as estratégias espaciais e produtivas postas em prática pelas corporações multinacionais dos respectivos setores. Observa-se que, no caso das indústrias tabaqueiras no Vale do Rio Pardo, a distribuição das empresas no território regional é concentrada nos municípios de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires. Já no Vale do Taquari, há, comparativamente, uma maior distribuição das unidades produtivas nos municípios da região. Há unidades produtivas de abate de aves e de embutidos em Lajeado, Westfália, Arroio do Meio, Bom Retiro do Sul, Roca Sales e Santa Cruz do Sul, além das fábricas de rações, incubatórios e matrizes – estabelecimentos gerenciados pelas indústrias avícolas – que se distribuem por uma série de municípios de médio e pequeno porte na região.

Assim, dentro do recorte da região dos Vales, a divisão territorial do trabalho das empresas do setor da carne de frango é mais descentralizada em comparação à do setor do tabaco. Isso ocorre por conta da atual organização da rede urbana regional, que condiciona e, simultaneamente, reflete a divisão territorial do trabalho. Além disso, a organização espacial também está relacionada ao processo histórico de formação regional, à fisionomia geográfica e às rugosidades existentes na região. Historicamente, o Vale do Taquari apresentou um maior número de centros urbanos, com diferentes hierarquias e maior articulação entre eles, além de uma maior diversidade produtiva. Já o Vale do Rio Pardo historicamente apresentou uma maior concentração das empresas tabaqueiras – e principalmente das multinacionais – no município de Santa Cruz do Sul. Outro fator a ser considerado, é o de que o Vale do Taquari possui maior densidade demográfica e centros urbanos com maior proximidade espacial entre eles, o que facilita o deslocamento de pessoas e bens materiais entre as cidades da região.

Podemos pensar que a organização e o modo com que as empresas multinacionais se apropriam do território influenciam de modos distintos na divisão territorial do trabalho de cada uma das sub-regiões da Região dos Vales. No Vale do Rio Pardo, a divisão territorial do trabalho do setor produtivo do tabaco, por ser altamente centralizada em Santa Cruz do Sul, acaba gerando uma maior

concentração de renda neste único município. Diferentemente, no Vale do Taquari, a maior descentralização das atividades do setor produtivo da carne de frango em diferentes municípios gera uma maior distribuição de renda entre os municípios da região.

Cabe destacar que, além da questão da concentração e da desconcentração das indústrias do tabaco e da carne de frango, no contexto das suas sub-regiões, há também diferenças em relação a origem dos insumos. Enquanto grande parte dos insumos para a produção da carne de frango são produzidos em municípios do Vale do Taquari, a maior parte dos insumos necessários para a cadeia produtiva do tabaco são produzidos em municípios externos ao Vale do Rio Pardo.

Ainda ressaltamos, sobretudo no Capítulo 4, tópico 4.2.4, a importante atuação das empresas e cooperativas regionais no Vale do Taquari. Dado o alto número de trabalhadores industriais e produtores rurais envolvidos, essas empresas possuem importante papel na região e, bem como através do alto montante exportado, têm buscado uma organização que venha a competir com as multinacionais do setor.

As ações das corporações, no âmbito de cada um dos setores produtivos em estudo, contribuem para conformação de uma rede urbana regional cuja racionalidade de funcionamento revela uma forma organizacional verticalizada, hierarquicamente estruturada e regulada externamente. Assim, os fluxos que atravessam o território regional evidenciam que estamos diante de uma região verticalmente integrada à economia globalizada por meio das ações e regulações operadas pelas multinacionais presentes na região, no mercado mundial. Por meio dessa integração vertical, a dinâmica e a rede urbana regional, as ações das empresas e os trabalhadores ficam suscetíveis às variações de preço ocorridas no mercado global e às demandas exigidas por países.

O poder de controle sobre as atividades produtivas das empresas multinacionais presentes na região também se manifesta, na medida em que define, através dos sistemas de integração avícola e do tabaco, a circulação de recursos que os demais atores necessitam para sua reprodução, mantendo-os em uma situação de permanente incerteza e dependência. São as agroindústrias que determinam a área a ser cultivada – no caso do tabaco – e a quantidade de aves a serem produzidas – no caso da cadeia da carne de frango, bem como fornecem as orientações técnicas quanto à produção; definem o preço a ser pago aos produtores rurais pelo tabaco e pelas aves; controlam mudanças organizacionais e produtivas; definem novos

investimentos ou o fechamento de unidades produtivas.

Ambas as regiões estão integradas às redes empresariais de nível mundial e suscetíveis às influências externas e às variações do mercado global, pela implantação das unidades de empresas multinacionais. Porém, as multinacionais tabaqueiras presentes na região mostram-se, em comparação, mais interligadas às redes globais. Primeiramente, porque o Vale do Rio Pardo é o local da sede de gestão administrativa de algumas das empresas multinacionais – como a Alliance One, Universal Leaf Tabacos e JTI –, enquanto o Vale do Taquari apenas possui unidades produtivas das multinacionais, cujas sedes estão localizadas em São Paulo-SP e Itajaí-SC. Em segundo lugar, pelo alto percentual da produção que é exportado: em 2018, 67% da produção de fumo do Vale do Rio Pardo foi exportada, enquanto 28% da produção de carne de frango do Vale do Taquari foi exportada.

Nesse sentido, observamos uma importante relação entre a rede urbana e a divisão territorial do trabalho – notadamente dos setores do tabaco e da carne de frango – na região dos Vales, o que fica ainda mais evidente ao compararmos as sub-regiões do Vale do Rio Pardo e do Vale do Taquari. Essa constatação reitera a fundamentação teórica vista utilizada e que afirma que a rede urbana é simultaneamente um reflexo da divisão territorial do trabalho e uma condição para o seu funcionamento. Igualmente, confirma-se na análise da região em estudo, que a complexidade da forma espacial da rede urbana e da sua estrutura funcional são correlatas.

Alguns desafios e dificuldades foram encontrados na construção dessa dissertação. Inicialmente, percebemos uma escassez de trabalhos relacionados à divisão territorial do trabalho e redes urbanas, principalmente no que se refere ao Vale do Taquari e à organização espacial da produção avícola na região. Contudo, procuramos aproveitar ao máximo as páginas e reflexões pertinentes encontradas.

A pesquisa também enfrentou dificuldades em função do contexto de pandemia da Covid-19 em que foi realizada: as saídas de campo precisaram ser realizadas sem sair do veículo e sem ter contato com outras pessoas; houve prioridade por obtenção de dados e livros disponíveis gratuitamente ou através de compras *online*; além das dificuldades enfrentadas para realização das entrevistas, que acabaram não sendo realizadas.

Outro desafio enfrentado na realização da pesquisa foi a coleta de dados relativos à localização dos fornecedores de insumos e prestadores de serviços ligados

à cadeia produtiva do tabaco e da carne de frango, bem como sobre as mudanças recentes que as duas cadeias vêm enfrentando ao longo dos últimos anos e durante a pandemia da Covid-19. Originalmente, esses dados seriam obtidos através das entrevistas que seriam realizadas, porém, acabaram sendo coletados através do cadastro do CNPJ das empresas, através da Receita Federal, de bibliografia existente, sites institucionais, relatórios anuais de empresas, revistas de sindicatos vinculados aos setores produtivos e matérias de jornais. Ainda assim, apesar das dificuldades encontradas, a pesquisa foi desenvolvida e os objetivos geral e específicos foram cumpridos, assim como a compreensão sobre o problema identificado foi ampliada.

Ao longo do desenvolvimento deste estudo, a participação em três projetos de pesquisa e no grupo de pesquisa GEPEUR mostrou-se essencial. A participação nos projetos de pesquisa **Policentrismo, rede urbana e desenvolvimento regional no RS: uma análise a partir de aglomerações urbanas selecionadas**, financiado pela FAPERGS, e no projeto de pesquisa **Policentrismo e desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: uma análise do papel das cidades médias e da rede urbana nos processos de coesão e desenvolvimento territorial**, financiado pelo CNPq. Ainda podemos citar a participação nas discussões teóricas e metodológicas, nas reuniões quinzenais do grupo de pesquisa **GEPEUR – Grupo de Pesquisa e Estudos Urbanos e Regionais**. A participação nas reuniões, discussões teóricas e metodológicas, e nos trabalhos desenvolvidos no âmbito dos projetos citados e do grupo de pesquisa, além de tornar a experiência do mestrado muito mais proveitosa, mostrou-se essencial para o desenvolvimento da dissertação, com contribuições para o descobrimento de novas fontes de dados, para o aprofundamento de reflexões teóricas e para o melhor entendimento da região em estudo.

Além disso, a análise e a compreensão da difusão do vírus da Covid-19 no território da região dos Vales, no âmbito das cadeias produtivas em estudo, através do projeto de pesquisa **Observando a difusão territorial da Pandemia da Covid-19 na Região dos Vales-RS - Observa-DR/Covid-19**, auxiliaram no desenvolvimento deste trabalho e na compreensão da dinâmica relacional entre a rede urbana e a divisão territorial do trabalho. Sejam pelos dados coletados no âmbito do projeto, sejam pelas discussões em grupo e pelos trabalhos desenvolvidos pela equipe, a participação nessa pesquisa contribuiu muito para o desenvolvimento da presente dissertação e do tópico que foi incluído, no terceiro capítulo, onde esse contexto

pandêmico foi abordado.

Esperamos que esse trabalho auxilie nos desenvolvimentos de futuras pesquisas, seja sobre a dinâmica relacional entre redes urbanas e divisão territorial do trabalho, corporações multinacionais ou, ainda, sobre os setores produtivos da carne de frango e do tabaco no contexto da região dos Vales. Certamente, outras pesquisas podem ser realizadas tratando das mudanças recentes.

Se de um lado, há uma série de trabalhos desenvolvidos sobre a cadeia agroindustrial do tabaco no Vale do Rio Pardo, observa-se uma carência de estudos sobre a cadeia da carne e de laticínios no Vale do Taquari. Poucos estudos foram encontrados sobre a divisão territorial do trabalho das principais empresas desse COREDE e sobre a atuação das multinacionais e das cooperativas presentes nessa sub-região. Nesse sentido, podem ser mais estudados o impacto dos setores produtivos da carne de suínos e de laticínios, em conjunto com a cadeia produtiva da carne de frango, na rede urbana do Vale do Taquari, assim como estudos que tratem com maior ênfase do papel e da influência das cooperativas de produção de laticínios, carne de frango e suínos no território e a rede urbana regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIEC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES. **Exportações de carnes bovinas devem encerrar 2019 com novos recordes em volume e faturamento**. São Paulo: ABIEC, 2019. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br/download/Release%20Abiec%202019.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2020.
- ABPA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL. **Relatório Anual ABPA 2018**. São Paulo: ABPA, 2018. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/storage/files/relatorio-anual-2018.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2020.
- ABRA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECICLAGEM ANIMAL. **Farinhas**. Disponível em: <<https://abra.ind.br/reciclagem-animal/>>. Acesso em: 8 set. 2020.
- AGOSTINI, Cíntia. Lajeado enquanto nó principal da rede urbana e/ou como cidade-região do Vale do Taquari?. **Revista Estudo & Debate**, v. 21, n. 2, p. 288–305, 2014.
- AGOSTINI, Cíntia (Org.). **Plano estratégico de desenvolvimento regional do Vale do Taquari 2015 – 2030**. Lajeado: Editora da Univates, 2017.
- AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei Teresinha. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul–1822 a 1930. **Revista Estudo & Debate**, v. 8, n. 1, p. 49–91, 2001.
- ANDRADE, Marciel. **Cadeia de valor e vantagens competitivas: um estudo sobre a cadeia produtiva avícola na região do Vale do Taquari**. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unisc.br:8080/jspui/handle/11624/271>>. Acesso em: 24 nov. 2019.
- ANUTEC BRASIL. **Lista de expositores da Feira Internacional de Fornecedores para as Indústrias de Carnes e Proteína Animal**. Disponível em: <<https://www.anutecbrazil.com.br/lista-expositores/>>. Acesso em: 13 set. 2020.
- ARAÚJO, Geraldino Carneiro De et al. Cadeia produtiva da avicultura de corte: avaliação da apropriação de valor bruto nas transações econômicas dos agentes envolvidos. **Gestão & Regionalidade**, v. 24, n. 72, p. 1–15, 2007.
- ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. A cidade e a região/a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas. **Cadernos Metrópole**, v. 0, n. 20, 2008. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/8637>>. Acesso em: 22 jan. 2020.
- BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cotação do Dólar (EUA) em reais, por mês**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/#!/n/SERIESP>>. Acesso em: 9 set. 2020.

BARDEN, Júlia Elisabete et al. A economia do Rio Grande do Sul no período entre 1920 e 1940: uma análise da Região do Vale do Taquari. **Revista Estudo & Debate**, v. 8, n. 2, p. 7–55, 2001.

BARDEN, Júlia Elisabete et al. Dinâmica populacional e transformações socioespaciais: uma análise a partir da região do Vale do Taquari/RS. **Geosul**, v. 33, n. 66, p. 246–261, 2018.

BERGAMASCHI, Eliza. **Urbanização, reestruturação urbana e mudanças na organização espacial da cidade de Lajeado na região do Vale do Taquari-RS**. 2014. 242 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unisc.br:8080/jspui/handle/11624/721>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

BOMTEMPO, Denise Cristina. Dinâmicas territoriais e interações espaciais: a configuração do circuito espacial da produção da Nestlé S/A. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 34, p. 72–96, 2012.

BUAINAIN, Antonio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de (Org.). **Organização e Funcionamento do Mercado de Tabaco no sul do Brasil: Agricultura, Instituições e Desenvolvimento Sustentável**. 1 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

CAGED - CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. **Número de empregados admitidos e demitidos por mês por setor CNAE 2.0**. 2018. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/login.php>. Acesso em: 5 jan. 2020.

CAMAGNI, Roberto. **Economía urbana**. 1 ed. Barcelona: Antoni Bosch Editor, 2005.

CANTARIM, Fernanda. Estudos de Redes Urbanas no Brasil: reflexões sobre transformações metodológicas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 36, n. 129, p. 117–133, 2015.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, p. 461–474, 2010.

CATÃO, Rafael de Castro; REOLON, Cleverson Alexsander; MIYAZAKI, Vitor Koiti. Interações Espaciais: Uma Reflexão Temática. **Caminhos de Geografia**, v. 11, n. 35, p. 231–239, 2010.

CATELAN, Márcio José. Heterarquia urbana: Interações espaciais interescales e cidades médias. **PROPG-UNESP**, 2013.

CAZAROTTO, Rosmari Terezinha; SINDELAR, Fernanda C. Wiebusch. A dinâmica da imigração laboral internacional contemporânea: o caso do Vale do Taquari/RS no período de 2010-2018. **Geosul**, v. 35, n. 75, p. 257–279, 2020.

CEPEA - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA-Esalq/USP: Preços do frango congelado - Estado de SP**. Disponível em:

<<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/frango.aspx>>. Acesso em: 9 set. 2020a.

_____. **FRANGO/CEPEA 08/05/20: Preços iniciam maio em queda no Sul.** Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/diarias-de-mercado/frango-cepea-precos-iniciam-maio-em-queda-no-sul.aspx>>. Acesso em: 10 set. 2020b.

_____. **FRANGO/CEPEA 15/05/2020: Preço da carne reage após intensas quedas em abril.** Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/diarias-de-mercado/frango-cepea-preco-da-carne-reage-apos-intensas-quedas-em-abril.aspx>>. Acesso em: 10 set. 2020c.

_____. **FRANGO/CEPEA 17/04/2020: Apesar de início de mês, preços seguem em queda.** Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/diarias-de-mercado/frango-cepea-apesar-de-inicio-de-mes-precos-seguem-em-queda.aspx>>. Acesso em: 10 set. 2020d.

_____. **FRANGO/CEPEA 20/3/2020: Paralisações enfraquecem procura, e valores da carne e do vivo recuam - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA-Esalq/USP.** Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/diarias-de-mercado/frango-cepea-paralisacoes-enfraquecem-procura-e-valores-da-carne-e-do-vivo-recuam.aspx>>. Acesso em: 10 set. 2020e.

_____. **FRANGO/CEPEA 24/04/20: Demanda diminui e liquidez segue baixa.** Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/diarias-de-mercado/frango-cepea-demanda-diminui-e-liquidez-segue-baixa.aspx>>. Acesso em: 10 set. 2020f.

_____. **FRANGO/CEPEA 30/4/2020: Com baixa procura, liquidez diminui e preços caem.** Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/diarias-de-mercado/frango-cepea-com-baixa-procura-liquidez-diminui-e-precos-caem.aspx>>. Acesso em: 10 set. 2020g.

COMEX STAT. **Exportação e Importação Municípios.** Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>>. Acesso em: 7 set. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. Corporação e organização espacial: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 53, n. 3, p. 33–66, 1991.

_____. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 15, n. 0, p. 35–41, 1992.

_____. **Estudos sobre a Rede Urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 61, n. 1, p. 127–134, 26 jul. 2016.

CORREIO DO POVO. **Souza Cruz fecha fábrica em Cachoeirinha**. Porto Alegre, 4 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/economia/souza-cruz-fecha-f%C3%A1brica-em-cachoeirinha-1.193991>>. Acesso em: 16 set. 2020.

DÁLIA ALIMENTOS. **A História da Dália Alimentos**. Disponível em: <<http://dalia.com.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

_____. **Dália Alimentos inaugura Complexo Avícola com anúncio da ministra da Agricultura para já operar com o SIF 317**. Disponível em: <<http://dalia.com.br/dalia-alimentos-inaugura-complexo-avicola-com-anuncio-da-ministra-da-agricultura-para-ja-operar-com-o-sif-317/>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Rodovias federais**. Disponível em: <<http://servicos.dnit.gov.br/vgeo/>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

DORNELLES, Mizael. **Desenvolvimento regional e uso do território: uma análise a partir do circuito espacial e círculos de cooperação da produção de cigarros no território da região de Santa Cruz - RS**. 2016. 183 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unisc.br:8080/jspui/handle/11624/1199>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

DROPE, Jeffrey et al. **The Tobacco Atlas**. 6. ed. Atlanta: American Cancer Society and Vital Strategies, 2018.

DUARTE, Cristiano. Dália inaugura complexo avícola em Arroio do Meio. **O Informativo do Vale**, Lajeado, 13 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.informativo.com.br/geral/dalia-inaugura-complexo-avicola-em-arroio-do-meio,326961.jhtml>>. Acesso em: 10 set. 2020.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Exportação Agropecuária**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/macrologistica/exportacao>>. Acesso em: 7 set. 2020.

_____. **Portal Embrapa - Estatísticas: desempenho da produção**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/cias/estatisticas>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

ESPINDOLA, Carlos José. Trajetórias do progresso técnico na cadeia produtiva de carne de frango do Brasil. **Geosul**, v. 27, n. 53, p. 89–114, 2012.

ETGES, Virgínia Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 351–365.

ETGES, Virgínia; FERREIRA, Marcos Fischborn (Org.). **A Produção de Tabaco: Impacto no Ecossistema e na Saúde**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

FACCIN, Carolina Rezende et al. Rede urbana, policentrismo e fluxos de gestão pública do território na Região dos Vales – RS. **Revista Jovens Pesquisadores**, v. 8, n. 2, p. 71–83, 2018.

FEIX, Rodrigo Daniel. **Painel do Agronegócio no RS - 2016**. Porto Alegre: FEE, 2016.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurelio Da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. China recomenda estoques maiores de alimentos por medo de surto de coronavírus no Brasil. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 17 maio 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/china-pede-aumento-de-compra-de-alimentos-por-medo-de-surto-de-coronavirus-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 9 set. 2020.

FOLHITO. **Folhito - Fertilizante Orgânico**. Disponível em: <<https://www.folhito.com.br/>>. Acesso em: 24 set. 2020.

FONSECA, Fernando P.; RAMOS, Rui A. R. Formas de cooperação interurbana: o caso da rede de cidades do quadrilátero urbano. **Revista portuguesa de estudos regionais**, n. 25, p. 1–18, 2011.

FRONZA, Diléa. A Souza Cruz está de volta e a Herbalife está vindo. **DCA**, Cachoeirinha, 11 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.diariocachoeirinha.com.br/2018/06/noticias/regiao/2277393-a-souza-cruz-esta-de-volta-e-a-herbalife-esta-vindo.html>>. Acesso em: 4 out. 2020.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Rio Pardo: Estações Ferroviárias do Rio Grande do Sul**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_uruguaiana/riopardo.htm>. Acesso em: 28 set. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GUARESKI, Andreia Helena Pasini et al. Sistema Contratual de Integração: Vantagens e Desvantagens percebidas pelos produtores de frangos de corte na região de Cafelândia - Paraná. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 6, n. 11, p. 43–60, 2019.

GUIMARÃES, Ligia. Por que a carne continuará mais cara em 2020 (e pode piorar). **BBC News Brasil**, São Paulo, 30 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50610025>>. Acesso em: 9 set. 2020.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **Divisão Territorial Brasileira - DTB**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao->

regional/23701-divisao-territorial-brasileira.html?=&t=downloads>. Acesso em: 10 fev. 2020a.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 16 set. 2020.

_____. **Gestão do Território 2014: redes e fluxos do território**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=286286>>. Acesso em: 7 jan. 2020.

_____. **Grade Estatística**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/interativos/grade.html>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

_____. **Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>>. Acesso em: 7 jan. 2020b.

_____. **Produção Agrícola Municipal - PAM**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 6 jan. 2020c.

_____. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 6 jan. 2020d.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2017**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>>. Acesso em: 5 jan. 2020a.

_____. **Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

_____. **Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.

_____. **SIDRA - Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>>. Acesso em: 7 jan. 2020b.

JESUS, Edivane De. A integração avícola catarinense: o trabalho precarizado oculto na contratualização. **Revista Em Pauta**, v. 10, n. 30, 2012.

KIST, Benno Bernardo et al. **Anuário Brasileiro do Tabaco 2019**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2019.

KIST, Benno Bernardo et al. **JTI: uma fábrica para o futuro**. Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, 2018.

KLEIN, Odacir. Milho: alimento para seres vivos e instrumento para a proteção do solo. **Revista Asgav & Sipargs**, v. 11, n. 61, p. 44, 2019.

KREUTZ, Marcos Rogério; MACHADO, Neli Teresinha Galarce Machado. **O povoamento do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul**. 1. ed. Lajeado: Editora da Univates, 2017. Disponível em: <<http://www.univates.br/editora-univates/publicacao/223>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

LANGUIRU. **Languiru e Dália firmam acordo de intercooperação**. Disponível em: <<https://www.languiru.com.br/noticias/languiru-e-dalia-firmam-acordo-de-intercooperacao/>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

_____. **Languiru. História**. Disponível em: <<https://www.languiru.com.br/historia/>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

LEDUR, Mônica Corrêa et al. O melhoramento genérico de aves no Brasil e as contribuições da Embrapa Suínos e Aves. In: SOUZA, Jean Carlos Porto Vilas Boas et al. (Org.). **Sonho, Desafio e Tecnologia - 35 Anos de Contribuições da Embrapa Suínos e Aves**. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2011.

LIMA, Fábio de; FACCIN, Ana Carolina Torelli Marquezini. O processo de reestruturação da avicultura no Mato Grosso do Sul: a relação entre as empresas JBS e BRF e os produtores integrados. **Geosul**, v. 34, n. 71, p. 197–212, 2019.

LISTAS DE EMPRESA. **Lista de Empresas - Escolha as Empresas que deseja na sua Lista**. Disponível em: <<https://www.listasdeempresa.com/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

MACKENZIE, Debora. A quarter of all pigs have died this year due to African swine fever. **Newscientist**. 5 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.newscientist.com/article/2222501-a-quarter-of-all-pigs-have-died-this-year-due-to-african-swine-fever/>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

MALLMANN, Lígia Margarete. **Agricultores familiares e cooperativas: relações sociais de produção na cadeia produtiva do leite na região do Vale do Taquari/RS - Brasil**. 2017. 163 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unisc.br:8080/jspui/handle/11624/1659>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Portaria Nº 210 de 10 de novembro de 1998. Anexo I: Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico-Sanitária de Carne de Aves**. Brasília: MAPA, 1998.

_____. **Registro dos estabelecimentos do setor de produção de carne**. Disponível em:

<http://sigsif.agricultura.gov.br/sigsif_cons/%21ap_estabelec_nacional_rep?p_relatorio=estabelecimentos.rdf>. Acesso em: 7 set. 2020.

MENDES, Luiz Henrique. MP pede interdição de frigoríficos da BRF e da Minuano em Lajeado (RS). **Valor Investe**, São Paulo, 4 maio 2020. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2020/05/04/httpsvalorglobocomagronegociosnoticia202005>>

04mp-pede-interdicao-de-frigorificos-de-brf-e-minuano-em-lajeado-rsghtml.ghhtml>. Acesso em: 16 set. 2020.

MINUANO ALIMENTOS. **Companhia Minuano de Alimentos - Sobre**. Disponível em: <<http://portal.minuano.com.br/sobre>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. 2009. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

NASCIMENTO, Rodrigo. O que prevê o investimento da JTI em Santa Cruz do Sul. **Portal GAZ**, Santa Cruz do Sul, 10 abr. 2020. Disponível em: <http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2020/04/10/164268-o_que_preve_o_investimento_da_jti_em_santa_cruz_do_sul.html.php>. Acesso em: 16 set. 2020.

O PRESENTE RURAL. Cooperativa Dália Alimentos inicia atividades na avicultura de corte. **O Presente Rural**, Marechal Cândido Rondon, 21 out. 2019. Disponível em: <<https://opresenterural.com.br/cooperativa-dalia-alimentos-inicia-atividades-na-avicultura-de-corte/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

OCERGS-SESCOOP/RS. **Expressão do cooperativismo gaúcho - ano base 2019**. Porto Alegre: OCERGS-SESCOOP/RS, 2020. Disponível em: <<http://www.sescoopr.scoop.br/app/uploads/2020/07/ta-na-mesa-expressao-2020.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2020.

OLIVEIRA, Fernando Fernandes de. Corporação, espaço e organização reticular: notas conceituais. **Ateliê Geográfico**, v. 12, n. 2, p. 164–182, 2018.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Convenção-Quadro para Controle do Tabaco**. Genebra: OMS, 2003. Disponível em: <<https://actbr.org.br/cqct>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

PERES, João; NETO, Moriti. **Roucos e sufocados: a indústria do cigarro está viva, e matando**. São Paulo: Elefante, 2018.

PESSOA, M. L. (Org.). PIB e VAB do RS. In: PESSOA, M. L. **Atlas FEE**. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: <<http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

PETRY, Heitor Álvaro; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). **Plano estratégico de desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo (2015 – 2030)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2018.

PIRES DO RIO, Gisela Aquino. Estrutura organizacional e reestruturação produtiva: uma contribuição para a geografia das corporações. **Revista Território**, v. 3, n. 5, p. 51–66, 1998.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas de Desenvolvimento Humano nos Municípios - IDHM**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/radar-idhm/>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

PORTO, Leandro; NASCIMENTO, Rodrigo. JTI inaugura nova fábrica em Santa Cruz do Sul. **Portal Gaz**, Santa Cruz do Sul, 26 set. 2018. Disponível em: <http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2018/09/26/130425-jti_inaugura_nova_fabrica_em_santa_cruz_do_sul.html.php>. Acesso em: 16 set. 2020.

PREFEITURA DE TIMBÓ. **Souza Cruz de inaugura nova unidade em Timbó**. Timbó SC. 6 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.timbo.sc.gov.br/gabinete-do-prefeito/2020/souza-cruz-de-inaugura-nova-unidade-em-timbo/>>. Acesso em: 4 out. 2020.

RAIS - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. **Número de empregados por setor CNAE 2.0**. 2018. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/login.php>. Acesso em: 5 jan. 2020.

RECEITA FEDERAL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**. Disponível em: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. *Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) e Departamento de Planejamento Governamental (DEPLAN), 2018.

RIO GRANDE DO SUL. **Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE)**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (SEPLAG) e Departamento de Planejamento Governamental (DEPLAN), 2019. Disponível em: <<https://iede.rs.gov.br/>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

_____. **Perfil Socioeconômico COREDE Vale do Rio Pardo**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (SEPLAG) e Departamento de Planejamento Governamental (DEPLAN), 2015a. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/17095302-perfis-regionais-2015-vale-do-rio-pardo.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

_____. **Perfil Socioeconômico COREDE Vale do Taquari**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (SEPLAG) e Departamento de Planejamento Governamental (DEPLAN), 2015b. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/17095341-perfis-regionais-2015-vale-do-taquari.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

_____. **Perfis Socioeconômicos Regiões Funcionais de Planejamento**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (SEPLAG) e Departamento de Planejamento Governamental (DEPLAN), 2015c. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134058-20150319163519perfis-todos.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

_____. **Plano Plurianual 2016-2019: Caderno de Regionalização Região Funcional 2**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (SEPLAG) e Departamento de Planejamento

Governamental (DEPLAN), 2015d. Disponível em: <<https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134140-20151117111849caderno-final-rf2.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Rumos 2015: estudo de desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SCP, 2006.

_____. **DEE Dados: Estrutura do VAB da Indústria da Transformação**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012. Acesso em: 5 jan. 2020a.

_____. **DEE Dados: Principais produtos do VAB Agropecuária**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012. Acesso em: 5 jan. 2020b.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. O índice do desenvolvimento humano (IDH) da ONU. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 47, n. 7, p. 20, 1993.

RODRIGUES, Maria José; SILVA, Francine Borges. Considerações teóricas sobre rede urbana. **Geoambiente On-line**, n. 8, p. 01-18, 2007.

RODRIGUES, Wesley Osvaldo Pradella et al. Evolução da avicultura de corte no Brasil. **Enciclopédia Biosfera**, v. 10, n. 18, p. 1666–1684, 2014.

SAMPIERI, Roberto Hernández et al. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Revista Tamoios**, v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/601>>. Acesso em: 12 out. 2020.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHARMA, Shefali. **A ascensão dos gigantes da carne: A indústria extrativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2017. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2018/04/12/ascensao-dos-gigantes-da-carne-industria-extrativa-do-brasil>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. Prefácio: um livro virulento. In: WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. São Paulo: Elefante, 2020. p. 17–23.

SILVA, Magda Valeria. Apontamentos teórico-metodológicos para o conceito geográfico “circuito espacial da produção”: estudo de casos em Goiás - Mitsubishi em Catalão e Complem em Morrinhos. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 34, n. 1, p. 73–91, 2014.

SILVA, Tiago. Com dólar em alta e mercado interno em baixa, Languiru destina 65% de sua produção para exportações. **Grupo Independente**, Lajeado, 19 maio 2020a. Disponível em: <<https://independente.com.br/com-dolar-em-alta-e-mercado-interno-em-baixa-languiru-destina-65-de-sua-producao-para-exportacoes/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

_____. Dália Alimentos em Arroio do Meio adota padrões rigorosos de uso e desinfecção de máscaras. **Grupo Independente**, Lajeado, 24 abr. 2020b. Disponível em: <<https://independente.com.br/dalia-alimentos-em-arroio-do-meio-adota-padroes-rigorosos-de-uso-e-desinfeccao-de-mascaras/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

_____. Dália inaugura complexo avícola com frigorífico e fábricas de farinha e ração na próxima sexta-feira. **Grupo Independente**, Lajeado, 6 dez. 2019. Disponível em: <<https://independente.com.br/dalia-inaugura-complexo-avicola-com-frigorifico-e-fabricas-de-farinha-e-racao-na-proxima-sexta-feira/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. A cultura do tabaco na Região Sul do Brasil: dinâmica de produção, organização espacial e características socioeconômicas. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 23–40, 2015.

_____. **Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

_____. **Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo - RS**. 2007. 578 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

_____. Rede e território: reflexões sobre a rede agroindustrial do tabaco, circuito espacial de produção e círculos de cooperação na região sul do Brasil. **Caderno de Geografia**, v. 26, n. 47, p. 911–941, 2016.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; BRANDT, Grazielle Betina; FACCIN, Carolina Rezende. Fluxos pendulares e rede urbana na região do Vale do Rio Pardo/RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 2, p. 183–212, 2018.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da *et al.* Cidades médias, fluxos pendulares e dinâmica territorial na Região dos Vales-RS. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 7, n. 2, p. 133–168, 2019.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima *et al.* Cidades médias e gestão territorial: análise dos fluxos de gestão pública e privada na Região dos Vales – RS. **Informe GEPEC**, v. 22, n. 2, p. 65–80, 2019.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; HERMANN, Elisa. As cidades e a urbanização do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 351–365.

SILVEIRA, Maria Laura. Globalização, Trabalho, Cidades Médias. **Geo UERJ**, v. 11, p. 11–17, 2002.

_____. Território Usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, v. XV, n. 1, p. 4–12, 2011.

SINDITABACO - SINDICATO INTERESTADUAL DA INDÚSTRIA DO TABACO. **Infográficos**. Santa Cruz do Sul: Sinditabaco, 2020. Disponível em: <<http://www.sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/infograficos/>>. Acesso em: 1 set. 2020.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. A urbanização no Rio Grande do Sul: as Cidades Médias e sua Relação com o Território. In: PEREIRA, Elson Manoel; DIAS, Leila Christina. **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 211–228.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. O retorno do território: Apresentação: Milton Santos, um revolucionário. **OSAL - Observatório Social de América Latina**, v. 6, n. 16, p. 251–254, 2005.

TALAMINI, Dirceu João Duarte; MARTINS, Franco Müller; SANTOS FILHO, Jonas Irineu Dos. Conjuntura econômica da avicultura brasileira em 2018. **Anuário 2019 da Avicultura Industrial**, Estudos da Embrapa. v. 11, n. 1283, p. 20–25, 2018.

TRICHES, Divanildo; SIMAN, Renildes Fortunato; CALDART, Wilson Luis. A cadeia produtiva da carne de frango da região da Serra Gaúcha: uma análise da estrutura de produção e mercado. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: [s.n.], 2004. p. 1–19.

UBABEF. **A saga da avicultura brasileira: como o Brasil se tornou o maior exportador mundial de carne de frango**. São Paulo: UBABEF, 2011.

VOGT, Olgário Paulo. **A produção do fumo em Santa Cruz do Sul - RS (1849-1993)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

VOILA, Márcia; TRICHES, Divanildo. A cadeia de carne de frango: uma análise dos mercados brasileiro e mundial de 2002 a 2012. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 21, n. 44, 2015. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/5357>>. Acesso em: 7 set. 2020.

WACHOLZ, Leticia. Souza Cruz encerra atividades em Blumenau e em Sombrio. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 3 set. 2019. Disponível em: <<https://folhadomate.com/opiniao/colunistas/mateando/souza-cruz-encerra-atividades-em-blumenau-e-em-sombrio/>>. Acesso em: 16 set. 2020.

WANG, Jiaoe. Economic Geography: Spatial Interaction. **International Encyclopedia of Geography**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2017. p. 1–4.

Disponível em:

<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781118786352.wbieg0641>>.

Acesso em: 30 jan. 2020.

ZALUSKI, Patricia Regina da Silva; MARQUES, Ieso Costa. Vantagens e desvantagens do sistema de integração vertical na avicultura de corte. In: XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2015, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ENEGEP, 2015. p. 1–16.